

MARXISMO

NOVA ÉPOCA

VIVO

09 [**Dos-si-ê** Marxismo e proletariado | **Dos-si-ê** Polêmica sobre a
definição marxista de classe operária | **Dos-si-ê** Raça e Classe
| **De-ba-te** Atualização programática | **Dos-si-ê** Tudo é história]

MARXISMO

NOVA ÉPOCA

09 VIVO

Revista a serviço da investigação, elaboração e debate da teoria revolucionária
O conteúdo dos artigos assinados é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Todos os artigos, citando a fonte, podem ser reproduzidos.
Disponível também em: <https://archivoleonTrotsky.org/revista.php>

São Paulo
Abril de 2017

Editora Sundermann
Av. Nove de Julho, 925
CEP: 01313-000
Bela Vista – São Paulo – SP
Tel: (11) 4304-5801
vendas@editorasundermann.com.br
www.editorasundermann.com.br

Editora Lorca S.A
Rua Paulo Dias, 53
CEP 04109-060
Aclimação – São Paulo – SP

Jornalista Responsável: Mariúcha Fontana (MTb: 14.555)

Editor geral: Martín Hernández

Conselho Editorial:

Alicia Sagra
(Argentina – asagra2@yahoo.com.ar)
Felipe Alegria
(Estado Espanhol – fealegria1@gmail.com)
Florence Oppen
(Estados Unidos – petitmercure@yahoo.fr)
Francesco Ricci
(Itália – ricci.francesco2@gmail.com)
João Pascoal
(Portugal – jcpascoal@netcabo.pt)
José Welmowicki
(Brasil – josweil@ig.com.br)

Marcos Margarido
(Brasil – margarido7@gmail.com)
Martín Hernández
(Brasil – martinhernandez@terra.com.br)
Nazareno Godeiro
(Brasil – jpotuguar@terra.com.br)
Oscar Iván Ángel
(Colômbia – arqangelo2703@gmail.com)
Ricardo Ayala
(Brasil – rayala361@gmail.com)
Ronald León Núñez
(Paraguai – ronald.leon.nunez@gmail.com)

Projeto gráfico: Ana Clara Ferrari
Diagramação e capa: Romerito Pontes

Revisão técnica:
Luciana Candido

Traduções: Leonardo Gilly, Isa Perez,
Luciana Candido, Marcos Margarido

Notas da edição brasileira e revisão final:
Mariúcha Fontana e Luciana Candido

Responsáveis pela edição em português:
Mariúcha Fontana e Luciana Candido

Normalização técnica:
Iraci Borges (CRB: 8-2263)

Marxismo Vivo: Nova Época. v. 8, n° 9, abril, 2017. São Paulo: Liga Internacional dos Trabalhadores, 2017.

Semestral
ISSN: 1806-1591

Nota: circulou no período de setembro de 2000 até setembro de 2009 com o título Marxismo Vivo
1. Marxismo – teoria revolucionária

Assinaturas e pedidos de números avulsos:
editoralorca@gmail.com ou vendas@editorasundermann.com.br

ÍNDICE

06 Dossiê: Marxismo e proletariado

- 07 Notas sobre a evolução do proletariado industrial
Eduardo Almeida Neto
- 28 A evolução do proletariado desde a “globalização”
Eduardo Almeida Neto
- 43 Mas o proletariado industrial pode ser ainda o sujeito social da revolução?
Eduardo Almeida Neto

58 Debate: Sobre o proletariado

- 59 Definição marxista de classe operária - Polêmica
Nahuel Moreno
- 60 Carta dos suecos contra a posição do Secretariado Internacional
Liga Socialista da Suécia
- 67 Uma definição dinâmica
Oswaldo Garmendia
- 89 Classes sociais em *O Capital* de Marx: a centralidade do proletariado industrial
Gustavo Henrique Lopes Machado

104 Dossiê: Raça e Classe

- 105 Mito da democracia racial e invisibilização da questão negra
Hertz da Conceição Dias
- 125 Pontos de encontro entre as lutas negras e o internacionalismo operário: a tradição histórica que precisamos recuperar
Hertz da Conceição Dias
- 135 Democracia racial: um mito mantido a ferro e fogo pelo governo de Frente Popular no Brasil
Hertz da Conceição Dias

150 Debate: Atualização programática

- 151 Sobre as etapas
Ricardo Ayala, Felipe Alegría e Ángel Luis Parras
- 175 Um século de luta do proletariado mundial: grandes triunfos e conquistas; crise de direção e decadência da humanidade
Nahuel Moreno
- 181 Notas para um estudo do trotskismo francês (1982-2010)
Roberto Herrera Zúñiga
- 202 "... antes de tudo, um triunfo do trotskismo..."?
Ramiro Cifuentes G.

208 Dossiê: Tudo é História

- 209 Apontamentos para uma visão marxista da colonização hispano-lusitana
Ronald León Núñez
- 231 Caio Prado Júnior: sua obra, seus críticos, seus limites
Ronald León Núñez

Aos nossos leitores

Esta nova edição de Marxismo Vivo – Nova Época, dando continuidade às elaborações e debates programáticos, aborda dois novos temas. Por um lado, incorpora um novo Dossiê, “Tudo é História”, no qual pretendemos analisar – provavelmente de forma polêmica –, do ponto de vista marxista, os grandes acontecimentos da História. Assim, abordamos a questão da colonização espanhola e portuguesa na América Latina, um tema sobre o qual existem diferentes interpretações e que tem uma importância crucial na hora de elaborar o programa para aqueles países que em determinado momento foram colonizados pela Espanha e por Portugal e, depois de conseguir sua independência, continuam colonizados, mesmo que centralmente por outra potência.

Também neste número, abordamos, em três artigos, um tema que não tinha sido tratado em edições anteriores: “A questão negra”. Esse foi sempre um tema de grande importância para o marxismo, ainda que, lamentavelmente, a maioria das correntes de esquerda que se reivindicam marxistas, por influência do stalinismo, tenham menosprezado essa questão e, objetivamente, caíram em posições muito próximas ao racismo. De qualquer maneira, há 30 ou 40 anos, a questão negra, muito importante, estava focada em alguns países de maioria negra (particularmente do continente africano) ou naqueles onde, durante muitos anos, os negros foram escravizados, como eram – e são – centralmente os casos dos Estados Unidos, do Brasil e do Haiti.

Porém, atualmente, a questão negra tem outra dimensão. Além do que já foi citado, o grande fluxo migratório das últimas décadas fez com que muitos países de composição branca se transformassem em países com forte composição negra, o que, por si só, obriga-nos a encontrar uma resposta a esta nova realidade. Além disso, é necessário assinalar, que estas novas camadas negras se incorporaram, em seus novos países, aos setores mais explorados da classe operária, como não poderia deixar de ser sob o capitalismo.

Essa nova realidade mundial obriga os marxistas não só a deixar de lado os preconceitos stalinistas, mas também a enegrecer seu programa.

Esse é um dos objetivos desta edição.

Dos. iê

MARXISMO E PROLETARIADO

Notas sobre a evolução do proletariado industrial

Eduardo Almeida Neto

Introdução

A maioria das correntes de esquerda questiona a estratégia da revolução socialista. Como parte disso, questiona, também, o papel do proletariado industrial como sujeito social dessa revolução.

Com o terremoto que sacudiu a esquerda depois da derrubada das ditaduras stalinistas no Leste Europeu, ampliou-se o questionamento ao proletariado e à revolução socialista.

E nós? Continuamos apostando no proletariado industrial “pós-globalização” no que chamamos quarta etapa da revolução mundial? Sim, continuamos. Neste texto, vamos assumir esta polêmica, reafirmando a centralidade do proletariado industrial como sujeito social da revolução.

Trata-se de uma discussão complexa, como logo veremos. Não buscamos dar respostas acabadas, mas apontar hipóteses de trabalho que poderão ser ou não confirmadas por estudos posteriores sem o objetivo de fechar a discussão sobre o tema. Ao contrário, devemos abrir esse debate com paciência entre todos que apostam na estratégia revolucionária.

Buscaremos, também, identificar os processos objetivos que afetaram a evolução do proletariado nestas últimas décadas. Existe uma enorme quantidade de questões envolvidas nesse tema, além das múltiplas variações nacionais sempre presentes. Mesmo assim, parece-nos necessário e possível identificar tendências gerais na evolução do proletariado industrial.

De uma forma ou de outra, colocar o tema em debate nos parece válido para o processo de elaboração programática que estamos encarando.

I – O abandono do proletariado industrial como sujeito social da revolução pelo reformismo e pelo centrismo

1) A quase totalidade das organizações reformistas e centristas, ao abandonar a estratégia da revolução socialista, abandonou também a

defesa do proletariado como seu sujeito social, assim como o programa da ditadura do proletariado. A polêmica sobre o sujeito social da revolução se dá entre as correntes que seguem apostando na revolução. Trata-se, a nosso ver, de um tema decisivo.

Em particular depois dos acontecimentos do Leste Europeu, a polêmica sobre quem é o sujeito social da revolução praticamente não existe na esquerda reformista. Essas correntes deixaram completamente de lado até mesmo a perspectiva de chegar ao socialismo por via reformista, contentando-se com a defesa de reformas dentro do capitalismo ou com a gestão do capitalismo mesmo sem reformas.

Falam em transformações e mudanças em geral mais como promessas eleitorais do que como qualquer obrigação de estabelecer um programa revolucionário.

2) Não há nada de novo na contestação ao proletariado como sujeito social da revolução. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiram várias posições que defendiam que o proletariado não era ou tinha deixado de ser o sujeito social da revolução. Essas correntes apoiavam-se num fato: as revoluções do pós-guerra que expropriaram a burguesia não foram encabeçadas pela classe operária, mas por outros setores sociais.

Na China, foi o campesinato que constituiu os batalhões revolucionários que, ao final, derrotaram o Japão e, depois, Chiang Kai-shek. O maoísmo criou uma teoria que colocava o campesinato como o centro das revoluções socialistas em todo o mundo colonial e semicolonial.

Após a experiência cubana e a tomada do poder pela guerrilha castrista, em 1959, surgiu a tese de que o sujeito político era o agrupamento guerrilheiro, que fazia a revolução disciplinando as classes populares, novamente desprezando o proletariado. Essa tese teve um peso enorme na América Latina e em todo o mundo.

Havia, também, as teses “terceiro-mundistas” que colocavam como sujeitos os povos do terceiro mundo em contraposição aos povos europeus e norte-americanos, posição que partia da ausência de processos vitoriosos nos países imperialistas e do freio imposto pela colaboração de classes que as burocracias e os PS e PC¹ impunham ao proletariado europeu.

Já em maio de 1968, com o grande ascenso em que a participação central foi da juventude estudantil, surgiram as teses que colocavam como sujeito social a juventude e toda uma onda de novas teorias que

1 Partidos socialistas e partidos comunistas respectivamente. (Nota da edição brasileira)

justificavam a perda do proletariado industrial de seu papel de sujeito revolucionário: foi a época de Cohn-Bendit, Marcuse etc. Segundo Marcuse, a sociedade capitalista havia evoluído a tal ponto que a burguesia e o proletariado, classes responsáveis pelo movimento da história, deixavam de ser agentes transformadores da sociedade. Ambos teriam se transformado em defensores do *status quo*. Caberia aos intelectuais e aos profissionais técnicos a tarefa de libertar a sociedade de suas travas.

Os anarquistas, muitas vezes, defenderam os setores mais pauperizados independentemente da classe social. O Secretariado Unificado (SU) apresentava os setores oprimidos (mulheres, negros, LGBTs) também de forma independente da classe social.

3) Depois dos acontecimentos do Leste Europeu, a maior contestação atual ao marxismo é o pós-modernismo. De grande peso nas universidades e em grande parte da juventude, essa ideologia influencia, direta ou indiretamente, boa parte da esquerda.

A negação das totalidades e a fragmentação dos sujeitos sociais em indivíduos enfrentam, abertamente, a afirmação marxista do proletariado como sujeito social. O pós-modernismo nega a luta de classes. O conceito de luta entre as classes é substituído pela luta de setores sociais que não estão separados por interesses de classe, mas por identidades ao redor da opressão ou do abuso de poder. Ao negar o coletivo, negam também a necessidade da organização, defendendo o conjuntural e o espontâneo.

Toni Negri, com seu conceito de “multidão”, é um dos maiores representantes desse pensamento. Segundo ele, enquanto a exploração da classe trabalhadora podia ser ainda entendida na época moderna fordista, a realidade muda completamente na época pós-moderna:

Sobre esta base, o pensamento da modernidade opera de uma maneira bipolar: abstraindo, por um lado, a multiplicidade das singularidades, unificando-a transcendentalmente no conceito de povo e dissolvendo, por outro lado, o conjunto de singularidades (que constitui a multidão), para formar uma massa de indivíduos. A teoria moderna do direito natural, seja em suas raízes empíricas, seja nas ideológicas, é sempre um pensamento da transcendência e da dissolução do plano de imanência. A teoria da multidão exige, ao contrário, que os sujeitos falem por si mesmos: trata-se muito mais de singularidades não-representáveis do que de indivíduos proprietários [...]

Por outro lado, a exploração da multidão é incomensurável; em outras palavras, é um poder que se confronta com o poder de singularidades fora de

qualquer medida, singularidades que se encontram em cooperação para além do mensurável.²

A “multidão” é um conjunto de singularidades, não uma classe definida com interesses imediatos e históricos. Essa é uma das formas da ideologia pós-moderna que penetrou profundamente na esquerda e no ativismo em geral. É o endeusamento da individualidade, a negação de todo processo coletivo.

4) Outra das expressões atuais da negação da classe operária é o neoanarquismo.

Os anarquistas clássicos queriam chegar ao socialismo sem passar pela ditadura do proletariado. Os anarquistas atuais reduzem sua ideologia à negação dos sindicatos, dos partidos e da classe operária.

O horizontalismo, presente e hegemônico nas mobilizações dos indignados na Espanha, no Occupy, assim como na vanguarda do Junho de 2013 brasileiro, é outra expressão da negação das organizações coletivas dos trabalhadores.

5) Um dos questionamentos que teve mais peso apontou a perspectiva de desaparecimento físico do proletariado. André Gorz (*Adeus ao proletariado – para Além do Socialismo*, 1980) defendeu essa posição a partir da redução numérica do proletariado ocorrida nos países imperialistas durante a globalização.

A partir daí, distintas forças foram aclamadas como alternativas ao proletariado. Começou-se por transformar a ciência na principal força produtiva, e seus expoentes (intelectuais, profissionais da tecnologia da informação ou, ainda, os trabalhadores dos *call centers*), em candidatos a novos sujeitos sociais de algum tipo de transformação.

6) Outra parte significativa das organizações de esquerda adotou a defesa da cidadania como referência ideológica.

O ser coletivo operário passou a ser substituído pelo cidadão, sem classe definida, que lutaria pelos direitos sociais (saúde, educação, transporte) respeitando a propriedade privada dos meios de produção. Essa era uma ideologia liberal, reinventada pelo sociólogo T. H. Marshall, para expressar os interesses da classe dominante no pós-Se-

2 NEGRI, Toni. “Para uma definição ontológica da multidão”. Revista *Multitudes*, nº 9, Paris: 2002, pp. 36-48. Disponível em: www.redaprenderycambiar.com.ar/wp-content/.../Negri_definOntoMultitud.RTF

gunda Guerra Mundial. Esse foi o período em que se expandiram os direitos sociais como concessões para frear a revolução na Europa.

Como afirma José Welmowicki:

No entanto, há uma revalorização recente desse conceito a partir dos anos [19]80 que o coloca como se fosse uma (re)descoberta que significasse uma nova possibilidade, a meta de uma sociedade mais “feliz”, sem as atuais diferenças sociais gritantes, que poderia ser alcançada sem convulsões nem grandes transformações e, ainda, que fosse mantida a ordem capitalista.³

O retrocesso da consciência classista do proletariado brasileiro da década de 1980 foi operado pela direção do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir da ideologia cidadã.

7) A ideologia dominante é a ideologia das classes dominantes. O neoliberalismo necessita quebrar a resistência coletiva dos trabalhadores e apontar uma saída individual. Ao se enfraquecer a consciência e a organização coletiva, se enfraquece as lutas.

A ideologia da cidadania, do pós-modernismo, do neoanarquismo e do horizontalismo negam não só a revolução socialista, mas qualquer papel do proletariado como sujeito social da revolução.

O pós-modernismo, o neoanarquismo e o horizontalismo têm inúmeras diferenças, mas apontam no mesmo sentido da ideologia neoliberal ultraindividualista dominante.

Os pós-modernistas e os neoanarquistas reforçam as saídas individuais apoiando-se nos próprios exemplos de traições das direções sindicais e reformistas para negar os sindicatos e os partidos, assim como qualquer estratégia coletiva.

Essa ideologia dominante é reforçada pela atuação cotidiana das direções reformistas sindicais e políticas. Não se trata somente da propagação ideológica, mas da prática política. A colaboração de classes reforça a ideologia cidadã. As traições das lutas reforçam a negação das saídas coletivas.

8) No entanto, essa realidade muda rapidamente quando as massas entram em ação. Como a tendência é haver cada vez mais lutas, recria-se a todo momento a consciência da necessidade da ação coletiva, entrando em choque com essas concepções. Da negação do ser coletivo,

3 WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004, p. 18. (Nota da edição brasileira)

passa-se à ação coletiva de forma quase absoluta, muitas vezes com a negação das direções.

A desconfiança nos aparatos, produto da quarta etapa, manifesta-se numa desconfiança nas direções e numa exigência de que tudo se faça coletivamente.

É muito comum que, nas mobilizações, imponha-se uma negação da negociação pelos dirigentes. Trata-se de um avanço na consciência, ainda que seja pela negação.

II – Qual nossa definição sobre o que é o proletariado?

9) Existem polêmicas importantes mesmo entre a minoria da esquerda que segue defendendo o proletariado como sujeito social da revolução. Existem os que defendem que o sujeito social seria o proletariado (assalariados) em geral.

E existem aqueles, como nós, que defendemos explicitamente o proletariado industrial como o sujeito social da revolução. Não estamos falando do proletariado em geral ou dos trabalhadores como um todo, mas da classe operária industrial como sujeito social da revolução.

10) Nahuel Moreno era um defensor incondicional do proletariado industrial como sujeito social da revolução. Não é por acaso que nossa corrente se define como “trotskismo operário”.

Naquele que é considerado seu último livro (*Conversando com Moreno*), Moreno afirma:

A classe operária pode dirigir o processo mesmo que seja muito minoritária. Eu discordo dessas análises sociológicas objetivistas que tenho lido ultimamente, segundo as quais a classe operária não pode dirigir o processo histórico mundial por ser minoritária ou porque seu número está diminuindo. O proletariado russo era uma pequena minoria da população, no entanto, dirigiu a Revolução de Outubro.

[...] Nós tentamos dirigir o proletariado, nunca nos distanciamos dele. Isso não é declamação, é uma política internacional de classe que se depreende de uma análise teórica profunda. [...] Se a classe operária não nos seguir, não chegaremos a lugar nenhum. Iremos nos burocratizar, capitular ao campesinato. É inconcebível fazer a revolução proletária sem o proletariado.

Ao longo de minha vida política, depois, por exemplo, de ver com simpatia o regime que surgiu da Revolução Cubana, cheguei à conclusão de que é neces-

sário continuar com a política revolucionária de classe, ainda que, para nós, isso signifique adiar a chegada ao poder em vinte ou trinta anos, ou o que seja. Nós aspiramos que seja a classe operária a que verdadeiramente chegue ao poder, por isso queremos dirigi-la.⁴

11) No entanto, Moreno teve uma interpretação errada, a nosso ver, sobre a definição teórica da classe operária:

Marx e Trotsky deram definições aparentemente distintas de classe operária e de pequena burguesia. Trotsky falava de uma pequena burguesia moderna, que eram os empregados de colarinho branco, como se diz na sociologia norte-americana. E, para Marx, todo aquele que recebia um salário era membro da classe operária. Inclino-nos pela definição de Marx. (Intervenção no CEI, 1986)

Vamos, neste texto, polemizar com essa afirmação de Moreno. Mas é necessário, primeiro, localizar os limites dessa afirmação feita por ele. Moreno falou isso numa discussão teórica numa reunião do Comitê Executivo Internacional (CEI) da LIT-QI. Esse tema, porém, não se transformou em nenhum documento assinado por ele, tampouco em qualquer resolução da LIT-QI. Além disso, como já mostramos, ela contradiz boa parte das elaborações anteriores e posteriores de Moreno.

12) Na verdade, não vemos que a posição de Marx sobre esse tema seja distinta, em essência, da de Trotsky. Marx não tem em sua obra uma definição direta e precisa da composição da classe operária. Em *O Capital*, apresenta posições diferentes sobre esse mesmo tema.

É fundamental entender por que isso se dá. *O Capital* é genial, a base para a compreensão do capitalismo, mas é uma obra inacabada. Marx teve um plano para escrevê-lo em 1857, com seis livros, e outro em 1866, com quatro. Escreveu o primeiro livro e morreu antes de finalizar o segundo e o terceiro, que foram editados por Engels. Depois disso, o livro *Teorias da Mais-Valia*, que era o esboço do que seria o quarto livro, foi publicado por Karl Kautsky. *O Capítulo VI Inédito de O Capital* só foi publicado em 1933.

A compreensão do que é trabalho produtivo é fundamental na definição de proletariado. No primeiro livro, em que Marx estuda a produção do capital centrada na relação do capitalista com o operário, ele define o trabalhador assalariado como produtivo. Isso significa que o trabalhador é produtivo para seu patrão ao possibilitar que ele

4 MORENO, Nahuel. *Conversando com Moreno*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 65. (Nota da edição brasileira)

embolse o seu mais-trabalho. Isso não significa que seja produtivo para a sociedade como um todo dentro dos critérios marxistas, mas que é produtivo para o patrão individualmente.

Já no terceiro volume, em que estuda o processo global da produção capitalista, afirma que só é produtivo o trabalhador assalariado que gera diretamente mais-valia. O proletariado industrial é o único setor que gera diretamente mais-valia. É, assim, o único setor de trabalhadores produtivos para o conjunto da sociedade: “[...] o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia”. Isso significa que apenas “é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”.

Em *Teorias da Mais-Valia*, afirma:

Trabalho produtivo, no sentido da produção capitalista, é o trabalho assalariado que, ao ser trocado pela parte variável do capital (a parte do capital investida em salários), não só reproduz essa parte do capital (o valor de sua própria força de trabalho) como produz, além disso, uma mais-valia para o capitalista. (p. 68)

Em *Capítulo VI Inédito de O Capital*, ainda de forma mais explícita, diz:

Todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é produtivo. Quando se compra um trabalho para consumi-lo como valor de uso, como um serviço, não para colocá-lo como fator vivo no lugar do valor do capital variável e incorporá-lo ao processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo, e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo. (p. 80)

Em essência, a geração de mais-valia vem da produção industrial. Todos os outros setores da economia dividem essa mais-valia produzida na indústria, incluindo os bancos, o comércio, os serviços públicos. Por isso, o proletariado industrial é o único setor produtivo (em termos de economia marxista) dos trabalhadores para o conjunto da sociedade.

13) Vale a pena rever as definições de Marx discutidas no texto de Gustavo Machado. Ele primeiro destaca a importância de se definir com precisão as relações de produção como base para qualquer análise da realidade:

As relações econômico-sociais ou as relações de produção expressam um tipo específico e fundamental de relações sociais. As especificidades dessas determinações ditas econômicas ou infraestruturais é que traduzem nexos, determinações ou características necessárias numa dada forma de organiza-

ção social. Diversamente da política, do Estado, da cultura, que numa mesma forma de sociedade podem se exprimir em formas diversas, as relações de produção expressam aqueles nexos fundamentais que fazem de uma dada forma de sociedade aquilo que é, aquilo que ela tem necessariamente de reproduzir para continuar a existir. Por isso, elas não determinam unilateralmente as demais esferas da vida social, mas constituem o ponto de partida para sua adequada compreensão.⁵

Isso significa evitar dois erros muito comuns na esquerda.

Após precisar a noção de trabalho produtivo e improdutivo em *Teorias da Mais-Valia* tal como citamos antes, diz Marx: “Trabalho produtivo e improdutivo são sempre olhados aí do ângulo do dono do dinheiro, do capitalista” (MARX, 1974, p. 137). E realmente: do ponto de vista de um capitalista individual, pouca diferença faz se seu capital é empregado na indústria automobilística, numa universidade privada ou num circo. O que interessa é a mais-valia e o lucro que este consegue obter por meio da exploração do trabalho assalariado.⁶

Da mesma forma, para um trabalhador assalariado importa, antes de tudo, o salário que recebe como equivalente pela sua força de trabalho, seja qual for a natureza da atividade que realiza. Essa diferenciação é fundamental, pois reflete a diferença abismal que existe entre as relações sociais que visam acumular capital, sejam ou não produtoras de mercadorias, e aquelas que visam a troca de equivalentes.

Ocorre que ser produtivo em relação ao capitalista individual não corresponde, necessariamente, a ser produtivo em relação à sociedade. No comércio, por exemplo, apesar de o capitalista acumular capital com a exploração dos trabalhadores que emprega, ele não produz um só átomo de valor e capital, apenas se apropriando de parte da mais-valia produzida na esfera da produção. Não sem razão, no trecho acima citado sobre a improdutividade do capital comercial, Marx, por diversas vezes, explicita que está se referindo à produtividade em relação à sociedade. Por exemplo, após ilustrar com o caso de um agente comercial que trabalha oito horas para pagar seu salário, cedendo duas horas excedentes ao seu empregador, diz que “a sociedade não paga essas duas horas de trabalho excedente, embora tenham sido gastas pelo indivíduo que o executa” (MARX, 1980, p. 135). No entanto, “com isso não se apropria a sociedade de produto excedente, nem de valor”

5 MACHADO, Gustavo Lopes. “Classes sociais em *O Capital* de Marx: a centralidade do proletariado industrial”, 2016. (Nota da edição brasileira)

6 *Ibid.*

(MARX, 1980, p. 135). Claro está, portanto, que Marx se refere, aqui, à produtividade do trabalho em relação à sociedade e não ao capitalista individual” (*Trabalho Produtivo e Improdutivo: o cerne da questão*).

14) Outro elemento que alimenta essa discussão é que existia uma realidade social bem distinta nos tempos de Marx. Naquela época, o proletariado (os trabalhadores assalariados) eram essencialmente os operários industriais.

Basta ler atentamente o *Manifesto Comunista* para comprovar isso. Em todos os momentos, o proletariado é sinônimo de operário que trabalha nas indústrias. Vejamos essas citações muito conhecidas do *Manifesto* que falam sobre a evolução do proletariado:

O proletariado passa por diversos estágios de desenvolvimento. A sua luta contra a burguesia começa com a sua existência. [...]

No começo, são os operários singulares que lutam, depois os operários de uma fábrica, depois os operários de um ramo de trabalho numa localidade contra o burguês singular que os explora diretamente. [...]

Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; é comprimido em massas maiores, a sua força cresce, e ele sente-a mais. [...]

De tempos em tempos, os operários vencem, mas só transitoriamente. O resultado propriamente dito das suas lutas não é o êxito imediato, mas a união dos operários que cada vez mais se amplia. Ela é promovida pelos meios crescentes de comunicação, criados pela grande indústria, que põem os operários das diversas localidades em contato uns com os outros. Basta, porém, esse contato para centralizar as muitas lutas locais, por toda a parte com o mesmo carácter; numa luta nacional, numa luta de classes. Mas toda a luta de classes é uma luta política.

Basta reler o *Manifesto* com atenção sobre esse tema para comprovar que, para Marx, proletariado é sinônimo de operário industrial.

No desenvolvimento capitalista posterior à época vivida por Marx, como veremos, o proletariado não industrial desenvolveu-se muito. Aí se produziu uma diferenciação entre o proletariado industrial e o não industrial que não existia nos tempos de Marx.

15) Essa polêmica não existia entre os distintos setores de esquerda até a Segunda Guerra Mundial. Não existiam setores, mesmo

entre os reformistas, que questionassem a centralidade do proletariado industrial.

III – A polêmica sobre a definição e a evolução da pequena burguesia

16) Existe outra polêmica sobre as definições das classes sociais associada a essa.

Marx fez, no *Manifesto Comunista* uma projeção errada, apontando para a desaparecimento da pequena burguesia. Trotsky, no texto “A 90 anos do Manifesto Comunista”, fez uma crítica a essa avaliação:

[...] os autores do *Manifesto* imaginaram, de uma maneira demasiado unilateral, o processo de liquidação das classes intermediárias como uma proletarianização generalizada do artesanato, do campesinato e das pequenas indústrias. Na realidade, as forças elementares da concorrência estão longe de ter completado esse trabalho simultaneamente progressista e bárbaro. O capitalismo arruinou a pequena burguesia a uma velocidade maior do que a proletarianizou. Além disso, o Estado burguês dirigiu por muito tempo sua política consciente de manutenção artificial do estrato pequeno-burguês.

No extremo oposto, o crescimento da tecnologia e da racionalização da indústria em grande escala engendra um desemprego crônico e impede a proletarianização da pequena burguesia. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do capitalismo foi acelerado até o extremo, o crescimento de legiões de técnicos, administradores, empregados comerciais, em resumo, a chamada “nova classe média”. Portanto, as classes intermediárias, a cuja desaparecimento se refere tão categoricamente o *Manifesto*, incluem, mesmo num país tão altamente industrializado como a Alemanha, quase a metade da população.

Assim, o capitalismo arruína a pequena burguesia, mas não possibilita sua absorção na sociedade no mesmo nível, levando a que ela se recrie continuamente.

Trotsky assinalou, também, que se desenvolveram setores médios como “legiões de técnicos, administradores, empregados comerciais, em resumo, a chamada ‘nova classe média’”.

Essa avaliação de Trotsky, a nosso ver, comprovou-se na realidade.

17) Moreno, nessa mesma intervenção que criticamos anteriormente (CEI, 1986), diz o seguinte:

A pequena burguesia é uma expressão muito ampla. Há uma grande discussão teórica, que inclusive Marx e Trotsky [devem estar fazendo] lá, junto a São Pedro, porque Marx, no século passado, e Trotsky, neste século, deram, aparentemente, definições distintas do problema da pequena burguesia. Trotsky falava de uma moderna classe média, de uma moderna pequena burguesia, que eram os empregados de colarinho branco, como se diz na sociologia norte-americana – Wright Mills etc. **E, para Marx, todo aquele que recebia um salário era membro da classe operária.** Isto é, para Marx, o operário era definido pelo recebimento de um soldo ou um salário. [Para] Trotsky não. Justamente em sua referência aos pontos débeis do *Manifesto Comunista* assinala como um desses pontos este fato: que surgiu uma moderna classe média. Eu inclino-me por Marx. Então, para mim, [a moderna classe média] é proletariado. Os bancários são operários, pertencem à classe operária para mim. Nisso, estou com Marx e não com Trotsky.

18) Aqui, parece-nos que Moreno comete outro erro. Essa definição de Moreno apaga a diferença entre a classe operária e os outros setores assalariados. Parece-nos que Trotsky tinha razão.

Vejamos ponto a ponto.

19) Em primeiro lugar, a evolução da realidade comprova a avaliação de Trotsky. A pequena burguesia clássica, os pequenos proprietários, não desapareceu com a evolução do capitalismo.

O avanço das grandes empresas tende a lançar crises sobre os pequenos proprietários urbanos e rurais. É inegável que as grandes empresas ocupam cada vez mais espaço em todo o mundo. Esse avanço não acaba com as pequenas empresas, que seguem existindo, mas numa localização diferente, com um papel complementar, coadjuvante, e não com o papel principal.

Os pequenos proprietários não desaparecem, sendo destruídos e recriados pelas crises capitalistas. Os pequenos negociantes são os primeiros setores afetados pelas crises, com grandes taxas de falências. Mas a limitação do emprego (o “desemprego crônico” descrito por Trotsky) e a ideologia de ter seu próprio negócio facilitam o surgimento de novas levas de pequenas empresas em cada novo ascenso econômico.

Além disso, como dizia Trotsky, “o Estado burguês dirigiu por muito tempo sua política consciente de manutenção artificial do estrato pequeno-burguês”. Isso se manifesta nas políticas dos estados de apoio ao desenvolvimento das pequenas empresas. O Estado burguês segue

voltado para as grandes empresas, mas busca amortecer o efeito das crises econômicas.

Existem milhões de pequenos comerciantes e profissionais liberais (advogados, médicos, técnicos em eletrodomésticos e informática etc.). Por outro lado, existem, com cada vez mais peso nas grandes cidades, multidões de camelôs como subproduto do desemprego e do subemprego.

Existem ainda, como subproduto do predomínio do capital financeiro, camadas importantes de pequeno-burgueses acomodados que vivem de rendas financeiras. Outros tantos vivem de alugar imóveis nas grandes cidades.

20) O crescimento das “novas classes médias” descrito por Trotsky foi cada vez maior.

Os assalariados que não são parte do proletariado industrial, como bancários, comerciários, professores etc., desenvolveram-se enormemente com a urbanização e o crescimento de serviços como educação, saúde, comércio e setor financeiro.

Em particular depois da Segunda Guerra Mundial, esse fenômeno cresceu amplamente, muito mais que nas últimas décadas vividas por Trotsky.

21) Caso fosse correta a definição de Moreno de classe operária, que incluísse esses setores da “nova classe média”, seria correta a previsão de Marx de um crescimento gigantesco da classe operária sem a existência com peso das classes médias. Essa não é, no entanto, a realidade que vivemos hoje. O peso social e político desses setores das classes médias é muito importante ao avaliarmos a situação da luta de classes em cada país.

Parece-nos que Trotsky tinha razão em sua crítica a essa projeção errônea de Marx.

IV – O proletariado industrial continua sendo o sujeito social da revolução

22) Começamos por precisar o que entendemos ser o sujeito social da revolução.

Essa é uma expressão usada por Moreno para designar a classe social que pode cumprir o papel dirigente na revolução socialista. Moreno não modificou nada nessa discussão. Só sistematizou o que já era parte da tradição marxista.

O termo “papel dirigente” era a expressão usada nas polêmicas entre a socialdemocracia russa no século 19 sobre a dinâmica da revolução (se seria o proletariado ou a burguesia a classe dirigente).

Segundo Perry Anderson, nessa polêmica também se usava o conceito de “hegemonia”, que depois seria utilizado por Gramsci com outras conotações. Ou seja, discutia-se qual classe teria a hegemonia no processo da revolução e quais as consequências que isso traria.

O mesmo conteúdo toma outra forma no *Manifesto Comunista*, no qual o proletariado é tratado como a única “classe realmente revolucionária”. A III Internacional, nas “Resoluções sobre tática”, fala do proletariado como “fator determinante da revolução mundial”.

23) Na discussão sobre o que se passou no pós-Segunda Guerra Mundial, Moreno atualiza essa discussão para mostrar que nem o sujeito social (classe operária), nem o sujeito político (partido revolucionário) previstos por Trotsky foram determinantes nas vitórias das revoluções naquele momento. Lembremos essas definições:

Por que Trotsky opina que se transita da revolução democrático-burguesa à revolução socialista? Por uma combinação objetiva de tarefas ou pelo que, no marxismo e na sociologia, chama-se de sujeito histórico? Sujeito refere-se ao homem. Histórico refere-se a um grupo de homens.

A mecânica é como funciona o motor, como funciona uma coisa. Com que engrenagem, com que gasolina o carro transita da revolução democrática à revolução socialista?

Pelo sujeito ou por um processo inevitável no qual a revolução democrático-burguesa, ao ir contra setores da burguesia, vai se tornar inevitavelmente socialista?

É possível que o carro esteja numa descida e avance sozinho. Isso quer dizer que solucionar as tarefas democrático-burguesas significa começar a atacar o capitalismo: colocando-se o carro nessa descida, ele anda sozinho. Ou tem a ver com um fator subjetivo? (Sujeito é aquele que faz as coisas. Na frase “o cachorro morde”, o cachorro é o sujeito, porque é quem morde) [Para Trotsky, o passo se dá] por um sujeito, mas social.

A chave, o motor, o mecanismo da revolução permanente de Trotsky tem a ver com o sujeito histórico. [...] O que se discute (entre Trotsky e Preobra-

jensky⁷⁾ é: a revolução torna-se socialista pela classe operária ou por uma sucessão de acontecimentos? Para que um carro se mova, há duas maneiras: uma é que alguém o ponha em marcha e o mova; outra é colocá-lo no topo de uma descida, e o carro se move [...]

Ou seja, os dois sujeitos de Trotsky, o social e o político, falharam no encontro histórico, não chegaram na hora. E, no entanto, apesar de não terem comparecido ao encontro histórico, nós seguimos acreditando que a teoria da revolução permanente é a maior contribuição do século do ponto de vista teórico.⁸⁾

Neste texto, não queremos focar na discussão sobre a revolução no pós-guerra. Queremos apenas retomar a definição de Moreno sobre o que significa ser o sujeito social da revolução (classe operária) e o sujeito político (partido revolucionário). Retomando o que dizia Moreno, sujeito social é a classe que é o motor da revolução.

24) Por que o proletariado industrial é o sujeito da revolução e não o proletariado em geral?

Em primeiro lugar, como já dissemos, pela sua localização na produção, o proletário industrial é o único trabalhador produtivo (em termos marxistas), ou seja, que gera valor, produz mais-valia. Por isso, o proletariado industrial tem um papel central na sociedade. Uma greve geral do proletariado afeta duramente o conjunto da sociedade.

Em segundo lugar, porque o proletariado industrial está concentrado em unidades produtivas e realiza um trabalho coletivo. Um operário sabe que o produto de seu trabalho é necessariamente coletivo, ao contrário de inúmeras outras categorias cujas tarefas na sociedade capitalista privilegiam o desempenho individual.

7 Eugênio Preobrajensky (1886-1937): revolucionário e economista russo, membro do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, pai da planificação soviética e, junto com Leon Trotsky, líder da Oposição de Esquerda. Foi um dos criadores do comunismo de guerra e o primeiro a assinalar seus problemas e limitações. Dirigiu os economistas soviéticos durante as décadas de 1920-1930 e elaborou um plano para industrializar o país. Foi responsável pelos primeiros escritos marxistas nas áreas de economia agrária e rural, da teoria do desenvolvimento econômico capitalista, da regulação econômica e da transição ao socialismo, especialmente nos países subdesenvolvidos, como a própria Rússia depois da revolução de 1917.

8 MORENO, Nahuel. Crítica às teses da Revolução Permanente de Trotsky. In: *Escola de quadros do Movimento ao Socialismo (MAS) da Argentina*, 1984. (Nota da edição brasileira)

Não é por acaso que essa classe seja a que pode dar uma base social à coletivização da produção. Essa é a classe que pode gerar um Estado que responda aos interesses comuns dos trabalhadores. O proletariado é, também, o que pode dar sustentação social ao regime de democracia operária, como lembrava Moreno.

Em terceiro lugar, confirmou-se com a globalização, de maneira brutal, a tese do *Manifesto Comunista* da tendência do capitalismo à pauperização do proletariado, a rebaixar o nível de vida dos trabalhadores. Como veremos, o proletariado está sofrendo não só um rebaixamento de seu nível salarial, como também a perda de conquistas importantes dos séculos 19 e 20. A base majoritária precarizada do proletariado é a expressão clara, no século 21, dos que não têm nada a perder.

25) Não é possível que o conjunto dos assalariados seja o sujeito social da revolução.

Em primeiro lugar, porque não são trabalhadores produtivos na definição marxista de gerar valor.

Em segundo lugar, porque, em geral, não têm um sentido coletivo do que produzem como tem o proletariado industrial.

Em terceiro lugar, porque incluem camadas completamente diferentes do ponto de vista social. Não se pode dizer do proletariado como um todo o que Marx falava sobre a classe operária, de que é a “mais homogênea de todas as classes”.

Os gerentes são, em geral, assalariados, mas seu nível de vida aproxima-os da burguesia. Os médicos e advogados são assalariados que têm rendimentos extremamente variados, incluindo setores altamente privilegiados e outros mais pauperizados. Os professores universitários têm salários, em geral, bem superiores aos dos professores de escolas secundárias.

As camadas mais enriquecidas não têm nada a ver com a definição de proletariado de Marx como os que “não têm nada a perder”.

O comportamento desses assalariados (o proletariado não industrial) assemelha-se, assim, ao da pequena burguesia (pequenos proprietários urbanos e rurais), que também podem se dividir, com o setor mais empobrecido sendo atraído para a revolução.

26) A III Internacional tinha o proletariado industrial como aposta para ser o sujeito social da revolução ou o “fator determinante da revolução mundial”. Em suas resoluções, o proletariado ou a classe operária é o proletariado industrial.

É este o conteúdo da definição do segundo congresso da III Internacional quando se expressa sobre “As tarefas fundamentais da Internacional Comunista” e descreve como o partido revolucionário deve dirigir o proletariado para que dispute as massas, isto é, o conjunto dos trabalhadores e explorados:

[...] 4. O sucesso da luta contra o capitalismo exige uma justa correlação de forças entre o Partido Comunista como guia, o proletariado, a classe revolucionária e a massa, isto é, o conjunto dos trabalhadores e explorados. O Partido Comunista, se ele é verdadeiramente a vanguarda da classe revolucionária, se ele assimila todos os seus melhores representantes, se ele é composto de comunistas conscientes e devotados, esclarecidos e provados pela experiência de uma longa luta revolucionária, se ele sabe se ligar indissolavelmente a toda a existência da classe operária e, por seu intermédio, a toda a massa explorada e inspirar uma plena confiança, só este Partido é capaz de dirigir o proletariado na luta final, a mais obstinada, contra todas as forças do capitalismo. É apenas sob a direção de semelhante Partido que o proletariado pode anular a apatia e a resistência da pequena aristocracia operária, composta de líderes do movimento sindical e corporativo corrompidos pelo capitalismo, e desenvolver todas as suas energias infinitamente maiores que sua força numérica entre a população, anulando, em seguida, a estrutura econômica do próprio capitalismo.⁹

Em *Teses sobre a tática*, do terceiro congresso, existe um capítulo intitulado “A Atitude em Relação às Camadas Médias do Proletariado”, em que se desenvolve a política do proletariado industrial como sujeito social da revolução para dividir e ganhar para o lado da revolução os setores médios do proletariado, tratando sobre “a conquista de círculos cada vez mais vastos de empregados do comércio e da indústria, de funcionários inferiores e de círculos intelectuais [...]”¹⁰.

27) Na parte anterior do texto, polemizamos com Moreno sobre a definição de proletariado e pequena burguesia. No entanto, essa polêmica não se estende automaticamente à definição de quem é o sujeito social da revolução. Isso não está definido precisamente em seus textos.

Existem várias passagens da obra de Moreno em que ele afirma claramente a centralidade do proletariado industrial para a revolução. A citação abaixo é significativa:

9 Extraído de <http://grupgerminal.org/?q=system/files/cuatroprimerosIcvolumen1.pdf>, p. 69.

10 Extraído de <http://grupgerminal.org/?q=system/files/cuatroprimerosIcvolumen2.pdf>, p. 48.

As ditaduras revolucionárias do proletariado, a de Lenin e Trotsky, que a Revolução de Outubro originou, são o contrário, do ponto de vista político e do setor social que refletem. Em primeiro lugar, se assentam na democracia revolucionária e não no bonapartismo: seus órgãos são os soviets revolucionários e democráticos ou qualquer outra organização revolucionária de massas. São a expressão da base operária e popular, embora com hegemonia do proletariado industrial. E, o que é decisivo, à sua frente está um partido revolucionário, que tem por objetivo supremo desenvolver a revolução socialista dentro e fora de suas fronteiras, conseguir uma mobilização permanente, destruir seu Estado nacional para desenvolver a federação de estados socialistas e estender a revolução ao mundo todo. Em uma palavra, à sua frente esteve ontem um partido bolchevique e estará, num amanhã próximo, o único partido que hoje luta pelas bandeiras do bolchevismo: um partido trotskista.¹¹

28) Até agora, na quarta etapa, as revoluções não tiveram à sua frente nem o proletariado industrial como classe organizada, nem partidos revolucionários. Alguns desses processos revolucionários obtiveram vitórias importantes, como a derrubada de governos, a anulação de planos e projetos imperialistas e até mesmo a derrubada de regimes ditatoriais.

Mas, ao contrário do que ocorreu numa parte do século passado (do pós-guerra até a vitória no Vietnã em 1975), nenhuma dessas revoluções chegou a expropriar a burguesia. Ou seja, mesmo sendo parte de um processo de revolução permanente, não avançaram para revoluções socialistas vitoriosas.

29) Grande parte das revoluções que expropriaram o capitalismo ocorreu como consequência da Segunda Guerra Mundial. Essa guerra teve consequências maiores que a primeira, levando à destruição das forças armadas burguesas em países-chaves da Europa e abrindo a possibilidade objetiva da derrubada do capitalismo. O stalinismo fez uma jogada dupla, tomando o poder em alguns países menores para poder conter a revolução e reconstruir o Estado burguês na França e na Itália, salvando o capitalismo. Essa situação objetiva não se repetiu na história.

Por outro lado, a utilização da reação democrática pelo imperialismo, incorporando as direções pequeno-burguesas ou reformistas à democracia burguesa, é parte importante da explicação sobre por que

11 MORENO, Nahuel. "As ditaduras revolucionárias e burocráticas do proletariado". *Atualização do Programa de Transição*. São Paulo: CS Editora, Tese XXI, 1992, p. 97. (Nota da edição brasileira)

não se repetem as revoluções que expropriam o capitalismo. Desde que o imperialismo passou a usar a reação democrática para enfrentar os processos revolucionários, tem conseguido desviar as revoluções.

Isso começou a ocorrer ainda na terceira etapa. Foi assim na revolução nicaraguense, bem como em Angola e Moçambique, no final do século 20, com grande auxílio da direção castrista. Mesmo quando a revolução avançou ao ponto de derrotar as Forças Armadas, as direções reformistas recusaram-se a expropriar o capitalismo.

Ocorreu o mesmo bloqueio nos processos revolucionários da quarta etapa na América Latina, no início do século 21, no Equador, na Bolívia e na Argentina.

Como consequência, desde 1975, ainda não voltaram a se dar revoluções que expropriassem o capitalismo. Nem dirigidas por direções reformistas, nem por partidos revolucionários.

30) Pode ser que voltem a ocorrer revoluções socialistas vitoriosas sem o proletariado industrial e sem o partido revolucionário à sua frente como ocorria na terceira etapa? Pode. Mas agora, na quarta etapa, volta a ser “altamente improvável”, como previa Trotsky.

Na realidade, em termos históricos, houve apenas um curto período (do pós-guerra até 1975) em que esta regra geral das revoluções não foi seguida. E, agora, voltamos à normalidade.

Esta relação entre o proletariado como sujeito social da revolução e a existência de um partido revolucionário com influência de massas não é aleatória. O programa socialista revolucionário é adequado ao proletariado industrial e não a outra classe.

31) É verdade que o proletariado industrial não foi o centro dos processos revolucionários na quarta etapa até agora. Mas o futuro não está determinado. Estamos fazendo apenas uma constatação do passado, não um prognóstico para o futuro.

Ao contrário, como veremos, existe uma possibilidade importante de que isso venha a se modificar. Começam a se manifestar movimentos de importância no proletariado chinês, assim como na Europa (uma greve geral de vários países em 2014, a mobilização atual na França), na América Latina (duas greves gerais na Argentina, duas no Paraguai, uma no Peru, greves operárias no Brasil e em outras partes do continente), greve geral na Índia e em outras partes do mundo.

A possibilidade de uma vitória ou não da revolução socialista será determinada pela entrada em cena do proletariado que se coloque à frente de um processo revolucionário. A essa condição, soma-se outra,

a da construção de uma direção revolucionária com peso de massas nesse proletariado. Esta possibilidade está estreitamente ligada ao processo de reorganização que, como veremos, está sofrendo profundas modificações.

32) Esta definição do proletariado industrial como sujeito social da revolução não tem apenas um conteúdo teórico de primeira grandeza. Tem enormes consequências políticas ao orientar nossa estratégia para que seja esse o motor, o sujeito dos processos revolucionários.

Da mesma forma, tem enormes consequências para a construção de nossos partidos, dando coerência às políticas de proletarianização (sobre setores do proletariado industrial e não sobre os assalariados como um todo). Também tem profunda consequência para a estratégia de construção de partidos revolucionários com direções operárias.

V – Uma hipótese de sistematização das classes

33) Nós partimos, portanto, das definições de Marx, Lenin, Trotsky e da III Internacional. Quando falamos do sujeito social da revolução, falamos do proletariado industrial.

Além da discussão de conteúdo, queremos também, para evitar confusões, propor uma sistematização para precisar o que queremos dizer.

34) Em primeiro lugar, propomos definir com clareza a classe operária como o proletariado industrial. No proletariado industrial incluímos os trabalhadores assalariados:

- Do departamento I da economia marxista (bens de produção), que inclui fábricas (que produzem máquinas, por exemplo), minas, refinarias, hidroelétricas, obras de construção pesada (represas, estradas, pontes etc.), produção de matérias-primas na agroindústria;
- Do departamento II, que inclui produção de bens de consumo (como fábricas de automóveis, eletrodomésticos, alimentos, brinquedos etc.) e construção de casas e apartamentos.

Ou seja, chamamos de classe operária ou proletariado industrial os trabalhadores assalariados das fábricas, os mineiros, os petroleiros, os trabalhadores da construção civil, assim como os operários rurais das empresas do agronegócio.

35) Propomos chamar “camadas médias do proletariado” aos assalariados não industriais. Incorporamos, assim, o termo usado pela III

Internacional. Essa definição inclui professores, bancários, trabalhadores do comércio, funcionalismo público etc.

36) Ao falar de proletariado, estaremos falando do proletariado como um todo, incluindo o setor industrial e o não industrial.

37) Propomos chamar de pequena burguesia os pequenos proprietários urbanos e rurais.

38) Propomos, também, incorporar como parte da burguesia os gerentes e diretores das empresas, mesmo que sejam assalariados.

A evolução do proletariado desde a “globalização”

Eduardo Almeida Neto

I – A evolução do proletariado industrial nos países imperialistas

1) A “globalização” da economia nos últimos 30 anos trouxe transformações profundas. Ao contrário do que afirmam os propagandistas do reformismo, essas mudanças não questionam o papel do proletariado como sujeito social da revolução. Ao contrário, pode estar se ampliando, objetivamente, a potencialidade revolucionária do proletariado em nível nunca visto.

2) Antes de passar adiante, queremos explicar por que usamos aspas ao falar da “globalização”. O período englobado pelas décadas de 80 e 90 do século passado trouxe muitas e importantes mudanças na economia mundial.

A nosso ver, as definições de Lenin sobre a época imperialista, ao contrário de questionadas, foram amplificadas e agudizadas nesse período. Muitas e muitas vezes, no entanto, o termo “globalização” é usado em termos jornalísticos para expressar uma negação das definições de Lenin e dar a essas modificações uma ideia de um novo imperialismo que não existe.

Para expressarmos as profundas mudanças que ocorreram nesse período, mas nos diferenciarmos dessas ideias, usamos, então, “globalização”.

3) É verdade que com a “globalização” o proletariado industrial dos países imperialistas teve uma redução numérica significativa, acompanhando o deslocamento da produção industrial para os países semicoloniais e dependentes.

Os números na tabela a seguir comprovam isso. Nos EUA, o número caiu de 18,2 milhões, em 1970, para 12,7 milhões em 2010; na Alemanha, de 8,2 milhões para 6,2 milhões; na França, de 5,2 milhões para 2,9 milhões; no Japão, de 10,9 milhões para 7,3 milhões.

PAÍS	1970	1990	2010
EUA	18,2	17,5	12,7
Alemanha	8,2	7,1	6,2
França	5,2	3,2	2,9
Japão	10,9	11,2	7,3

Fonte: UNIDOS, Industrial Development Report 2013, Sustaining Employment Growth: The Role of Manufacturing and Structural Change

Em alguns países imperialistas, essa desindustrialização foi mais importante, como no Estado espanhol e em Portugal. Em outros, foi menos acentuada, como na Alemanha. Em todos, no entanto, isso ocorreu.

4) Apesar da redução, o proletariado industrial nesses países imperialistas continua tendo um peso social superior ao do proletariado russo em 1917. Naquela época, os operários industriais russos somavam três milhões (2%) numa população total de 150 milhões. O mesmo cálculo para os países imperialistas, em 2010, resulta em 4% nos EUA, 7% na Alemanha, 4,4% na França e 5,7% no Japão.

5) Por outro lado, o ataque brutal ao nível de vida do proletariado dos países imperialistas nos anos de “globalização” levou a um processo de perda das conquistas sociais do pós-guerra. Existe um retrocesso inclusive de conquistas do século 19, redução dos salários e precarização das condições de trabalho (o que inclui trabalho informal, terceirização etc.).

A realidade atual é que o grande capital desenvolve uma guerra social para fazer o proletariado dos países imperialistas pagar o preço da grande crise aberta em 2008. E, digamos claramente, está conseguindo impor retrocessos importantes.

No conjunto do proletariado dos países imperialistas, a segurança em relação ao futuro com uma perspectiva de ascensão social está claramente questionada. Essa era uma das consequências do caráter imperialista desses países para as camadas superiores do proletariado, que tinha grande importância para assegurar a estabilidade da democracia burguesa.

Os jovens filhos de operários não conseguem uma localização que lhes permita esperar ter o nível de vida de seus pais. A juventude enfrenta um desemprego massivo e, quando consegue um emprego, é, em sua maioria, precário e mal remunerado. A insegurança em relação

ao presente e ao futuro é hoje uma característica presente no proletariado dos países imperialistas.

6) A aristocracia operária é uma camada privilegiada que tem um papel muito importante como base social das burocracias sindicais e do reformismo. Foi definida por Lenin como fator de estabilidade social e política do capitalismo.

A aristocracia operária está sendo enfraquecida por este processo de ataques ao proletariado. Isso pode ter grande importância para o processo revolucionário.

Não estamos dizendo que este setor privilegiado do proletariado desapareceu. Segue existindo, embora com menor estabilidade e peso social. Mas continua sendo base, dentro do proletariado, das burocracias sindicais e dos partidos reformistas.

7) Um tema de peso na evolução do proletariado é o da migração. Os imigrantes ocupam, em geral, os trabalhos mais precarizados e com os piores salários nos países imperialistas. Esse é um processo que evoluiu fortemente durante a “globalização”, movendo grandes massas de trabalhadores.

Segundo dados da International Organization for Migration (Organização Internacional de Migração), existiam 214 milhões de migrantes no mundo em 2010, 3% da população mundial.

O peso dos imigrantes turcos na Alemanha, africanos e árabes no restante da Europa e latinos nos EUA já está mudando a realidade do proletariado nesses países. Em alguns setores, já são, inclusive, majoritários.

8) A essa evolução objetiva, soma-se o giro das direções à direita para questionar as bases nas quais o proletariado se organizou em dezenas de anos.

O proletariado – com uma camada importante de aristocracia operária – organizado nos grandes sindicatos e dirigido pelos partidos socialdemocratas e stalinistas está mudando aceleradamente. Em vários países, talvez já seja parte do passado.

Novos setores de operários jovens e precarizados têm uma evolução muitas vezes fora desse padrão, chocando-se com o conjunto da institucionalidade.

9) Um setor da intelectualidade caracteriza esse setor como algo distinto do proletariado. Guy Standing, por exemplo, chama esses setores precarizados de “precariado, a nova classe perigosa”.

O precariado não faz parte da classe “trabalhadora” ou do “proletariado” [...] O resultado foi a criação de um “precariado global”, que consiste de muitos milhões ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade. Eles vão se tornando uma nova classe perigosa. Eles são propensos a ouvir vozes ruins e usar seus votos e dinheiro para dar a essas vozes uma plataforma política e aumentar sua influência. O próprio sucesso da agenda “neoliberal”, abraçada em maior ou menor grau por governos de todos os tipos, criou esse incipiente monstro político. É necessária uma ação antes que esse monstro venha à vida. (*The Precariat, The New Dangerous Class*, 2011)

O nome “precariado” já é em si um erro, por apontar que se trata de uma classe social distinta. O “precariado” não é uma nova classe, mas setores importantes e crescentes do proletariado industrial. Na verdade, é o resultado da combinação explosiva da precarização violenta e da desorganização do proletariado.

10) A crise da socialdemocracia e dos partidos burgueses tradicionais – que tanto assusta parte da intelectualidade – é parte da crise da democracia burguesa e do reformismo.

Os tempos do Estado de bem-estar social se foram. Os ataques brutais aos salários e a precarização das relações de trabalho trouxeram a polarização e a radicalização ao proletariado europeu.

Isso se combina com a profunda crise de direção revolucionária e abre espaço para o ascenso da ultradireita e mesmo de organizações fascistas com base em setores da classe operária.

Mas essa crise abre, também, uma possibilidade distinta. Caso ela seja fecundada por um ascenso centrado na classe operária – o que não ocorreu em grande escala até agora –, pode se abrir espaço para o fortalecimento de correntes revolucionárias.

Não estamos dizendo que a evolução objetiva do ascenso, mesmo centrado na classe operária, determine o crescimento de correntes revolucionárias. Isso pode nunca ocorrer mesmo que haja ascenso operário. Apenas queremos afirmar que, caso se dê um ascenso operário, poderemos ver novamente a ampliação do espaço para correntes revolucionárias que podem aproveitá-lo ou não.

II – A evolução do proletariado industrial nos países semicoloniais e dependentes

11) A divisão mundial do trabalho determinada pelo imperialismo com a “globalização” da economia definiu uma diferenciação importante entre os países semicoloniais e dependentes. Numa parte desses países, impôs-se uma reprimarização da economia com ênfase na produção e exportação de *commodities* agrícolas e não agrícolas (mineração).

Em outra parte, ocorreu a deslocalização das indústrias dos países imperialistas para os semicoloniais. Isso inclui a cadeia de produção mundial das multinacionais com plantas em vários países compondo partes dos produtos para o mercado mundial. Ou, ainda, países que concentram a produção industrial para todo o mundo (como a China), para regiões do mundo ou para ocupar grandes mercados nacionais.

Em alguns deles, como no Brasil, houve uma combinação dos dois elementos: produção para exportação de *commodities*, produção industrial para exportação para a América Latina e consumo no grande mercado interno.

12) Como consequência desta nova divisão mundial do trabalho, numa parte desses países ocorreu também uma redução do proletariado industrial, como na Bolívia, onde 84% dos mineiros foram demitidos, enfraquecendo o proletariado como sujeito social da revolução. Um processo semelhante ocorreu no Leste Europeu pós-restauração capitalista.

Numa parte importante dos países semicoloniais e dependentes, contudo, existiu um fortalecimento numérico econômico e social do proletariado industrial como produto do deslocamento das indústrias para esses países. Isso ocorreu na China, na Indonésia, na Malásia, na Tailândia (chamados de SEANICs, South East Asian Newly Industrialized Countries), na Índia, no Vietnã, em Bangladesh, no Brasil e em vários países sul-americanos.

Esse é um fato de enorme importância que, até agora, não tinha sido avaliado. Na tabela a seguir, podemos ver uma síntese da evolução numérica do proletariado industrial em países chave.

PAÍS	1970	1990	2010
China	14,2	42,4	68,8
Índia	4,7	7,2	11,8
Bangladesh	0,2	1,0	5,1
Indonésia	0,5	2,6	4,2
Vietnã	0,04	0,4	4,4

Fonte: UNIDOS, *Industrial Development Report 2013, Sustaining Employment Growth: The Role of Manufacturing and Structural Change*

13) O exemplo mais impressionante é o da China, que tem hoje o maior proletariado de todo o mundo.

A restauração do capitalismo facilitou toda a operação de propaganda de supressão da ideia histórica do proletariado como sujeito social da revolução. Mas foi também agente de criação do maior proletariado industrial de todo o mundo. O proletariado chinês é hoje (com 68,8 milhões) duas vezes e meia maior que o proletariado industrial da antiga URSS em 1970 (27,1 milhões). Agora, esse proletariado, que aumentou quase cinco vezes desde 1970, começa a se mover contra os ataques do capitalismo contra seu nível de vida.

Desde o início da década de 1980, cerca de 150 milhões de trabalhadores migraram das áreas rurais para as urbanas em busca de emprego [...]

À medida que cada vez mais trabalhadores migrantes se estabelecem nas cidades e se consideram assalariados ao invés de camponeses, está emergindo uma nova geração de trabalhadores proletarizados com uma crescente consciência de classe. Tanto os documentos governamentais oficiais como a grande mídia reconhecem agora a ascensão da “segunda geração de trabalhadores migrantes”.

Segundo a grande mídia chinesa, existem atualmente cerca de cem milhões de trabalhadores da segunda geração de migrantes, nascidos após 1980. Eles foram para as cidades logo após completarem o ensino superior ou o ensino médio. A maior parte destas pessoas não possui experiência na produção agrária. Identificam-se mais com as cidades do que com o campo. Comparada com a “primeira geração”, a segunda geração de trabalhadores migrantes tende a possuir uma educação melhor e maiores expectativas de emprego. Eles exigem melhores condições de vida material e cultural e estão menos dispostos a tolerar condições precárias

de trabalho. (*A ascensão da classe trabalhadora e o futuro da revolução chinesa*, Minqi Li)

14) O proletariado vietnamita sofreu a mesma evolução, embora mais atrasada. O proletariado industrial durante a revolução que derrotou o imperialismo ainda era muito pequeno, com 40 mil trabalhadores. Hoje, conta com 4,4 milhões de operários.

A onda de industrialização do Vietnã é parte do mesmo processo de todo o sudeste asiático, que se fortalece depois que as indústrias começam a deixar a China. Em particular, são empresas de baixa tecnologia (como vestuário, sapatos e brinquedos) que se deslocaram para outros países do sudeste asiático quando o proletariado chinês começou a lutar por melhores salários.

Os salários pagos no Vietnã são dos mais baixos de todo o mundo, com condições de trabalho que se aproximam da barbárie.

15) O proletariado russo teve uma evolução muito diferente. Com a restauração capitalista, existiu uma ampla desindustrialização na Rússia (uma das maiores do mundo na época), que se estendeu para Ucrânia, Polônia, Romênia, Hungria e outros estados. Na Rússia, a produção industrial caiu mais de 50%, gerando uma devastação inédita desde a invasão nazista, afetando cidades e regiões industriais inteiras.

Depois disso, a Rússia se realocalizou na nova divisão mundial do trabalho com a “globalização” numa situação neocolonial, centrada na produção e exportação de petróleo e gás. A exportação de petróleo mais que dobrou, em especial no início deste século [21], quando o preço do petróleo subiu cinco vezes mais.

Esta nova localização gerou uma nova configuração da classe operária. Depois da destruição de ramos inteiros da produção industrial, que empregava dezenas de milhões de operários, houve uma reorganização do emprego, mas sobre uma base mais primitiva. Para a produção de petróleo e gás, não é necessária muita mão de obra. As novas fábricas multinacionais ainda são bem minoritárias (dados do texto *Sobre la definición de la situación revolucionaria mundial*, de I. Razin).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) contabilizou 25,8 milhões de operários industriais em 1991, que foi o máximo alcançado. Com a restauração, o número foi baixando até chegar a 17 milhões em 1998. A partir daí, com o crescimento já na nova localização no mercado mundial, o número voltou a crescer até chegar a 21,1 milhões em 2007. Com a crise mundial de 2007-2009, baixou até chegar a 18,4 milhões em 2012. A partir daí, voltou a crescer, chegando a 23,2 milhões em 2015.

16) O proletariado brasileiro fortaleceu-se nas décadas de 70 e 80 do século passado, quando protagonizou um ascenso importantíssimo (um dos maiores do mundo na década de 1980) que deu base para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na década de 1990, o proletariado teve uma redução importante, voltando a subir neste século.

Um estudo fundamental lançado recentemente pelo Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), *O proletariado brasileiro hoje*, aponta para o mesmo sentido ao comparar a evolução do proletariado industrial em 1995 (6 milhões) e em 2014 (10,2 milhões):

Como podemos perceber, apesar da queda em 2015, em função da crise econômica, o número absoluto de trabalhadores industriais (indústria de transformação, construção civil e extrativa mineral) atingiu o seu mais alto patamar em 2014. Neste ano, o número absoluto de operários foi 85% maior que em 1995. Foi superior também aos anos oitenta, quando o total de operários industriais jamais superou os 7 milhões de trabalhadores.

O primeiro aspecto importante a ser notado, é que os operários industriais tendem a crescer em relação ao total da população do Brasil. Em 1995, eles eram 3,83% da população. Já em 2014, 5,64%. Esse número é similar àquele que encontramos nos anos 80, ápice da industrialização brasileira [...] Com isso, fica claro que o proletariado industrial brasileiro cresceu em termos absolutos e mantém, hoje, o mesmo patamar percentual do período dos anos 80.

Mesmo com a severa crise econômica (recessão de 4% por dois anos consecutivos), na qual o número de operários caiu fortemente, ele ainda se mantém alto.

17) O proletariado argentino viveu um processo semelhante. Em 1973, existiam 1,907 milhão de operários industriais. Esse número sofreu uma redução na década de 1990, crescendo novamente neste século. Em 2011, já somavam 2,4 milhões.

Agora, existe uma queda nesses números, pois o proletariado vem sendo afetado pela crise econômica recessiva.

18) O proletariado industrial mexicano viveu uma profunda transformação com o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA na sigla em inglês) e a Parceria Transpacífico (TPP na sigla em inglês), que transformaram o país praticamente numa colônia dos EUA.

Em boa parte do país, na década de 1990, existiu um retrocesso pelo fechamento das fábricas com o NAFTA. Mas no norte, junto à fronteira com os EUA, existiu um desenvolvimento espetacular das montadoras de automóveis com o crescimento de um novo proletariado industrial jovem e precarizado. Nessas regiões, a atividade sindical é severamente reprimida.

Hoje, existem 12,5 milhões de operários industriais no país com uma média salarial baixíssima (43% dos salários pagos na China) produzindo na fronteira dos EUA, com a supressão das taxas alfandegárias pelos tratados comerciais.

19) O exemplo haitiano é emblemático. Nesse país, houve, na década de 1980, a implantação de zonas francas que produzem têxteis para o mercado dos EUA, chegando a ter 120 mil operários industriais. Com a crise econômica e política, esse número baixou drasticamente para 15 mil.

Agora, retoma-se esse plano com a implementação das zonas francas de acordo com o Plano Clinton. O Haiti está produzindo têxteis para vender no mercado norte-americano com salários duas vezes e meia mais baixos que os da China, a uma distância dos portos dos EUA doze vezes menor.

As empresas não pagam um salário que corresponda ao valor necessário para a reprodução normal da mão de obra. Os haitianos podem morrer jovens, como os escravos, porque são mão de obra barata e abundante, fácil de ser substituída. As empresas têm à sua disposição um exército industrial de reserva de 80% de desempregados. Se um trabalhador ficar doente, não ganha nada. Se morrer, pode ser substituído de imediato por outro haitiano faminto.

As multinacionais não pagam nenhuma das conquistas dos séculos 19 e 20, como férias, 13º salário, aposentadoria. Não pagam praticamente nenhum imposto ao Estado, que, por sua vez, não precisa assegurar saúde nem educação ao povo. As fábricas têxteis têm pequena exigência de capacitação tecnológica para a mão de obra, o que torna desnecessário investir em educação pública e formação técnica.

Os trabalhadores moram ao lado das empresas, podendo ir a pé para o trabalho. Se alguém morar longe, vai a pé assim mesmo. Os bairros não têm redes de esgoto nem água potável. Menos ainda energia elétrica. Está sendo imposto um capitalismo muito mais selvagem no Haiti, em condições que se assemelham à barbárie.

Esse plano econômico sinistro do imperialismo tem, no entanto, uma contrapartida social, por recompor e fortalecer o proletariado

têxtil como o mais importante setor dos trabalhadores do país. Já são 50 mil operários industriais, que podem chegar a 400 mil (dados da organização operária haitiana Batay Ouvriyé).

20) Os ataques aos salários e condições de trabalho do proletariado nos países semicoloniais e dependentes é brutal. O imperialismo em tempos de “globalização” conseguiu uma mobilidade na produção inédita, que se traduz numa pressão por rebaixamento dos salários ou na mudança das plantas industriais. Impôs um retrocesso global aos salários do proletariado ao definir um novo paradigma com os salários da China pós-restauração do capitalismo.

Enquanto o salário mínimo nos EUA é de cerca de US\$ 1.200 e na Alemanha de US\$ 1.600 (2015), em países como Espanha (US\$ 800) e Portugal (US\$ 600), é bem menor. A escala vai descendo a patamares como o salário mínimo no Brasil (US\$ 290) e na China (US\$ 240) até chegar aos níveis mais baixos, com os salários mínimos no Haiti (US\$ 100), na Indonésia (US\$ 91), no Vietnã (US\$ 87), no Camboja (US\$ 80) e em Bangladesh (US\$ 40).

21) É preciso atualizar a disjuntiva “socialismo ou barbárie”. Basta observar a situação do proletariado no Haiti, na Indonésia, no Vietnã e em Bangladesh, assim como a realidade em boa parte dos setores mais explorados em cada um dos países semicoloniais, para ver que o imperialismo já está impondo elementos de barbárie nas pontas do sistema.

22) Esses elementos de barbárie vão se ampliar fortemente. A crise econômica, que já chegou aos países semicoloniais, vai implicar o aumento do desemprego e mais arrocho salarial e precarização.

III – A evolução do proletariado não industrial

23) Existe uma forte ampliação do proletariado não industrial desde a segunda metade do século 20 que se aprofundou com a “globalização”. O crescimento do proletariado não industrial é causado pela combinação entre a urbanização crescente do mundo e o avanço das grandes empresas.

24) Nos tempos da revolução russa, a taxa de urbanização mundial se aproximava de 20%. Entre 1950 e 2000, a parcela da população mundial residente nas cidades passou de 30% para 47%. Em 2005, o mundo se tornou majoritariamente urbano, isto é, pela primeira vez,

passou a ter mais pessoas vivendo nas cidades do que no campo. Em 2015, a população urbana já era de 54%.

A América Latina, por exemplo, é uma das regiões mais urbanizadas do planeta, com mais de 80% da população nas cidades.

O fenômeno das cidades gigantescas se ampliou muito. Nos tempos da revolução russa, só havia, no mundo, 16 cidades com população superior a 1 milhão de habitantes (somente Pequim e Calcutá entre os países semicoloniais). Já em 1950, havia 20 cidades no mundo com população superior a 2,5 milhões de habitantes. No ano 2000, existiam 26 cidades com mais de 10 milhões de habitantes. Hoje, Xangai (incluindo a região metropolitana) tem 25 milhões; Deli, na Índia, e Cidade do México, 21 milhões; São Paulo, no Brasil, 20 milhões.

25) Por outro lado, existe uma centralização cada vez maior do capital como subproduto do desenvolvimento imperialista. Isso se traduz no avanço das grandes empresas (industriais, comerciais, bancárias, serviços em geral) sobre as pequenas empresas.

26) Hoje, o peso do proletariado não industrial urbano (bancários, comerciários, professores, funcionários públicos etc.) é qualitativamente maior que na época da revolução russa.

Trotsky já tinha avaliado essa dinâmica ao falar do peso das “novas classes médias”. Mas o desenvolvimento desse setor foi ainda maior na segunda metade do século 20, tendo novo impulso com a “globalização”. Tanto nos países imperialistas, em que houve uma redução numérica do proletariado industrial, quanto nos países semicoloniais, onde o proletariado industrial cresceu, o peso dos trabalhadores assalariados não industriais aumentou muito em todo o século 20.

27) É notável a mudança no comércio das cidades, onde as pequenas quitandas, açougues etc. deram lugar às grandes redes de supermercados, com um grande número de trabalhadores assalariados no comércio que não existia antes.

As agências bancárias, em muitas cidades, hoje cobrem os bairros mais importantes, com dezenas de milhares de bancários. A crescente automação e os planos neoliberais reduziram esse número, mas não retroagiram ao momento de antes da Segunda Guerra Mundial.

Os serviços públicos de educação e saúde acompanharam a extensão da urbanização gerando milhões de professores e trabalhadores da saúde. Depois de sua expansão no século 20, esses serviços públicos foram atacados sistematicamente por todos os planos neoliberais, com

sucateamento dos serviços e arrocho salarial dos trabalhadores. Não por acaso, os professores, em particular, são muitas vezes vanguardas nos processos de luta contra os planos neoliberais.

O transporte público já tinha importância nos tempos de Marx, assim como nos de Lenin e Trotsky. Mas, inegavelmente, ganhou muito mais peso com o desenvolvimento das megalópoles na segunda metade do século 20. Nas grandes cidades, o transporte é feito por grandes empresas (privadas e estatais), com ferroviários, metropolitâneos e motoristas de ônibus tendo grande peso sindical e político.

Essa é uma base social de grande importância nos processos revolucionários, que também se divide, podendo seus setores mais explorados serem polarizados pelo proletariado industrial. Trata-se de setores que têm, muitas vezes, relações estreitas familiares e de moradia com o proletariado industrial.

28) O proletariado não industrial aumentou ainda mais com a globalização. Os dados da OIT indicam que o número de trabalhadores do setor de serviços praticamente dobrou entre 1991 e 2016:

1991	2012	2016
763.214	1.396.938	1.506.533 (estimativa)

Isso significa uma ampliação muito importante da proporção dos trabalhadores assalariados não industriais em todo o mundo sobre o conjunto da população, que cresceu 35% no período.

IV – O proletariado teve uma ampliação objetiva de seu potencial revolucionário

29) Ao contrário do que afirmam os que abandonam o campo da revolução, o proletariado teve, nessa quarta etapa com a “globalização”, um reforço objetivo de seu potencial revolucionário.

30) Em primeiro lugar, porque, ao contrário do que diz a propaganda dos que abandonaram a arena da revolução, o número de operários industriais aumentou em nível mundial desde a década de 1990.

Segundo a OIT, os números são estes:

Operários Industriais no mundo		
1991	2012	2016
490 milhões	714 milhões	771 milhões

Fonte: OIT – *World employment social outlook, 2015*

Segundo a ONU, os dados são um pouco diferentes, mas apontam a mesma tendência. O número de operários industriais aumentou de 140 milhões, em 1970, para 470 milhões em 2009 (16% dos trabalhadores de todo o mundo, crescimento anual de 1,6%), chegando a mais de 500 milhões em 2013 (Industrial Development Report 2013, UNIDO, ONU).

31) Existe um desenvolvimento também no campo, que levou à ampliação do proletariado agrícola em detrimento do campesinato. Isso é consequência do brutal avanço do agronegócio à custa das pequenas propriedades camponesas.

A produção para o mercado mundial, em particular de soja, algodão, açúcar, café, cereais, milho, arroz, trigo e carnes, é feita de maneira crescente em grandes propriedades, muitas delas multinacionais. Isso traz o desenvolvimento do proletariado rural, irmão de classe do proletariado industrial.

Evidentemente, estamos falando de um processo desigual que se expressa de maneira muito diferente de país a país. Mas trata-se de uma forte tendência internacional.

Segundo a OIT, existem 1,1 bilhão de trabalhadores ativos na agricultura, metade dos quais é assalariada. Ou seja, temos 550 milhões de operários agrícolas.

Trata-se, segundo Trotsky, da mesma classe do proletariado industrial:

O operário agrícola é, na aldeia, o irmão e o companheiro do operário da indústria. São duas partes de uma só e mesma classe. Seus interesses são inseparáveis. O programa das reivindicações transitórias dos operários industriais é também, com estas ou aquelas mudanças, o programa do proletariado agrícola. (*Programa de Transição*)

32) Além de um crescimento em nível mundial, o proletariado teve seu nível de vida duramente rebaixado. O resultado de dezenas de anos de aplicação de planos neoliberais levou a um forte empobrecimento e à precarização das suas condições de trabalho.

Houve um brutal ataque às conquistas passadas do proletariado nos países imperialistas. Nos países semicoloniais, os ataques geraram condições que se aproximam da barbárie.

O empobrecimento vem sendo efetivado por ondas de redução dos salários em espiral para baixo, fazendo com que, a cada crise, o proletariado de um país imperialista desça ao nível dos países semicoloniais, e o dos países semicoloniais desça a um patamar ainda mais baixo.

33) Um dos elementos centrais do ataque ao nível de vida dos trabalhadores é a precarização das relações trabalhistas. Segundo a OIT: “[em 2015] Só uma quarta parte dos trabalhadores do mundo tem uma relação de emprego estável”. Ou seja, três quartos dos trabalhadores estão empregados com contratos temporários ou a curto prazo, em empregos informais e, com frequência, sem nenhum contrato, como os camelôs, ou em empresas familiares sem remuneração.

O fenômeno da terceirização e da precarização das relações de trabalho determina uma fragmentação do proletariado (efetivos *versus* terceirizados). Isso, por um lado, enfraquece os laços do proletariado com as estruturas sindicais. Por outro, também enfraquece o controle reformista das direções sindicais e políticas tradicionais.

34) A maior educação e qualificação do proletariado – resultante das necessidades da produção mais automatizada – levou a um proletariado mais jovem e instruído. O acesso aos novos meios de comunicação – em particular à internet e às redes sociais – possibilita que esse proletariado mais instruído e informado acompanhe com mais facilidade os processos políticos de seus países e do mundo. Da mesma maneira, abrem-se novas possibilidades de articulação e organização por fora das superestruturas sindicais e partidárias tradicionais.

35) Houve um salto na internacionalização da produção capitalista com a “globalização”. As multinacionais estenderam seu domínio a todas as partes do planeta, unificando num grau superior o mercado mundial. Além disso, passaram a produzir partes de seus produtos em distintos países, tornando a produção literalmente internacional.

Isso teve como contrapartida a expansão do proletariado em nível internacional. Se houve uma redução do proletariado industrial em países imperialistas, houve uma ampliação em nível internacional em termos absolutos e relativos.

A internacionalização da produção reforça, objetivamente, a interdependência do proletariado de cada país com os dos outros países

para defender suas condições de existência. O internacionalismo passou a ser uma necessidade não só para a estratégia revolucionária, mas para o dia a dia das lutas sindicais.

36) A resultante geral desse processo objetivo é um proletariado industrial mais jovem, mais instruído, mais explorado e fragmentado. Trata-se de uma base objetiva mais explosiva, que instabiliza a perspectiva de ascensão social que, muitas vezes, deu base para uma postura conservadora nos estratos mais altos do proletariado.

Isso não pré-determina nenhuma evolução positiva ou negativa, à medida que pode ser capitalizada pela extrema direita, por novos setores reformistas ou por anarquistas, assim como pelas velhas organizações burguesas ou reformistas.

O que afirmamos é que está se abrindo um terreno diferente para as organizações revolucionárias. Podemos ter mais ou menos sucesso para ocupar este espaço.

Mas o proletariado industrial pode ser ainda o sujeito social da revolução?

Eduardo Almeida Neto

1) Não existe nenhuma definição pré-determinada sobre quem será o sujeito social dos processos revolucionários. Na verdade, isso será determinado pela existência ou não de uma direção revolucionária operária com influência de massas.

Existiu uma participação do proletariado marcante nos processos revolucionários em todas as etapas. Foi assim na primeira etapa, depois da revolução russa, com as revoluções na Alemanha (1919-1923) ou na insurreição de Cantão na China (1924). Na segunda etapa, tivemos os processos revolucionários na França (1935-1936), que começaram com uma onda de ocupações de fábricas, e na Espanha, com destaque para a insurreição na Catalunha (1934). Na terceira etapa, tivemos a revolução boliviana (1951), assim como os processos revolucionários de maio de 1968, na França, com uma greve geral, o *cordobazo* na Argentina, o ascenso de 1980 na Polônia e vários outros.

Em nenhum desses processos, no entanto, o proletariado foi vitorioso como na revolução russa pela ausência do sujeito político, o partido revolucionário.

I – O exemplo da revolução russa

2) Como já dissemos, o proletariado russo fez a revolução sendo minoria na sociedade. Compunha, como vimos, apenas 3% da população russa. Pode ser o sujeito social da revolução por colocar-se à frente de um conjunto de forças sociais em sua ação direta revolucionária numa situação de crise brutal do país pelos efeitos da guerra. Para isso, foi fundamental a existência do partido bolchevique.

Um exemplo claro foi a incorporação do campesinato ao projeto da revolução. O campesinato russo, maioria absoluta da população naquele momento, dividiu-se, com sua maior parte – pauperizada pela exploração e radicalizada pela guerra – aderindo ao projeto bolchevique na ação.

Os bolcheviques incorporaram o programa do campesinato – a reforma agrária – para ganhar a maioria da base do campesinato e, assim, compor o bloco que sustentou a insurreição.

3) Num processo revolucionário, a luta entre as classes sociais é violenta. As pressões dos setores intermediários manifestaram-se muitas vezes entre fevereiro e outubro, deixando os bolcheviques em minoria absoluta nos soviets, com os reformistas expressando essa maioria pequeno-burguesa.

Mesmo quando os bolcheviques se aproximaram da maioria nos soviets, como parte da radicalização do processo revolucionário, a pressão dos setores pequeno-burgueses se manifestou no partido bolchevique com um setor de sua direção defendendo um caminho para a democracia burguesa e não para a insurreição.

Em setembro, pouco menos de um mês antes da insurreição de outubro, o Comitê Central bolchevique dividiu-se sobre a política para o pré-parlamento. A maioria do CC orientava-se em direção ao pré-parlamento, o que conduziria o processo revolucionário à democracia burguesa. Só a dura luta estabelecida por Lenin conseguiu reverter essa pressão sobre a direção bolchevique e forçá-la a abandonar o pré-parlamento. Pouco menos de um mês depois, tomavam o poder.

4) Depois da insurreição vitoriosa, novo teste. Os bolcheviques convocaram eleições para a Assembleia Constituinte logo depois de tomar o poder. Ainda sem ter demonstrado na prática os resultados do poder soviético, predominou a inércia, com os bolcheviques – que já eram maioria nos soviets – tendo 25% dos votos. Os partidos burgueses tinham 13% dos votos, os reformistas (socialistas revolucionários e mencheviques), 62%.

Os bolcheviques, então, apresentaram a “Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado”, aprovada pelos soviets, na sessão inaugural da Assembleia Constituinte, e exigiram que fosse votada. Essa declaração dizia que a constituinte aderiria sem reservas à revolução socialista, aprovando a nacionalização da terra, o controle operário da produção, a nacionalização dos bancos, a formação do Exército Vermelho, a decretação da paz democrática sem anexações e que os exploradores não podiam ter qualquer poder.

Como a Assembleia Constituinte recusou-se a votar a resolução, foi dissolvida pelos soviets. Lenin faria um balanço sobre o tema:

As forças do proletariado são, em todos os países capitalistas, infinitamente superiores à sua força numérica, em relação ao conjunto da população. O proletariado exerce o domínio econômico dos centros e dos nervos de todo o sistema capitalista. Em relação às massas camponesas, só depois de ter tomado o poder será possível ao operário conseguir seus votos. O poder político pode e deve ser, nas mãos do proletariado, um meio para entender-se com as massas trabalhadoras não proletárias, o meio de conquistar essas massas que hoje estão com a burguesia e com os partidos pequeno-burgueses

A dissolução da Assembleia Constituinte gerou enorme polêmica na esquerda em todo o mundo. Evidentemente, os reformistas fizeram um coro mundial contra os bolcheviques. Mesmo revolucionários, como Rosa Luxemburgo, foram contrários. No entanto, mais uma vez, a revolução socialista demonstrou que só pode triunfar com a combinação do proletariado como sujeito social e o partido revolucionário como sujeito político, enfrentando a democracia burguesa, os reformistas e mesmo as vacilações inevitáveis dos revolucionários.

5) Assim, só é possível entender como o proletariado foi o sujeito social dessa revolução estando em minoria se localizarmos o papel do partido bolchevique como sujeito político desse processo. Derrotar o reformismo era também se contrapor às pressões sociais da pequena burguesia sobre o processo revolucionário.

II – Os limites atuais

6) Na quarta etapa, até agora, o proletariado industrial não foi o sujeito social dos inúmeros processos revolucionários que ocorreram. Os sujeitos sociais foram as massas urbanas e populares ou, ainda, camponesas. O proletariado participou dos processos revolucionários, mas não foi seu sujeito social. Muitas vezes, teve papel importante. Em outras, foi coadjuvante.

Nas revoluções do norte da África e do Oriente Médio, o sujeito social foram as massas populares. Na América Latina, no início deste século, ocorreram revoluções contra democracias burguesas. No Equador, o sujeito social foram os indígenas, parte do campesinato. Na Bolívia, foram os *cocaleros*, também parte do campesinato. Na Argentina, foram as massas populares urbanas. A abertura da situação pré-revolucionária no Brasil, em 2013, foi dada pelas mobilizações de massas populares urbanas.

7) O grande tema é discutir por que isso tem ocorrido até agora. A explicação mais difundida, como já vimos, é a simples negação do papel do proletariado como sujeito social de qualquer revolução. Os motivos para isso são variados, a depender dos diferentes setores que defendem essa tese, como já vimos. Nós defendemos uma tese oposta. Como já explicamos, existe um fortalecimento objetivo do potencial revolucionário do proletariado.

A explicação mais importante da trava sobre o proletariado é o papel das direções sindicais e políticas reformistas, a causa da crise de direção revolucionária

8) Não existe nenhum automatismo que assegure o proletariado como sujeito social da revolução. Existe uma luta duríssima entre setores sociais e seus representantes políticos, complexa, com idas e vindas, vitórias e derrotas, luta que leva a um resultado ou outro no tumulto das situações e crises revolucionárias.

Durante os últimos processos revolucionários, a classe operária não tem acaudilhado as massas empobrecidas. Ao contrário, na maior parte das vezes, o proletariado industrial absorve a pressão política e as ideologias impregnadas em outros setores da classe.

Em geral, os setores intermediários (campesinato, pequenos proprietários urbanos, assalariados não industriais, aristocracia operária) são mais propensos a aceitar as ideologias reformistas de colaboração de classes que dão base aos governos de frente popular. São também mais facilmente atraídos pela democracia burguesa com a ilusão da “maioria popular” que desvia os processos revolucionários.

Não é por acaso que os partidos neorreformistas de hoje (como Podemos, PSOL, Syriza) têm uma base social nas esferas mais privilegiadas dos setores médios, como professores universitários, médicos, advogados etc.

Isso não quer dizer que o proletariado não seja também ponto de apoio – a partir de suas direções – para este tipo de política reformista. Tampouco estamos dizendo que os setores médios não podem ser divididos, com sua parcela mais explorada podendo se deslocar à esquerda e acompanhar o proletariado radicalizado.

Apenas afirmamos que o setor mais explorado do proletariado, por ser o que não tem nada a perder, tem mais facilidades para responder a uma política consequentemente revolucionária. Depende, para isso, da existência de uma direção revolucionária com peso de massas, o que não tem existido.

III – As condições objetivas são mais propícias que antes

9) O proletariado industrial, ainda sendo o sujeito potencial da revolução socialista, não pode realizá-la sozinho. É uma minoria no conjunto da população. Só é possível que se efetive como sujeito da revolução caso seja o caudilho de um processo revolucionário, atraindo e dividindo a grande massa dos trabalhadores e do povo pobre.

O desenvolvimento imperialista, um século depois da revolução russa, ampliou, objetivamente, também o potencial revolucionário dos possíveis aliados do proletariado industrial.

10) Existe, de certa maneira, uma proletarização do mundo. Não estamos reafirmando a previsão de Marx no sentido da redução e da simplificação da estrutura social ao binômio burguesia *versus* proletariado industrial. Já precisamos, em parte anterior do texto, como continuam existindo setores da pequena burguesia urbana e rural. Por outro lado, ampliou-se muito o que Trotsky chamava de “novas classes médias”, ou seja, os setores assalariados não industriais. É sobre isto que estamos falando, de uma generalização das relações assalariadas em todo o planeta.

Temos um número aproximado, segundo os dados da OIT, de 2,82 bilhões de proletários (industriais e não industriais) no mundo. São 770 milhões de operários industriais, 550 milhões de operários rurais e 1,5 bilhão de proletários não industriais. Esse é o proletariado do mundo como um todo (industrial e não industrial).

Sobre o conjunto do proletariado, abatem-se as mesmas determinações de arrocho salarial e precarização que ocorrem com o proletariado industrial. A maioria pauperizada do proletariado não industrial pode ser dividida da minoria privilegiada e constituir uma base objetiva superior para uma estratégia revolucionária.

11) As grandes cidades são gigantescos barris de pólvora, reunindo milhões de operários industriais, proletários não industriais, vendedores ambulantes, desempregados, ou seja, uma enorme massa de população pobre, em condições de vida extremamente precárias. Juntam-se baixos salários (ou o desemprego) com péssimas condições de moradia, transporte, saúde e educação, provocando uma grave crise urbana.

É esta junção da proletarização do mundo com a crise urbana das grandes cidades que cria as massas populares, que têm tido um papel importante nas revoluções recentes. Essas massas populares urbanas indiferenciadas (com o proletariado industrial disperso em seu meio)

foram os sujeitos sociais de muitas revoluções na terceira etapa (como o *caracazo* na Venezuela), e, na quarta etapa, no Egito, na Síria, na Argentina e em outros processos.

12) Isso nos obriga a tirar conclusões sobre a dinâmica das revoluções. É preciso pensar que o proletariado deve ter um programa para dirigir a parcela mais explorada dessa enorme massa para um projeto de revolução socialista. Num processo revolucionário, essas massas populares podem se dividir, com os setores mais pauperizados podendo girar em direção ao proletariado.

Esses processos – como sabemos – terminaram sendo conduzidos por direções burguesas e reformistas que, entre outras coisas, preocuparam-se em evitar que o proletariado fosse o sujeito social dessas revoluções e que tivessem um programa revolucionário.

Existe a necessidade de um programa revolucionário para as cidades que responda às necessidades de moradia, saúde, educação, transporte e luta contra a violência urbana.

Nossos partidos devem buscar uma implantação nos bairros proletários populares. A inserção nas fábricas – que deve ser nossa estratégia – não se atinge somente por meio dos sindicatos. É preciso lembrar que os bolcheviques tinham em Vyborg (um bairro proletário de Petrogrado) uma de suas principais bases para dirigir o proletariado russo.

13) Muitas e muitas vezes, os bairros pobres são ocupados por máfias ligadas ao narcotráfico. É importante incorporar em nossas análises essa realidade sempre presente nas grandes cidades. O lumpemproletariado, descrito por Marx como uma “massa desintegrada” que reúne bandidos, mendigos e vagabundos, pode ir politicamente para qualquer lado. A materialização desse lumpemproletariado nas gangues que, muitas vezes, controlam bairros e até cidades, é uma constante nas grandes cidades. Por vezes, o lumpemproletariado está ligado a setores lumpens da burguesia que controlam o narcotráfico em negócios bilionários.

O povo, nestes bairros pobres, vive no meio de um choque permanente entre a repressão policial e o controle das gangues. Ter um programa contra a violência urbana é também fundamental.

14) Esta combinação de fatores (proletarização do campo, urbanização acelerada gerando grandes cidades, ampliação do proletariado não industrial) dá bases objetivas mais favoráveis para que

o proletariado industrial possa desempenhar seu papel de sujeito social da revolução.

Evidentemente, a combinação desses fatores é muito desigual de país a país. Mas o processo internacional geral aponta para um fortalecimento objetivo do potencial revolucionário do proletariado industrial e rural, assim como do proletariado não industrial e da pequena burguesia arruinada.

IV – A trava das direções reformistas e burguesas favorece a desorganização do movimento operário

15) Houve um giro à direita fortíssimo nas direções sindicais e políticas reformistas com a “globalização” e a restauração no Leste Europeu.

Algumas direções mudaram qualitativamente com o aburguesamento de partidos socialdemocratas e stalinistas. Nos partidos reformistas que tiveram acesso ao poder, o fenômeno de aburguesamento é fortíssimo. Foi assim com o sandinismo (Nicarágua), a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN de El Salvador), o chavismo (Venezuela), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e está sendo, agora, com o Partido dos Trabalhadores (PT do Brasil).

O grau de desgaste desses partidos é muito desigual em função das experiências concretas da luta de classes. O fato, contudo, é que o sentimento antipartido também se generalizou entre as massas.

16) No movimento sindical, é preciso localizar um processo anterior à própria “globalização” e aos acontecimentos do Leste Europeu.

Trotsky afirmava, no magistral texto “Os sindicatos na época de decadência imperialista”, que a tendência geral ao bonapartismo reflete-se no movimento sindical com uma tendência ao atrelamento ao Estado burguês e à supressão da democracia interna:

Em outras palavras, os sindicatos atualmente não podem ser simplesmente os órgãos da democracia como na época do capitalismo concorrencial e já não podem ser politicamente neutros, ou seja, limitar-se a servir às necessidades cotidianas da classe operária. Já não podem ser anarquistas, quer dizer, já não podem ignorar a influência decisiva do Estado na vida dos povos e das classes. Já não podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradoura. Os sindicatos do nosso tempo podem ou servir como ferramentas secundárias do capitalismo imperialista para subordinar e a disciplinar os operários e para impedir a

revolução ou, ao contrário, transformar-se nas ferramentas do movimento revolucionário do proletariado.

[...]

Os sindicatos democráticos, no velho sentido do termo – de organismos no quadro dos quais lutavam no seio da mesma organização de massas, mais ou menos livremente, diferentes tendências –, já não podem mais existir. Do mesmo modo que não se pode voltar ao Estado democrático burguês, tampouco é possível voltar à velha democracia operária. O destino de uma reflete o da outro.¹

17) A previsão de Trotsky contida nesse texto sobre o esgotamento da democracia burguesa não se confirmou. É um fato que a democracia burguesa se expandiu em nível mundial, e a reação democrática transformou-se na principal política do imperialismo para desviar as revoluções.

No entanto, também é um fato que, em relação ao movimento operário e aos sindicatos, essas perspectivas se concretizaram. Mesmo as democracias burguesas mantêm uma postura bonapartista em relação ao movimento operário. As burocracias sindicais adaptam-se ao Estado burguês e à sua democracia, mas atacam sistematicamente a democracia operária. Essa é uma característica dos sindicatos na época imperialista, tanto na segunda etapa (quando foi escrito o texto) quanto na terceira e quarta etapas. A democracia burguesa é cada vez mais uma ditadura nas fábricas.

Muitas e muitas vezes, a ditadura nas empresas se soma à reação democrática pela integração das direções sindicais por eleições aos parlamentos e governos. Para a base, no entanto, a política continua sendo repressão em maior ou menor grau.

18) Algumas direções sindicais chegaram a se integrar até à burguesia, tornando-se grandes acionistas de empresas.

A consequência é que, em muitos setores, os trabalhadores – em particular os setores mais jovens – passaram a ver os sindicatos como algo alheio a eles. Isso é diferente da rejeição às direções burocráticas. É um distanciamento da organização sindical tradicional.

1 TROTSKY, Leon. “Os sindicatos na época de decadência imperialista”. In: *Escritos sobre sindicato*. São Paulo: Kairós, 1978, pp. 104;108. (Nota da edição brasileira)

Uma expressão de todos esses processos é a redução (em muitos países drástica) dos índices de sindicalização dos trabalhadores.

Isso causou desorganização nos sindicatos.

19) A combinação entre a precarização das relações de trabalho e o giro à direita das direções levou a um retrocesso na organização e ampliou a fragmentação do proletariado.

A precarização levou a uma diferenciação entre trabalhadores efetivos e terceirizados, com uma parte desses trabalhadores, muitas vezes majoritária, afastados dos sindicatos.

Por outro lado, essa maior fragmentação entre os trabalhadores é contraposta ao desenvolvimento de regiões operárias em que o proletariado se reconcentra.

20) Existe, em muitos lugares, uma repressão brutal a qualquer atividade sindical. Existem regiões em que os sindicatos diretamente não existem, e a atividade sindical é, na prática, proibida. Na Costa Rica, os sindicatos do setor privado desapareceram completamente. No norte do México, onde se concentra o novo proletariado das indústrias automobilísticas, a atividade sindical é diretamente reprimida. Acontece a mesma coisa com as *maquilas* na América Central e no Haiti.

Em outros lugares, as ONGs que já existiam antes – financiadas pela Igreja, pela socialdemocracia ou por entidades diretamente ligadas ao imperialismo – generalizaram-se e passaram a aglutinar uma parte importante dos ativistas.

21) O fato é que o proletariado típico da terceira etapa, que seguia a direção burocrática de seu sindicato e acreditava nos partidos reformistas, está começando a viver uma profunda mudança.

Esse processo é extremamente desigual de país a país. Em muitos países, a estrutura sindical se manteve intacta apesar das crises. Nesses casos, a tendência de mudança vem por um forte questionamento antiburocrático nas bases que, caso não seja percebido, pode levar a inúmeras crises.

Em outros lugares, a estrutura sindical mudou completamente, com as centrais sindicais e os sindicatos perdendo importância, crises fortes nos sindicatos que se mantêm e ruptura com partidos reformistas.

22) O repúdio aos partidos e a desfiliação aos sindicatos se generalizaram. Os profetas da impotência tomam esses fatos como um brutal retrocesso. Será mesmo?

A resposta depende, como sempre, de precisar qual é a pergunta: organizado para quê? Para que servia a organização anterior? O proletariado organizado sindical e politicamente com o reformismo na terceira etapa tinha muito mais dificuldades de avançar para a revolução.

Agora, abriu-se uma necessidade premente de reorganização do proletariado para que ele possa lutar. Isso também abre uma possibilidade – não mais que uma possibilidade – de que a organização seja diferente.

Como já dissemos, não existe nenhuma pré-determinação de que esse processo caminhe para a esquerda e, menos ainda, para posições revolucionárias. Este espaço é disputado pela direita (e pela ultradireita) e por novos setores reformistas. Mas o novo é que se abriu um processo de reorganização que não existia antes nesta dimensão.

V – O peso das opressões na atual situação do proletariado

23) A burguesia utiliza a opressão sobre mulheres, negros, LGBTQs e imigrantes para ampliar a exploração do conjunto da classe operária. Isso favorece a burguesia por vários motivos.

Em primeiro lugar, pela utilização da divisão entre os trabalhadores promovida pelo machismo, pelo racismo, pela homofobia e pela xenofobia. Todos os fatores que ajudem a dividir a luta dos trabalhadores favorecem, em geral, à dominação burguesa.

Em segundo lugar, com a utilização da opressão, é possível rebaixar os salários desses setores ou dar a eles os trabalhos mais degradantes e mais precarizados.

Em terceiro lugar, os oprimidos são os primeiros setores atingidos pelas crises, sendo demitidos com maior facilidade.

24) Isso nos leva a duas conclusões necessárias:

- É preciso unir a luta contra as opressões e contra a exploração;
- A luta contra as opressões é fundamental para unir os trabalhadores contra a burguesia.

Não é possível incorporar as mulheres trabalhadoras às lutas se os sindicatos forem hegemônicos pelos homens. Não é possível trazer os trabalhadores negros caso o racismo (declarado ou disfarçado) impere nas direções das organizações da classe. É impossível unificar os trabalhadores LGBTQs com os heterossexuais caso a homofobia seja dominante também nas instituições dos trabalhadores. Não existe nenhuma possibilidade de unificar os trabalhadores de distintas origens caso prevaleça a xenofobia contra os imigrantes.

25) A situação dos trabalhadores após as transformações da “globalização” e da quarta etapa tornou essa realidade mais brutal.

Em primeiro lugar, porque as mulheres se incorporaram massivamente ao mercado de trabalho. Esse fenômeno já vinha ocorrendo no século 20 (em particular em sua segunda metade) e se acelerou com a “globalização”. Existem setores nos quais as mulheres são a maioria da classe trabalhadora. Isso traz maior independência econômica para as trabalhadoras, maiores crises familiares e maiores resistências machistas também entre os homens.

Em segundo lugar, pela grande importância dos imigrantes entre os trabalhadores dos países de maior importância econômica. Isso também foi fortemente acelerado pela “globalização”. Existem setores inteiros da economia norte-americana nos quais os latinos são maioria entre os trabalhadores. O mesmo acontece em setores industriais na Alemanha, onde as assembleias têm de ser faladas em alemão e em turco. No Brasil, é enorme a presença de haitianos e bolivianos. Na Costa Rica, os nicaraguenses são maioria entre os trabalhadores da construção civil.

Isso facilita a disseminação da xenofobia pelos setores de ultradireita com o discurso de que “estão roubando nossos empregos”. Isso é utilizado cinicamente pela burguesia para dividir os trabalhadores e reduzir sua consciência de classe.

26) Por outro lado, a quarta etapa trouxe a disseminação de uma consciência democrática que rapidamente se volta contra as injustiças sociais.

A ampliação qualitativa dos meios de comunicação com as TVs e as redes sociais facilita enormemente a propagação de uma consciência difusa, mas progressista, contra os privilégios e as injustiças.

Não é por acaso que as lutas contra os assassinatos dos negros pelos policiais geram, novamente, levantes nos EUA. Ou que a morte de uma criança síria imigrante, afogada na praia, comova o mundo. Ou, ainda, que ressurjam mobilizações gigantescas contra os estupros na Índia ou o assassinato de mulheres na Argentina.

27) Nesse sentido, podemos afirmar que o processo objetivo de incorporação de mulheres, negros, LGBTs e imigrantes na produção se ampliou.

Por outro lado, a luta contra as opressões que dividem a classe tornou-se mais necessária e, também, com maiores possibilidades de mobilização.

VI – Um novo e complexo processo de reorganização

28) As novas bases objetivas do proletariado industrial pós-“globalização”, com precarização e arrocho salarial brutal em todos os países, empurram para a luta. Isso está presente tanto nos países onde existe um fortalecimento social e numérico do proletariado industrial quanto nos que houve um enfraquecimento numérico.

No entanto, pelo papel das direções, existe uma desorganização muito importante do proletariado para as lutas cotidianas, afetando sua capacidade de lutar. Como o repúdio às direções reformistas é muito mais amplo do que a construção de alternativas, ainda existe muita desorganização dos trabalhadores. Essa desorganização também implica em rupturas completas ou incompletas com as burocracias e direções reformistas.

Um proletariado mais jovem, mais explorado e precarizado, mais informado pelas redes sociais, incorporou um profundo sentimento antiburocrático com a quarta etapa e a “globalização”. Essa é a base mais importante para os processos de reorganização sindical e política.

29) Os aparatos reformistas e burocráticos continuam tendo enorme importância no bloqueio das lutas do proletariado. Ainda determinam que grande parte do repúdio gigantesco aos planos neoliberais não se unifique em grandes mobilizações.

Mas existem, hoje, elementos novos da realidade que podem ou não levar a uma contratendência importante.

30) O primeiro é a destruição do aparato stalinista que tinha autoridade perante as massas e controlava um aparato (nos ex-estados operários) que nenhuma organização teve na história. Podia convencer ou corromper gerações e gerações do melhor da vanguarda em todos os países capitalistas.

Agora, a crise de direção revolucionária teve uma evolução positiva pela destruição do mais importante aparato contrarrevolucionário. Ainda não existe o desenvolvimento mais importante, que é a construção de direções revolucionárias com influência de massas sobre o proletariado industrial. Mas foi dado um passo adiante.

31) O segundo elemento importante é que a crise do capitalismo e os ataques brutais ao nível de vida do proletariado não permitem as pequenas conquistas econômicas que reforçam os reformistas nem

que se estabilizem as ideologias reformistas que se apoiam na expectativa de ascensão social gradual.

32) Existe, depois da queda do Leste Europeu, uma forte consciência antiburocrática que está presente com muita frequência em amplos setores de vanguarda. Apesar de todas as diferenças entre as situações objetivas em distintos países e regiões, assim como dos setores sociais em luta, esta é uma característica em geral muito presente.

Essa combinação de fatores potencializa o surgimento de um processo de reorganização muito heterogêneo, mas que abre mais possibilidades de lutas imediatas.

33) Existem, com enormes desigualdades de país a país, modificações importantes nos níveis de organização do conjunto dos setores proletários. Em geral, ocorre um grau de distanciamento das superestruturas tradicionais (sindicatos com direções burocráticas e partidos reformistas) em relação ao proletariado industrial, que dificulta a organização da classe, por um lado, e possibilita, por outro, o surgimento de novos processos de reorganização.

34) O problema da organização do movimento de massas é chave para uma política revolucionária.

Trotsky dizia: “Sem uma organização dirigente, a energia das massas se dissiparia, como se dissipa o vapor não contido em uma caldeira. Mas, seja como for, o que impulsiona o movimento não é a caldeira nem o pistão, mas o vapor” (*História da Revolução Russa*).

Assim, nesse momento, é fundamental superar a desorganização da classe operária causada por suas direções e avançar rumo a um novo processo de reorganização.

35) Novos processos sindicais se formam, demonstrando o espaço aberto para a disputa da direção das lutas com o questionamento das direções tradicionais reformistas: CSP-Conlutas (Brasil), CCT (Paraguai), *No Austerità* (Itália), Co.bas (Estado espanhol). Existem processos iniciais, como a Coordenadora de Cartagena (Colômbia), a formação do Sitrasep (sindicato dos trabalhadores privados) a partir da greve em Los Chiles, na Costa Rica, a Coordenadora, em El Salvador, com 30 sindicatos. Nesses lugares, existe uma combinação de enorme importância entre a presença de uma organização revolucionária e uma organização sindical (ou sindical e popular) de frente única.

Essa é uma combinação de dois fatores imprescindíveis. Se não houver uma direção revolucionária, esses processos se perdem pelas pressões burocratizantes dos aparatos sindicais e de adaptação à democracia burguesa das correntes centristas e reformistas. Se não se constituírem organismos reais de frente única, com respeito à convivência com outras correntes, a iniciativa se esteriliza.

36) Todas essas iniciativas de reorganização sindical devem ter um objetivo explícito: alavancar a construção de partidos revolucionários nas bases do proletariado industrial.

Para ser mais preciso, é necessário orientar-se em direção aos setores mais jovens (que têm menos adesão aos aparatos reformistas) e mais precarizados do proletariado industrial e ter, assim, uma política para a proletarianização de nossos partidos e de nossas direções.

37) A conclusão dessa discussão apresenta uma clara disjuntiva. Pode ser que o proletariado, perante esse ataque brutal, retome uma rota de ascenso que mude as características da quarta etapa. Para avançar nesse caminho, terá de trilhar novos caminhos de reorganização.

Ou pode ser que o capital consiga avançar as derrotas que está impondo ao proletariado, e que esse pare de lutar. Nesse caso, pode ser aberto um novo período de crescimento econômico que já assimile elementos de barbárie ao capitalismo mais moderno.

Este texto traz à tona algumas características da evolução do proletariado durante a chamada “globalização” da economia e na quarta etapa que evidenciam esta possibilidade de retomada do ascenso operário e de sua reorganização.

38) Essas definições servem para tirar uma conclusão fundamental.

O proletariado industrial teve seu peso objetivo e seu potencial para ser o sujeito social da revolução reforçados na realidade. Mas nada assegura que isso se dê, a não ser que se desenvolva uma direção revolucionária com influência de massas sobre o proletariado industrial.

Debate

SOBRE O PROLETARIADO

Definição marxista de classe operária - Polêmica¹

Nahuel Moreno

A pequena burguesia é uma expressão muito ampla. Há uma grande discussão teórica, que inclusive Marx e Trotsky [devem estar fazendo] lá, junto a São Pedro, porque Marx, no século passado[19], e Trotsky, neste século[20], deram, aparentemente, definições distintas do problema da pequena burguesia. Trotsky falava de uma moderna classe média, de uma pequena burguesia moderna, que eram os empregados de colarinho branco, como se diz na sociologia norte-americana – Wright Mills etc. E, para Marx, todo aquele que recebia um salário era membro da classe operária. Isto é, para Marx, o operário era definido pelo recebimento de um soldo ou um salário. [Para] Trotsky não. Justamente em sua referência aos pontos débeis do *Manifesto Comunista*, assinala como um desses pontos este fato: que surgiu uma moderna classe média. Eu inclino-me por Marx. Então, para mim, [a moderna classe média] é proletariado. Os bancários são operários, pertencem à classe operária para mim. Nisso, estou com Marx e não com Trotsky.

1 Intervenção feita numa Reunião do Comitê Executivo da LIT-QI de abril de 1986. Publicada na revista Correio Internacional nº 24, de outubro de 1986. Extraído do Arquivo Leon Trotsky na internet (arquivoleontrtsky.org).

Carta dos suecos contra a posição do Secretariado Internacional¹

Liga Socialista da Suécia

Recebemos uma carta enviada pelo Birô Político da Liga Socialista, seção sueca da LIT-QI, que abre uma interessante polêmica sobre a definição marxista de classe operária. Publicamos essa carta junto com uma resposta elaborada pelo companheiro Osvaldo Garmendia.

Estocolmo, 1º de agosto de 1986

Queridos companheiros,

É com alegria e curiosidade que saudamos o fato de que a *Correio Internacional* também faça referência às discussões de conceitos mais fundamentais que se fazem no SI [Secretariado Internacional]. Vemos essas discussões como um elemento indispensável que o SI realiza no campo da teoria e que já enriqueceu as seções nacionais numa série de terrenos. Basta recordar as discussões acerca da revolução democrática, a relação governos-regimes, a teoria da época da revolução socialista mundial, a teoria sobre frente única revolucionária etc. para fazer essa constatação.

Justamente por isso, encaramos cada vírgula, mesmo quando esteja dentro de parênteses, com muita seriedade. O último exemplo é a forte impressão que nos deu o SI, com sua posição genérica no que diz respeito aos pontos de partida para a análise de classes, entre outras coisas, pela colocação de que é preferível a concepção de Marx à de Trotsky – sob o entendimento de que as proposições de Trotsky, durante as décadas de [19]20 e [19]30, por exemplo, são equivocadas. Talvez essa determinação de posição afete justamente a nós, ao BP [Birô Político] da LS [Liga Socialista], de maneira particularmente forte, porque a DN [Direção Nacional] da LS adotou, em maio de 1986, uma resolução sindical, “SF, LO och kampen om arbetsplatserna” (A LS,

1 Publicada na revista *Correio Internacional* nº 24, de outubro de 1986. Extraído do Arquivo Leon Trotsky na internet (arquivoleontrotsky.org).

a LO² (central sindical) e a luta pelos locais de trabalho) (*sic*), que toma como ponto de partida uma análise compacta de classe, na qual as definições e as classificações vão muito além da posição que se publica na referida *Correio Internacional*.

Para motivar o SI a dar detalhes mais profundos sobre sua posição, mencionamos, aqui, alguns aspectos que estiveram presentes na discussão da direção sueca durante a análise da moderna estrutura de classes. Trata-se, particularmente, dos pontos de partida para as delimitações a que chegamos em relação à composição da classe operária. É o que importa nesse contexto (nosso objetivo é, posteriormente, quando outras tarefas mais urgentes estiverem solucionadas, apresentar ao SI toda nossa análise tal como foi apresentada na resolução sindical).

1) É mais fácil defender em palavras a análise de classe de Marx ante a de Trotsky (ou Lenin) do que fazê-lo na prática. Fundamentalmente, porque Marx jamais concluiu nenhuma análise de classes global e, inclusive, não toca ou, quando o faz, é extremamente sucinto na questão sobre as delimitações diretas da composição da classe operária. Mas também porque o raciocínio de Marx *em torno* da questão – as posições que aparecem durante o curso da crítica da economia política e que podem servir como ferramentas para delimitações e classificações ante a análise de classe – é muito genérico e até contraditório se não se levar em conta os contextos dentro dos quais foram escritos.

O Capital segue uma ordem que se estende fundamentalmente através de dois níveis. Os primeiros tomos giram no nível do *capital em geral* (a análise do valor), enquanto o terceiro tomo gira no nível *dos muitos capitais* (a concorrência, os preços, o lucro, a renda etc.). Entre esses dois níveis, existe o famoso *problema de transformação*. O clássico passo em falso entre os “economistas marxistas” foi o de por imediatamente em prática a análise do valor sem levar em conta o problema de transformação no desenvolvimento da economia e da sociedade.

Isso significa, entre outras coisas, que não se pode empilhar os três tomos de *O Capital* um em cima do outro e lê-los de ponta a ponta. Mas também tem outro significado nessa profundidade de estudo: que não se pode arrancar passagens de um ou outro tomo sem primeiro contextualizar o trecho. Quando citamos *O Capital* e, particularmente,

2 LO: Confederação Nacional de Sindicatos (Landsorganisationen em Sueco). Chegou a ser a maior central sindical da Suécia nos anos 1980. (Nota da edição brasileira)

o primeiro e o segundo tomos (já que giram em torno do valor, que é o essencial), temos, conseqüentemente, de ter um cuidado completamente distinto do que quando citamos, por exemplo, Lenin e Trotsky, que levam a teoria marxista à prática nos fenômenos atuais. Os escritos de Marx, independentemente de quão categóricos pareçam em sua forma, nunca são palavras definitivas, finais, mas sempre têm de se referir a determinado contexto e relacionando-se, além disso, às colocações que se faz *da mesma questão em outros momentos* da descrição. Se Marx tivesse conseguido concluir seus planos, com um quarto e inclusive com um quinto e sexto tomos (ver, por exemplo, *Zur Entstehungsgeschichte des markschen "kapital"* Europäische Verlagsanstalt GmbH, Frankfurt Am Main) – [tradução] aproximada: *A história da Criação de O Capital*, de Roman Rosdolsky – a coisa teria sido diferente. No entanto, agora temos de levar em consideração o fato de que *O Capital* não foi além da investigação básica.

Mesmo em seu estado incompleto, *O Capital* é um ponto de partida extraordinário e fonte inesgotável para analisar problemas sociais concretos. Mas, como já se disse, isso supõe clareza sobre a disposição da obra. Se usarmos o primeiro e segundo tomos para apoiar nossas posições numa determinada questão, temos de abarcar, primeiro, o significado do nível do capital em geral. Então, temos de diferenciar o primeiro tomo de *O Capital*, que analisa o capital geral em sua particularidade, do segundo tomo, que analisa o capital geral em sua totalidade. Sem essa compreensão, podemos cometer o erro de extrair citações que, para seu significado completo, exigem relações com outros trechos de *O Capital*.

Um dos tantos exemplos disso é o estudo sobre trabalho produtivo e improdutivo que, além de tudo, constitui uma linha de orientação para a análise de classes. Se não se levar em consideração o nível do capital em geral em sua particularidade, pode-se tirar a conclusão de que Marx considera o trabalho do professor como trabalho produtivo quando, no primeiro tomo, diz:

Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um professor de escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. (Capítulo 14 da Seção V).

Uma consideração mais próxima que, apropriadamente, aparece no resto da apresentação de Marx, mostra que essa classificação se refere exclusivamente a *quais são as consequências que a produção de valor tem para o capitalista particular* (no nível do capital em geral em sua particularidade). A partir de seu ponto de vista, isto é, de como a produção do valor repercute sobre ele, tem pouca importância se ele investe seu dinheiro numa fábrica de salsichas ou numa fábrica de ensino. O principal é que ele enriquece ao arrancar dos produtores (os empregados) um trabalho excedente, que é a diferença entre a receita e os custos da exploração. À medida que o professor, com sua contratação, traz receitas que excedam os custos, o capitalista alcança um dividendo – um lucro – com o mesmo trabalho não-pago do professor.

Porém, quando transferimos a análise para um nível mais amplo que toca ao estado do modo de produção e à reprodução em geral, surge, imediatamente, dois complementos essenciais que delimitam ainda mais o trabalho produtivo. O primeiro é que o trabalho produtor de mais-valia está ligado à criação de mais produto, expresso no valor de uso ao qual está ligado o valor de troca (dentro do qual também se esconde a mais-valia). De modo que se cria um excedente social que mantém o desenvolvimento da formação social. Um trabalho que não participa da criação de mais produto não é produtivo. Segundo, seguindo o dito anteriormente, há uma série de fatores ou esferas que certamente é necessária para o capital, mas desempenha esse papel necessário de um modo improdutivo (compare-se o tratamento de Marx à renda e ao surgimento do lucro comercial no terceiro tomo de *O Capital*). É toda a esfera de circulação e as atividades que se financiam através de *reveny*³ (por exemplo, o Poder Judiciário, a saúde, a educação etc.). Nessas esferas, não se produz – para dizê-lo com Marx – nem um pingão de novo valor. Ali só recircula o valor (em forma de dinheiro) já produzido, mesmo o *acordo* entre o dono do capital e o assalariado depende do grau de trabalho não remunerado. Esse trabalho pode ser produtivo para o capitalista enquanto o enriqueça, sem transferir seu caráter *improdutivo* fundamental em relação ao modo de produção e à produção propriamente dita.

A isso, deve-se agregar, depois, a discussão de Marx sobre a *subordinação formal e real* do trabalho ao capital. Isso constitui mais uma importante delimitação. Como exemplo, pode-se mencionar o empregado economista da empresa, que ganha seu sustento vendendo seu trabalho em forma de cálculos sobre partes das áreas da exploração.

3 *Reveny*: ingresso baseado no uso improdutivo de mais-valia, ou seja, para consumo e não para acumulação.

Ele está formalmente subordinado ao capital sem estar por ele subordinado e integrado realmente à produção de mais-valia. Para chegar a esta compreensão do problema que desenvolvemos, inspiramo-nos nos seguintes textos:

Introdução aos *Grundrisse* (“Aspectos Fundamentais”) e o capítulo “Mais-valia e força produtiva. A relação quando elas aumentam. – Resultado – Força produtiva de trabalho. – Na medida em que diminui o trabalho necessário, torna-se mais difícil a realização do capital”, o esquema de reprodução no segundo tomo de *O Capital*, quarta e quinta seções do terceiro tomo de *O Capital*, o capítulo catorze de *Teorias da Mais-Valia*, o apêndice especial de *Teorias da Mais-Valia*, que trata a questão do trabalho produtivo e improdutivo, assim como o artigo incompleto “O resultado imediato do processo de produção” (ante o estudo das últimas obras mencionadas, queremos destacar, especialmente, a diferença entre os lugares em que Marx menciona a posição dos economistas clássicos frente, por exemplo, aos fisiocratas, dos lugares em que ele dá sua própria visão do problema).

A dificuldade de tomar posição por Marx ante a posição de Trotsky (ou Lenin) não se faz menos problemática pelo fato de haver vários exemplos que contradizem o caráter proletário do professor (e das camadas médias em geral). Já no primeiro tomo, Marx antecipa-se à futura apresentação do problema através da seguinte apreciação sobre o coletivo dos empregados de fábricas:

[...] A distinção essencial é a que se estabelece entre os operários que trabalham efetivamente nas máquinas-ferramentas (incluindo também nesta categoria os operários que vigiam ou abastecem os motores) e os **simples peões** que ajudam estes operários mecânicos (quase exclusivamente crianças). Entre os peões, contam-se, em maior ou menor grau, todos os *feeders* (que se limitam a abastecer as máquinas com os materiais trabalhados por elas). Além destas classes, que são as principais, há o pessoal, pouco importante numericamente, encarregado do controle de toda a maquinaria e das reparações contínuas: engenheiros, mecânicos, carpinteiros etc. Trata-se de uma categoria de trabalhadores de nível superior que, em parte, *têm uma cultura científica e*, em parte, *são simplesmente artesãos, que se move à margem da esfera dos operários fabris como elementos agregados a eles.*

Numa nota, Marx agrega, também, o seguinte comentário lacônico a seu próprio raciocínio:

Esta categoria a que nos referimos serve de ponto característico de apoio à fraude estatística, fraude que se poderia analisar em detalhe se houvesse

interesse; de um lado, a legislação fabril inglesa exclui expressamente de seu raio de ação, como elementos que não são operários fabris, estes que acabamos de enumerar no texto; por outro lado, os Returns publicados pelo parlamento incluem não menos expressamente na categoria de operários fabris, não só os engenheiros, mecânicos etc., mas também os diretores de fábrica, representantes comerciais, vigilantes de armazéns, embaladores etc. Numa palavra, todo o pessoal, à única exceção do patrão.

Note-se bem: os engenheiros de então “controlam e reparam a maquinaria”. Atuavam como médicos descalços na vida da fábrica. Hoje, têm um lugar completamente distinto na divisão do trabalho e se separaram da produção da mais-valia. Dessa maneira, esse raciocínio se torna muito evidente para nós.

Para resumir esse ponto: se vamos usar o trabalho produtivo como *uma das linhas de orientação* para a análise de classe – e essa é nossa posição –, temos primeiro de entender todo o tratamento de Marx em relação ao problema e não nos determos numa proposição que é contradita por várias outras.

2) Na resolução sindical da LS, faz-se referência a várias exposições, tanto de Lenin quanto de Trotsky, que excluem grandes setores assalariados da classe operária. Essas observações são feitas na *época imperialista* que, acima de qualquer outra coisa, também cria sua própria divisão especial do trabalho sobre a influência geral da produção capitalista no trabalho – uma divisão do trabalho que surge da acumulação monopolista, do parasitismo e do processo de putrefação generalizado. Antes de abandonarmos essa forma de ver o problema, antes de desenvolvermos outro ponto de vista para a análise do desenvolvimento da estrutura de classes durante a época imperialista, temos de analisar cuidadosamente a forma como nossos mestres abordam o problema. Seria prestar um desserviço a nosso movimento a negligência com essa questão. Todas as rupturas com a tradição deveriam, convenientemente, passar pela via da crítica às deficiências das tradições.

3) A LS escolheu seguir a ordem de ideias de Lenin e Trotsky não só por manter a tradição, mas também porque o vemos compatível com as indicações de Marx e a resposta apropriada para o impacto do sistema imperialista sobre a estrutura de classes. A LS parte da *subjacente* tendência à proletarianização que se dá sob o imperialismo e que, formalmente, compreende a mais e mais setores no trabalho assalariado. Mas nós continuamos mostrando a *posição contraditória* que a maioria

dessas camadas assalariadas apresentou através de seu emprego em atividades que estão indissoluvelmente ligadas ao sistema imperialista – com o parasitismo e a putrefação. Depois de ter introduzido esta *divisão do trabalho imperialista*, aproximamo-nos de uma compreensão de categoria real, *as camadas médias assalariadas* que separamos da classe operária, mas que não comparamos com a pequena burguesia.

Mesmo se constatararmos que, já durante a sociedade de transição, grande parte dessas camadas serão incorporadas fácil e flexivelmente à massa proletária, através da dissolução da divisão do trabalho imperialista e da execução do trabalho de construção socialista, elas *não* podem, por sua atual posição social, por sua dinâmica estratégica e histórica, incorporarem-se à classe operária. Que elas, apesar disso, pertençam à base social da revolução socialista se depreende de nossa análise geral da contradição entre o trabalho e o capital e as formas que adquire na época da revolução iminente e generalizada.

Frente a essas e outras questões ligadas a elas, esperamos mais esclarecimentos por parte do SI.

Birô Político da Liga Socialista

Uma definição dinâmica¹

Osvaldo Garmendia²

A carta dos companheiros da LS da Suécia aborda interessantes problemas teóricos que estão sendo amplamente debatidos na atualidade pelos marxistas. Os mesmos se referem à própria definição de classe operária – e poderíamos estendê-la à definição de classe em Marx –, ao papel que cumprem os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo na delimitação da classe operária e até ao próprio conceito de trabalho produtivo.

Apesar de a carta dos companheiros não ser de todo clara, de sua leitura se compreende que utilizam um critério muito restrito para delimitar o que é a classe operária, no qual o conceito de trabalho produtivo desempenha um papel muito importante. Embora discutiremos mais a fundo este conceito posteriormente, deixamos claro, desde agora, que Marx chama de trabalhador produtivo todo trabalhador assalariado produtor de mais-valia.

Em princípio, os companheiros consideram que são classe operária aqueles setores que são trabalhadores produtivos. Porém, em seguida, esclarecem que o conceito de trabalho produtivo deve se restringir ainda mais. Segundo eles, há de se considerar o nível de análise em que se coloca a definição de Marx no primeiro tomo de *O Capital*; ao se considerar níveis mais concretos de análise, teria de se considerar maiores restrições à definição de trabalho produtivo, sob pena de terminar considerando o professor que trabalha sob uma relação assalariada como trabalhador produtivo tal como considera Marx no primeiro tomo de *O Capital*.

Dessa maneira, os companheiros agregam: “[...] dois complementos essenciais que delimitam ainda mais o trabalho produtivo. O primeiro

1 Publicado na revista Correio Internacional nº 24, de outubro de 1986. Extraído do Arquivo Leon Trotsky na internet (arquivoleontrotsky.org).

2 Osvaldo Garmendia é um economista marxista argentino. Foi do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e do Movimento ao Socialismo (MAS), organizações argentinas dos anos 1970, 1980. Essa última durou até início dos anos 1990. (Nota da edição brasileira)

é que o trabalho produtor de mais-valia está ligado à criação de mais produto, expresso no valor de uso ao qual está ligado o valor de troca (dentro do qual também se esconde a mais-valia). De modo que cria um excedente social que mantém o desenvolvimento da formação social. Um trabalho que não participa da criação de mais produto não é produtivo”. Em segundo lugar, excluem da definição de trabalho produtivo as esferas nas quais se realiza a circulação do capital e, além disso, toda a esfera que “se financiam através do *reveny* [esclarecem que *reveny* é um ingresso ‘baseado no uso improdutivo de mais-valia, ou seja, para o consumo e não para a acumulação’], por exemplo, o Poder Judiciário, a saúde, a educação etc.”.

A estas restrições, agregam “a discussão de Marx sobre a subordinação formal e real do trabalho ao capital”, pela qual se exclui, também, por exemplo, o empregado economista da empresa, “que ganha seu sustento vendendo seu trabalho em forma de cálculos sobre partes das áreas da exploração. Ele está formalmente subordinado ao capital sem estar por ele subordinado e integrado realmente à produção de mais-valia”.

Depois, propõem-nos tomar o conceito de trabalho produtivo como “*uma das linhas de orientação* para a análise de classe” (destacado por eles), para finalizar a carta dizendo que separam as “camadas médias assalariadas” da classe operária, mas “que não comparamos com a pequena burguesia” e, mais taxativamente, ainda esclarecem que “elas não podem, por sua atual posição social, por sua dinâmica estratégica e histórica, incorporarem-se à classe operária”.

A aplicação da definição

Antes de entrar na discussão teórica sobre os problemas colocados, creio que é conveniente por à prova a definição dos companheiros sobre o que apontam considerar como classe operária após a exclusão de todos os trabalhadores que não sejam produtivos, cujo trabalho não se realize num produto, e que este ingresse na acumulação capitalista, seja como reproduzidor da força de trabalho, seja como do capital constante. (Recordemos que falam do trabalho que “cria um excedente social que mantém o desenvolvimento da formação social”).

Para começar, os companheiros não esclarecem se as esposas, os filhos dos operários e os operários aposentados entram em sua definição de classe operária, já que não estão trabalhando diretamente na produção. Voltaremos logo a este problema, mas sigamos, agora, atentando-nos à definição. Teria de se excluir todos os empregados do comércio e bancários, os funcionários de escritórios em geral – pelo

menos sua ampla maioria – e o conjunto dos empregados assalariados do Estado. Entre estes, não entrariam na definição de classe operária os trabalhadores que consertam ruas, os que constroem pontes ou portos, já que seu trabalho não é diretamente produtor de mais-valia, mas pago com verbas do Estado.

Mas o critério se restringe ainda mais, já que devem produzir produtos que entrem no excedente social. Sabe-se que Marx excluiu das indústrias que produzem para a reprodução social as indústrias que produzem artigos de luxo, ou seja, produtos consumidos pela burguesia. Portanto, deveria excluir-se, também, os trabalhadores das indústrias armamentistas, além de todos aqueles que estão empregados pelo capitalismo produzindo coisas absolutamente inúteis do ponto de vista do excedente social. Além disso, entraríamos em problemas complexos na tentativa de definir, por exemplo, os trabalhadores da indústria automobilística. Por exemplo, se um trabalhador constrói um automóvel que vai ser vendido a um capitalista para seu uso pessoal, é improdutivo; se constrói um automóvel que vai ser utilizado numa empresa, é produtivo. Encontraríamos trabalhadores incluídos por momentos na classe operária e excluídos em outros momentos.

No que se refere ao conjunto da sociedade, essas restrições nos levariam à conclusão de que, mesmo no país capitalista mais adiantado, os Estados Unidos, a classe operária seria uma ínfima minoria da população economicamente ativa.

Uma polêmica parecida à que colocam os companheiros foi posta por Nicos Poulantzas, que definiu a classe operária como os assalariados manuais, não supervisores, que pertencem ao setor produtivo – englobando dentro do setor produtivo os trabalhadores que estão empregados nas empresas produtoras de artigos de luxo. De acordo com esse critério, E. O. Wright³ mostra que a classe operária constitui menos de 20% da força de trabalho norte-americana. Recordemos que a definição dos companheiros é ainda mais restritiva que a de Poulantzas, segundo a qual teria de se excluir, possivelmente, a metade dos trabalhadores manuais incluídos nessa cifra.

No outro extremo, e deixando na indefinição os trabalhadores manuais que não são produtivos, segundo a definição que dão os companheiros sobre trabalho produtivo e considerando somente o amplo setor de assalariados empregados nos setores de comércio, bancário, escritórios de empresas, estatais, vendedores, técnicos etc., teríamos que este setor – que Poulantzas define como nova pequena burguesia,

3 WRIGHT, E. O. *Classe, Crise e Estado*. Espanha: Editorial Século XXI, 1983.

e os companheiros como camadas médias – se hipertrofia até chegar a 70% da população economicamente ativa.

Dessa maneira, chegaríamos à conclusão de que o capitalismo, longe de provocar a proletarização crescente, tende a gerar setores médios. E, na elaboração dos companheiros, o problema se complica ainda mais, sequer dão uma definição de classe rigorosa, já que falam de “camadas”.

Tiramos como conclusão da definição de classe dos companheiros que já não se dão as leis da acumulação do capitalismo abordadas por Marx. O capitalismo não gerou classe operária, mas gerou um produto social bastante raro, chamado “camada média”, cuja definição de classe permanece no limbo. Não quero entrar agora numa discussão sobre o conceito marxista de camada ou estrato, mas assinalo que, enquanto Marx disse no *Manifesto* que o desenvolvimento capitalista tendia à eliminação das camadas e estratos que existiram historicamente nas sociedades pré-capitalistas, resumindo a luta de classes ao enfrentamento entre operários e burgueses, os companheiros da LS nos levam à conclusão de que aconteceu exatamente o oposto: proliferam-se os assalariados pertencentes às camadas médias, enquanto a classe operária se vê mais e mais reduzida, mesmo no país de maior desenvolvimento capitalista, os Estados Unidos. Os companheiros, que possuem um conhecimento profundo de Marx, deveriam tentar explicar por que não se cumpriu a lei proposta no *Manifesto*, retomada por Marx em suas obras posteriores. Deve-se levar em conta que não se trata de um problema menor, mas precisamente da tendência histórica do desenvolvimento da acumulação capitalista, o que é fundamental a partir da análise social e da atividade política do partido.

Essas contradições são consequência, na realidade, das definições e dos critérios adotados pelos companheiros. Começaremos analisando a determinação mais geral de classe operária para, depois, analisar outras categorias que os companheiros utilizam.

Trabalho assalariado

Sabe-se que, para o marxismo e para Marx, uma classe não se compõe de pessoas que necessariamente tenham renda igual. Em *A Sagrada Família*, escreveu que “o senso comum grosseiro transforma a distinção de classes no tamanho do porta-moedas”, posição essa que mantém até o fim de suas obras. Tampouco se pode unificar um grupo pela mesma fonte de renda – ver a respeito a breve indicação de Marx em seu capítulo inacabado sobre classes do terceiro tomo de *O Capital*.

Para o marxismo, o fundamental é a relação que o grupo tem com o processo social de produção. Como se sabe, em toda sociedade na qual existe exploração, existe uma apropriação do excedente produzido pelos produtores pelos exploradores. Os diferentes modos de produção distinguem-se pela forma específica em que este excedente é arrancado, e, portanto, essa forma e esse modo de produção vão determinar, por sua vez, as classes sociais. Marx diz, no terceiro tomo de *O Capital*, que “a forma econômica específica em que se arranca do produtor direto o trabalho excedente não pago determina a relação entre senhor e servo”, ou seja, determina uma relação entre duas classes, uma explorada e outra exploradora; essa forma específica determinará, também, a classe operária. Generalizando, Marx acrescenta que “a relação direta existente entre os proprietários dos meios de produção e os produtores diretos é sempre [...] a que nos revela o segredo mais escondido, a base oculta de toda construção social”.

Historicizando, o feudalismo é um modo de produção no qual o produtor direto possui seus próprios meios de produção. Assim, como diz Marx, só a “coação extraeconômica, qualquer que seja a forma que a reveste, pode arrancar desses produtores – os servos – o trabalho excedente para o proprietário nominal”. O escravismo, diferentemente, é um modo de produção no qual o produtor não só não é dono das condições de seu trabalho, como sequer de sua própria pessoa.

Em oposição a esses modos de exploração, o capitalismo é o primeiro na história em que a exploração adquire uma forma puramente econômica. O produtor está despojado das condições, dos meios de produção – diferente do servo feudal –, e estabelece uma relação livre, contratual, através do mercado, vendendo sua força de trabalho ao capital.

Por esse motivo, a forma assalariada é uma forma *específica* do modo de produção capitalista. Eis, aqui, a primeira diferença importante com os companheiros. Eles falam diretamente da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo para determinar o que é classe operária sem se deter a analisar, primeiro, a determinação mais geral, que é a da **forma assalariada** que tem a **exploração** sob esse modo de produção. Problema importante e também de se estranhar em companheiros que elaboraram um ponto importante ao situar corretamente os níveis de análise pelos quais Marx caminha. Aqui temos a determinação mais geral e assinalada pelo companheiro Moreno, em seu informe, como central na discussão⁴. A extensão e o predomínio da forma da exploração do trabalho assalariado pelo capital são a característica

4 Ver *Correio Internacional* nº 20, de junho 1986.

primeira e distintiva – tanto do ponto de vista histórico quanto teórico – do modo de produção capitalista.

Isso não quer dizer que todo trabalho assalariado implique a existência de um operário. Marx afirmou que, assim como se convertiam em mercadoria produtos que em si não eram mercadorias – por não possuir trabalho necessário para produzi-las –, da mesma maneira, a forma de trabalho assalariado podia abarcar personagens que em si não são operários, “desde prostitutas até reis”, passando por soldados, funcionários etc. Mas só sob o capitalismo a extração do trabalho excedente através da relação salarial se converte na forma geral. Portanto, em sua determinação mais genérica, capital implica trabalho assalariado e vice-versa.

Assim como a produção de mercadorias se estende cada vez mais aos mais amplos ramos da produção, da mesma maneira o faz o trabalho assalariado, o que constitui o índice mais seguro da extensão da relação capitalista de exploração, ou seja, da extensão do processo de proletarianização.

Dito isso, devemos assinalar que essa relação salarial de exploração implica a produção de mais-valia, da qual o capitalista se apropria. Para analisar de que maneira se estende esse processo de produção de mais-valia – e, portanto, a reprodução ampliada da relação trabalho assalariado-capital –, é essencial discutir a categoria de trabalho produtivo.

Trabalho produtivo e improdutivo

Marx define trabalho produtivo no capitalismo como o trabalho que produz mais-valia para o capitalista ou que se torna rentável para o capital. Suas definições são explícitas: “Dentro do capitalismo, **só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista ou que trabalha para fazer rentável o capital**”⁵.

Ao contrário, trabalho improdutivo é aquele que não se troca por capital, mas por renda, ou seja, por salários ou lucros. Em *Teorias da Mais-Valia* e em “Resultados do processo imediato de produção”, Marx volta a dar as mesmas definições.

Isso significa que, para Marx, o caráter de trabalho produtivo ou improdutivo não tem absolutamente a ver com o caráter material do trabalho ou do produto, mas está definido por seu **caráter social**, pela **relação social** sob a qual se realiza. Marx diz:

5 MARX, Karl. *O Capital*. Tomo I, F.C.E., p. 246.

Portanto, essas definições (refere-se às de trabalho produtivo e improdutivo) não derivam das características materiais do trabalho (nem da natureza de seu produto, nem do caráter especial do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social definida das relações sociais do produtor em que se realiza o trabalho. Um ator, por exemplo, ou inclusive um palhaço, segundo essa definição, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (um empresário) a quem devolve mais trabalho do que recebe dele em forma de salários; um alfaiate que trabalha em domicílio vai à casa do capitalista e remenda as calças, com o que produz um simples valor de uso, é um trabalhador improdutivo.⁶

Temos, aqui, a segunda grande diferença com os companheiros da LS. Apesar de possuírem um conhecimento muito grande sobre Marx, não viram que Marx constantemente define o trabalho produtivo como aquele que produz mais-valia e, em todos os níveis de análise – sempre que se trate da produção capitalista –, mantém essa definição de trabalho produtivo e, portanto, do que é um trabalhador produtivo.

Mais ainda, Marx diz, explicitamente, que os trabalhadores que estão empregados nas empresas que produzem artigos de luxo são **também** operários produtivos.

[...] é completamente lógico [...] que, segundo os economistas consequentes, aqueles que trabalham em fábricas de artigos de luxo, por exemplo, sejam trabalhadores produtivos, ainda que as pessoas que consomem tais objetos sejam desperdiçadores improdutivos. O fato é que estes trabalhadores verdadeiramente são produtivos na medida em que incrementam o capital de seu patrão, improdutivos no que concerne ao resultado material de seu trabalho. De fato, este trabalhador “produtivo” está tão pouco interessado na merda que tem que fabricar, como o próprio capitalista que o emprega.⁷

E no capítulo “Resultados do processo imediato de produção”, resume, assim, as fontes deste erro tão frequente entre os economistas:

A mania de definir o trabalho **produtivo** e o **improdutivo** de acordo com seu conteúdo **material** reconhece três fontes:

1) a concepção fetichista, peculiar ao modo de produção capitalista e derivada da essência do mesmo, segundo a qual as determinações formais econômicas, tais como ser **mercadoria**, ser trabalho **produtivo** etc., constituem

6 MARX, Karl. *Teorias da Mais-Valia*. Tomo I, Edit. Cartago, p. 133.

7 MARX, Karl. *Grundrisse*. Tomo I, Edit. Siglo XXI, p. 214.

uma qualidade inerente em e para si aos depositários materiais dessas determinações formais ou categorias;

2) que, se for considerado enquanto tal o processo laboral, só é produtivo o trabalho que desemboca num **produto** (produto material, já que aqui se trata unicamente da riqueza material);

3) que, no processo real da reprodução – considerando seus verdadeiros elementos – a respeito da formação da riqueza, existe uma grande diferença entre o trabalho que se manifesta em artigos reprodutivos e o que o faz em meros artigos luxuosos (*luxuries*).⁸

A importância dessa definição

Essa definição tem grande importância na análise de Marx. À medida que o capitalismo avança, mais e mais trabalhos, que anteriormente eram realizados por trabalhadores improdutivos, caem nas garras do capital e passam a ser realizados por trabalhadores produtivos. Os exemplos são muitos, começando pelos da produção de artigos de consumo de massa. É uma tendência geral do capitalismo que os estudos marxistas mais sérios não deixam de confirmar. Por exemplo, nos Estados Unidos, até princípios do século [20], grande parte da reprodução da força de trabalho operária era abastecida pelas pequenas hortas; o trabalho da mulher do operário abarcava múltiplas tarefas, como a de fazer pão, vinho, sabão etc. na casa. Progressivamente, essas tarefas passaram a ser feitas por operários produtivos que trabalham para empresas capitalistas. Atualmente, já se chega à própria preparação das comidas, e a mulher do operário vai trabalhar para o capital; assim, aumenta a proletarianização, já que se converte em proletária a mulher do operário, e são proletários produtivos os que fabricam bens de consumo – muitos dos quais a estatística burguesa engloba incorretamente sob o rótulo de trabalhadores do setor de serviços. Insistimos que essa definição de trabalhador produtivo é independente do caráter material do produto, ou seja, se fabricam bíblias, aquecedores, livros, óperas ou programas de computadores.

Como vemos, esta categoria tem muita importância no estudo sobre quais são as tendências na formação da classe operária. A fim de

8 MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O capital*. Edit. Siglo XXI, pp. 86-87.

aprofundar esta análise, Marx introduz o conceito de subordinação formal e real do trabalho ao capital. Esta distinção é importante para analisar as tendências à crescente proletarização de trabalhadores, tais como professores, os da saúde etc. Vamos vê-la mais de perto.

As formas transitórias e a proletarização

Devemos assinalar que, para Marx, a classe operária não é uma “coisa”, mas uma relação social – “define-se o operário em relação ao capitalista”, escreve nos *Grundrisse* – e, como toda relação social, sofre um processo de formação e consolidação em que pode haver formas transitórias, as quais devemos definir por sua *dinâmica*.

Acreditamos que é essencial entender este aspecto do pensamento de Marx, porque constitui a essência de seu método. Não é por acaso que em *O Capital*, quando fala da submissão do operário ao capital, apresente-a como um *processo histórico*, no qual existem formas intermediárias prévias de exploração por parte do capitalista: o trabalhador em domicílio não está subordinado ainda ao capital, mas é explorado pelo capital comercial e, em muitos casos, deixa de ser um pequeno-burguês dono de seus meios de produção, ou seja, é uma *forma social* intermediária a caminho da proletarização.

Essa definição dinâmica da classe operária não só se depreende do estudo da obra de Marx, mas também foi formulada explicitamente por este. Assim como o caráter do trabalho enquanto trabalho abstrato está socialmente determinado – não existe o trabalho abstrato enquanto tal em sociedades pré-capitalistas –, da mesma maneira se determina mais e mais o caráter do operário à medida que seu trabalho passa a ser trabalho abstrato, geral, produtor de mais-valia para o capitalista.

[...] o trabalhador mesmo é absolutamente indiferente com respeito ao caráter determinado de seu trabalho; para ele, este carece, enquanto tal, de interesse, salvo por ser trabalho em geral e, como tal, **valor de uso** para o capital – constitui, pois, a característica econômica do operário: é **operário** em oposição ao capitalista. Não é essa a característica do artesão, do membro de uma corporação [...] Essa relação econômica – a característica que o capitalista e o operário apresentam enquanto extremos de uma relação de produção – se desenvolve, por conseguinte, com tanto mais pureza e adequação quanto mais o trabalho perde todo caráter artesanal; sua destreza particular converte-se cada vez mais em algo abstrato, indiferente, e se volta mais e mais a uma **atividade puramente abstrata**, puramente mecânica e, conseqüentemente, indiferente à sua forma particular.⁹

9 MARX, Karl. *Grundrisse*. Tomo I, Edit. Siglo XXI, p. 237.

Vemos, aqui, como Marx define o operário em **relação** ao capitalista e como sugere que essa relação **se desenvolve**, à medida que o trabalho se converte em abstrato.

Daí a importância dos conceitos de subordinação formal e real para entender o processo de formação da classe operária e o próprio conceito de classe operária. Para Marx, subordinação formal do operário ao capital significa que o capital incorpora o trabalhador sob sua relação, arrancando-lhe diretamente a mais-valia, ainda que sem modificar sua forma de trabalho; essa relação implica a existência do trabalho assalariado.

Por último, a subordinação real do trabalho ao capital implica que esse último determina e modifica totalmente as formas de trabalho do operário. Esse já não só não é mais dono de suas condições de trabalho, mas, além disso, vê-se totalmente subordinado, submisso ao capital; os ritmos de trabalho lhe são impostos pela máquina e pela divisão do trabalho dentro da fábrica; estamos, assim, na presença do modo de produção especificamente capitalista.

É em base a essas categorias que Marx inclui trabalhadores como o professor de escola ou o escritor que trabalha para o capitalista como formas transitórias, ainda mantendo a definição de trabalhador produtivo. Isso é importante porque não é, como dão a entender os companheiros da LS, que Marx modifica sua definição de trabalho produtivo adicionando-lhe restrições. Nada disso, ele a mantém, mas acrescenta determinações que permitem avançar o estudo de formas intermediárias, não para fixá-las em categorias estáticas – que tanta afeição causa a um marxismo acadêmico –, mas para que nos permita definir dinâmica e dialeticamente as categorias sociais.

Assim, um grande escritor que produz um livro para um capitalista aproxima-se do pequeno-burguês dono de suas condições de trabalho que vende seu produto a um capitalista; mas um escritor que trabalha sob encomenda aproxima-se do operário produtivo, e aquele que escreve em série – como os que fazem trabalhos coletivos como guias ou enciclopédias – pode ser considerado totalmente subordinado ao capital. Vejamos o que Marx diz a esse respeito:

Milton, digamos ao acaso, que escreveu *O Paraíso Perdido*, era um trabalhador improdutivo. Ao contrário, o escritor que proporciona trabalho como de fábrica a um livreiro é um trabalhador produtivo. Milton produziu *O Paraíso Perdido* como um bicho produz seda, como manifestação de sua natureza. Mais adiante, vendeu o produto por 5 libras e, deste modo, se converteu em comerciante. Mas o escritor proletário de Leipzig que produz

livros [...] por encomenda de seu livreiro está próximo de ser trabalhador produtivo, pois sua produção está subordinada ao capital e não é realizada, senão para valorizá-lo.

Depois de aludir ao cantor e ao professor de escola que trabalham para o capitalista como trabalhadores produtivos, Marx acrescenta:

Ainda assim, a maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se subordina formalmente ao capital: pertence às formas de transição.¹⁰

Devemos notar, com especial atenção, como Marx fala do “escritor **proletário**” que realiza um trabalho produtivo e “**está próximo** de ser um trabalhador produtivo”; assim, demarca a contradição da forma que analisa e, também, qual é a tendência à qual aponta e como existe uma graduação de formas sociais que vão desde as formas mais contraditórias até as que se subordinem totalmente à relação capitalista.

O problema na atualidade

No entanto, não haveria pior erro que pretender deixar tal como está a definição de Marx sobre esses tipos de trabalho sem tentar aplicá-la ao que acontece atualmente. No apêndice 12 do tomo I de *Teorias da Mais-Valia*, Marx não só assinala o caráter transitório destas formas, mas também assinala – depois de fazer alusão ao professor de escola precisamente – que “todas estas manifestações da produção capitalista nesta esfera são tão insignificantes em comparação com o total da produção, que se pode prescindir por completo delas”.¹¹ Atualmente, no entanto, essas formas se desenvolveram em grau incomparável com o século passado e já não são insignificantes. Devemos analisar em que direção o fizeram, continuando a análise e, em especial, o método dialético que Marx sugere nas citações que fizemos.

Acreditamos que não há dúvidas de que estes trabalhadores produtivos hoje estão mais e mais subordinados ao capital, não só formal, mas também realmente. As relações capitalistas se estenderam ao ponto de ditar as condições de trabalho a milhões de professores, enfermeiros e trabalhadores da saúde – e, ainda, a médicos, mesmo que estes pertençam, ainda, a formas transitórias enquanto assalariados sob relação capitalista, subordinados “apenas formalmente” ao capital.

Poderiam nos questionar sobre o problema dos trabalhadores da educação ou da saúde sob relação assalariada, mas pagos pelo Esta-

10 MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O capital*. Edit. Siglo XXI, pp. 84-85.

11 MARX, Karl. *Teorias da Mais-Valia*. Tomo I, Edit. Cartago, p. 347.

do. Depois trataremos deste tema, dos trabalhadores subordinados ao capital de maneira indireta, através do Estado, mas acreditamos que o dito até aqui permite ampliar muitíssimo a definição de classe operária que os companheiros deram.

Essa discussão sobre a crescente subordinação às relações capitalistas de todos estes trabalhadores produtivos é a **base social** que permite compreender por que avançaram tanto a sindicalização e a luta de amplas camadas desses trabalhadores. Não são donos de seus meios de trabalho, não são donos de suas condições de trabalho, vendem sua força de trabalho ao capital, estão submetidos a este, criam mais-valia. O que mais se necessita para englobá-los na classe operária?

Por outro lado, as formas transitórias a que nos referimos são muito importantes na análise das tendências do capitalismo. Há proletários que possuem uma pequena propriedade que ajuda a sua manutenção, mas o determinante é sua relação assalariada sob o capital. Essa forma, que foi analisada com profundidade nos últimos anos, já havia sido abordada por Engels com relação aos operários alemães no século passado [século 19]¹².

Outras formas são mais claramente transitórias. Por exemplo, insistimos, a relação de exploração através do comerciante. Em todas elas, é importante assinalar não só que são transicionais, mas também sua dinâmica, que é a de crescente subordinação à relação capitalista ou a crescente exploração por vias indiretas. Assim, Lenin, posteriormente, englobará os operários que trabalham para o comerciante dentro do conjunto da classe operária explorada pelo capitalismo. Agreguemos que Lenin também estende o conceito de classe operária ao conjunto dos trabalhadores explorados pelo capital.¹³

O problema dos trabalhadores do comércio e dos bancos

Vimos a importância que tem a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo para analisar as tendências no capitalismo. Porém deixamos de lado o problema dos trabalhadores que estão subordinados à relação capitalista, mas não produzem diretamente mais-valia, porque ajudam o capitalista na realização da mesma na esfera da circulação das mercadorias ou do capital monetário.

Em geral, Marx nunca utilizou as categorias de trabalho produtivo e improdutivo para separar da classe operária este tipo de traba-

12 Engels os engloba diretamente dentro do proletariado. Ver *O problema da moradia na Alemanha*.

13 Ver “Quem são os amigos do Povo?”. *Obras completas*, tomo I. Edit. Cartago.

lhadores. Já vimos que estas categorias lhe servem para analisar a tendência geral de muitos trabalhos a converterem-se em trabalhos realizados de forma capitalista. Mas os empregados do comércio, embora tenha dito que não produzem mais-valia, foram englobados por ele na classe operária. Para Marx, existia a mesma relação que existe entre um capitalista industrial e um capitalista comercial. Apesar de só o primeiro estar à frente do setor no qual se produz mais-valia, ambos pertencem à classe capitalista. E, embora na época em que Marx tenha escrito, os empregados do comércio não estavam totalmente subordinados à relação capitalista – como tampouco o estavam, em geral, os empregados do escritório da fábrica, como veremos depois –, Marx não duvidou em marcar a tendência à crescente subordinação desses trabalhadores ao capital.

Para demonstrar o que afirmamos, vemo-nos na obrigação de citar, novamente, textos de Marx:

Em certa medida, um trabalhador do comércio não difere dos demais assalariados. Antes de tudo, porque seu trabalho é comprado pelo capital variável do comerciante e não pelo dinheiro que este investe como renda [...] Depois, porque o valor da força de trabalho do empregado do comércio [...] é determinado como no caso de todos os demais assalariados.

[...] entre ele e os operários empregados de maneira direta pelo capital industrial, tem de existir a mesma diferença que entre este último e o capital mercantil e, portanto, entre o capitalista industrial e o comerciante.¹⁴

Mais ainda, como também diz Marx, estes trabalhadores realizam trabalho excedente para o capitalista, embora esse trabalho não se materialize em mais-valia. Podemos, agora, generalizar o que desenvolvemos anteriormente sobre a especificidade do modo de produção capitalista. Havíamos dito que este se caracterizava pela exploração através da relação salarial. Esta apropriação do trabalho excedente pode se dar pela apropriação da mais-valia produzida pelo operário produtivo ou pode haver trabalho excedente entregue gratuitamente pelo operário ao capitalismo, trabalho excedente este que não se objetiva em mais-valia, mas permite ao capitalismo realizá-la e, dessa maneira, reduzir seus gastos falsos (*faux-frais*) como dizia Marx. Mais ainda, cobra uma significação nova à definição de Marx de trabalho produtivo do primeiro tomo

14 MARX, Karl. *O Capital*. Tomo III, Edit. Cartago, p. 309.

de *O Capital*, que já citamos, na qual o conceito de trabalho produtivo inclui também o que trabalha “para fazer rentável o capital”.

Vemos, assim, que todos esses trabalhadores estão submetidos à relação salarial de exploração sob o capital, o que autoriza Marx a englobá-los na mesma classe, produzam ou não mais-valia. E, à medida que avança o capitalismo, avança a proletarianização e, assim, a exploração de todos os setores.

Com relação a essa tendência, Marx é igualmente claro:

O trabalhador comercial, propriamente dito, pertence à categoria dos assalariados mais bem pagos, daqueles cujo trabalho qualificado se encontra acima do trabalho médio. Apesar disso, com o progresso do modo de produção capitalista, seu salário tende a diminuir, inclusive a respeito do trabalho médio. Isso se deve, antes de tudo, à divisão do trabalho no escritório [...]

Salvo poucas exceções, a força de trabalho dessas pessoas se torna desvalorizada com o progresso da produção capitalista.¹⁵

E, em nota de rodapé, Engels acrescenta: “Essas previsões a respeito da sorte do proletariado comercial, escritas em 1865, foram confirmadas mais adiante”.

Vemos que, embora Marx não chegue a falar de proletariado, vinte anos mais tarde, Engels vê o processo de subordinação real ao capital tão avançado a ponto de falar de “proletariado comercial”.

O que foi dito sobre a análise em relação aos trabalhadores comerciais, estende-se aos bancários.

Análise dos empregados de escritórios depois de Marx

Como vimos, Marx não falava de classe média, mas, pelo contrário, a incluía dentro da classe operária e marcava a tendência à crescente proletarianização dessa força de trabalho.

Acreditamos que foi a II Internacional que começou a falar das novas classes médias. Segundo Gurvitch¹⁶, Bernstein identificava as classes sociais com os agrupamentos de afinidade econômica e, sobretudo, pela identidade de salário ou renda, a partir do que tratou de demonstrar que o capitalismo gerava, cada vez mais, classe média – o que caía muito bem a seu propósito de demonstrar

15 *Ibid.* pp. 315-316.

16 GURVITCH, Georges, *O conceito de classes sociais*. Edit. Nueva Visión, Buenos Aires, 1970.

que o desenvolvimento do capitalismo permite uma melhora geral e o reforço da democracia.

Kautsky, por sua vez, sustentava, contra Bernstein, que o caráter de classe estava dado pelo papel que cumpria um grupo na produção, mas coincidia com Bernstein no crescimento da importância das classes médias (também em Gurvitch). H. Braverman¹⁷ sustenta também que, nas discussões da II Internacional que se deram antes da Primeira Guerra Mundial sobre o caráter de classe dos empregados de escritório, eles foram considerados, em geral, como classes médias.

Finalmente, Trotsky, com uma perspectiva oposta à da II Internacional, sustenta em seu comentário “A 90 anos do Manifesto Comunista”, escrito em 1937, que “o desenvolvimento do capitalismo acelerou ao extremo o surgimento de legiões de técnicos, administradores, empregados do comércio, em resumo, a chamada ‘nova classe média’”.

Agora, deixando de lado o problema de supervisores e pessoal de níveis de direção intermediária – que devem ser tratados à parte –, é necessário se perguntar se o desenvolvimento do capitalismo confirmou a previsão de Marx, que Engels ratificou, ou se, pelo contrário, tinham razão os dirigentes da II Internacional e Trotsky. Para isso, há de se analisar o desenvolvimento real desses setores.

Os empregados de escritório, vendedores etc. na atualidade

De acordo com os estudos de Braverman, que tratou o tema extensamente, o desenvolvimento capitalista confirmou plenamente o que previu Marx, desmentindo a II Internacional e Trotsky.

Para começar, o próprio trabalho de escritório mudou radicalmente. No século 19, ainda era possível catalogar os empregados de escritório como setores médios, mesmo que já tenhamos visto que Marx – ainda que considerasse que não eram “simples operários”, como defende nos *Grundrisse* – os integrava à classe operária. Porém ainda podia se discutir o problema. Efetivamente, Braverman disse:

[...] nos séculos 18 e início do 19, funcionário ou chefe de escritório era o título do gerente em algumas indústrias britânicas: ferrovias e serviços públicos. Era comum que os funcionários de escritório fossem pagos pelo gerente de seu próprio salário de acordo com sua posição de subgerentes ou, pelo menos, de assistentes do gerente, e alguns eram favorecidos com utilitários ao terminar alguns trabalhos ou com heranças depois da morte do dono [...]

17 BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Edit. Nuestro Tiempo, México, 1984.

[...] Num sentido amplo, em termos de função, autoridade, pagamento, categoria de emprego (um posto de escritório era, geralmente, para toda a vida), perspectivas, para não mencionar *status* e, inclusive, roupa, os funcionários de escritório estavam mais próximos do patrão que do trabalho na fábrica.¹⁸

Isso mudou radicalmente, começando pelo número de funcionários. Se, ainda no fim do século [19], o trabalho de escritórios era desprezível numericamente, sua importância cresce no decorrer do século [20], junto, como veremos, com o processo de proletarianização.

O censo de 1870 nos Estados Unidos classificava somente 82.000 – 0,6% de “todos os trabalhadores assalariados” – em cargos de escritório. Na Inglaterra, o censo de 1851 contava entre 70.000 e 80.000 funcionários, ou seja, 0,8% dos empregados assalariados. No fim do século, a proporção de funcionários na população trabalhadora tinha subido para 4% na Inglaterra e para 3% nos Estados Unidos [...] Para o censo de 1961, havia, na Inglaterra, cerca de 3 milhões de funcionários, quase 13% da população empregada; nos Estados Unidos, em 1970, a classificação de funcionários havia se elevado a mais de 14 milhões de trabalhadores, quase 18% dos empregados assalariados, sendo igual, em tamanho, entre as grandes classificações da escala ocupacional, ao grupo de operadores de todo tipo.¹⁹

No que toca ao salário, diz:

[...] em dados reunidos pelo Departamento de Estatísticas do Trabalho em maio de 1971 [...] o salário semanal para um funcionário de escritório de tempo integral era menor que o de qualquer tipo de trabalho dos chamados “cuello azul”.²⁰

No que tange às condições gerais de trabalho, além de recordar uma vez mais que são assalariados submetidos formalmente ao capital, aumentou brutalmente a subordinação **real** do trabalho de escritório ao capital, incorporando-se os métodos da divisão do trabalho e a mecanização.

Os processos do trabalho na maioria dos escritórios são facilmente reconhecíveis em termos industriais como processos de fluxo contínuo. Principalmente, consistem no fluxo de documentos requeridos para efetuar e registrar transações comerciais, acordos contratuais.²¹

18 Op. cit., pp. 338-339.

19 *Ibid.*, p. 339.

20 *Ibid.*, p. 341.

21 *Ibid.*, p.358.

Os trabalhos datilográficos, operar máquinas de calcular, envelopar, arquivar ou, ainda, os trabalhos modernos, como os de operador de computadores, se fazem cada vez mais em série, de forma monótona e alienante, em que o trabalhador se vê amputado de suas qualidades amplas para aplicá-las unilateralmente a um trabalho que detesta.

As funções de pensamento e planejamento se concentraram num grupo cada vez menor dentro do escritório e, para a massa dos empregados, o escritório se converteu num lugar de trabalho manual igual à própria fábrica.²²

No que diz respeito aos empregados do comércio, podemos ver o mesmo processo. Tudo isso não elimina o fato de que sejam trabalhadores improdutivos do ponto de vista de que não produzem diretamente mais-valia – embora os empregados de escritório ligados ao departamento produtivo sim, a produzem! –, mas pertencem à classe operária formal e realmente, para usar as categorias de Marx, e cada vez em maior medida, porque sua dinâmica é de crescente proletarianização.

O pessoal intermediário das empresas

Os companheiros da LS citam Marx quando se referem às estratificações dentro da empresa. Nessa citação, Marx fala sobre a distinção entre os operários das máquinas-ferramentas, os peões que alimentam as máquinas e os “trabalhadores de categoria superior”, como engenheiros, mecânicos, carpinteiros etc. Marx disse que essa categoria de trabalhadores “se move à margem da esfera dos operários fabris como elementos agregados a eles”. Pode-se pensar, com base nessa citação, que se trata de uma camada **socialmente** distinta do resto dos operários, ou seja, não pertencente à classe operária? O próprio Marx se apressa em esclarecer que **não** é assim, já que acrescenta: “Como se vê, esta divisão do trabalho é **puramente técnica**” (grifo de Marx). Os companheiros da LS, que tão bem conhecem Marx, não citaram, porém, essa frase que é a continuação da citação que apresentaram na carta e que fecha o conceito que está desenvolvendo. Com isso, Marx está nos dizendo que a divisão que ele introduz se refere às camadas dentro do proletariado, ou seja, **dentro de uma mesma classe**. De resto, a nota de Marx que os companheiros citam não faz mais do que confirmar o que dizemos.

Isso não significa que se deva considerar os capatazes, supervisores e demais altos funcionários como classe operária. Aqui, a diferença é

22 *Ibid.*, p.362.

significativa. Estes setores cumprem uma função em parte produtiva, na medida em que suas funções derivam das necessidades do próprio processo de produção; em toda sociedade, será necessário administrar o processo produtivo. Porém, além disso, cumprem uma função de vigilância e de controle, de **exploração da classe operária** e, na medida em que o fazem, se opõem à classe operária. Esse caráter contraditório está acentuado, atualmente, pelo fato de que quase todos esses setores não só recebem como pagamento o valor de uma força de trabalho qualificada, mas também participam, em parte, da mais-valia que se extrai da classe operária. Deste ponto de vista, aí sim podemos falar de classes médias modernas. Seu próprio trabalho, as modalidades gerais sob as quais se desenvolve, não está totalmente integrado ao capital. O adjetivo “modernas” se justifica, além disso, porque são um produto do capitalismo – diferentemente da antiga pequena burguesia que tende a ser varrida pelo desenvolvimento capitalista.

Quanto à categoria de gerentes, Marx já havia assinalado que o fato de receberem um salário não deve ocultar o fato de que cumprem a função de representar o capital enquanto explorador da força de trabalho, ao contrário da simples propriedade do capital, encarnada pelos acionistas e demais parasitas. Desse ponto de vista, estes altos gerentes se incorporam à classe capitalista. Agreguemos que, atualmente, esses setores se integram cada vez mais à parte da classe capitalista proprietária do capital, já que, muitas vezes, são remunerados com participação nos lucros das empresas.

Este caráter de classe dos supervisores, distinto ao da classe operária, se manifesta no nível dos interesses de classe que defendem.

Assim como os simples empregados de escritório, vendedores, trabalhadores produtivos como professores, da saúde etc., enfim, todas as categorias que vimos até agora, identificam-se cada vez mais com os interesses de classe do conjunto do proletariado, os interesses de classe do capataz ou do supervisor oscilam, enfrentam os do capitalista enquanto produtores de mais-valia, enfrentam os dos operários enquanto representantes dos interesses do capital na produção e cumprem tarefas de vigilância que os fazem participantes numa parte da mais-valia. Essa posição contraditória pode levar a que, em momentos de crise, estes setores se aliem à classe operária e, mais ainda, que setores intermediários cheguem a encabeçar exigências sindicais, enfrentando o capital.

Os trabalhadores estatais

Devemos analisar a que classe pertencem os milhões de empregados estatais.

É evidente que esses trabalhadores não estão incluídos diretamente na relação trabalho assalariado-capital (deixemos de fora os operários de empresas estatais que são trabalhadores produtivos, já que produzem mais-valia na forma material de eletricidade, água etc.).

Evidentemente, não podemos agregá-los à classe operária pelo tamanho de seus salários nem pela fonte dos mesmos. Com relação a esta última, se pegarmos um ministério, por exemplo, não podemos dizer que o porteiro, o funcionário intermediário e o ministro pertencem à mesma classe porque todos têm como fonte de renda a parte do orçamento estatal que financia o ministério.

Contudo, também é certo que a relação trabalho assalariado-capital não abrange completamente a definição das classes sociais. Constitui seu fundamento, sua base material, determina o núcleo da classe, mas essa não se limita apenas aos grupos incluídos na relação econômica específica. Gurvitch, que apontou isso, aponta, também, que Marx não falou nunca de classes econômicas, mas de classes **sociais**. Por exemplo, associamos o ministro ou o alto funcionário à classe burguesa, mesmo que, pessoalmente, não sejam donos dos meios de produção e não estejam incluídos pessoalmente na relação de produção. Da mesma maneira, Marx se refere à classe operária em seu conjunto incluindo a mulher e os filhos do operário, mesmo que não participem diretamente da produção. Podemos dizer que estão incluídos indiretamente pela relação social que mantêm com o operário.

Voltando, agora, ao caso dos trabalhadores estatais, devemos analisar que relação eles mantêm com o modo de produção-exploração capitalista.

Ainda que Marx não tenha tratado o tema largamente, deixou-nos algumas indicações valiosas que nos ajudarão em nossa investigação. No tomo II dos *Grundrisse*, refere-se aos operários que constroem estradas pagos pelo Estado. Sustenta que são trabalhadores improdutivos porque não estão colocados sob uma relação capitalista e porque não produzem mais-valia (deixando claro que sempre e quando a estrada não seja vendida como mercadoria); são operários que produzem as condições gerais necessárias para a produção de mais-valia. Marx diz, explicitamente, que são trabalhadores que estão em outra relação econômica diferente da do resto dos assalariados pelo capital, mas não deixa de esclarecer que “é um assalariado livre como qual-

quer outro” e, muito importante, como qualquer outro, produz trabalho excedente, mesmo que este tempo de trabalho excedente, contido no produto, “não seja trocável. Para o próprio operário, comparado aos demais assalariados, trata-se de trabalho excedente”.²³

Temos, então, que são operários que produzem as condições gerais do capital, assalariados que produzem trabalho excedente, portanto explorados pelo capital, embora indiretamente. Isso os leva a ter **interesses de classe idênticos** aos de qualquer outro trabalhador empregado diretamente pelo capital.

Embora Marx não tenha desenvolvido essas ideias, posteriormente, Lenin também se referiu aos trabalhadores estatais e distinguiu com cuidado a camada de funcionários médios – provenientes das camadas médias, com privilégios e negociatas – da massa de trabalhadores oprimidos, com salários de fome. Os funcionários médios e altos pertencem às classes médias e à burguesia e constituem devidamente a burocracia do Estado burguês que “administra e controla”, e participa em maior ou menor grau da exploração da classe operária. Abaixo deles, há uma imensa massa de trabalhadores que só vendem o valor de sua força de trabalho e que, mesmo que não realizem trabalho produtivo – não nos referimos aos operários de empresas estatais, que são operários produtivos pura e simplesmente – são necessários à reprodução do capital. Por esse motivo, Lenin fala dos empregados de correios como pertencentes à classe operária.²⁴

Assim, teríamos operários estatais que criam as condições gerais para a produção capitalista – podemos dizer que criam o capital constante “social”, como estradas, portos etc.–, outros trabalham nas condições gerais de manutenção do aparato estatal capitalista, e, por último, os trabalhadores estatais da educação e da saúde permitem ao capital a reprodução da força de trabalho a baixo custo. Todos eles produzem trabalho excedente, apesar de não produzirem mais-valia, e são explorados indiretamente pelo capital.

Para ser mais claro, em que se diferenciam os interesses de classe de uma professora assalariada por um capitalista da educação dos de uma professora assalariada pelo Estado?

Geralmente, os trabalhadores estatais passam para o setor privado e vice-versa sem que mudem suas formas gerais de trabalho. A relação fundamental continua sendo a de compra e venda da for-

23 MARX, Karl. *Grundrisse*. Tomo II, Edit. Siglo XXI, pp. 22-23.

24 Ver LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*.

ça de trabalho. Em ambas esferas produzem trabalho excedente, com a diferença de que, no setor privado, sob a relação capitalista, este se materializa em mais-valia, enquanto sob a relação estatal, a relação estatal permite ao capital economizar os “*faux frais*” a que sempre é obrigado o modo de produção capitalista. De conjunto, todos os trabalhadores são explorados, então, pelo capital, alguns de forma direta, outros, indireta.

Isso explica a profunda solidariedade entre trabalhadores estatais e privados. Dois interesses comuns que os igualam na luta de classes – que não se manifestam entre diferentes classes sociais – e a sindicalização crescente destes setores. Mais ainda, alguns dos setores de trabalhadores estatais, tanto dos países atrasados quanto dos países imperialistas, estiveram na vanguarda de lutas salariais e reivindicativas nos últimos anos, em que toda a administração estatal entrou em crise.

Possivelmente, os máximos exemplos são os trabalhadores da educação da Colômbia e do Peru, que, há **décadas**, constituem a vanguarda indiscutível de seus respectivos movimentos sindicais nacionais. Note-se que não falamos de um fenômeno passageiro, de uma vanguarda circunstancial da luta de classes. Os companheiros da LS deveriam dar uma explicação **estrutural** sobre por que uma camada média pode cumprir este papel de vanguarda durante tanto tempo. É evidente que é necessário, para isso, uma explicação que parta da posição que ocupam esses setores na produção capitalista. Acreditamos que a análise dos companheiros é incapaz de explicar isso.

A título de resumo

Não pretendemos com o escrito esgotar a discussão, mas simplesmente aportar alguns elementos ao debate e apresentar as conclusões a que chegou nosso estudo sobre o tema. Estas conclusões são, necessariamente, provisórias, e esperamos que os companheiros nos aportem mais elementos e argumentos de suas posições que, estamos seguros, nos ajudarão a avançar.

Ao finalizar sua carta, os companheiros nos dizem que as camadas médias “não podem, por sua atual posição social, por sua dinâmica estratégica e histórica, incorporar-se à classe operária”. Nós, no entanto, terminaremos resumindo a posição desenvolvida neste artigo dizendo que, por sua posição social, estes trabalhadores estão **subordinados ao capital**, que sua dinâmica

foi marcada por uma **crescente proletarização** e que essa deve abarcar cada vez mais setores que, por sua dinâmica histórica, têm uma crescente **identidade de interesses** com os operários produtivos manuais, porque passam a integrar uma mesma classe, e devemos agregar que sua dinâmica política, respondendo a essa condição social, é a da **crescente fusão de todas as camadas do proletariado na luta de uma só classe** que se transforma progressivamente em “classe para si”.

Classe sociais em *O Capital* de Marx: a centralidade do proletariado industrial¹

Gustavo Henrique Lopes Machado

A tarefa da ciência consiste precisamente em explicar como opera a lei do valor. Consequentemente, se pretendemos explicar de uma só vez todos os fenômenos que parecem contradizer esta lei, seria necessário fazer ciência antes da ciência. (Karl Marx)

No presente artigo, pretendemos desenvolver a concepção de classes sociais presente nas obras de **crítica da economia política** de Marx, ou seja, *O Capital* e seus manuscritos preparatórios. O tema é demasiado amplo para ser tratado de maneira consistente e rigorosa em apenas um artigo. Motivo pelo qual nos centraremos em apenas dois aspectos: 1) o papel central desempenhado pelo proletariado industrial na sociedade capitalista; 2) a dimensão improdutiva do trabalho assalariado não produtor de mercadorias, comumente designado como serviços.

[...]

A importância de retomarmos *O Capital* de Marx

É inútil procurarmos qualquer fundamentação consistente sobre as classes sociais na sociedade capitalista no *Manifesto Comunista*. O *Manifesto* é, sem dúvida, um texto fundamental e imprescindível. No entanto, a fundamentação teórica das teses lá expostas se encontra, sempre, em outro lugar. Particularmente, na obra principal de Marx: *O Capital*.

Infelizmente, nas últimas décadas, *O Capital* foi esquecido no interior das organizações marxistas, substituído por manuais recheados de problemas e relegado para os guetos acadêmicos que nele procu-

1 Estratos

ram, comumente, questões abstratas e completamente descoladas da luta de classes e da transformação revolucionária da sociedade. Apesar de não ser um programa, *O Capital* é a pedra basilar a partir da qual floresceu toda a elaboração marxista que se seguiu. Trata-se do maior patrimônio teórico do movimento operário. É urgente resgatá-lo.

Contudo, qual a importância de se reexaminar o papel do proletariado industrial na sociedade capitalista com base numa obra escrita 150 anos atrás? Seriam meros apontamentos teóricos sem qualquer implicação maior nos embates reais que se desenrolam diariamente? Conceitos abstratos afastados das “tarefas políticas concretas”? Ora, é evidente que, na luta cotidiana entre as classes sociais, interferem inumeráveis aspectos de ordens diversas: políticos, ideológicos, históricos, conjunturais e assim por diante. A análise empreendida por Marx em *O Capital* não pretende, sob nenhum aspecto, eliminar esse conjunto sempre variável e presente de influências. Não se trata disso.

Como se sabe, Marx repetiu e repetiu até a exaustão a necessidade de se compreender primeiro as determinações contidas naquele domínio que a tradição consagrou sob o nome de “infraestrutura”, isto é, aquelas determinações relacionadas à forma de relacionamento entre os homens tendo em vista se apropriar da natureza. A vulgata stalinista, é sabido, colocou esta pedra basilar do pensamento marxista em termos de causalidade ou determinismo. Assim concebido, todos demais aspectos da sociedade seriam deduzidos ou causados pelo fator econômico. Para negar essa acepção stalinista – mecânica, etapista e fatalista – a maior parte dos teóricos marxistas cometeram o erro oposto: trataram outros domínios da realidade, como a política, a cultura ou a consciência, de forma completamente autonomizada e separada de sua base econômico-social. Por isso, é necessário, aqui, alguns esclarecimentos no intuito de restituir a *O Capital* de Marx o seu devido lugar.

Em verdade, o termo **economia** não era tomado por Marx no sentido autonomizado e restrito, atualmente em voga. Economia significa, para ele, a forma social pela qual se efetivam as relações entre as pessoas no processo de produção. Não se trata, portanto, de reduzir as relações sociais a categorias econômicas. Pelo contrário, trata-se de mostrar que as categorias econômicas são relações sociais. Mas, se paramos por aqui, não explicamos absolutamente nada. As relações econômico-sociais ou as relações de produção expressam um tipo específico e fundamental de relações sociais. As especificidades dessas determinações ditas econômicas ou infraestruturais é que traduzem nexos, determinações ou características **necessárias** em dada forma

de organização social. Diversamente da política, do Estado, da cultura, que numa mesma forma de sociedade podem se exprimir em formas diversas, as relações de produção expressam aqueles nexos fundamentais que fazem de uma dada forma de sociedade aquilo que é, aquilo que ela tem necessariamente de reproduzir para continuar a existir. Por isso, elas não determinam, unilateralmente, as demais esferas da vida social, mas constituem o ponto de partida para sua adequada compreensão.

Sejamos mais precisos. As categorias expostas em *O Capital*, se se quiser, estruturais, como mercadoria, valor, trabalho abstrato, dinheiro, mais-valia absoluta e relativa, cooperação industrial, classe trabalhadora e capitalista e assim por diante, expressam relações necessárias nesse modo de produção. São elas que devem ser destruídas pela revolução socialista e é a partir delas que as formas superestruturais ganham sua efetividade, quer atuem no sentido da manutenção dessa forma social, quer atuem para sua dissolução. É essa base fundamental que Marx analisa em *O Capital*.

Explicar, portanto, a natureza das classes sociais, um período ou etapa histórica a partir de elementos puramente subjetivos, políticos ou ideológicos constitui, e sempre constituiu, a matriz das concepções burguesas e marxistas vulgares. Como na citação de Marx que usamos como epígrafe, os que assim procedem, procuram “fazer ciência antes da ciência”.

[...]

Compreender, desse modo, o papel social dos distintos setores do proletariado na produção da riqueza capitalista não assegura, de antemão, como tais setores se comportarão nesse ou naquele cenário. No entanto, indica seu papel social, isto é, como, necessariamente, se articulam no interior do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, sua maior ou menor importância estratégica para um partido revolucionário que tem em mira exatamente revolucionar esse modo de produção. Motivo pelo qual pretendemos continuar com o método de Marx e, antes de procurar explicar todos os fenômenos que se passam diante de nossos olhos, justapondo artificialmente elementos superestruturais, é necessário capturar o papel social de cada um dos estratos que compõem o proletariado no interior do processo global de produção de capital.

Por fim, cabe, ainda, alguns comentários prévios sobre a noção de trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Como se sabe, é um dos

temas mais polêmicos de sua obra. E isso tem sua razão de ser. Não existe um tratamento “sistemático” dessa questão em lugar algum no conjunto de seus escritos. Ela aparece de maneira mais desenvolvida e ocupando um espaço significativo no primeiro volume de *Teorias da Mais-Valia* e no chamado *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Em ambos os casos, a questão do trabalho produtivo e improdutivo aparece sempre a partir do diálogo com outros economistas e, como não poderia deixar de ser, a argumentação se baseia na contraposição de Marx frente às posições destes. Nos *Grundrisse*, o tema é tratado aqui e ali de maneira esparsa e sempre remetendo a algum aspecto muito particular do problema. Sempre é bom lembrar que todos esses textos são anotações pessoais não destinadas à publicação. Esse quadro justifica, em grande medida, a ausência de clareza em alguns aspectos no tratamento desta questão por Marx.

Já nos três livros de *O Capital*, em que o centro não é a polêmica com outros autores, mas a exposição crítica da sociedade burguesa, não existe um só capítulo ou mesmo um item separado destinado a esse tema, que aparece apenas no que podemos chamar de breves digressões de Marx referentes ao trabalho produtivo e improdutivo.

[...]

Pensamos que o modo ideal de esclarecer tais questões é percorrer os três volumes de *O Capital* explicitando o papel dos distintos estratos dos trabalhadores assalariados concomitantemente ao desdobramento das próprias categorias do modo de produção capitalista. Evidentemente, neste artigo, estamos longe de querer percorrer esse caminho. Propomo-nos, então, a examinar algumas noções e categorias que, pensamos, estão no cerne de toda confusão em torno desse tema.

Serviços: produtivos ou improdutivos?

É correto dizer que apenas o proletariado industrial, produtor de mercadorias, é produtivo? E, conseqüentemente, todos os serviços são indistintamente improdutivos? Depende. Duas são as abordagens absolutamente equivocadas que procuram sustentar essa posição.

1) Na primeira delas, argumenta-se que somente o trabalho produtor de mercadorias é produtivo porque, em Marx, trabalho envolve metabolismo entre homem e natureza, apropriação dos recursos

naturais e transformação em algo material. Essa abordagem, comum entre certos lukacsianos, não propriamente em Georg Lukács, é um disparate. O trabalho entendido enquanto metabolismo entre homem e natureza não é fundamento das sociedades humanas no geral, mas o trabalho tomado em sua forma mais abstrata, comum a todas as formas sociais. Com essa acepção de trabalho, não conseguimos sequer diferenciar o trabalho assalariado daquele dos servos, dos escravos ou do trabalho coletivo primitivo. O que fundamenta uma forma de sociedade, para Marx, são seus traços específicos em relação a outras formas de sociedade e não os genéricos. A confusão repousa no fato de Marx sempre partir das determinações comuns a todas as formas sociais – como produto, valor de uso, trabalho concreto, cooperação simples, apropriação do trabalho excedente – e, somente depois, partir para aquelas mais específicas, históricas e fundamentais – como mercadoria, valor, trabalho abstrato, cooperação industrial, mais-valia. Segundo Marx, já no Livro Primeiro de *O Capital*, essa “determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (MARX, 1996, p. 310). Não fosse esse o caso, seria produtivo para o capital o trabalho de um camponês que produz para seu consumo próprio e de sua família.

2) Outra abordagem diz que para ser produtivo basta produzir mercadorias, sendo improdutivos aqueles que não produzem mercadorias. Essa perspectiva, semelhante à de Adam Smith, também é inadequada. Para que a produção seja capitalista, não basta produzir mercadorias, o que existe há milênios. É necessária a produção de mercadorias sob o comando de um capitalista, o que inclui a forma trabalho assalariado. Fosse produtivo unicamente o trabalho produtor de mercadorias, o trabalho de um camponês ou artesão, que vende seu produto no mercado, seria produtivo para o capital, o que é falso.

Dito isso, vejamos, então, como a questão é analisada por Marx.

Em primeiro lugar, no modo de produção capitalista, a noção de trabalho produtivo pode ser vista sob uma dupla perspectiva: de sua ampliação e, ao mesmo tempo, de sua restrição. De início, o capitalismo alarga a noção de trabalho produtivo em relação aos modos de produção anteriores. Afinal, nesse modo de produção, “o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia [...] necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo” (MARX, 1996b, p. 136). Agora, para “trabalhar produtivamente, já não é necessário [...] por pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do

trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções” (MARX, 1996b, p. 136). Como se nota, no capitalismo, na “categoria de trabalhadores produtivos figuram, naturalmente, os que, seja como for, contribuem para produzir a mercadoria, desde o verdadeiro trabalhador manual até o gerente, o engenheiro (distintos do capitalista)” (MARX, 1974, p. 136). Aqui, temos claramente um alargamento da noção de trabalho produtivo. Do ponto de vista histórico, essa ampliação é da mais alta relevância, afinal, em sociedades como a da Grécia antiga, o pensamento e a ciência permaneciam, regra geral, à margem do processo de trabalho, sendo, portanto, improdutivos. Agora, um trabalhador intelectual, desde que imerso no trabalho coletivo de uma empresa capitalista produtora de mercadorias, é um trabalhador produtivo.

Na sequência, Marx explica que, por “outro lado, [...] o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia” (MARX, 1996b, p. 136). O que garante a acumulação de capital por parte de um capitalista não é o tipo específico de valor de uso que este oferece aos consumidores no mercado, tampouco a natureza específica do trabalho que comanda, mas a extração de mais-valia daquele que vende sua força de trabalho como mercadoria. Disso, segue-se que apenas “é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1996, p. 136). Temos, claramente, um estreitamento da noção de trabalho produtivo, já que, agora, não basta existir metabolismo entre homem e natureza, não basta tampouco produzir mercadorias, mas é necessário produzir mercadorias sob a forma capitalista. No entanto, o que dizer daquelas atividades exploradas sob a forma capitalista, mas que, todavia, não produzem mercadorias?

Em *Teorias da Mais-Valia*, essa questão é desenvolvida de forma precisa. Segundo Marx, “só o trabalho que produz capital é trabalho produtivo” (MARX, 1974, p. 136). “Assim, também fica absolutamente estabelecido o que é trabalho improdutivo. É trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro” (MARX, 1974, p. 136). Em outras palavras, as definições de trabalho improdutivo e produtivo “não decorrem da qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto, nem da destinação do trabalho como trabalho concreto), mas da forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele se realiza” (MARX, 1974, p. 136). Afinal, é “uma definição do trabalho, a qual não deriva de seu conteúdo ou resultado, mas de sua forma social específica” (MARX, 1974, p. 138). Assim considerado, “um ator por exemplo, mesmo um palhaço,

é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário". Por outro lado, "um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é trabalhador improdutivo" (MARX, 1974, p. 137).

Nesse ponto, a maior parte dos comentadores encerram a questão. Trabalho produtivo é aquele produtor de mais-valia para um capitalista, de onde se conclui que não existe diferença social alguma entre o trabalho produtor de mercadorias e o trabalho não produtor de mercadorias, contanto que ambos produzam mais-valia. Não percebem, por exemplo, que ao considerar que apenas o trabalho produtor de mais-valia é produtivo, Marx diz, no Livro Primeiro de *O Capital*, que a acepção de trabalho produtivo "se estreita", antes de se ampliar. Ou seja, para ser produtivo, além de produzir mercadoria, tem, também, de produzi-la sob o comando de um capitalista. Como explicar então, as afirmações taxativas de Marx de que um professor, cantor ou palhaço, desde que produtores de mais-valia, são trabalhadores produtivos? Como sair desse desconcertante paradoxo?

Acontece que a maior parte dos autores que trataram da presente questão esqueceram-se de uma pergunta fundamental: **produtivo em relação a quê?** Somente uma razão metafísica pode falar em algo produtivo em si mesmo, produtivo no geral, assim como absolutizar qualquer outra noção ou categoria. Antes de responder à questão se tal ou qual trabalho é produtivo, é necessário esclarecer a que se refere tal produtividade. Vejamos um exemplo. Em *Teorias da Mais-Valia*, Marx observa que todo "serviço é produtivo para quem o vende. Jurar falso é produtivo para quem o faz por dinheiro vivo. Falsificar documentos é produtivo para quem é pago por isso. Assassinar é produtivo para quem é pago pelo homicídio. O negócio de sicofanta, delator, malandro, parasita, bajulador é produtivo, desde que tais 'serviços' sejam remunerados" (MARX, 1974, p. 275). Ora, na exata medida em que tais atividades rendem dinheiro para aquele que a vende, elas são produtivas em relação ao vendedor; muito embora não produzam absolutamente nada para a sociedade e, nesse sentido, sejam, em relação à sociedade, improdutivas. Para um camponês que produz para o seu consumo próprio, seu trabalho é certamente produtivo em relação a ele, mas não é para a sociedade que nada recebe, menos ainda para o capital, pois não há acumulação do trabalho não pago na forma da mais-valia.

Nesse sentido, a questão é a seguinte: nos trechos em que trata das atividades não produtoras de mercadorias como produtivas, Marx refere-se à produtividade do trabalho em relação ao capitalista indivi-

dual que o emprega, não em relação à sociedade em seu conjunto, ao capital total por ela produzido. Vejamos a questão detalhadamente.

Logo após precisar a noção de trabalho produtivo e improdutivo em *Teorias da Mais-Valia*, diz Marx: “Trabalho produtivo e improdutivo são sempre olhados aí do ângulo do dono do dinheiro, do capitalista” (MARX, 1974, p. 137). E realmente. Do ponto de vista de um capitalista individual, pouca diferença faz se seu capital é empregado na indústria automobilística, numa universidade privada ou num circo. O que interessa é a mais-valia e o lucro que este consegue obter por meio da exploração do trabalho assalariado. No entanto, a riqueza adentra na esfera do serviço à medida que é redistribuída por meio da circulação de mercadorias, ou seja, à medida que tais serviços são consumidos por capitalistas e trabalhadores.

Nesse sentido, ser produtivo em relação ao capitalista individual não coincide, necessariamente, com ser produtivo em relação à sociedade. No comércio, por exemplo, apesar de o comerciante-capitalista acumular capital com a exploração dos trabalhadores que emprega, ele não produz um só átomo de valor e capital, apenas se apropria de parte da mais-valia produzida na esfera da produção. Não sem razão, ao tratar do capital comercial como improdutivo, Marx por diversas vezes, explicita que está se referindo à produtividade em relação à sociedade. Por exemplo, no Livro Segundo, após ilustrar com o caso de um agente comercial que trabalha oito horas para pagar seu salário, cedendo duas horas excedentes ao seu empregador, diz que “a **sociedade** não paga essas duas horas de trabalho excedente, embora tenham sido gastas pelo indivíduo que o executa” (MARX, 1980, p. 135). No entanto, “com isso não se apropria a **sociedade** de produto excedente nem de valor” (MARX, 1980, p. 135). Claro está, portanto, que Marx se refere, aqui, à produtividade do trabalho em relação à sociedade e não ao capitalista individual.

O mesmo ocorre em relação aos trabalhadores não produtores de mercadoria, ainda que essa redistribuição se opere por meio do consumo dos serviços por trabalhadores e capitalistas e não na transação entre dois ramos distintos do capital, como é o caso do capital comercial. Isso fica claro no *Capítulo VI Inédito de O Capital*, quando Marx diz que: “um mestre-escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo”. No entanto, complementa, logo em seguida, que mesmo assim, “a maior parte desses trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas **se submetem formalmente ao capital**: pertencem às formas de transição” (MARX,

1975, p. 99). Ou seja, do ponto de vista da sociedade, do ponto de vista da relação entre universidade privada e os demais capitais individuais, temos apenas troca simples de mercadoria. Motivo pelo qual a “fábrica de ensino” não produz valor, mas recebe valor da sociedade pelo serviço que ela oferece.

[...]

Em suma, as atividades não produtoras de mercadorias, os ditos serviços, apesar de produtivas para o capitalista individual, **apenas consomem, na forma de renda, o capital produzido pela sociedade**. Por esse motivo, estão fora daquilo que Marx denomina capital produtivo. Sua forma evanescente, em que o valor produzido é imediatamente consumido, em que se vende o trabalho na qualidade de valor de uso e não seu produto, impede que os serviços expressem sua propriedade social de ser valor, consistindo, do ponto de vista da sociedade, tão somente no consumo de renda ou, ainda, no consumo dos valores existentes em troca do serviço oferecido. Isso é assim mesmo que essa renda seja apropriada de maneira desigual no interior de um dado ramo, fornecendo mais-valia para um capitalista individual.

[...]

○ capital produtivo como capital industrial

Por fim, trataremos, nesse último item, do capital produtivo, tema desenvolvido por Marx no Livro Terceiro de *O Capital*, e, em menor medida, no Livro Segundo. É somente no Livro Terceiro que os distintos estratos da classe capitalista e da classe trabalhadora serão analisados, bem como a conexão entre eles. Ora, por que motivo isso ocorre apenas no Livro Terceiro? Para responder à presente pergunta, fazem-se necessárias algumas considerações sobre o método empregado por Marx em sua obra principal. Tais considerações são imprescindíveis para compreendermos o tema aqui em debate.

Livro Primeiro: Nesse livro, Marx estuda o processo de produção de mais-valia ou, ainda, do ponto de vista do capital, o capital em geral. Isso significa que está abstraindo a concorrência e os diversos tipos particulares de capital. Mesmo a circulação é estudada apenas enquanto suporte necessário para compreendermos o processo de produção de mais-valia e a acumulação de capital. Nesse livro, o objetivo é entender

o capital enquanto uma forma histórica particular em relação a todas aquelas que o precederam, sem se preocupar, ainda, em estudar as diferenças internas entre os múltiplos tipos particulares de capital. Aqui, em função da abstração empregada por Marx, existe apenas o capital industrial e, por isso, capitalistas industriais e operários industriais.

Livro Segundo: Estuda a realização da mais-valia ou o processo de circulação do capital. No Primeiro Livro, pressupôs-se que toda mais-valia produzida seria realizada por meio da venda da totalidade das mercadorias no mercado. Agora, esse processo de realização da mais-valia será analisado em seus pormenores, fazendo emergir os primeiros estratos particulares do capital, como o capital comercial, além da divisão do capital constante (meios de produção) em capital fixo e circulante.

Livro Terceiro: Estuda a distribuição da mais-valia entre os distintos capitais individuais. Somente agora se estuda o processo global de produção capitalista. Entra em cena, pela primeira vez de forma mais determinada e concreta, a concorrência e a disputa entre os diversos tipos particulares de capital em torno da mais-valia produzida. No Livro Primeiro, tratou-se de mostrar o segredo da produção de mais-valia que ocorre no interior da fábrica. Agora, trata-se de desvendar os segredos de sua distribuição. Emerge, assim, uma série de novos estratos do proletariado, correspondentes aos tipos particulares de capital, como analisaremos em seguida.

O que queremos acentuar no presente contexto é que esse método de abstrações utilizado por Marx não é casual. O Livro Primeiro tem em mira atingir as determinações mais fundamentais do modo de produção capitalista para além das múltiplas oscilações particulares que nos fariam mergulhar num oceano indomável de contingências, decisões individuais e arbitrariedades. Não é casual, portanto, que esse livro trate apenas do capital industrial, com os respectivos operários industriais, por serem esses últimos os responsáveis pela produção de toda mais-valia da sociedade. Marx assinala, assim, o setor-chave da economia capitalista: o capital industrial ou capital produtivo.

No entanto, mesmo no interior do Livro Primeiro, Marx está distante de suprimir todas as diferenças entre os trabalhadores empregados pelo capital industrial. Segundo Marx, a “distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-fermentas” (MARX, 1996b, p. 53) e, ao “lado **dessas classes principais**,

surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa do controle do conjunto da maquinaria e de sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos”. E acrescenta: é “uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles” (MARX, 1996b, p. 54). Enquanto uma camada do proletariado mais qualificada, de trabalho individualizado, numericamente pouco significativa no interior de cada unidade produtiva e, sobretudo, externa ao círculo de operários, esse setor do proletariado não expressa a mesma força social que os primeiros. Sua consciência está propensa a oscilar entre os interesses do capitalista e os da massa do proletariado.

Já nos livros restantes, ao analisar como a mais-valia se realiza e redistribui, o capital produtivo aparece contraposto ao capital improdutivo. Mais particularmente, uma das questões centrais é justamente como a mais-valia produzida pelo primeiro é apropriada pelo segundo. Analisemos em primeiro lugar, então, o capital produtivo.

Capital Produtivo: segundo Marx, nos “estágios de circulação, o valor-capital assume duas formas, a de *capital-dinheiro* e a de *capital-mercadoria*; no estágio de produção, a forma de *capital produtivo*. O capital que, no decurso de todo o seu ciclo ora assume, ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente, é o *capital-industrial*” (MARX, 1980, p. 53). Nesse sentido, não é o fato de participar da esfera da circulação que faz improdutivo um dado ramo do capital, mas o fato de estar excluído da esfera da produção. O capital-industrial, por sua vez, é o único que participa de todos os momentos do processo de reprodução de capital, apresentando-se ora como capital-mercadoria, ora na forma de capital-dinheiro e ora como capital de produção.

[...]

Apenas atividades produtoras de capital-mercadoria são elencadas como sendo capital industrial e, por conseguinte, capital produtivo: a mineração, a agricultura, a pecuária, a manufatura e mesmo a indústria de transporte que, na acepção de Marx, altera espacialmente o produto conforme veremos mais adiante.

[...]

Conclusão

[...]

Claro está que a análise encerrada em *O Capital*, sob nenhuma hipótese, esclarece de antemão a correlação de forças entre as classes num dado período histórico ou num dado país. No entanto, tais análises particulares e conjunturais, se não se quiser fazer ciência antes da ciência, deve pressupor a anterior compreensão dos elementos apenas tangenciados por estes artigos: a articulação total do modo de produção capitalista tomado, de início, em sua forma pura, com o papel social das classes e setores de classe que o compõem.

Assim procedendo, fica explícito, por exemplo, para além das turbulências conjunturais, o papel central ocupado por todos aqueles setores do proletariado que integram o capital produtivo ou industrial. Ainda que por hipótese, num dado cenário, este setor se mostre, por razões diversas, com o nível mais rebaixado de consciência, com pouca tradição de luta ou em menor número; sua posição central, se se quiser desmoronar o capital, continua a mesma. O proletariado industrial ganha, portanto, papel estratégico para o movimento socialista. Não apenas por constituir o cerne e a base da valorização global do capital, mas também por ser o único setor que pode contrapor eficazmente as tendências burocratizantes resultantes da expropriação da propriedade privada, já que está associado diretamente à produção e ao controle da riqueza, ao mesmo tempo em que é diretamente afetado pelos mecanismos de sua redistribuição.

Fica explícito, assim, que, para um marxista, as análises políticas e ideológicas se depreendem sempre da análise prévia de sua respectiva base social. Isso não significa que elas sejam unilateralmente causadas por essa base social, mas que somente por ela podem ser efetivamente compreendidas. Esse é o motivo que levou Marx a escrever *O Capital* antes de qualquer outra coisa.

[...]

Como se vê, qualquer organização que queira influir na história no sentido da revolução socialista deve, antes de tudo, assentar-se firmemente nas bases sociais que a possibilitam, antes e aquém de qualquer escolha ou impressão. Deve influir no oceano caótico dos fenômenos imediatos em consideração com sua unidade mais profunda. Deve bus-

car as bases sociais dos fenômenos ideológicos e políticos antes de dar uma formulação teórica autônoma para esses domínios. Fazer ciência, portanto, não é, para Marx, enumerar acontecimentos históricos ao modo de um jornalista. Tampouco criar conceitos autônomos ao modo de um acadêmico, mas encontrar sempre a base social dos fenômenos, para, somente então, extrair dela uma política revolucionária.

Referências

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Tomo 1, 1996.

_____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, Livro primeiro, Tomo 2, 1996b.

_____. *O Capital. Livro 2: O Processo de Circulação do Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980b.

_____. *O Capital. Livro 3, Volume 5*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *O Capital. Livro 3, Volume 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981b.

_____. *Teorias da Mais-Valia*. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, 1974.

_____. *Teorias da Mais-Valia*. História crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 1980.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Porto: Escorpião, 1975.

_____. *Para a crítica da economia política. Manuscrito de 1861-1863 (cadernos I a V)*. Terceiro Capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MORENO, Nahuel. *Conversando com Moreno*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, Entrevista realizada por Daniel Acosta, Marco Trogo e Raul Tuny, 2005.

MORENO, Nahuel. *Balanço de Atividades*. Ediciones Marxismo Vivo, São Paulo: Editora Lorca S.A., 2012.

PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Dos. iê

RAÇA E CLASSE

Mito da democracia racial e invisibilização da questão negra

Hertz da Conceição Dias

Introdução

Pretendemos com este artigo mostrar a força que emana do mito da “democracia racial”, ideologia que, de tão bem elaborada e enraizada na sociedade brasileira, trouxe sérias implicações para o proletariado brasileiro, manifestando-se, também, com muita força no conjunto de sua intelectualidade e das organizações marxistas. Para tal empreitada, sentimos a necessidade de fazer um breve resgate histórico da luta de classes no regime escravista brasileiro, que perdurou por mais de 350 anos, cujos principais polos opostos eram os senhores e os escravos, sendo a classe de escravos a mais dinâmica devido a seu desejo de libertação.

Isso se fez necessário porque as elaborações que tiveram por base o mito da democracia racial apresentaram uma versão romantizada da relação entre senhores e escravos no Brasil. Muitos intelectuais brasileiros, incluindo marxistas, caíram prisioneiros da tese de cordialidade do escravo africano e benevolência do senhor português. Desaparecendo os conflitos de classe, desaparece também o negro como sujeito sociopolítico.

Para que se entenda a importância que esse debate continua tendo, basta constatar o menosprezo com que quase todas as organizações da esquerda brasileira têm tratado as lutas negras que ganharam o Brasil nos últimos anos. Para essas organizações, o Brasil está vivendo uma onda reacionária, justamente no momento em que o cenário de lutas negras é um dos maiores da história do país.

Pretendemos, também, levantar o seguinte questionamento: será que esse mito ou suas ideologias correlatas (superioridade branca, cordialidade, branqueamento, mestiçagem) não se desenvolveram também em países em que o elemento negro tem peso pelo menos relativo no seio proletariado, mas que é invisibilizado como sujeito sociopolítico, inclusive dentro da esquerda revolucionária?

Um mito elaborado para desarticular aqueles que deveriam ser eliminados

Antes de entrarmos no tema que tem como centralidade um problema racial, é importante ressaltar que, para nós, “raça” deve ser entendida como categoria sociológica, e racismo como uma ideologia que manipula o conceito de raça em favor do projeto de dominação burguesa sobre o conjunto do proletariado. Racismo também entendido como forma de agressão, e o movimento antirracista ou negro como movimento de autodefesa racial que, em muitos casos, pode ganhar dimensão antissistema.

Assim, não basta, como muitos pensam, apontar uma baioneta teórica contra o conceito de raça para que o racismo desapareça. É para o racismo, como forma de dominação, opressão e humilhação, que devemos apontar todas as nossas armas políticas, pois foi ele que, criado pelo capitalismo, criou as raças, e não o seu oposto. Assim, as raças só poderão desaparecer definitivamente quando o racismo e o capitalismo forem transformados em peças de um mesmo museu: o da sociedade sem classes.

Feito este esclarecimento, voltemos ao tema.

A burguesia brasileira já nasceu dependente do capitalismo internacional. No Brasil, coexistiram, durante décadas, formas de trabalho livre e escravo, num período denominado por Clóvis Moura (1999) de “escravismo tardio”¹, que se estende de 1850 – ano de aprovação da

1 Para Moura (1994), o escravismo no Brasil se divide em duas fases: o escravismo pleno, que vai de aproximadamente 1550 a 1850, e o escravismo tardio, de 1851 a 1888. Na primeira fase, segundo o autor, estrutura-se, em toda a sua plenitude, a escravidão (modo de produção escravista), que configurará o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: os senhores e os escravos. O escravismo tardio, por sua vez, representa a fase da **modernização sem mudança**, ou seja, em que o Brasil entra na nova ordem mundial imperialista como uma nação dependente que mesclará, em toda a fase do segundo império, relações capitalistas com trabalho escravo, e que as antigas classes senhoriais se transformarão em latifundiários e capitalistas industriais. Dessa forma, se, por um lado, a sociedade acumulou, assimilou e dinamizou aquilo que o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou, por outro, as relações entre os homens no processo de trabalho continuaram atrasadas e correspondentes a um estágio anterior e inferior ao da estrutura que avançou. Todo o suporte fundamental da sociedade fica, dessa forma, em desarmonia com o desenvolvimento da outra parte que se modernizou.

Lei Euzébio de Queiroz e da Lei da Terra² – até 1888, quando foi aprovada a Lei Áurea que aboliu definitivamente a escravidão.

Essa burguesia nacional sequer arriscou fazer uma revolução num período no qual a burguesia europeia varria daquele continente o que ainda restava do feudalismo. A burguesia brasileira, tal como a vemos hoje, é uma extensão da classe social originada no interior da classe de senhores de escravos. Sua gênese histórica é marcadamente contrarrevolucionária, e seu conservadorismo se aprofunda à medida que a história avança. Defendeu a escravidão até o final do século 19, quando todos os demais países da América já a haviam abolido. Fez do Brasil um país inconcluso que conquistou sua independência mantendo a escravidão e aboliu a escravidão mantendo o latifúndio. Nas palavras de Décio Freitas:

A grande burguesia comercial e a nascente burguesia industrial não se mostraram partidárias da abolição. Em manifesto lançado em 1881, a Associação Industrial – “composta por industriais e estrangeiros domiciliados no Brasil” – reclamou medidas protecionistas, mas nada disse sobre a abolição. O presidente da entidade, Antônio Felício dos Santos, declarou, em 1882, que o escravo era “uma absoluta necessidade”. Outro tanto a Associação Comercial do Rio de Janeiro, que, em 1884, denunciou os abolicionistas como “irresponsáveis”. No mesmo ano, a congênere de Minas Gerais exortou o governo a adotar medidas “fortes” contra o movimento abolicionista. (1983, p. 152)

Nessa transição, a manutenção da estrutura latifundiário-oligárquica encaixava-se perfeitamente no papel que caberia ao Brasil cumprir na nova ordem econômica mundial de continuar como país agroexportador. E, para conservar a antiga ordem, seria necessário manter os antigos aparelhos. Por isso, é muito importante entender que a desigualdade racial no Brasil e os mecanismos adotados para mantê-la têm relação direta com a dependência do nosso país às forças imperialistas. Racismo, capitalismo e imperialismo atuaram como forças conjuntas nesse processo.

Apequenada perante o imperialismo inglês e amedrontada pela iminência de uma explosão escrava no Brasil nos moldes da que ocor-

2 Enquanto a Lei Euzébio de Queiroz golpeava de morte o tráfico de escravos para o Brasil, a Lei da Terra cumpriu a função de consolidar o latifúndio à medida que permitiu o acesso à terra exclusivamente mediante a compra e não mais mediante requisição ao Estado em razão dos serviços prestados à nação brasileira. Dessa forma, o negro (ex-escravo) foi sendo gradualmente transformado em sem-terra. Caso essa lei não fosse alterada, a abolição traria em seu bojo a reforma agrária.

rera no Haiti, consolidaram-se como burgueses mantendo todos os mecanismos de dominação política e ideológica que foram elaborados em mais de 350 anos de escravidão. Reelaboraram teorias e ideologias do período escravista, mesclando-as com as teorias eugênicas que a burguesia europeia elaborava nesse mesmo período para garantir a dominação imperialista sobre a África e a Ásia.

Assim, na virada do século 19 para o século 20, ou seja, na transição do escravismo para o capitalismo dependente, as elites precisavam responder a uma questão: o que fazer com o negro ex-escravo?

Nesse mesmo contexto, a imigração europeia aparece como fonte de lucro advinda de um novo tráfico de carne humana, dessa vez branca. A conjugação desses fatores deságua na tese de que o subdesenvolvimento do Brasil resultava da sua enorme população negra, vista como a borra social da escravidão. Ou seja, ao decidirem pela importação do trabalhador europeu, seria necessário justificar a não utilização do negro. E essa justificativa foi a sua suposta inferioridade.

Para parte da intelectualidade da época, o problema do Brasil estava na sua mestiçagem, marcadamente influenciada pelo elemento negro. Era preciso branquear o país para que o mesmo atingisse status de nação desenvolvida. Como então transformar essa pluralidade étnica e cultural numa única coletividade, numa única nação? A resposta foi prontamente dada pela elite intelectual brasileira: tornando o branco como raça predominante! A defesa da mestiçagem, no pensamento desses intelectuais, não era para valorizar a pluralidade, mas para purificar a sociedade e livrá-la dos seus componentes tido como degenerados.

Para o escritor Silvio Romero (1851-1914), a mestiçagem seria a ponte para se chegar ao branqueamento da nação. Porém, passado algum tempo, reviu sua posição afirmando que “o desaparecimento total do índio, do negro e do mestiço poderia ocorrer apenas se toda a miscigenação futura incluir um parceiro extremamente claro (se não branco)” (MUNANGA, 1999, p. 53).

Já para Nina Rodrigues (1862-1906), a mistura de culturas que chamava de inferiores (índia e negra) com a que seria a superior (branca) provocaria perturbações psíquicas. A espécie incapaz degeneraria a espécie civilizada. Com base nisso, propõe um contrato social em que os indivíduos não fossem considerados iguais perante a lei, já que uns eram inferiores, e outros, superiores. Negros e índios deveriam ser ajustados à sociedade com repressão e leis separatistas.

Na obra *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil* (MUNANGA, 1999, p. 56), Silvio Romero afirma que “se as elites brasileiras tivessem levado na prática as ideias de Nina Rodrigues, talvez o Brasil tivesse construí-

do uma espécie de *apartheid*, cuja dinâmica teria levado a consequências e resultados imprevisíveis”.

O escritor Monteiro Lobato (1882-1948), que também via na mestiçagem um fator de enegrecimento da nação, defendia uma saída muito parecida com a de Nina Rodrigues. Numa de suas cartas que foram reveladas em 2011, ele afirma que “país de mestiço, onde branco não tem força para organizar uma Ku Klux Klan, é um país perdido” (Revista Bravo, 2011).

Euclides da Cunha (1866-1909) expressava também esse pensamento. Para ele, o mestiço é um “intruso”. E retoma a mesma ideia presente em Nina Rodrigues. No mestiço, prevaleceria sempre as características das raças tidas como inferiores. O mestiço seria um ser degenerado, sem identidade própria, frustrado na busca de suas raízes.

Essa instabilidade emocional do mestiço teria sido a causa da Guerra de Canudos (1896-1897), ocorrida no interior da Bahia, nordeste brasileiro, e sua maior liderança, Antônio Conselheiro, seria a maior prova disso, um mestiço desequilibrado conforme Euclides da Cunha relata em sua obra *Os Sertões*. Como, então, promover a unidade política e econômica do Brasil diante da ameaça mestiça? Mais uma vez, a resposta está na imigração europeia.

Oliveira Viana (1883-1951) também acreditava que o comportamento dos indivíduos era determinado pela sua aparência física. Porém, para este, a miscigenação contribui para garantir a igualdade de oportunidades entre todos os segmentos étnico-raciais da sociedade brasileira. Uma espécie de democracia racial.

Assim, o problema da exclusão dos negros estaria na sua origem racial. Desta forma, consegue transferir para o plano biológico problemas oriundos da forma de como o capitalismo se estruturou em nosso país. Nessa visão darwinista-social, os brancos, por sua ascendência racial, teriam uma tendência a dominar as relações sociais. No geral, o que todos esses intelectuais defendiam era o branqueamento do país.

Por que, então, esse projeto não vingou?

Essa política fracassou com as duas guerras mundiais e a crise capitalista da década de 1920, que mostraram que a “Europa civilizada” tinha mergulhado o mundo numa guerra que ceifou a vida de milhões de pessoas e inviabilizou a migração de europeus para o Brasil.

Isso também teria acelerado a industrialização do Brasil e a necessidade de incorporar o negro ao mundo do trabalho. Agora, a burguesia precisava de novas bases ideológicas para justificar sua dominação

racial. É nesse contexto que o escritor Gilberto Freyre (1900-1987)³ aparece para atender a essa nova demanda. A ideologia da Democracia Racial seria o principal suporte do seu pensamento em perspectiva diferente à dos anteriores. O autor consegue superar o arianismo dogmático presente nas obras anteriores, exaltando uma espécie de cultura nacional, gestada na escravidão, que o tempo não superou.

Chega a exaltar a mestiçagem como algo extremamente positivo, símbolo da nossa nacionalidade e ventre da nossa democracia racial. O português, segundo Freyre, era o mais benevolente dos europeus, e o negro um escravo dócil. A junção dessas características teria gerado a grande cordialidade do homem brasileiro.

No entanto, mais de 350 anos de conflitos entres senhores e escravos teriam sido amortecidos pelas predisposições sexuais do português para com as mulheres negras e indígenas. Dessa dupla miscigenação, a biológica e a cultural, nasceria a nossa democracia racial, a maior do mundo. Ao analisar esse fenômeno, Freyre não esconde suas raízes senhoriais.

[...] tudo que é expressão sincera de vida, trazemos a marca da influência negra. Da escrava ou da sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. **Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem.** Do moleque que foi nosso primeiro companheiro. (Moura, p. 88, *apud* Freyre, p. 441)

Essa ideologia em que a raça nacional substitui todas as demais, funciona como fator de desmobilização política do negro que não se percebe enquanto tal, dificultando sua autodefesa coletiva da agres-

3 Gilberto Freyre (1900-1987): foi um sociólogo, historiador e ensaísta brasileiro. Sua obra *Casa-Grande & Senzala* é a mais conhecida de todas. Mas, para se ter uma visão totalizante do autor, é preciso compreender o conjunto de suas obras que contém mais de cinquenta títulos. João Alberto da Costa Pinto (2009) levanta a hipótese de que as obras de Freyre obedecem a três roteiros internos: o regional, o nacional e o internacional, todos desdobrados do livro *Casa-Grande & Senzala*. Freyre recebeu vários prêmios e condecorações no Brasil e no exterior, entre os quais o Prêmio Anisfield-Wolf, USA (1957), o Prêmio Internacional La Madonnina, Itália (1969), o de “Sir – Cavaleiro Comandante do Império Britânico”, distinção conferida pela Rainha da Inglaterra (1971). Chegou a viajar à Índia e à África portuguesa, escrevendo, em seguida, o livro *Aventura e Rotina*.

são racista. Ainda por cima, invisibiliza a história de resistência das mulheres negras, como Luíza Mahin, que liderou o levante dos Malês, na Bahia, em 1835, e unificou num só movimento escravos e libertos islamizados. Além disso, as mulheres negras organizaram quilombos, guerrilhas, emboscadas etc.

O que Gilberto Freyre exaltava nada mais era do que a transformação da mulher negra em objeto sexual do senhor, e o mestiço, que ele coloca como símbolo da democracia racial, foi fruto de estupro praticados enquanto perdurou a escravidão no Brasil.

Mais à frente, tentaremos mostrar como o pensamento freyriano cruzou o Atlântico para servir de suporte ao império português na África. Por enquanto, queremos mostrar como essas ideologias passam a ideia de que o capitalismo é democrático, de que as relações raciais são harmônicas, mas que, pelo fato de uma raça ser superior, e a outra inferior, estariam, assim, determinados os espaços sociais que cada uma deveria ocupar. O poder da burguesia estaria justificado pela sua branquitude, enquanto a pobreza dos negros estaria explicada pela sua origem racial.

Por outro lado, quanto mais próximo do branco fosse o mestiço, mais respeitado seria, e quanto mais enegrecida fosse a cor de sua pele, mais desprezado estaria. Essa ideologia divide os trabalhadores, enquanto o patrão branco passa a ser o tipo racial ideal. Ao contrário disso, durante a escravidão, o mestiço, que também era um escravo, sentia a necessidade de lutar ao lado dos demais escravos, já que a mestiçagem biológica (permutação genética) não significava de maneira alguma mestiçagem social (permutação de bens materiais).

No capitalismo, o mito da democracia racial faz com que o mestiço se sinta como trabalhador privilegiado em relação ao negro de pele mais escura. O negro, por sua vez, procura inúmeros mecanismos psicológicos para fugir da sua origem racial. Na década de 1980, os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chegaram a identificar mais de 150 declarações de cores, principalmente entre os negros.

Ciente disso, a burguesia manipula essas ideologias ao ponto de fazer com que o negro bem-sucedido nas empresas se autoidentifique, por décadas, como “negro de alma branca”, imprimindo, no nível de sua própria consciência, uma espécie de “complexo de inferioridade racial”. Dessas ideologias, ao que nos parece, quase toda a esquerda caiu prisioneira.

Teria o mito da democracia racial invadido o marxismo e atravessado o Atlântico?

Muitos marxistas elaboram sobre o tema da escravidão e das opressões raciais no Brasil, mas com grandes limitações para entender as raízes do seu subdesenvolvimento. Florestan Fernandes, que tem o mérito de ser um dos que mais avançou no tema da questão negra, infelizmente enveredou pela ideia de que o racismo era resquício do escravismo e que com o desenvolvimento do capitalismo e a inserção do negro no mercado de trabalho esse mesmo racismo tenderia a desaparecer.

Em sua obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, Florestan Fernandes chega a considerar a abolição como uma espécie de revolução burguesa inconclusa e, embora reconheça que, em determinado momento da luta abolicionista, “a participação do negro no processo revolucionário chegou a ser atuante”, concluiu que “pela natureza de sua condição, não passava de uma espécie de aríete, usado como massa de percussão pelos brancos que combatiam o antigo regime” (p. 55).

A Escola de São Paulo, criada em meados do século 20 e que terá à frente Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, Otávio Ianni, encontrou seus limites nessa mesma ideia de que o racismo desapareceria com o desenvolvimento industrial. “Na verdade, esses intelectuais podem ter sido mais influenciados pelo mito da democracia racial do que gostariam de admitir” (SKIDMORE, 1991, p. 11).

Obviamente, essas conclusões eram fortemente influenciadas pela tese de que haveria de ocorrer no Brasil uma revolução democrático-burguesa para destravar as forças produtivas de seus elementos semifeudais ou semiescravistas.

No entanto, pouca atenção foi dispensada para entender séculos de luta de classes envolvendo dois polos principais: os escravos e os senhores de escravos. Muito menos houve a preocupação de ligar esse passado à atual situação do negro brasileiro. Na maioria desses estudos, o negro aparece unicamente como capital constante ou mercadoria humana do lucrativo tráfico negreiro que, inegavelmente, foi determinante no processo de acumulação de capital na Europa.

Esqueceram, porém, que a condição jurídico-política do negro como “objeto falante”, “os pés e as mãos da colônia”, “ser de humanidade esvaziada”, não quer dizer, de maneira alguma, que a história passou aos seus olhos de maneira passiva. Pelo contrário, o escravo foi o sujeito social mais dinâmico do Brasil colonial. Eram os únicos desejosos de mudanças estruturais, enquanto na outra ponta os senhores

não desejavam mudança alguma, era uma classe social sem devir histórico. Assim, a situação do escravo mudava radicalmente quando ele se rebelava contra a escravidão, pois era nesse ato de rebeldia que sua humanidade perdida era reencontrada (Moura, 1983).

Mais limitados ainda são os esforços para compreender o vínculo internacionalista de muitas insurreições negras, o que, em nossa opinião, ainda é uma grande lacuna existente, mesmo entre os marxistas. Muitos dos autores supracitados tinham o empecilho de estarem organicamente ligados a organizações stalinistas.

Florestan, que chegou a ser militante por mais de uma década do Partido Socialista Revolucionário, ligado à IV Internacional, também não escapou ileso dessa forma de ver o negro em seu passado histórico e as tarefas colocadas para o mesmo nos pós-abolição. Parece mesmo que a democracia racial seria possível de ser alcançada por dentro do capitalismo, sendo o racismo apenas um resíduo prestes a desaparecer à medida que o capitalismo fosse se modernizando, e o negro nela fosse sendo inserido.

O atraso da ordem racial ficou, assim, como um resíduo do antigo regime e só poderá ser eliminado, no futuro, pelos efeitos indiretos da normalização progressiva do estilo democrático de vida e da ordem social correspondente. Enquanto isso não se der, não haverá sincronização possível entre a ordem racial e a ordem social existente. (Fernandes, 1978, pp. 267-268)

Clóvis Moura, que tentou compreender a formação histórica do Brasil e as condições de vida do negro, tomando por base as contradições da luta de classes do Brasil colonial, ou seja, em termos históricos, e relacioná-las com a luta de classes no contexto do “Brasil moderno”, teve de enfrentar resistências da intelectualidade de dentro do seu próprio partido, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Suas obras foram rejeitadas pela Editora Brasiliense, do respeitadíssimo Caio Prado Júnior, bem como pela Editora Vitória, controlada pelo próprio PCB. “Militante do PCB, o jovem sociólogo teve a edição de seu trabalho rejeitada por Caio Prado Júnior e não incentivada por Edison Carneiro, seus companheiros de partido” (FIABANI, 2005, p. 85).

Ainda sobre persistência de Clóvis Moura e a resistência tenaz do PCB em admitir a existência da problemática racial no Brasil, Ferreira (2000 *apud* MOURA, 2000, pp. 12-13) relata que:

Para ilustrar as dificuldades dos PCs frente à questão, o autor de *Rebeliões da Senzala* conta que, durante o processo constituinte pós-Estado Novo, o deputado Hamilton Nogueira (UDN) apresentou projeto contra o racismo

a ser incluído na nova Constituição. No entanto, a bancada do PCB vota contra o projeto sob o argumento de que no Brasil não existe luta de raças, mas de classes (!).

Seria quase impossível avançar no debate racial por dentro dos PCs presos às teses de revolução num só país e de coexistência pacífica, sem contar a tese de Brasil semifeudal que perdurou durante muito tempo no interior desses partidos. Para os stalinistas, a luta contra as opressões também dividiria a classe.

No entanto, se o PCB se posicionou contra um projeto antirracista, por mais limitado que pudesse ser, não adotou a mesma posição quando o próprio Gilberto Freyre (UDN-PE) lançou-se candidato a membro do Congresso Constituinte de 1946. Pelo contrário, Freyre foi eleito com amplo apoio do PCB. Pinto (2009) lembra ainda que Gilberto Freyre foi “referendado como um dos principais interlocutores da *intelligentsia* nacional diante dos debates sobre os destinos da Revolução Brasileira” (p. 3).

Talvez em função dessa gama de contradições, Moura e muitos outros intelectuais romperam com o PCB em 1962 e criaram a pequena Editora Zumbi, onde, com muita dificuldade, conseguiram publicar suas obras. Até a sua morte, em 2003, Moura não se engajou em nenhuma outra organização marxista internacionalista. Eis, em nossa opinião, o limite desse grande intelectual.

A esquerda trotskista, por outro lado, elaborou muito pouco sobre as raízes históricas do racismo e a função que o mesmo passou a exercer naquele contexto. Poucos entenderam que o fim da escravidão não significou o fim do racismo.

Se os stalinistas cumpriram o papel nefasto de perseguir os movimentos de luta contra as opressões por considerarem os mesmos como desvios pequeno-burgueses, o trotskismo pós-Trotsky também não deu a atenção necessária ao tema. Sequer levou a sério as preocupações levantadas pelo próprio Trotsky em seu exílio, no México, quando alertava o Socialist Workers Party (SWP) norte-americano sobre a necessidade de se ter um programa para o setor mais oprimido e explorado do proletariado americano ou mesmo o rico debate sobre o tema racial que a III Internacional produziu antes de sua stalinização⁴.

4 É justo lembrar que, no final da década de 1970, a Convergência Socialista, hoje PSTU, foi fundamental na tarefa de inserir o tema racial na pauta da luta pela redemocratização do país e articular a questão racial com as tarefas da revolução socialista no Brasil. Assim, surgiu, em 1978, o Movimento Unificado Contra a Discrimina-

Na verdade, o tema das opressões sempre foi muito polêmico entre os revolucionários. Prevalece ainda a separação mecânica entre luta de classes e luta contra a opressão. Essa separação dificulta qualquer caracterização mais séria.

Trotsky (2007) lembra a importância que teve a perspicácia de Lenin ao entender a força que a luta pela libertação das nacionalidades oprimidas no Império Russo tinha como componente fundamental para que a Revolução de Outubro fosse vitoriosa. A Rússia era um Estado constituído de nacionalidades, não foi formada como um Estado Nacional. Os grão-russos, nacionalidade dominante, constituíam apenas 43% da população. O restante, 57%, era de nacionalidades privadas de direitos. Os bolcheviques, sobretudo Lenin, deram uma atenção especial a esse tema.

Rosa Luxemburgo chegou a defender, contra Lenin, que as lutas desses povos dividiam o proletariado. Lenin pensava o contrário. Para ele, a questão das nacionalidades oprimidas era um elemento decisivo para a revolução russa. E foi, já que nem a burguesia, nem a aristocracia teriam condições de atender suas demandas democráticas. O direito à autodeterminação não significava, de maneira alguma, o direito à separação nacional:

Nisto o partido bolchevique de modo algum fazia propaganda pela separação. Apenas assumia a obrigação de lutar implacavelmente contra toda a forma de opressão nacional, inclusive a de reter pela força esta ou aquela nacionalidade dentro de uma fronteira do Estado Geral. Apenas deste modo o proletariado russo pôde ganhar gradualmente a confiança das nacionalidades oprimidas. (TROTSKY, 2007, p. 816)

A situação das opressões é uma situação política concreta que exige resposta no tempo presente. A mente do oprimido é dominada permanentemente pelo desejo de se livrar da opressão, assim como a de um detento na prisão. Sem incluir as demandas dos grupos oprimidos no programa transicional, corremos o risco de ficar presos a um “classismo” pequeno-burguês e acadêmico que não dialoga com a realidade objetiva, apenas com sua própria consciência.

Contribuir para que a luta contra as opressões ajude o proletariado a chegar ao poder é tarefa do elemento consciente – o partido internacional –, e a ele também é dada a tarefa de fazer com que a revolução nacional não fique limitada às fronteiras do próprio país.

ção Racial (MUCDR), mais tarde Movimento Negro Unificado (MNU), um dos mais importantes da recente história do país.

O que nos obriga a fazer isso? A genialidade de nossos teóricos e de nossas teorias? Não necessariamente! O que nos move é a necessidade de libertar o proletariado mundial juntamente com todos os seus segmentos oprimidos, sufocados pela burguesia nacional e internacional. Sempre é bom lembrar que a época que vivemos é a imperialista.

Na Rússia, a evolução das nacionalidades oprimidas,

[...] [rumo] à palavra de ordem ditadura do proletariado procedia não da agitação “demagógica”, não de esquemas pré-concebidos, não da teoria da Revolução permanente, como os liberais e conciliadores pensavam, mas da estrutura social da Rússia e das condições da situação mundial. A teoria da Revolução permanente apenas formulou o processo combinado do desenvolvimento. (TROTSKY, 2007, p. 830)

A máxima “classe contra classe” ou a ideia de que as opressões são resquícios de sociedades pré-capitalistas tem como resultado o total menosprezo ao tema das opressões. A primeira ideia joga o tema das opressões para a futura sociedade socialista, e a segunda para o desenvolvimento do próprio capitalismo. Os stalinistas se amparavam em ambas as teses, mas também exerce força entre nós.

Na linha desse raciocínio, a necessidade concreta do negro oprimido fica espremida entre a herança maldita do passado escravista e o paraíso racial do futuro socialista. Sem interpretação, programa e ação transformadora, para os negros, restaria acreditar num utópico socialismo aos moldes daquele proposto por Simon, Fourier e Owen que Marx e Engels tanto criticaram justamente por ser incapaz de apresentar uma práxis transformadora.

Por outro lado, também costumamos olhar com desconfiança para os movimentos de luta contra as opressões. Se não são marxistas, operários ou socialistas, são contrarrevolucionários. Segundo Moreno (1977), essa postura decorre de uma visão sectária, ultraesquerdista e coirmã do maoísmo, que costuma dividir os movimentos em revolucionários e contrarrevolucionários.

Essa caracterização escamoteia os objetivos e as contradições dos movimentos que lutam por bandeiras democráticas. Essas bandeiras deslizaram a muito tempo das mãos da burguesia e passaram a ser tarefa do proletariado, mas isso não significa que os revolucionários deverão tratá-las apenas após a consumação da revolução. Muito pelo contrário, é uma bandeira que se move cada vez mais em direção à revolução. Na atual época, a imperialista, lutar contra o racismo é lutar contra o poder existente, é lutar pelo poder.

Isso precisa se manifestar, antes de tudo, num programa, na cabeça de um programa transicional, jamais como um apêndice enegrecido. O combate ao racismo não pode ser prisioneiro da retórica antirracista e humanista.

A Frente Popular do Brasil, e até o imperialismo, tem retóricas antirracistas, apesar de adotar políticas essencialmente racistas. Dois anos depois de assumir o poder, o PT, a mando dos Estados Unidos, liderou as tropas da ONU que invadiram o Haiti em 2004. Toda a esquerda revolucionária denunciou a invasão, mas poucos se atentaram para o caráter racista da mesma. Trotsky e Moreno não poupariam palavras para fazer essa caracterização e convocar os negros de todas as partes do mundo a lutar contra essa agressão racial, tal como fez Moreno em relação à política vacilante do SWP e da maioria da IV Internacional em relação à revolução negra de Angola, inclusive de seus dirigentes negros. Moreno (1977) entendia, antes de tudo, a importância da luta contra a opressão racial num contexto de luta anti-imperialista:

É necessário chamar à razão. Os movimentos negros e os militantes da IV Internacional têm a obrigação de exigir de Tony Thomas e do SWP uma explicação completa de por que o dirigente negro renegou sua raça e, em segundo lugar, esqueceu por completo o trotskismo ao negar-se a defender o MPLA negro das “agressões militares” do exército racista. (p. 3)

A IV Internacional e o SWP limitaram-se a descrever o conflito sem considerar o elemento racial em seu bojo. Moreno chegou a perguntar por que o SWP não adotou para Angola a mesma política que havia adotado corretamente durante a guerra do Vietnã, ou seja, o chamado à solidariedade internacional.

No caso de Angola e do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), a resposta encontra-se nas próprias entrelinhas do que Moreno escreveu: para ele, os negros da IV Internacional tinham renegado sua própria origem racial, um fato importante que os impediu de convocar a solidariedade do movimento negro internacional ao MPLA e ao povo angolano.

Moreno (1977) entendia que, no proletariado mundial, havia um setor muito importante com demandas específicas que crescia em todo o mundo, mas que o SWP e a IV Internacional desconsideraram: “A errônea falta de uma política internacional para enfrentar o imperialismo em Angola teve sua máxima expressão no desconhecimento total, por parte do Socialist Workers Party, do movimento negro em nível mundial” (p. 18).

O documento é de 1977 e quem escreve é um argentino branco. Então, por que os negros do SWP não conseguiram atentar-se para a existência de um movimento de tal envergadura que ganhou força não só nos países africanos, mas nos próprios Estados Unidos?

O “dirigente negro renegou a própria raça” quer dizer o quê? O que leva um trotskista negro a renegar a sua própria identidade racial? Esse problema só pode existir como consequência da força que as teorias de superioridade branca ou mesmo o mito da democracia racial exercem numa determinada sociedade e mesmo nas fileiras das organizações revolucionárias.

No Brasil, é muito comum casos de figuras públicas negras que militam na esquerda que, porém, não se assumem como tais. Em uma palavra: ser marxista não é uma pré-condição para ser antirracista, assim como ser negro também não é.

Há indícios de que o mito da democracia racial exerça, ainda hoje, muita força em Portugal, país que colonizou o Brasil. O sociólogo Gilberto Freyre era simplesmente parceiro teórico de Celso Caetano, um dos últimos chefes de Estado da ditadura salazarista em Portugal. Moura (1983) mostra como a teoria do luso-tropicalismo – a nova civilização nascida da relação harmônica entre o português e os povos dos trópicos – servirá aos interesses da dominação imperialista de Portugal sobre alguns países do continente africano: “Essa teoria foi criada para justificar o colonialismo de Portugal e apresentar como idílica a escravidão que existiu que, para Gilberto Freyre, foi muito mais benigna, paternal, protetora, compreensiva e humanitarista do que o trabalho livre que a substituiu” (MOURA, 1983, p. 93).

Assim, a benevolência do português teria servido, antes de tudo, como justificativa para a colonização europeia da África, que, diferentemente da América, só ocorreu no final do século 19, na fase imperialista do capitalismo. A Conferência de Berlim (1884-1885) foi o palco onde os países europeus decidiram, de forma despótica, a partilha da África entre si.

Gilberto Freyre não estava meramente preocupado em oferecer respostas sofisticadas às inquietações das ciências sociais. Pelo contrário, os intelectuais de grande importância devem ser entendidos pelo contexto em que vivem e pelo que nele desempenham. Gilberto Freyre era um homem político que transitava entre a ditadura de Portugal, as oligarquias agrárias do nordeste brasileiro e até mesmo o imperialismo estadunidense. Sua carreira e suas teorias ganharam repercussão internacional, o que facilitou a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, seu feudo institucional, aprovado pela Câmara Fe-

deral. Além disso, modelo freyriano deu amparo ideológico ao golpe militar de 1964 no Brasil:

No final da década de 1950, esse Instituto já obtinha repercussão internacional – junto às instituições ideológicas salazaristas e ao governo norte-americano, por exemplo – e, com isso, viu-se reconhecido, garantindo-se como uma instituição regional fundamental nos marcos institucionais do Estado nacional, agregado ao Ministério da Educação e Cultura. As relações políticas da teoria luso-tropicalista somariam ao “feudo institucional” a projeção e o reconhecimento intelectual internacional do modelo freyriano, inclusive muito além dos quadros do Estado salazarista. É o caso de vários intelectuais norte-americanos, da Fundação Ford, da Comissão Fulbright, além dos programas de governo do presidente John Kennedy, os quais organizavam o movimento pela *Aliança Para o Progresso* no começo da década de 1960. Tais programas obtiveram grande repercussão no Brasil e estiveram diretamente relacionados com as articulações do golpe militar de 31 de março de 1964. (PINTO, 2009, p. 4)

Freyre ganha notoriedade escrevendo “da varanda de sua casa senhorial” (Moura 1983), num país submetido a uma ditadura – a varguista – para atender também aos desígnios da ditadura de Salazar (1933-1974), que enfrentava mobilizações de peso em Portugal e a resistência negro-popular em Angola e em outras nações africanas.

Diante da maior depressão do capitalismo mundial, dos destroços da Segunda Guerra Mundial e da força que os movimentos nacionais de luta anticolonialistas ganhavam na África e na Ásia, Salazar necessitava de uma *intelligentsia* que pudesse construir um ideário que imprimisse na história de Portugal a marca do “bom colonizador”.

Enquanto os ideólogos nazistas defendiam abertamente o extermínio de povos não brancos, Gilberto Freyre cobria o extermínio negro nas colônias africanas com o manto da harmonia racial. Só em Luanda, o luso-tropicalismo do imperialismo português ceifou a vida de dezenas de negros. É importante destacar que a maioria da população portuguesa repudiou a dominação imperialista de Salazar sobre os países africanos. Mesmo que o governo português tenha alterado a retórica diante das colônias (que passaram a ser chamadas de províncias), aumentava a exploração econômica sobre seus povos. Dessa contradição, ruíu o império português, não sem antes contar com a ajuda de Freyre.

O governo de Salazar mobilizou gigantesco esforço de propaganda para justificar internacionalmente uma nação de extensas fronteiras que, do Minho ao Timor, faziam de Portugal um só território. É nesse momento crucial que

a obra e o pensamento de Gilberto Freyre tornaram-se instrumentos da máquina de propaganda salazarista. E isso não aconteceu à revelia de Freyre, muito pelo contrário, ele aceitou de bom grado o papel de ideólogo salazarista e, em alguns momentos, foi percebido como um dos mais eficientes *cães de guarda* do Império. (PINTO, 2009, p. 6)

A intenção de Salazar era mostrar, com as teses e pela autoridade intelectual mundialmente reconhecida de Gilberto Freyre, que o português era um colonizador benevolente, com predisposição a estabelecer boas relações com a “raça de cor”, bem diferente de todos os demais povos colonizadores.

Cabe, ainda, empreender um estudo mais vigoroso sobre os prováveis impactos dessas teorias entre os portugueses e não somente nas suas ex-colônias. Porém queremos ressaltar que uma forma de escamotear as desigualdades raciais existentes num país é a omissão de informações sobre raça e etnias nos dados censitários. Esse é o caso flagrante em quase todos os países da União Europeia, como veremos um pouco mais à frente.

No Brasil, durante a ditadura militar, o IBGE excluiu o item “cor” dos seus censos para manter a verbalização de que o país, apesar de viver sob uma ditadura civil-militar, continuava gozando de privilegiada democracia racial.

Em quase todos os países europeus, prevalecem censos sem identificação étnico-racial, apesar do passado escravagista e colonialista dos mesmos, bem como o fluxo de descendentes de africanos que atravessaram suas fronteiras nas últimas décadas. Entre os países da União Europeia (EU), o Reino Unido é o único com registro adequado sobre violência racista. Nos demais, os registros são insuficientes ou simplesmente proibidos. É quase impossível comparar dados entre pelo menos dois países membros da UE (PRIES; BECASS, 2015).

Em nossa opinião, essa omissão não é por mero desleixo. Em 2001, quando foi realizada em Durban, África do Sul, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, as delegações representantes das potências europeias questionaram o termo “raça” sob a alegação simplória de que só existe uma raça, a humana, mesmo que todos os participantes dessa conferência soubessem que a categoria “raça” é uma construção social e que serviu, inclusive, como base para a unificação de países europeus com a Alemanha. A questão é simples: “raça” remete a colonialismo, e colonialismo remete à dominação que as potências europeias exerceram e ainda exercem sobre dezenas de países africanos.

As pesquisas existentes na UE sobre racismo incidem, principalmente, sobre os grupos que são considerados maioria em detrimento das chamadas minorias, que são os imigrantes. Mesmo que essas pesquisas fossem realizadas junto às instituições policiais, seriam igualmente insuficientes, tendo em vista que a maioria dos casos de violência racial não é notificada. Assim, mesmo em termos absolutos, as poucas pesquisas que existem não são insuficientes e são prisioneiras da subjetividade dos entrevistados que não são imigrantes e muito menos negros. Essa lacuna, que pode parecer apenas metodológica, tem um objetivo político implícito: esconder a fratura racial exposta no coração do capitalismo europeu.

Há muitos teóricos que insistem em argumentar que as tensões raciais crescerem na Europa em decorrência da imigração em massa. Essa tese precisa ser rebatida pelos revolucionários. O que torna a situação tensa é o racismo, produto do capitalismo, que é um modelo de sociabilidade que transforma uma das mais sublimes condições humanas, a diversidade, em fator de instabilidade social.

Uma pesquisa um pouco mais séria do grupo FRA (European Union Agency for Fundamental Rights), centrada prioritariamente nos chamados grupos minoritários, demonstrou que 18% dos entrevistados descendentes de Roma (ciganos) ou africanos já sofreram racismo pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa. A pesquisa demonstrou que, na Europa, prevalece também a ideologia da hierarquia cromática, ou seja, quanto mais negro, mais discriminado torna-se o indivíduo, já que as estatísticas comprovaram que agressões racistas contra os africanos subsaarianos são bem mais frequentes do que contra os norte-africanos, 41% e 36% respectivamente. Isso é resultado da ideologia que impõe o branco europeu como biótipo ideal induzindo os grupos não brancos a renegarem sua ancestralidade, o que dificulta a articulação coletiva desses grupos para a luta contra a agressão racista.

Já entre os membros dos grupos autodeclarados, a percepção da agressão racista é bem maior.

Os respondentes que dizem pertencer a uma minoria têm também maior tendência do que a média dos europeus a informar que vivenciaram pessoalmente episódios de discriminação. O grau de diversidade do círculo social de um respondente tem uma influência marcante sobre sua consciência da discriminação, assim como quão confortável ele ou ela se sente em relação às minorias. (EUROPEAN, COMMISSION, 2012, p. 119)

Esta constatação demonstra que a esquerda revolucionária não pode encarar o debate da autoidentificação como um elemento meramente cultural. Aqui, a comparabilidade também é importante. Como vimos, no Brasil, há vastos exemplos de que a autodefesa do grupo humilhado aumenta à medida que o mesmo se autoidentifica enquanto tal, contribuindo significativamente para impulsionar sua mobilização coletiva. Acreditamos, com as proporções devidamente guardadas, que na Europa a coisa não é muito diferente.

Para nós, a questão da identidade deve ser compreendida como uma categoria marxista aberta que necessita urgentemente ser desenvolvida. Por outro lado, à medida que grupos não discriminados aguçam suas percepções em relação às agressões racistas ou xenofóbicas sofridas pelas “minorias”, aumenta a possibilidade de construção de laços de solidariedade no interior do proletariado. Diferentemente do que o stalinismo propagandeou, a luta contra o racismo não divide: pelo contrário, ajuda a unir os explorados e oprimidos.

As atitudes que emocionaram o mundo quando, em 2015, milhares de famílias de países como Alemanha, Islândia e Espanha oferecerem suas casas para abrigar refugiados provenientes da África e da Ásia são exemplos desse rico processo de solidariedade que caminha na contramão daquilo que pretendem as burguesias da UE em meio às tensões étnico-raciais, ou seja, negligenciar sua existência. Devemos aprender que não se pode lutar contra aquilo que não se vê. Por isso, devemos denunciar implacavelmente o racismo como uma ideologia nefasta aos trabalhadores e exigir que a UE pare de negligenciar as estatísticas oficiais sobre agressão racista. A Europa nunca esteve tão enegrecida, e essa constatação não pode escapar aos nossos olhos, nem à nossa política.

Levantes de negros e de imigrantes, como o que ocorreu na França em maio de 2005 ou na Inglaterra em 2011, não podem ser negligenciados. É importante saber de que forma as burguesias desse continente reagirão diante de nossa situação. Como vimos, há indícios de que o mito da democracia racial ou ideologias similares atravessaram o Atlântico.

Reginald Daniel, professor de sociologia da Universidade da Califórnia (Santa Barbara) afirmou, recentemente, em entrevista concedida à BBC Brasil em Washington que, enquanto no Brasil cresce o orgulho negro, as elites estadunidenses estão importando o mito da democracia racial para suavizar a polarização racial que tem incendiado aquele país.

Referências

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 3ª ed., 1978.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombismo, da escravidão às comunidades remanescentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FREITAS, Décio. *Escravos e Senhores e Escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global Editora, 50ª ed., 2005

MORENO, Nahuel. *Angola: a revolução negra em marcha*, 1977.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão popular, 2000.

_____. *Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.

_____. *Rebeliões e senzalas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 4ª ed., 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1999.

NIGRI, André. "Monteiro Lobato e o racismo". In: Bravo!, ed. 165, maio de 2011. Disponível em: bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165-capa-racismo-1-g

PINTO, João Alberto da Costa (2009). *Gilberto Freyre e a Intelligentsia Salazarista em Defesa do Império Colonial Português (1951-1974)*. História, 28 (1), 445-482. Disponível em <http://tinyurl.com/82ungj4>. Acesso em 4/4/2012

RELATÓRIO DA UNIÃO EUROPEIA, 2012.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 29ª ed., 1975.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *O movimento negro e o estado (1983-1987): o caso do Conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo*. 2002. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, nº 79, novembro de 1991, pp. 5-16.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Trad. Diego de Siqueira. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. *Teoria da Revolução Permanente*. Trad. Oliveira Sá. São Paulo: Kairós Livraria Ed., 1985.

Pontos de encontro entre as lutas negras e o internacionalismo operário: a tradição histórica que precisamos recuperar

Hertz da Conceição Dias

Introdução

Nosso intuito nas linhas que seguem é mostrar, por um lado, as limitações teóricas e políticas do que se convencionou chamar de racialismo – ou seja, das análises que pautam o tema racial completamente dissociadas da luta de classes – e, por outro, resgatar algumas experiências históricas de convergências entre as lutas dos negros na América escravista com a do proletariado europeu. Nossa tentativa é, também, chamar a atenção da esquerda revolucionária para um tema com o qual temos um débito histórico a superar.

Afinal, a quem serve o racismo?

Uma tendência muito comum no seio do movimento negro intelectualizado tem a ver com as acusações em relação ao racismo praticado pelos trabalhadores brancos contra os negros. De fato, ocorreram acontecimentos de sobra em nosso passado histórico e na atualidade sobre esse tipo de relação discriminatória. Também é verdade que as acusações que muitos ativistas negros fazem em relação às práticas racistas reproduzidas no interior da esquerda, especialmente entre os stalinistas, não são mentiras, nem absurdos.

Abdias do Nascimento, um dos mais polêmicos e respeitados membros da intelectualidade afro-brasileira do século 20, escreveu os livros *Genocídio do Negro Brasileiro* (1979) e *Quilombismo* (1980), em que denuncia o processo de extermínio da população negra no Brasil e o racismo historicamente impregnado nas instituições brasileiras e mundiais. Nem a **direita** racista nem a **esquerda** conivente com o racismo escaparam de suas críticas. Sobre os últimos, escreveu:

No Brasil, vários expoentes da chamada esquerda têm compartilhado, ativamente ou por omissão, o processo de liquidação da raça negra que vem desde 1500 até os nossos dias. Parece que certo segmento dos adeptos do marxismo – talvez da chamada ala direita – quer dar prosseguimento, no tempo e no espaço, a certas colocações feitas por Marx e por Engels no seu tempo. (NASCIMENTO, 1980, p. 169)

Para o autor, Marx, ao tratar o africano escravizado como “categoria econômica”, isto é, como capital constante, estaria desconsiderando o seu lado humano e, por outro lado, ao julgar a escravidão como imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo industrial, estaria naturalizando o sofrimento de todos os povos colonizados do mundo.

Pela carga de seu eurocentrismo, afirma Nascimento (1980, p. 170), o marxismo não teria legitimidade científica para analisar a realidade da população negra:

A razão e a lógica dos negros têm outros fundamentos. Adotar a análise marxista aos nossos problemas significa uma contradição fatal: nós, os negro-africanos, fomos as vítimas do processo capitalista e fomos novamente vítimas daqueles que supostamente combatem o capitalismo na área industrializada do euro-norte-americanismo. A análise de Marx foi induzida da realidade socioeconômica da Inglaterra, à época em que os africanos estavam sendo caçados como feras em seus continentes e trazidos para a plantação de algodão da Louisiana, do Maranhão ou para os canaviais de Cuba, da Bahia ou da Jamaica.

Abdias esforça-se para mostrar que o racismo é uma prática que se reproduz também nas organizações de esquerda e no pensamento marxista, não poupando, para isso, nem Marx, nem Engels. A linha de raciocínio do autor é permeada pela ideia de que a omissão do proletariado branco em relação ao sofrimento dos africanos e asiáticos decorria dos benefícios naturais que o racismo e o colonialismo lhes ofereciam.

Enquanto os operários europeus, não importando a existência ou não da contradição de classes, tinham seus padrões de vida elevados à medida que a exploração industrial-capitalista se expandia meio à custa da opressão e da destituição completa dos africanos [...] e à medida que o industrial-capitalismo se desenvolvia adubado pelo racismo e pela exploração econômica da África e da Ásia, os operários europeus iam se tornando sócios e parte do sistema, o mesmo ocorrendo com os Estados Unidos, cuja classe operária é notória pelo conservadorismo e pelas posições mais reacionárias em relação ao operariado da periferia subdesenvolvida. (NASCIMENTO, 1980, p. 169)

O mesmo processo, desse modo, ocorreria no Brasil na relação entre descendentes africanos e imigrantes europeus no pós-abolição:

No Brasil, o fenômeno se repetiu. No fim do século passado [19], os imigrantes europeus chegaram ao país e, imediatamente, passaram a usufruir as benesses do racismo: tomaram os lugares de trabalho do negro recém-liberto da escravidão e rapidamente ascenderam na escala social, enquanto os descendentes africanos, que edificaram a estrutura econômica da nação, foram excluídos do mercado de trabalho e permanecem, até hoje, vegetando na zona rural ou marginalizados nos *ghetos* urbanos das grandes cidades. (NASCIMENTO, 1980, p. 170)

Da forma como a questão é posta, somos levados a crer que o racismo é uma condição psíquico-estrutural intrínseca ao homem branco. E, por estar intrinsecamente enraizada no indivíduo branco, consequentemente, toda organização marxista tenderia a reproduzi-lo, tendo em vista que os seus mestres fundadores são todos de origem branco-europeia e beneficiários, segundo o autor, do colonialismo.

A esse tipo de argumento **racialista**, os próprios intelectuais **pan-africanistas**¹ contrapuseram-se devido ao seu caráter a-histórico espertamente manipulado pelos países imperialistas para justificar a dominação colonial afro-asiática:

A história de viés europocêntrico pretende nos fazer crer que o racismo é um fenômeno que, através dos tempos, tem vitimado os “povos de cor”. Aceitar isso seria considerar o racismo como a-histórico e atemporal. Diria um ingênuo: “sempre existiu; logo sempre existirá”. Senghor lembra que “o racismo – etnocentrismo carregado de diferenças raciais, reais ou imaginárias – não tem mais de quatro séculos. Nasce com a expansão europeia, da qual deriva o tráfico de escravos. A noção de raça – imprecisa e inoperacional – é, portanto, uma noção moderna. Pode-se afirmar, de modo geral, que o preconceito

1 Pan-africanismo é um movimento político, filosófico e social, surgido na segunda metade do século 19, a partir de um sentimento de solidariedade entre negros do Caribe e dos Estados Unidos. O termo foi cunhado em 1900 pelo advogado negro de Trinidad, Sylvester Willians, que participava de uma conferência de intelectuais negros realizada em Londres. Em 1919, o sociólogo e historiador afro-americano Du Bois liderou o I Congresso Pan-africano, organizado em Paris onde alertou que o racismo seria um problema central no século 20. O movimento pan-africanista defendia a descolonização da África, mas incorreu no equívoco de defender a formação de um Estado que unificasse todos os africanos do mundo. Mais à frente veremos os limites desse tipo de ideologia.

racial seja do século XV, uma vez que até essa época as ideologias de dominação não tomavam como justificativas a raça (ou o mito racial), mas divergências culturais ligadas, sobretudo, às diferenças de religião: “fiéis” contra “pagãos”, “cristãos” contra “mulçumanos” ou contra “judeus”, por exemplo. (PEREIRA, 1978, p. 16)

Como já dito, o racismo é uma construção sociocultural que só pode ser entendida nos marcos da história e das contradições entre as classes sociais e não nos grupos isoladamente. Afinal de contas, como diz Marx (2007, p. 45): “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina a sua consciência”.

Em relação às benesses do trabalhador branco em relação ao negro, é uma afirmação que merece ser matizada. Se entendermos o racismo dentro de uma visão fenomenológica e passiva, tal como se manifesta aos nossos olhos, o autor de fato tem razão. Contudo, em essência, não é o trabalhador de origem europeia que se beneficia de sua condição racial, mas é a ideologia do branqueamento que possibilita ou justifica a superexploração e a exclusão do trabalhador negro em relação ao trabalhador de origem europeia. Quem se beneficia, de fato, do ponto de vista racial e classista, são as elites branco-europeias proprietárias dos meios de produção de riquezas.

Até porque, se levarmos em consideração a questão da exploração, tanto o imigrante europeu quanto os afro-brasileiros aparecerão como peças fundamentais no processo de acumulação de capital. Seria digno afirmar que o trabalhador branco se beneficiaria em relação ao negro se a **mais-valia** apropriada pela burguesia fosse redistribuída equitativamente entre os trabalhadores euro-brasileiros, o que significaria um suicídio de classe. O que há, na verdade, é uma superexploração ou desvalorização da força de trabalho negra.

Dessa forma, mesmo havendo identidade étnico-racial entre as elites brasileiras e os trabalhadores imigrantes, seria um equívoco grotesco falar de benefício dos trabalhadores imigrantes, visto que a contradição fundamental, a de classes, não cessa nem se fecha no nível da identidade epidérmica.

O racismo é uma arma teórica que o dominador branco tem em suas mãos para garantir a superexploração dos povos não brancos e a dominação sobre o conjunto do proletariado dividindo-os. Assim, numa sociedade ideologicamente racializada como a brasileira, as pessoas são levadas a crer que a localização dos indivíduos na estrutura social é determinada por sua origem racial, o que chamamos de determinismo biológico. Por esse mesmo caminho, ou seja, quando substituimos o so-

cial pelo exclusivismo racial na tentativa de combater a opressão racial, caímos prisioneiros da armadilha teórica do dominador. Neste caso, a categoria raça, desprezada pelo economicismo e pelo stalinismo, retorna como um bumerangue etnicista contra o conceito de classe social.

Foi isso que ocorreu com o movimento da negritude² a partir da segunda metade do século 20 em muitas ex-colônias negras. Nelas, o exclusivismo racial abandonou a correta caracterização do Estado e da correlação entres classes para se transformar em ideologia a serviço dos interesses das “castas negras” e do imperialismo europeu. Erguida sob a bandeira de ditadores, como Duvalier, no Haiti, essa ideologia foi usada para encobrir a verdadeira origem do problema dos negros (fome, miséria, analfabetismo, arbítrio e exploração estrangeira), atribuindo-o às origens raciais (BERND, 1987, p. 33).

Assim, a negritude deixou de ser um movimento antissistêmico para se institucionalizar enquanto ideologia a serviço da dominação interna e externa, de modo que “há razões para não aceitar uma negritude que, apoiada na crença de especificidades inatas entre os indivíduos pertencentes a determinados grupos étnicos, termina por institucionalizar-se e servir a grupos dominantes interessados em mascarar a realidade” (BERND, 1987, p. 35).

Neste caso, a categoria “raça” foi utilizada para renunciar às desigualdades entre as classes, inclusive no interior de um mesmo agrupamento étnico. O conceito de proletariado sucumbe teórico-metodologicamente ao conceito fechado e racializado de “raça”. Segundo Casa Nova:

Na interpretação etnicista do colonialismo interno, as etnias mais débeis não são convocadas expressamente a unirem-se entre si nem a lutar ao lado da etnia mais ampla e de suas forças libertadoras, ou dentro do movimento de todo o povo ou de todos os povos. Não se apoiam as etnias nas lutas contra seus “mandantes”, “caciques”, ou contra os grupos de poder e interesse, muitos deles ligados às classes dominantes do Estado-Nação e das potências

2 Bernd (1987) mostra que, para muitos estudiosos, desde que o primeiro africano escravizado se rebela contra a escravidão, temos, então, a negritude. Entretanto, do ponto de vista histórico e orgânico, o movimento da negritude surgiu na França, sofrendo uma forte influência das teorias marxistas. Para isso, contribuiu o contexto de fortalecimento deste movimento que se dá justamente na conturbada década de 1930, quando o capitalismo enfrentava a maior crise econômica de sua história, o crescimento da influência do pensamento socialista após a Revolução de Outubro, influenciando diversos setores do proletariado mundial, tal como a ascensão do nazi-fascismo.

imperialistas. **A versão conservadora do colonialismo interno nega ou oculta a luta de classes e a luta anti-imperialista, isola cada etnia e exalta a sua identidade como uma forma de aumentar o isolamento.** (CASA NOVA, 2007, pp. 402-403, grifos nossos)

Tentamos mostrar, até aqui, que o racismo não brota da condição genética do branco, assim como a situação de penúria social do negro não tem absolutamente nada a ver com a sua condição racial. Porém acreditamos que não basta rebater esses argumentos apenas do ponto de vista teórico. A experiência é a principal das fontes históricas e, com ela, tentaremos mostrar que há intersecções importantes entre a formação da classe operária europeia, especialmente a inglesa, e a lutas escravas na América.

Quilombolas, insurreições e greves: um pé branco na América e outro negro na Europa

Um ditado muito popular no Brasil escravista (1530-1888) lembrava que “se Deus é grande, a mata é maior”, pois foi em meio às matas fechadas que os negros construíram os quilombos, a forma de organização social mais importante construída na América durante o período.

Os quilombos eram territórios negros de resistência popular, onde prevalecia uma relação harmônica entre as três raças (negros, brancos pobres e índios), onde a propriedade da terra não era privada, onde as mulheres negras, que nas senzalas não passavam de objetos sexuais do senhor, poderiam ser lideranças e até mesmo ter direito à poliandria³.

Enquanto a produção colonial era monocultora e voltada para complementar as necessidades do mercado europeu, nos quilombos prevalecia a policultura voltada para as necessidades internas aos próprios quilombos e, o mais importante de tudo, era o principal espaço social em que os negros tinham condições de resgatar a sua humanidade que a escravidão havia destruído. O Quilombo de Palmares, localizado na província de Recife, foi “logo considerado o maior, mais importante e

3 Poliandria é um tipo de relação em que uma mulher pode ter filhos com mais de um parceiro. Esse tipo de relação constatado no Quilombo de Palmares decorria do desequilíbrio existente entre os sexos dentro da comunidade, que na verdade refletia o perfil da população escrava em todas as províncias, já que os senhores preferiam escravos mais jovens e do sexo masculino. A reprodução social estava estritamente ligada, também, à necessidade de se ter mais homens para garantir a defesa militar do quilombo.

duradouro mocambo da América” (Reis e Gomes, 1996, p. 26). Por isso mesmo, foi o que mais desafiou o poder estatal português.

Palmares chegou a contar com algo em torno de 20 mil pessoas e resistiu a 16 investidas de tropas oficiais desde a invasão holandesa em Recife, em 1624 até 1695, quando foi definitivamente derrotado.

Há controvérsia sobre seu tempo de existência, mas há registros que comprovam a existência de quilombos na região desde 1580, ano em que a Espanha invadiu Portugal e impôs a união das coroas ibéricas (1580-1640).

De maneira geral, os quilombos representavam não só uma luta contra a escravidão, mas também contra o capitalismo, já que a acumulação de capital só foi possível graças à escravidão africana e ao tráfico negreiro. Em épocas de maior estabilidade social no Brasil colonial, cogita-se que pelo menos 10% dos escravos haviam fugido para os quilombos.

Nos quilombos, registra-se a presença não só de negros, mas de brancos pobres e degredados, prostitutas, índios e mestiços que se opunham ou eram perseguidos pelas instituições responsáveis pela manutenção do regime. Em muitos casos, o degredado era um “violador das leis” que se juntava aos negros e aos índios nos quilombos. Esses, sim, eram os únicos espaços possíveis de se vislumbrar algum tipo de democracia racial, jamais na relação entre a casa grande e a senzala.

O arraial de Canudos, comunidade que reuniu 25 mil habitantes depois da chegada, em 1893, de sua principal liderança, Antônio Conselheiro, pode ser também considerado um espaço onde a diversidade étnica prevalecia entre explorados e oprimidos. Neste aspecto, Moura (1983) identificava que “da mesma forma que em Palmares, no interior do sertão baiano formava-se uma **democracia pluriétnica**, com participação, segundo Euclides da Cunha, de crioulas e africanas”.

Se aprofundarmos os estudos sobre esse tema (democracia racial no Brasil colonial), certamente encontraremos vastos exemplos de que tal democracia jamais brotará das entranhas das classes dominantes, mas que é perfeitamente possível de existir entre aqueles que lutavam contra a dominação, a opressão e a humilhação. Por isso mesmo, tais experiências tiveram de ser sufocadas pelo Estado e extirpadas dos anais da história oficial.

Daqui para a frente, avançaremos um pouco mais nossas reflexões, dando às mesmas uma dimensão mais continental e mesmo transatlântica.

Nesse sentido, é importante lembrar que a maioria dos trabalhos se limita a entender mecanicamente a escravidão na América como parte da acumulação de capital na Europa, que contribuiu para a Revolução

Industrial, e a abolição da escravidão como consequência da pressão exercida pela burguesia industrial europeia que via no exclusivismo comercial e na escravidão um entrave para a expansão dos seus negócios. Tudo isso é verdade! No entanto, não podemos reduzir mais de 350 anos de história a choques de estruturas sem dar a atenção necessária à dinâmica da luta de classes em cada uma dessas estruturas e suas interconexões.

Conforme já lembramos, muitos dos europeus exilados na América, os degredados, eram, em muitos casos, indivíduos que se levantavam contra a ordem na Europa e que, na América, aperfeiçoaram seus métodos de luta e formas de organização.

Obviamente, nem todos os imigrantes transatlânticos, ingleses, irlandeses e escoceses, eram sectários revolucionários e cismáticos. Porém alguns eram, e outros haviam sido. A forma organizatória e a coerência ideológica que haviam desabrochado em formas históricas específicas na Inglaterra durante a revolução (ou antes disso) não poderiam ser mantidas da mesma forma nos “Mundos Novos”. (LINEBAUGH, 1983, p. 27)

Esse autor mostra, ainda, a reciprocidade existente entre os métodos de luta do proletariado inglês e dos escravos da América.

As tradições opostas às sujeições internas da ética de trabalho protestante e também às sujeições externas do trabalho assalariado, dispersando-se do outro lado do Atlântico com uma face branca, assim como um século depois, transformada por experiência nova, elas retornariam com uma face negra para ajudar a reavivar o movimento na Inglaterra. (LINEBAUGH, 1983, p. 23)

Olhando especificamente para a rota que envolvia o comércio triangular e nele a circulação de homens e mulheres (livres e escravos), é possível entender a função de fábrica que os navios cumpriram para a luta de classes nessa fase de desenvolvimento do capitalismo. Por trás do fetiche das mercadorias, havia sentimentos humanos libertários.

O navio carregava trabalho cristalizado; e também levava trabalho vivo: navio de criminosos desterrados e *indentured servants* e sobretudo de escravos africanos. O navio não era apenas o meio de comunicação entre continentes, era em primeiro lugar onde os trabalhadores se comunicavam. Todas as contradições dos antagonismos sociais concentravam-se no seu bojo. O imperialismo era o principal. [...] Forçados pela magnitude de seus negócios a juntar grandes e heterogêneas massas de homens e mulheres a bordo dos navios para uma viagem de morte a um destino cruel, o imperialismo euro-

peu também criou as condições para a circulação de experiências no interior das grandes multidões de trabalhadores que pusera em movimento. As pessoas conversam, afinal. (LINEBAUGH, 1983, p. 33)

O que mais dizer do impacto internacional que a revolução negra do Haiti (1791–1804) provocou em toda a América, acelerando a abolição da escravidão em quase todos os países receosos de sua “haitianização”, a exemplo do Brasil? Os levantes ocorridos no Brasil regencial (1831–1840), sobretudo o dos Malês (1835), foi fortemente influenciado pelo iluminismo burguês, dando a eles o seu conteúdo antiescravista, embora a maioria dos intelectuais das “luzes” fossem declaradamente racistas.

Por outro lado, a burguesia europeia em sua fase revolucionária se apropriara dos métodos de insurreições escravas, que tiveram como centro difusor a ilha de Santo Domingo.

No horizonte da luta de classes, o comércio triangular era muito mais que pontos de trocas comerciais, mas um verdadeiro triângulo de insurreições abolicionistas. Além da burguesia, a pequena burguesia também bebeu da água revolucionária da América negra e indígena. Godeiro e Soares (2016) informam que, só no período entre 1638 e 1837, ocorrem 75 grandes levantes negros na América Latina e destacam uma em especial, que teria influenciado o movimento do operariado inglês, a que estourou na Jamaica, em 1832, reunindo 20 mil escravos em greve que: “Durante uma semana [...] assumiram o controle da Jamaica, exigindo o fim da escravidão e o direito ao voto para todos. Essa luta influenciou o movimento operário inglês e apressou a luta pelo fim da escravidão negra”.

Linebaugh (1983) apresenta quatro fases da história de lutas dos negros em Londres para mostrar a reciprocidade dos métodos de lutas existentes entre os operários europeus e ex-escravos. O navio, “a fábrica do mundo”, seria o espaço de encontro desses indivíduos, o lugar do disciplinamento, mas também das sabotagens e dos motins que ocorriam às centenas.

É desse rico contexto de insurreições escravas por terra e por mar e dos motins ocorridos nos navios, que se estenderam até a década de 1920, passando pelo Encouraçado Potemkin, na Rússia (1905), e pela Revolta da Chibata, no Brasil (1910), que brotou o movimento pan-africanista de Du Bois, que mais tarde contaria com total apoio de Lenin em carta enviada a Marcus Garvey.

Esses acontecimentos mostram que o racismo é uma ideologia que tem origem, dinâmica e função social, ou seja, ele não brota da condição racial dos indivíduos pois, caso assim fosse, essas interconexões seriam de impossível realização.

As ideologias, na verdade, vêm de fora – das classes dominantes – para dentro – para os grupos oprimidos e explorados – no sentido de dividi-los. Na ponta dos grupos oprimidos e explorados, a necessidade objetiva de lutar por libertação pode levá-los, conforme vimos, a forjar experiências, métodos e ideologias de solidariedade de classe, independentes da origem étnico-racial dos grupos envolvidos.

Referências

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Colonialismo Interno (uma redefinição). In: *Teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. BORON, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLES, Sabrina. (Orgs.). 1ª ed., Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GODEIRO, Nazareno; SOARES, João Ricardo. *Neodesenvolvimentismo ou Neocolonialismo: sobre o mito do Brasil imperialista*. São Paulo: Sundermann, 2016.

LINEBAUGH, Peter. Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, nº 6, setembro de 1983, pp. 7-46.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. (Teses sobre Feuerbach). 9ª ed., São Paulo: Hucitec, 2007.

MORENO, Nahuel. *Angola: a revolução negra em marcha*. 1977.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

_____. *Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo*. São Paulo: Vozes, 1980.

PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, Racismo e Descolonização. In: *Estudos Afro-asiáticos*. Rio de Janeiro, maio-agosto de 1978, pp. 16-29.

REIS, GOMES. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Democracia racial: um mito mantido a ferro e fogo pelo governo de Frente Popular no Brasil

Hertz da Conceição Dias

Dividimos esse artigo em duas partes. Na primeira, buscamos demonstrar que durante o período em que esteve no poder no Brasil (2002-2105), a Frente Popular (PT-PMDB)¹ apresentou-se, no nível do discurso, como o governo da “democracia racial” que, finalmente, elevaria os afro-brasileiros à condição de “classe média”, enquanto, na outra ponta, manteve o controle social sobre essa camada expressiva do proletariado brasileiro não só com políticas assistencialistas, como já foi analisado por muitos autores, mas também com muita repressão.

Na segunda parte, sustentamos a hipótese de que foi durante esse mesmo governo que, contraditoriamente, o mito da democracia racial entrou num processo de crise, fator que tem contribuído, também, para o processo de reorganização negra no Brasil.

A mão que afagou os movimentos sociais foi a mesma que sangrou a comunidade negra

Durante as décadas de 1980 e 1990, o movimento negro travou uma grande luta para tentar desmistificar a ideia de que no Brasil existia uma democracia racial. Com a chegada do PT ao poder, em 2002, a maioria das organizações foi cooptada em troca de cargos e pequenas concessões que o PT fez ao proletariado brasileiro.

As entidades negras que mantiveram autonomia em relação ao governo de Frente Popular no Brasil foram, principalmente, aquelas que surgiram durante a própria gestão petista como parte do processo de reorganização negra decorrente da ruptura com o lulismo.

O Movimento Nacional Quilombo Raça e Classe, o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), o Movimento Hip Hop Quilombo Brasil, que congrega e organiza jovens negros dos bairros da periferia

1 PT: Partido dos Trabalhadores; PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro. (Nota da edição brasileira)

de diversos estados do Brasil, e o Movimento Luta Popular, que não é uma entidade do movimento negro propriamente, mas que trata a questão negra como prioridade, são exemplos deste processo, assim como o grupo Mães de Maio e centenas de coletivos negros espalhados por todo o país.

Como parte do processo de cooptação, a iniciativa mais festejada pelas entidades negras que apoiaram o petismo foi a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) em 2003.

Contrariando as reivindicações históricas do próprio movimento negro, o PT abandonou a retórica de combate ao racismo para vender a ilusão de que a igualdade racial seria possível de ser alcançada num país de capitalismo periférico com políticas neoliberais. O governo Temer reduziu em 56,3% o orçamento da Sepir para o ano de 2017, ficando em apenas 0,1% do Orçamento Geral da União, o que significa que, no governo petista, era pouco mais de 0,2%. Não bastando isso, em 2015 a presidente Dilma Rousseff resolveu rebaixar o status de ministério da Sepir, incorporando-a ao Ministério da Cidadania.

Além disso, o PT esvaziou de conteúdo as principais bandeiras históricas dos negros brasileiros. O Estatuto da Igualdade Racial (EIR), que tramitou no Congresso durante 20 anos, foi aprovado no governo Lula, em 2010, completamente desfigurado devido a um acordo que o PT fez com o partido ultraconservador Democratas (DEM). Até o termo “raça” foi questionado pela direita e retirado do EIR, tal como foi na Conferência de Durban, o que mostra a tendência mundial dessa política de negligenciar essa categoria. Dezenas de entidades do movimento negro brasileiro lançaram um manifesto repudiando a desfiguração do Estatuto da Igualdade Racial, mas, em seguida, a maioria resolveu apoiá-lo.

No entanto, o que pretendemos mostrar daqui em diante é que a Frente Popular usou e abusou da repressão contra a comunidade afro-brasileira ao mesmo tempo em que criava a ilusão de que o país estava avançando para uma verdadeira democracia racial.

Logo em 2004, o governo Lula criou a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), à época muito questionada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) por possuir características similares à Guarda Nacional, que foi criada pelos senhores de escravos durante o período da Regência (1831-1840) para sufocar os levantes negros que explodiram naquele que foi um dos períodos mais tensos da história do Brasil.

A FNSP é formada por batalhões de vários estados que podem se deslocar para qualquer região do país desde que um governador a solicite. Em março de 2013, poucos meses antes de estourarem as Jornadas de Junho, a presidente Dilma publicou o Decreto nº 7.957 que

alterava o funcionamento da FNSP, atribuindo ao Distrito Federal e ao Ministro de Estado o poder de autorizar a FNSP a intervir em qualquer estado do país, independentemente da solicitação dos governadores.

Nossa hipótese é que a FNSP surge como resposta às greves que a Polícia Militar protagonizou nos últimos anos 20 anos, sendo a primeira e mais impactante a que estourou em 1997, no estado de Minas Gerais, e se espalhou como rastilho de pólvora por todo o país, deixando a burguesia e os governos apavorados.

Com o PT, o Exército também ocupou dezenas de morros e bairros de periferias, cujos moradores, em sua grande maioria, são negros. A alegação para a militarização desses territórios negros é o combate ao tráfico de drogas. Essas ocupações se intensificaram com a aproximação dos megaeventos que o Brasil sediaria no período que se estendeu de 2007 (Jogos Pan-Americanos) a 2016 (Olimpíadas), passando pela Copa do Mundo de 2014.

Tomando por base dados da própria prefeitura do Rio de Janeiro, o sociólogo Alexandre Magalhães concluiu que só nessa cidade, entre 2009 e o início de 2014, 20,3 mil famílias foram removidas. Paralelamente a essas remoções, ocorreu em 2008 a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em favelas e vilas próximas a pontos turísticos ou de regiões com elevadíssimos IDH (BORGES, D; RIBEIRO, E; CANO, 2012).

Apesar da diminuição de homicídios em 75% e de roubos em 50%, os desaparecimentos aumentaram 92% nessas mesmas localidades. Com o desaparecimento, em 2013, do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, detido e morto por policiais militares da UPP da Rocinha, e o assassinato do dançarino Douglas Rafael da Silva, o DG, também por policiais da UPP, desta vez na comunidade Pavão-Pavãozinho, esse projeto de militarização passou a ser fortemente questionado.

Antes disso, em 2010, o deputado estadual Alessandro Molon (PT) havia apresentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) um projeto de lei que visava garantir a permanência das UPPs nessas comunidades por pelo menos mais 25 anos.

As Jornadas de Junho, com suas mobilizações multitudinárias que sacudiram e mudaram completamente a situação política do país, ocorreram justamente durante a Copa das Confederações de 2013. A FNSP e o Exército foram fundamentais no processo de repressão às manifestações, assim como foram para garantir os leilões das bacias de Pré-sal no Rio de Janeiro.

No ano da criação da FNSP (2004), o PT também liderou a ocupação militar no Haiti, considerado o símbolo mais importante de resistência

para o movimento negro mundial. Nessa ocupação, o que não faltou foi o desrespeito aos direitos humanos, estupros de mulheres e menores, assassinatos e até epidemia de cólera provocada por soldados nepaleses contaminados, que despejaram suas fezes no rio Artibonite, conforme ficou constatado pelo próprio Ministério da Saúde do Haiti; 680 mil pessoas foram contaminadas; 8,3 mil morreram. Um crime típico de guerra. Ao retornarem do Haiti, muitos soldados brasileiros foram reforçar as repressões morros adentro.

Quase todas as entidades do Movimento Negro silenciaram perante a invasão da Minustah². A Organização das Nações Unidas (ONU) e o governo brasileiro alegavam que aquilo que chamaram de “missão de paz” era necessário para conter a violência das gangues de rua, quando dados da própria ONU demonstraram que a taxa de homicídios no Haiti era de 6,9 assassinatos para 100 mil pessoas, em 2010, quase quatro vezes menos que no Brasil.

Tal como fez Salazar com seu luso-tropicalismo imperialista no continente africano, o PT amparou-se nas teses do brasileiro como homem cordial, do Brasil como o país de todas as raças e até mesmo no prestígio internacional da seleção brasileira de futebol masculino para servir de guarda-costas do imperialismo norte-americano na re-colonização do Haiti. Quatro meses depois da ocupação da Minustah, o governo Lula promoveu, no Haiti, o “jogo da paz” entre a seleção brasileira e a seleção haitiana. O país parou para assistir.

As denúncias contra as atrocidades praticadas por Lula, Dilma e o então presidente norte-americano Barack Obama no Haiti limitaram-se a poucas organizações, como a CSP-Conlutas, o Jubileu Sul e a LIT-QI.

O PT moveu uma vasta **intelectualidade** das cátedras e do movimento social para criar inúmeras teses de que o governo popular estava governando para os mais pobres e para os negros, e que uma nova classe média estava nascendo na gestão petista. Por questões óbvias, a direita evitou questionar a tese apresentada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) em 2012, de que para ser de classe média bastava a família ter renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019 por mês.

Dessa forma, transformaram grupos de indivíduos em situação de completa miserabilidade, em de indivíduos de extrema pobreza; os extremamente pobres, em pobres; e pobres, em classe média. Com essa fórmula, um país com 70 milhões de pobres – pelos

2 Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti, força militar, liderada pelo Exército brasileiro, que ocupa o Haiti desde 2004. (Nota da edição brasileira)

critérios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – passou a ter apenas 30 milhões (na lente de aumento do petismo). Sendo que 80% desses pobres de “classe média” são negros, fácil seria concluir que o segundo país mais negro do mundo estava em vias de acabar com a pobreza e, portanto, com as desigualdades entre as raças. Uma hipocrisia desmedida, já que, à época, 113 milhões de brasileiros viviam com carências sociais (Revista Ilaese, 2010).

As entidades do movimento negro que capitularam à Frente Popular aproveitaram esse mesmo malabarismo teórico para dizer que no Brasil, finalmente, havia surgido uma classe média negra. Enquanto isso, a força do lulismo no movimento sindical, popular e negro impôs um silêncio agonizante aos gritos daqueles que estavam sendo esmagados por sua luva de aço.

Em maio de 2006, mais de 600 jovens das periferias de São Paulo foram assassinados em apenas uma semana pela Polícia Militar do PSDB³ como resposta aos supostos ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) a postos policiais. A maioria dos mortos era negra. A PM justificou o massacre com o argumento de “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte”⁴.

Desse massacre, surgiu o grupo Mães de Maio, formado pelas mães de muitos dos jovens mortos. Anos depois, o grupo solicitou uma reunião com o governo Dilma, que foi prontamente recusada. Em recente polêmica com Mano Brown, o rapper mais importante do país, que disse num show que a periferia havia traído o PT, o grupo Mães de Maio lançou uma nota afirmando que:

[...] até ontem mesmo, esta corja – Temer, Cunha, Kassab etc. – eram os aliados prioritários dos governos Lula e Dilma. Um governo que, ao mesmo tempo, sequer recebia para uma conversa protocolar as mães de vítimas do genocídio policial. Um país que conviveu, na mais tranquila “legalidade e ordem democrática”, há mais de uma década, com índices escandalosos de mais de 60.000 assassinatos por ano – na maioria jovens negros; mais de 750.000 pessoas encarceradas hoje no país – sobretudo jovens negros primários; e um sem-número de violações de Direitos Humanos fundamentais, cotidianamente, contra o nosso povo negro, indígena, pobre e periférico. (Abril de 2016)

3 Partido da Social Democracia Brasileira (Nota da edição brasileira)

4 “Auto de resistência” e “resistência seguida de morte” são expressões que surgiram na ditadura militar e são utilizadas quando o policial que comete um homicídio alega legítima defesa. (Nota da edição brasileira)

Em 2007, o rapper MV Bill e seu empresário Celso Athayde lançaram o documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, que também chocou o país. O documentário é um acompanhamento da trajetória de 16 garotos envolvidos com o tráfico de drogas, dos quais apenas um sobreviveu.

Ao falar no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) sobre a repercussão do documentário, o presidente Lula afirmou que “no Brasil, ultimamente, as pessoas preferem não dar boas notícias. [...] Não é apenas a pobreza que leva as pessoas àquele nível de situação. Se fosse assim, eu estaria”. Infelizmente, algum tempo depois, o mesmo MV Bill foi convidado pelo governo a visitar o Haiti, de onde retornou vendendo a ilusão de que a invasão militar naquele país era pacificadora. O silêncio do genocídio não poderia ser quebrado.

Em fevereiro de 2015, a polícia do estado da Bahia assassinou 12 jovens negros no bairro Cabula. O governador Rui Costa (PT), ao invés de pedir desculpas aos familiares dos mortos, preferiu discursar para um batalhão de policiais onde foi calorosamente aplaudido. Reproduzimos abaixo parte da fala onde Costa compara a decisão de um policial à frieza de um artilheiro de futebol frente ao gol:

A polícia, assim como manda a Constituição e a lei, tem de definir a cada momento, e nem sempre é fácil fazer isso [...] ter a frieza e a calma necessárias para tomar a decisão certa. [...] É como um artilheiro em frente ao gol que tenta decidir, em alguns segundos, como é que ele vai botar a bola dentro do gol, para fazer o gol. [...] Depois que a jogada termina, se foi um golaço, todos os torcedores da arquibancada irão bater palmas, e a cena vai ser repetida várias vezes na televisão. Se o gol for perdido, o artilheiro vai ser condenado, porque se tivesse chutado daquele jeito ou jogado daquele outro, a bola teria entrado.

À margem direita do mar de sangue negro, encontra-se a grande mídia, o agronegócio, o imperialismo norte-americano, o DEM, o PMDB, a militarização dos bairros negros e o crescimento astronômico da população carcerária que passou a ser a quarta maior do mundo ainda no governo petista.

Na sua margem esquerda, está um batalhão de intelectuais institucionalizados, ex-marxistas e liberais, elaborando teses e mais teses para vender ao mundo as ilusões do lulismo como uma espécie de Gilberto Freyre da nova esquerda brasileira.

As tropas brasileiras não se limitaram a ocupar o Haiti. Existem mais nove países nos quais o Brasil mantém regimentos armados, quase todos países de maioria não branca e localizados, principalmente, no continente africano. São eles: Chipre, Saara Ocidental, Libéria, Cos-

ta do Marfim, Líbano, Sudão, Sudão do Sul, República Democrática do Congo e Colômbia, na América do Sul.

Em nossa opinião, não se trata de imperialismo ou subimperialismo, mas de uma neocolônia que atua como capitão do mato do imperialismo (GODEIRO e SOARES), ou seja, como submetrópole que abusa da ideia de cordialidade do seu povo para servir aos interesses do Estados Unidos.

Essa invasão criminosa no Haiti garantiu ao Brasil uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU em outubro de 2009. Ou seja, enquanto a revolução negra haitiana serviu como ponto de apoio para o fortalecimento das lutas pela independência política e pela abolição na América, a liderança do Brasil na ocupação militar do Haiti serviu como ponto de apoio para que o próprio Brasil, a serviço do imperialismo, ocupasse militarmente vários países africanos.

Porém, por baixo das espumas do tropicalismo do lulismo, escondia-se um mar de sangue.

Os dados do Mapa da Violência publicados nos últimos anos do governo petista alarmaram o país e o mundo. Só em 2012, 41.127 negros foram mortos, contra 14.928 brancos. Considerando a década de 2002–2012, que coincide com o auge do governo petista, enquanto os assassinatos de brancos diminuíram, passando de 19.846, em 2002, para 14.928, em 2012, entre os negros aumentaram de 29.656 para 41.127 no mesmo período.

Dados do Mapa da Violência – Homicídios de Mulheres no Brasil, compilados entre 2003 e 2013, revelam que o número geral de assassinatos de mulheres brancas caiu 9,8%, enquanto os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2%. Esses dados mostram a seletividade racial do governo petista.

As polícias de São Paulo e do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2009, executaram mais de 11 mil pessoas com o argumento de “violência seguida de morte”. Com uma população quase oito vezes menor que a dos Estados Unidos, o Estado de São Paulo registrou 6,3% mais mortes cometidas por policiais militares do que todas as forças policiais dos Estados Unidos em cinco anos.

Segundo um estudo publicado em 2013 pelo professor Rodrigo Leandro Moura para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado *Vidas Perdidas e Racismo no Brasil*, 80% das mortes de negros no Brasil têm como causa o racismo.

O PT e o PMDB, juntos com a burguesia e o imperialismo, transformaram o Estado Penal brasileiro num dos mais importantes mecanismos de controle social do país, assim como de justificativa do ge-

nocídio da juventude negra acima citado, já que as justificativas sobre os homicídios praticados pelas forças policiais contra negros e pobres recaem quase sempre nos antecedentes das vítimas.

Ora, em dezembro de 2014, a massa carcerária brasileira era formada por um batalhão de 622.202 pessoas conforme relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). Destes, 55% eram jovens; 61,6% eram negros. Contando entradas, saídas e permanência no sistema prisional brasileiro, esse mesmo relatório constatou que, só no ano de 2014, cerca de 1 milhão de pessoas viveram a experiência do encarceramento.

Não é muito difícil encontrar as conexões entre o assistencialismo e a repressão que o petismo impôs aos negros brasileiros. Essa é uma prática muito comum de governos que aplicam políticas neoliberais. O PT apegou-se ao discurso da oportunidade, ao lema de “Brasil, um país de todos” ou o país da igualdade racial para os negros. Assim, se as oportunidades são iguais para todos e se existem políticas focalizadas para os negros, então a razão do fracasso dos que, dizem, não aproveitaram as oportunidades está em sua estrutura interna. Sendo um problema interno ao indivíduo e não externo, à estrutura da sociedade capitalista e racista, somente o aparato repressor estatal poderia ajustar esses indivíduos incapazes de aproveitar as oportunidades oferecidas.

O PT conseguiu aumentar a dependência do Brasil ao imperialismo, afogando a juventude afro-brasileira em seu próprio sangue, tendo com aparato ideológico o mito da democracia racial, e, enquanto prática política, o darwinismo social com uma nova roupagem, a da Frente Popular.

Por essas questões objetivas e pela crise mundial, que obrigaram o PT a atacar com muito mais força o conjunto da classe trabalhadora e os negros em especial, o tampão compressor da dominação de classe e de raça começou a liberar suas energias reprimidas conforme veremos a seguir.

Um mito em crise em meio a uma ruptura de massas

Todos os intelectuais sérios e preocupados em estudar as formas de manifestação do racismo no Brasil, apesar de suas diferenças, chegaram a uma conclusão comum: a de que a fuga do negro de sua identidade étnico-racial foi sempre um grande obstáculo para seu processo de mobilização coletiva para enfrentar o racismo.

Munanga (1999, p. 16) afirma: “As dificuldades dos movimentos negros em mobilizar todos os negros e mestiços em torno de uma úni-

ca identidade ‘negra’ viriam do fato de que não conseguiram destruir até hoje o ideal de branqueamento”.

Moura (2001), ao comparar os processos de mobilização do afro-brasileiro com os do afro-americano, chegou à seguinte conclusão:

Os movimentos negros de massa nos Estados Unidos, como o de Malcolm X e Luther King, conseguiram mobilizar milhões de negros americanos pelos Direitos Civis. No Brasil, isso não aconteceu por uma série de razões que desarticularam o pensamento radical do negro, entre eles a ideologia falaciosa da democracia racial.

Contudo, o que queremos demonstrar a partir de agora é que, nos últimos anos, ocorreu uma inflexão importante na consciência dos negros brasileiros. Diríamos que de importância qualitativa. Pela primeira vez desde a abolição da escravidão (1888), os negros começam a lutar assumidamente como negros, como ser social coletivo e em grande escala.

A crescente autodeclaração de afro-brasileiros só pode ser entendida como resultado de uma crise do mito da democracia racial. Em que proporções ela ocorre, não é possível mensurar. Porém mais importante do que isso é entender que, se o mito da democracia racial é parte fundamental da democracia burguesa como forma de dominação político-ideológica, então é possível concluir que sua crise seja parte da crise do regime ou pode ainda, incidir, sobre a crise de regime que o Brasil atravessa.

O período em que os institutos de pesquisas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), identificam essa mudança qualitativa, de 2010⁵ para cá, coincide com o crescimento das denúncias do genocídio da juventude negra brasileira e com o início da ruptura do proletariado brasileiro com o Partido dos Trabalhadores.

Foi durante as Jornadas de Junho de 2013, contudo, que as mobilizações negras e antirracistas ganharam mais visibilidade, rompendo o silêncio agonizante do qual falamos acima. Isso só foi possível porque ocorreu justamente por fora dos aparatos que o petismo controlava.

Um exemplo disso foram as mobilizações que perguntavam “Cadê o Amarildo?”, em alusão ao caso já citado do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. Essas mobilizações ganharam o país.

5 Pela primeira vez na história do Brasil, o censo do IBGE indicou que a população negra e parda (o movimento negro considera ambas como negra) é a maioria no país: 50,7% de um total de 190.732.694 pessoas. Em nosso entendimento, esse percentual é bem superior, pois tem a ver ainda com um processo de crescente autodeclaração em curso.

Logo em seguida, explodiram novas mobilizações contra a violência policial e o feminicídio negro, sobretudo depois de a polícia ter baleado e arrastado pelo asfalto, por mais de 250 metros, a mulher negra Cláudia Ferreira da Silva, de 38 anos, em março de 2014, no Rio de Janeiro. Nesta mesma cidade, após a morte do dançarino DG, em 2015, os moradores da comunidade Pavão-Pavãozinho ocuparam e pararam o bairro burguês de Copacabana por mais de 48 horas. Ainda em 2015, sintomaticamente no dia 20 de novembro, dia em que se comemora o Dia da Consciência Negra no Brasil em homenagem a Zumbi dos Palmares, o ex-presidente Lula foi fragorosamente vaiado num ato organizado por entidades do movimento negro da Bahia, o estado mais negro do Brasil. Só para refrescar a memória, foi nesse mesmo ano que ocorreu o massacre do Cabula.

Coletivos negros e movimentos populares de vários estados realizaram atos pelos seus Amarildos, por suas Cláudias, por seus DGs, fazendo com que o processo de extermínio deixasse de ser naturalizado e invisibilizado.

No final de 2013, explodia o fenômeno dos “rolezinhos” na capital mais rica do Brasil. Sem alternativa de lazer em seus bairros periféricos, centenas de adolescentes negros resolveram marcar encontros, via redes sociais, nos shopping centers de São Paulo. A brincadeira se espalhou por todo o país, provocando uma reação furiosa dos proprietários desses espaços e instalando uma grande polêmica na grande mídia e no seio da classe média.

Um ano depois, esses mesmos jovens ocuparam dezenas de escolas, também em São Paulo, e conseguiram impedir que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) as fechasse. Mais uma vez, o fenômeno espalhou-se por todo o país, e a ocupação de escolas públicas transformou-se num método de luta muito comum entre secundaristas brasileiros de escolas públicas, onde os negros são maioria absoluta.

Foi no bojo desses acontecimentos que os projetos de redução da maioridade penal e o “Escola sem Partido” vieram à tona, ou seja, como parte de uma reação em cadeia da burguesia na tentativa de recuperar parte da hegemonia que havia perdido em instituições que, historicamente, funcionaram como aparelhos de controle social dos filhos dos trabalhadores.

A escola é um espaço de reprodução do machismo, do racismo e da homofobia por excelência. No interior das escolas ocupadas, os temas debatidos giravam especialmente em torno da questão das opressões.

Combinado a esse rico processo, explodiam várias greves no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Em pleno carnaval

carioca de 2014, os garis, de maioria negra, realizaram uma greve histórica e vitoriosa.

Em 2012, o Dieese divulgaria que, a partir de 2010, o número de greves no Brasil já havia superado o número de greves da década de 1980, quando a classe trabalhadora viveu o maior ascenso de toda a sua história. Porém, diferentemente daquele contexto, as atuais greves acontecem, muitas vezes, contra a vontade da burocracia petista, o que não diminui, mas, ao contrário, aumenta sua importância.

Essas lutas combinadas ajudam a explicar muito sobre a situação política do nosso país e por que ocorreu uma importante inflexão no nível de consciência dos negros e das negras. Segundo Lenin: “Só a ação educa a classe explorada, só ela lhe dá a medida das suas forças, alarga o seu horizonte, aumenta as suas capacidades, esclarece a sua inteligência e tempera a sua vontade” (Relatório Sobre a Revolução de 1905, 1974).

No campo, os quilombolas e os indígenas resolveram adotar a retomada de territórios como método de luta para recuperar suas terras das mãos do latifúndio e do agronegócio, já que a legislação não garantia mais nada, a não ser enterrar seus mortos.

O Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), que dirige centenas de comunidades no Maranhão, é um dos mais importantes movimentos nesse rico processo de reorganização negra no campo, num país que tem a maior concentração de terra do planeta. A questão da identidade étnico-cultural tem sido fundamental nesse processo.

Os envolvidos nas lutas avançam suas mobilizações quando identificam sua antecedência quilombola. As áreas por onde os conflitos entre quilombolas e agronegócio aumentaram têm a ver, fundamentalmente, com as regiões onde o Moquibom está organizado.

Nos centros urbanos, milhares de coletivos negros também emergiram nas periferias e universidades brasileiras. A maioria dos seus dirigentes são mulheres negras e jovens. Esse processo ocorre paralelamente à falência das organizações mais antigas do movimento negro, que foram cooptadas pelo governo de Frente Popular.

É óbvio que ainda não existe no Brasil um canal de articulação de todas essas organizações. De todos esses processos, a construção da CSP-Conlutas é o mais avançado de todos. É importante lembrar que ao PT coube a tarefa de desarticular quase todas as ações de solidariedade entre o campo e a cidade, entre os movimentos operário, estudantil e social, que foram construídas nos últimos 30 anos.

No entanto, basta dar uma pequena olhada para esse rico processo de reorganização, ainda em curso, e a tese de onda conservadora

no Brasil vira peso morto em fio podre, simplesmente por se tratar de ações protagonizadas por aqueles que representam mais da metade da população brasileira, o setor mais oprimido e explorado e o segundo maior proletariado negro do mundo. E mais: antes de tudo, se dá no bojo de uma ruptura de massas do conjunto da classe trabalhadora com o petismo.

Não é por mera coincidência que as organizações e intelectuais, que antes silenciavam perante o genocídio negro, agora são aqueles que precisam negar as mobilizações negras e a ruptura dos mesmos com o petismo para dizer que tudo foi feito pelas mãos da direita e da classe média.

Os que não ignoram a ruptura das massas com o petismo acusam os moradores da periferia, onde a maioria é negra, de estar com a consciência vergada para o lado da direita reacionária. Esse foi o caso da revista *Carta Capital* e do jornal *Le Monde Diplomatique*, que publicaram, quase concomitantemente, matérias preconceituosas e racistas a esse respeito para jogar a responsabilidade da derrota histórica do PT nas eleições municipais de 2016 nas costas de quem foi durante golpeado pelo próprio PT, os moradores das periferias.

Para esses grupos, a tarefa principal passou a ser caracterizar quais governos ou partidos são mais ou menos à direita ou à esquerda e não a situação concreta dos negros e pobres perante todos esses governos e partidos. A partir daí, a única política que extraem é a da unidade urgente entre os mais à esquerda para combater uma suposta onda reacionária que emana daqueles que estão mais à direita. Assim, o próprio genocídio passa a ser uma consequência da tal onda reacionária de um dos dois grupos, sem que se estabeleça qualquer relação entre os mesmos, muito menos com a Frente Popular (PT-PMDB).

A ausência visível do proletariado negro nos atos tanto pró quanto contra o impeachment da presidente Dilma desmentem essa versão. Tanto o PT quanto o PSDB captaram muito rapidamente a ausência desses setores em seus atos. Após o ato do dia 18 de março de 2015, o PSDB anunciou publicamente um giro à periferia para os atos seguintes, obviamente com remuneração aos participantes. Enquanto isso, o Diretório Nacional do PT, em documento interno que se tornou público, também orientava sua militância: “[...] convoquem **na periferia, de preferência negros e pardos**, sendo que foi autorizado o transporte, alimentação e o repasse de R\$ [trinta reais] para auxílio a esses militantes” (Em Defesa da Democracia, 2015).

Nas eleições municipais, os mais pobres, sobretudo os negros, votaram principalmente em “ninguém”, ou seja, anularam seus votos ou se abstiveram de votar por todo o país. A polarização que dividiu os seto-

res médios, intelectualizados, pequeno-burgueses e a própria burguesia não se expressou com a mesma força na periferia, onde prevalece um profundo descrédito em relação a todas as instituições do regime conforme declarou a própria presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Cármen Lúcia.

De fato, a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada em outubro de 2016, mostra o baixo nível de confiabilidade de quase todas as instituições do regime. Segundo essa pesquisa, a imprensa escrita e as emissoras de TV – que muitos intelectuais apontam como grandes responsáveis por ganhar a consciência dos mais pobres para a “onda conservadora” – tinham a confiança de menos de 35% da população (33% e 34% respectivamente).

Michel Temer (PMDB) assumiu a presidência da República com pouco mais de 10% de aprovação popular; e, logo em seguida, a juventude brasileira iniciou um espetacular processo de ocupação de escolas públicas por todo o país.

Em São Paulo, após o assassinato de cinco jovens da Zona Leste da cidade, militantes de algumas entidades do movimento negro, tendo à frente o grupo Mães de Maio, ocuparam a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Sim, estamos falando da instituição repressora mais poderosa da América Latina.

Os ataques contra os negros e o conjunto do proletariado seguem com muita força no Brasil, mas alertamos que não se trata mais de ataques a uma camada social imobilizada por um mito histórico. É certo que esse mito não está morto, mas é certo também que há muito fogo aceso por trás daquilo que o petismo e o neorreformismo tratam como simples fumaceiro.

Há enormes ponderações nos meios intelectualizados da esquerda brasileira sobre se, de fato, essa consciência racial pode avançar para uma consciência socialista. Sejam sinceros, não avançará! Nem os negros, nem nenhuma camada social do proletariado alcançará uma consciência universal, científica e abstrata como a socialista numa sociedade capitalista. Vejamos o que Trotsky (1985) nos diz a esse respeito:

Se o socialismo tivesse por fim criar uma nova natureza humana nos limites da antiga sociedade, nada mais seria do que uma nova edição das velhas utopias moralizantes. O socialismo não tem por fim criar uma psicologia socialista como premissa do socialismo, mas sim criar as condições de vida socialista como premissas de uma psicologia socialista. (*Teoria da Revolução Permanente*)

Uma psicologia socialista só poderá ser alcançada numa sociedade socialista. Mas há outra pergunta mais coerente: é possível que essa consciência avance para uma psicologia de classe? Sim, é! Na verdade, ela já é parte desse processo. No entanto, esse tipo de pergunta envolve um programa transicional que nós devemos fazer a nós mesmos e não ao proletariado e a suas camadas oprimidas. É preciso perguntar-nos se temos programa para apresentar a esses grupos oprimidos e qual é a relação que estabelecemos com os mesmos.

Trotsky lembrava que o maior mérito dos bolcheviques estava em sua relação com o proletariado russo e a lealdade deles adquirida. Era isso que diferenciava os bolcheviques da burguesia daquele país que sequer vivia na Rússia. Sem esse tipo de relação, qualquer programa, por mais correto que seja, torna-se meramente acadêmico.

Referências

BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo; CANO, Ignácio. *Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo, Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, LAV/UERJ, 2012.

LENIN, V. I. *Relatório sobre a Revolução de 1905*. Relatório lido por Lenine em 22 de Janeiro de 1917, na Casa do Povo de Zurique, perante uma reunião de jovens operários suíços.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NIGRI, André. "Monteiro Lobato e o racismo". In: Bravo!, ed. 165, maio de 2011. Disponível em: bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165-capa-racismo-1-g

PINTO, João Alberto da Costa. (2009). *Gilberto Freyre e a Intelligentsia Salazarista em Defesa do Império Colonial Português (1951-1974)*. História, 28 (1), 445-482. Disponível em <http://tinyurl.com/82ungj4>. Acesso em 4/4/2012.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. Trad. Diego de Siqueira. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. *Teoria da Revolução Permanente*. Trad. Oliveira Sá. São Paulo: Kairós Livraria Ed., 1985.

Debate

ATUALIZAÇÃO PROGRAMÁTICA

Sobre as etapas

Ricardo Ayala, Felipe Alegría e Ángel Luis Parras

Apresentação

Os objetivos deste trabalho são muitos. Um deles é avaliar erros que datam das Teses de 1985, que têm nos acompanhado ao longo de nossa história. Outro é questionar, com uma análise histórica, uma **terceira etapa** na qual, supostamente, teria se mantido uma correlação de forças estável em escala mundial desde 1943 até 1989-1990. Um terceiro aspecto é questionar a categoria de “etapa” enquanto tal como instrumento teórico válido, já que reivindicamos a metodologia que a III Internacional utilizou.

I – As Teses de 1985

A “crise sem saída”

Queremos explicar a metodologia utilizada no congresso de 1985 da LIT-QI para caracterizar a situação como **crise sem saída**. O critério era uma combinação entre os fatores econômicos (a crise das velhas indústrias e dos monopólios dominantes) e os fatores políticos. Concretamente, um poderoso ascenso revolucionário em escala mundial, que condenava a contraofensiva imperialista, liderada por Ronald Reagan¹, fatalmente ao fracasso. Fazíamos isso, além do mais, sem prognósticos alternativos.

Para além dos textos congressuais, é ilustrativa a resposta que Nahuel Moreno deu às dúvidas sobre os efeitos reais da contraofensiva imperialista:

1 Ronald Reagan (1911-2004): Foi um ator e político norte-americano, 40º presidente dos Estados Unidos (1981-1989). Após a derrota dos EUA no Vietnã, Reagan aplicou uma política para recuperação econômica que ficou conhecida como “reaganomics”. Já em seu primeiro ano de mandato, em 1981, demitiu 11 mil controladores de voo que estavam em greve. Seu governo foi o responsável por iniciar a ofensiva de recolonização, sobretudo na América Latina. (Nota da edição brasileira)

Não é necessário se assustar com a conjuntura. Há uma contraofensiva imperialista e há uma recuperação da economia ianque. Para nós, a contraofensiva, por enquanto, é débil [...] Consegue êxitos, é uma contraofensiva, mas é débil.

Não consegue quebrar a cabeça de nenhum setor fundamental do movimento operário. Consegue atingir o proletariado reformista controlado pelos aparatos burocráticos da Europa e dos EUA que não estão nas lutas revolucionárias [e onde] há um grande atraso.

Mas aqui aparece o que temos de definir em relação à dinâmica. [Em relação à] recuperação econômica ianque, aonde vamos? Nós opinamos que isso é conjuntural, porque acreditamos que vamos a uma crise muito pior.

Preparamo-nos para isso. Não nos preparamos para este mês; o fazemos para dois, três, quatro anos. Em nossa perspectiva, entra a crise econômica do imperialismo ianque, que paralisa a contraofensiva; não sobra nada, nem de contraofensiva, nem de nada. Essa é a dinâmica que nós vemos.

Então, há dois fatores para definir a situação como revolucionária: crise colossal e ascenso revolucionário. E, num continente inteiro, que é a América Latina toda – à exceção do México –, há uma revolução total, completa, em curso. E o terceiro fator é a crise dos aparatos contrarrevolucionários. [...]²

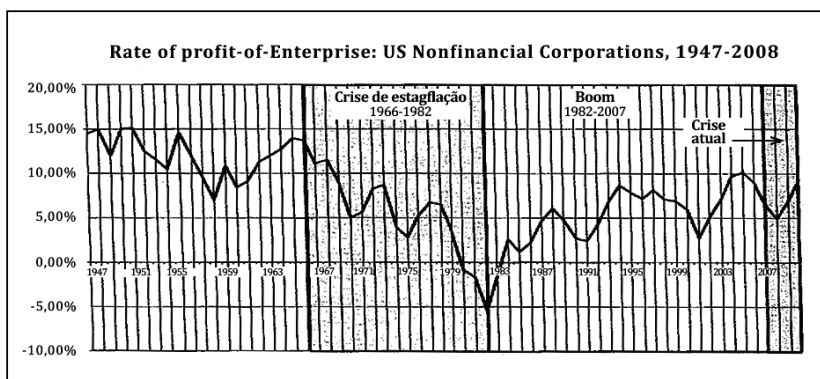
Essa resposta concentrava os problemas. Um deles era a subvalorização da forte derrota da greve mineira britânica pelas mãos do governo de Margaret Thatcher³, que ocorreu no dia 3 de março de 1985, quatro dias antes do início do congresso da LIT-QI. Essa derrota golpeava profundamente uma das classes operárias mais importantes da Europa e incidia com força no continente inteiro. Vinha, além disso, depois da grave derrota dos controladores aéreos, em 1981, nos EUA, no início do mandato de Reagan. Não podia ser que essas

2 *Primeiro Congresso LIT-QI*. Edições Marxismo Vivo.

3 Margaret Thatcher (1925-2013): foi a primeira e única mulher, até o momento, a ser eleita primeira-ministra do Reino Unido. Também conhecida como a Dama de Ferro, governou entre 1979 e 1990. Foi responsável pela implementação do neoliberalismo no Reino Unido, ainda nos anos 1970, atacando direitos trabalhistas e fazendo uma série de privatizações, deixando cerca de 3 milhões de desempregados. Em 1982, liderou a invasão às Ilhas Malvinas. (Nota da edição brasileira)

derrotas, que impactavam dois proletariados decisivos, não fossem afetar o ascenso mundial.

Como um peixe que morde a isca, também estabelecemos que a contraofensiva imperialista estava condenada ao fracasso como consequência da própria crise econômica, sem que, para isso, fosse necessário derrotá-la pela ação das massas. A realidade, como veremos depois, desmentiu essa hipótese: os dados fornecidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as tabelas construídas por economistas marxistas como Anwar Shaikh, Gérard Dumenil e Dominique Lévy, mostram uma recuperação da taxa de lucro capitalista desde a primeira metade da década de 1980, que duraria até 2005, dois anos antes do estouro da grande crise atual.



Taxa de lucro das sociedades financeiras dos EUA

Fonte: Anwar Shaikh, "A I grande depressão do século XXI", Sin Permiso

O mais negativo de tudo, porém, foi não considerar o fator chave da crise de direção revolucionária⁴. Mesmo se a situação fosse revolucionária na América Latina, os resultados da luta sempre devem estar sujeitos a prognósticos alternativos, já que dependem, de maneira decisiva, da direção política das classes em luta. Desse ponto de vista, o papel da burocracia, particularmente a stalinista, foi determinante para o desenlace do período.

⁴ No congresso de 1985, definimos: "Essa frente [das massas em luta] destrói, sistematicamente, o que constrói e arma a outra frente, questiona os acordos e as tréguas que desarmam os povos e as democracias que superexploram os trabalhadores [...] o que dizemos não é proclamatório, mas uma realidade".

Restauração capitalista e ofensiva imperialista

Há um aspecto do qual não fomos conscientes até muito tempo depois e que teve uma importância decisiva para o desenvolvimento dos acontecimentos: o giro restauracionista da burocracia stalinista, primeiro na China, a partir de 1978, com as Quatro Modernizações, e depois na URSS, a partir 1986, com a Perestroika.

A partir do momento em que a burocracia colocou em marcha um plano consciente de restauração do capitalismo, sua política exterior deixou de se basear na manutenção do pacto de coexistência pacífica do final da Segunda Guerra Mundial para buscar, diretamente, um pacto de integração, sem disfarces, ao sistema mundial de estados e à divisão mundial do trabalho, dominados pelo imperialismo.

Assim, após a viagem do então primeiro-ministro da República Popular da China, Deng Xiaoping, a Washington, em 1979, produziram-se dois fatos fundamentais: os investimentos da Coca-Cola e da Boeing na China, abrindo caminho para uma onda generalizada de investimentos das grandes transnacionais, e a invasão do Vietnã pelo exército chinês, atuando como apoio direto ao imperialismo norte-americano para **estabilizar** o sudeste da Ásia. Aqui está o que escrevia o biógrafo de Deng:

[Deng] queria convencer Washington de que não poderia ter aliado mais leal na Guerra Fria do que a República Popular da China sob sua direção. Mao tinha visto seu acordo com Nixon como outro pacto Hitler-Stalin – na formulação de um de seus generais – com Kissinger atuando como um Ribbentrop: um acordo tático com um inimigo para afastar o perigo de outro. Deng, entretanto, buscava mais que isso. Seu objetivo era a aceitação estratégica no sistema imperial americano, para ter acesso à tecnologia e ao capital necessários para seu esforço de modernização da economia chinesa. Essa foi a verdadeira e oculta razão de ser para seu ataque ao Vietnã. Porém os EUA sofriam com sua derrota na Indochina. Que melhor maneira de ganhar confiança que oferecer-lhes uma vingança por poderes? A guerra fracassou, mas Deng procurava algo mais valioso para ele que o custo de 60.000 vidas: um bilhete de entrada da China na ordem capitalista mundial, no qual iria florescer.⁵

5 VOGUEL, Ezra F. *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. The Belknap press of Harvard University Press, 2011. Citado por Perry Anderson em “Sinomania”, *London Review of Books*, disponível em <http://www.lrb.co.uk/v34/n03/perry-anderson/sino-americana>.

O que o autor define como “esforço de modernização da economia chinesa” não era nada além de um plano consciente de destruição dos pilares econômicos do Estado operário burocratizado. Já não estávamos diante de um Estado operário, mas sim de um Estado burguês a serviço direto da restauração capitalista (*O veredito da História*, Martín Hernández). “O bilhete de entrada da China na ordem capitalista mundial”, que teve seu pacto de sangue na invasão ao Vietnã, teve, da mesma forma, outras expressões, como a colaboração militar com o imperialismo na África (Angola) ou o reconhecimento da ditadura de Marcos, nas Filipinas, e a de Pinochet no Chile.

O plano de restauração na URSS, colocado em marcha com a Perestroika, em 1986, logo teve seu reflexo também na política exterior da burocracia soviética, que empreendeu uma linha ativa de **normalização** das relações internacionais com o imperialismo norte-americano, que culminaria nos Acordos de Washington em 1987. A assinatura do Acordo de Esquipulas nesse mesmo ano, liquidando a revolução nicaraguense e centro-americana, foi uma importante peça desta política. Do mesmo modo, no ano seguinte, o líder soviético Mikhail Gorbachev retirava as tropas soviéticas da África e abandonava desastrosamente o Afeganistão.

O aumento da exploração da classe operária nos Estados Unidos, como consequência da ofensiva de Reagan, e os ataques ao nível de vida dos trabalhadores europeus (Ata Única da União Europeia) combinaram-se com o processo de restauração capitalista na China, que entregou às grandes transnacionais uma massa enorme de mão de obra semiescrava, ferreamente controlada pelo Estado totalitário. A plena incorporação de milhões de trabalhadores chineses ao mercado mundial não só permitia às grandes corporações imperialistas baratear notavelmente o custo de seus produtos e incrementar seus lucros, mas pressionou decisivamente a baixa dos salários dos trabalhadores de todo o mundo, nos países imperialistas e nos países semicoloniais.

Era o início da **globalização**, que inaugurava uma nova divisão mundial do trabalho, integrando a China e sua enorme classe operária ao mercado mundial. O decálogo da globalização seria sacramentado em 1988 no conhecido Consenso de Washington, que unificou os organismos multilaterais imperialistas (FMI, Banco Mundial etc.), definindo as medidas do programa neoliberal: liberação do comércio e das travas para investimento estrangeiro, corte dos gastos públicos, garantia do superávit primário para assegurar o pagamento da dívida, privatizações generalizadas e desregulamentação do sistema financeiro.

Algumas considerações sobre a terceira etapa

Em continuidade com a tradição marxista revolucionária, Moreno proclamou a necessidade de compreender cada um dos processos revolucionários nacionais como parte do processo revolucionário mundial. A realidade mundial da luta de classes não é uma soma das realidades nacionais desconexas, mas sim uma totalidade que supera e integra. Esse critério, imprescindível desde o advento do imperialismo, exige determinar a correlação de forças não somente na escala de um país ou de uma região, mas no marco mundial.

Em base a essas premissas, nossa corrente definiu as determinações fundamentais do período que se abriu em 1943 com a derrota nazista na Segunda Guerra Mundial. Essas determinações podem ser encontradas na tese VII de *Atualização do Programa de Transição* (“Trinta anos de grandes vitórias revolucionárias”) e serem resumidas, esquematicamente, assim: 1) o proletariado e as massas do mundo obtiveram triunfos espetaculares, começando pela derrota nazista e pela expropriação do capitalismo em um terço do mundo e, particularmente, no país mais povoado, a China; 2) abriu-se a maior crise do imperialismo de sua história; 3) o triunfo norte-americano na guerra liquidou o problema do domínio do mundo capitalista, estabelecendo sua hegemonia indiscutível; 4) o pacto contrarrevolucionário entre a burocracia do Kremlin e o imperialismo, no final da Segunda Guerra Mundial, baseado na repartição das “zonas de influência” dos acordos de Yalta, marcou o que se sucedeu na política mundial; 5) graças a esse acordo, o imperialismo norte-americano conseguiu estabilizar o capitalismo na Europa Ocidental e no Japão (Plano Marshall), permitindo um *boom* econômico extraordinário ao longo de mais de duas décadas; 6) deu-se um grande fortalecimento dos aparatos contrarrevolucionários do movimento de massas, que acentuou a crise de direção revolucionária, agravada como consequência da própria crise da IV Internacional (pablismo⁶).

Era uma excelente definição, mas o problema veio depois. As situações mundiais que foram se sucedendo ficaram prisioneiras de uma categoria que tínhamos construído, a “etapa”, entendida como um “período prolongado no qual se mantém constante a correlação de forças entre as classes em luta”, que tem um “**signo**” que a determina, ainda

6 Referente ao dirigente trotskista do Secretariado Unificado (SU) Michel Pablo, pseudônimo do grego Michel Raptis. (Nota da edição brasileira)

que possam se dar “contradições entre a etapa que se vive mundialmente e as etapas que atravessam diferentes países”⁷.

Dessa forma, definimos uma terceira etapa entendida como:

[...] [A nova etapa revolucionária] Inicia-se com a derrota do exército nazista em Stalingrado [1943] e abre um período de revoluções triunfantes que se estende até o presente.

[...] Chamamos essa etapa de “revolução iminente”, porque, diferente da etapa aberta com a Revolução Russa, cujo impacto resumiu-se a alguns países da Europa e do Oriente, na presente etapa, a revolução eclode e, ocasionalmente, triunfa em qualquer parte do globo [...].⁸

Sem dúvida alguma, o período que se abriu em 1943 tem características gerais comuns que se mantiveram até a restauração do capitalismo nos estados operários burocratizados: a hegemonia mundial do imperialismo ianque, os pactos contrarrevolucionários entre o imperialismo e a burocracia stalinista, uma forte luta de classes e a crise de direção revolucionária. Entretanto, a combinação desses elementos entre si e com a “curva de desenvolvimento capitalista” tem sido muito diferente ao longo do período que definimos como terceira etapa, dando lugar a situações que não poderiam ser definidas como mudanças apenas quantitativas dentro de uma totalidade – a terceira etapa – que supostamente se mantinha.

O intervalo da luta de classes entre 1943 e 1949 se ajustava perfeitamente à “revolução iminente” definida em *Revoluções do Século XX*. À exceção dos EUA e da URSS, a revolução poderia estourar em qualquer parte do globo. Então, o levante revolucionário na Itália, na França, na Bélgica, na Grécia ou na Iugoslávia se combinava com o desmoronamento dos impérios coloniais francês, britânico e holandês e abria um processo revolucionário em escala mundial de proporções inéditas. Agregava-se, além disso, o vazio de poder deixado pela retirada do imperialismo britânico, que não podia ser preenchido de imediato pelos EUA.

Nesse marco excepcional, a colaboração do aparato stalinista foi absolutamente decisiva para salvar o imperialismo, afogando o processo revolucionário na Europa ocidental e permitindo o longo *boom* econômico do pós-guerra, iniciado com o Plano Marshall. Dessa maneira, a

7 MORENO, Nahuel. *Revoluções do Século XX*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003, p. 36. (Nota da edição brasileira)

8 *Ibid.*

partir de 1950, já não eram só os EUA e a URSS os que estavam à margem do processo revolucionário mundial, mas também toda a Europa ocidental. A revolução deixou de estar colocada “em qualquer parte do globo”, e o ascenso se deslocou e ficou concentrado na revolução colonial, contra a qual o imperialismo pôde concentrar suas forças a partir da estabilização europeia.

Os anos que não foram dourados: do pós-guerra até o fim do boom

Se a revolução tivesse triunfado na Europa ocidental, teríamos evitado muitos golpes militares e os 20 milhões de mortos que a ONU contabiliza entre 1945 e 1983 como resultado da crueldade imperialista contra os movimentos de libertação nacional das colônias.

A traição stalinista é corresponsável desse verdadeiro genocídio, que é a outra cara do *boom*, que os franceses conhecem como os **anos dourados**. Qualquer adjetivo para descrever esse processo é curto, pois os métodos que as potências imperialistas utilizaram não estão distantes da barbárie nazista: na África, exterminaram 3,5 milhões de pessoas; no Oriente Médio, 500 mil; no Sul da Ásia, 2,5 milhões; na Coreia, entre 3 e 4 milhões; no Vietnã, pelo menos 2 milhões⁹.

As de Cuba e do Vietnã do Norte foram as únicas expropriações do capital nesse extraordinário processo revolucionário, resultado das circunstâncias excepcionais nas quais o imperialismo deixou a direção dos exércitos guerrilheiros sem nenhuma margem de manobra. Essas expropriações constituíram uma clara exceção à regra da burocracia stalinista e das direções pequeno-burguesas sob sua influência, atiraram o movimento revolucionário nos braços das covardes burguesias crioulas.

Esta situação mundial que produziu as revoluções cubana e vietnamita, porém, já era muito diferente da que levou à expropriação no Leste Europeu, assim como na Iugoslávia e na China no imediato pós-guerra mundial. É um erro considerar a passagem para a nova situação que se abriu em 1950 simplesmente como uma diferença quantitativa. Também não estávamos diante da “crise crônica do imperialismo”, mas sim diante do *boom*. O imperialismo, apoiando-se na burocracia stalinista, havia superado temporariamente a crise e se colocava na ofensiva desde a economia (Plano Marshall) até a intervenção militar no mundo colonial, combinando guerras contrarrevolucionárias (Coreia) e golpes militares (como na Indonésia, com um saldo de um milhão de mortos).

9 Esses números não incluem um período posterior (1980-1988) em que houve 1,5 milhões de mortos e 12 milhões de desabrigados por causa das guerrilhas contrarrevolucionárias em Angola e Moçambique.

A onda revolucionária que seguiu o final do boom

O período que começou em 1950 também teve seu fim. Desde a segunda metade dos anos 1960, houve uma mudança profunda, causada pelo fim do *boom* econômico. Moreno a sintetizou perfeitamente na tese VIII de *Atualização do Programa de Transição*.

A nova situação já não poderia ser considerada como parte da mesma “etapa”. Não estávamos diante de uma “quantidade superior” de ascenso revolucionário, mas sim diante de uma diferente combinação de elementos, montada com um fator chave que antes não existia: o fim do *boom*, que deu início a uma curva econômica descendente em escala mundial, que provocou a ruptura dos velhos equilíbrios entre as classes e duraria até a primeira metade dos anos 1980. A crise econômica, o retorno da revolução à Europa (Portugal) e a enorme derrota militar e política do imperialismo norte-americano no Vietnã criaram uma situação mundial qualitativamente distinta.

Desde o final dos anos 1960, um grande ascenso operário nas metrópoles foi se combinando com processos revolucionários nos países dominados, aos quais se agregaram um movimento juvenil generalizado em escala mundial e a revolução política na Tchecoslováquia (a Primavera de Praga). Na Inglaterra, houve, em 1969, cerca de 3 mil conflitos trabalhistas e 1,5 milhão de grevistas. Na Itália, em 1969, o número de greves era quatro vezes superior ao de 1968 e, como no caso britânico, uma ampla vanguarda impunha as greves aos aparatos sindicais, com o apoio das bases. Algo parecido ocorria na Bélgica. A França viveu o ponto mais elevado com a greve geral de maio de 1968.

Contudo, foram os processos de 1974-1979 os que deram os golpes mais profundos no imperialismo. A derrota político-militar no Vietnã foi acompanhada por um forte ascenso proletário nos centros imperialistas. A revolução portuguesa de 1974 foi seguida por um impetuoso movimento no Estado espanhol, que colocou abertamente em xeque o franquismo, e pelo fim da ditadura dos coronéis na Grécia. Nos três processos, a classe operária foi protagonista indiscutível. Entre 1976 e 1979, o Estado espanhol foi atravessado por inúmeras greves gerais. A revolução portuguesa conheceu experiências incipientes de organismos de duplo poder; viveu a nacionalização dos seus bancos e de grandes empresas e foi a expressão mais desenvolvida da unidade da revolução entre as colônias (Angola e Moçambique) e a metrópole. O ascenso afetou, também, países centrais, como a Grã-Bretanha, com a greve dos mineiros e estivadores (1972-1974), que provocou a queda do governo conservador e, na sua segunda onda (1978-1979), a do go-

verno trabalhista. É importante incluir dois grandes triunfos: a derrubada da ditadura de Somoza, na Nicarágua, e do Xá, no Irã.

Esses anos decisivos foram testemunho, mais uma vez, da continuidade da crise de direção e do papel contrarrevolucionário da burocracia stalinista que, da mesma forma que em 1943-1949, foi determinante para liquidar os processos revolucionários e salvar o imperialismo de uma de suas crises mais agudas.

Entre 1974-1979, o único lugar que culminou com a expropriação da burguesia (por métodos burocrático-militares) foi o Vietnã do Sul, devido ao fato de o imperialismo norte-americano não oferecer nenhuma margem de negociação à burocracia norte-vietnamita e à própria necessidade dessa de “garantir a concordância” entre o regime do Sul conquistado com o do Norte (algo similar ao que ocorreu nos territórios conquistados por Stalin devido ao pacto germano-soviético e, mais tarde, nos países do Leste Europeu ocupados pelo Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial¹⁰).

Essa expropriação foi uma nítida exceção à regra pela qual a burocracia e seus aliados locais (Congo, Guiné, Argélia, Iêmen do Sul, Etiópia, Moçambique, Granada, Afeganistão) mantiveram a propriedade capitalista, constituindo o que, no momento, definimos como regimes “stalinistas burgueses”. Na Nicarágua, o papel da direção cubana foi decisivo para “evitar outra Cuba”. Em Angola, em 1977, a direção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e das tropas cubanas não vacilaram ao massacrar entre 15 mil e 80 mil pessoas em Luanda¹¹, num banho de sangue que exterminou a vanguarda da revolução. O processo teria seu fim alguns anos mais tarde, quando os dirigentes desses aparatos, outrora guerrilheiros, integraram-se ao núcleo das burguesias “nacionais” pela utilização do Estado como instrumento de acumulação primitiva (os sandinistas nicaraguenses, o MPLA angolano etc.).

10 “Na medida em que a ditadura bonapartista de Stalin se baseia na propriedade estatal e não na privada, a invasão da Polônia pelo Exército Vermelho levará, pela natureza do fato, à abolição da propriedade privada capitalista, assim como terá de igualar o regime dos territórios ocupados ao regime da URSS.” TROTSKY, Leon. (1939) “A URSS em guerra”. *Em defesa do marxismo*, Editorial Fontamara, 1977, p. 40.

11 PORTELLA, Cristina. “El 27 de mayo fue un largo y trágico día” (disponível em www.litci.org/es/mundo/africa/angola/el-27-de-mayo-fue-un-largo-y-tragico-dia) e “Nascimento e morte do Poder Popular em Angola (1974-1977)”. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

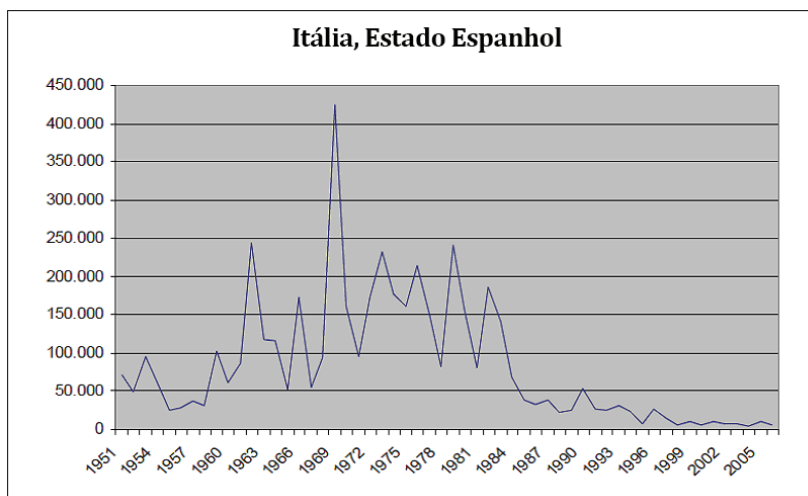
As desigualdades do processo mundial: América Latina

No quadro geral descrito, a situação latino-americana apresentou um desenvolvimento desigual, já que, diferentemente da Europa ou dos EUA, o ascenso no Cone Sul foi respondido com sangrentos golpes militares no Chile e no Uruguai (1973) e, três anos depois, na Argentina. Porém, ao calor do fim do *boom* e da crise econômica, a partir de 1977 os regimes bonapartistas latino-americanos começaram a entrar em crise. Dois anos depois do início das greves operárias e das mobilizações juvenis no Brasil, foi derrubada a ditadura de Somoza na Nicarágua (1979). Por sua vez, diante da crise das ditaduras, o imperialismo norte-americano levava adiante sua política de “reação democrática”.

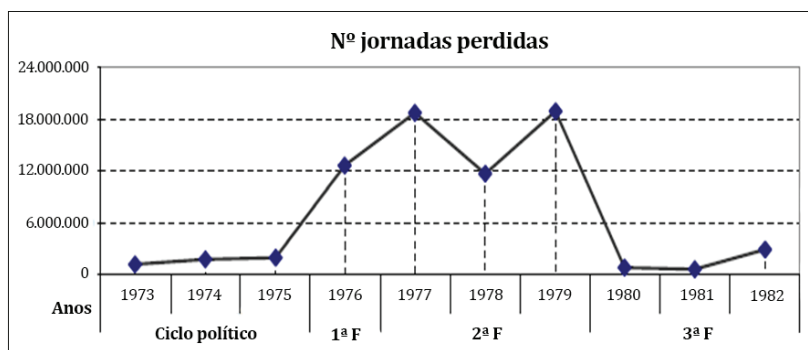
O ascenso latino-americano teve muita força nos anos 1980 com a queda dos regimes bonapartistas e um poderoso ascenso operário no Cone Sul. Entretanto, esse ascenso ia na contramão da situação mundial, que tinha sofrido um forte retrocesso. Apesar disso, para as teses de 1985, a América Latina era a vanguarda da situação mundial que se mantinha desde 1974 e cuja “característica mais importante” era “a exacerbação da luta de classes em nível internacional, numa escala nunca vista nas etapas anteriores, exceto na do imediato pós-guerra”.

○ retrocesso da onda revolucionária nos anos 1980

A combinação que foi arquitetada desde o final dos anos 1960 e culminou em 1974-1979 não continuou até 1985. A revolução portuguesa foi contida, a situação pré-revolucionária do Estado espanhol foi estabilizada, e o movimento grevista europeu sofreu um forte retrocesso. Os gráficos sobre as greves na Itália e no Estado espanhol são ilustrativos disso:



Fonte: SALUCCI, Ilario. “Un secolo de scioperi”. *Note di lettura*. Maggio



Fonte: CARBÓ, Rosa. *Las movilizaciones durante la Transición*

Entretanto, a *Atualização do Programa de Transição* (e as Teses de 1985) seguia definindo a situação europeia por uma realidade que já não existia. Houve a possibilidade de que o processo aberto com a revolução portuguesa se estendesse, pelo menos, até o Estado espanhol e a Grécia. Porém a traição do PC português, junto com a operação da **reação democrática**, mudou qualitativamente a realidade de 1975. Mesmo assim, a traição do PCE-CCOO no Estado espanhol desmobilizou e desmoralizou o movimento operário, permitindo a transição do franquismo para um regime monárquico-bonapartista, consolidado em 1982 com a entrada do PSOE no governo. Algo similar ocorreu na Grécia, onde o movimento foi

controlado, desviado e institucionalizado. O mesmo papel foi desempenhado por François Mitterrand na França, derrotando um movimento que vinha desde 1968.

De forma análoga, a burguesia europeia resolvia sua “crise de condução”. Um marco de grande alcance foi a vitória eleitoral de Margaret Thatcher, seguida de uma onda de governos conservadores no norte da Europa. Combinados com governos da socialdemocracia no Sul, lançaram uma dura contraofensiva ao movimento operário.

Uma das primeiras medidas de Thatcher foi uma lei “antigreves selvagens”, ainda em vigor, que dá muito mais poder para a burocracia controlar o movimento. O ponto alto foi a greve mineira que começou em 1984 e foi considerada por Thatcher como “o principal desafio do governo britânico desde a segunda guerra”. Seu custo econômico foi superior ao da guerra das Malvinas. A greve teve a solidariedade da classe operária inglesa, mas só os estivadores atropelaram a burocracia sindical¹². A greve, isolada, em vez de derrubar o governo conservador, como em 1974, foi derrotada.

É possível que a derrota mineira de 1984 tenha sido o ponto de inflexão para o conjunto do continente. Soma-se a isso a derrota no Alto-Forno de Sagunto, no Estado espanhol, em 1983, que abriu as portas à selvagem reconversão industrial de Felipe González (PSOE). Em 1986, o emblemático estaleiro Lisnave de Lisboa, fortaleza operária da revolução, não conseguiu derrotar as demissões.

A paisagem dos EUA no início dos anos 1980 também não estava dominada pelas grandes mobilizações antiguerra. É muito possível, pelo contrário, que a militarização da greve dos controladores aéreos, em 1981, e a demissão de 11.345 tenham sido o equivalente norte-americano da derrota mineira britânica de 1985.

Assim, a contraofensiva liderada por Reagan e Thatcher, iniciada nos anos 1980, foi colhendo vitórias por pontos que, combinados com o giro restauracionista da burocracia chinesa (e, mais tarde, da russa), conseguiu vitórias importantes do imperialismo que mudaram a situação. Isso começou a inverter a curva descendente do final do *boom*, deu andamento a uma recuperação das taxas de lucro e preparou a decolagem dos anos 1990 (que incluiu a semicolonização – via União Europeia – dos países do Leste Europeu, onde o capitalismo tinha sido restaurado).

Não queremos acabar esse artigo sem ressaltar um fato de grande relevância: uma vez que a burocracia colocou em marcha os planos de

12 “Quem triunfou na greve mineira”. *Correio Internacional*, 1985.

restauração capitalista, sua ação mudou de natureza. Já não se tratava da continuidade da velha política contrarrevolucionária para cumprir os pactos com o imperialismo, mas sim de uma política diretamente a serviço de sua plena inserção no mercado mundial imperialista. Se a China já não era um Estado operário desde 1978¹³, a invasão do Vietnã e o apoio militar à guerrilha contrarrevolucionária angolana já eram atos de um Estado burguês restauracionista. A partir de 1986, a atuação da burocracia russa nos “conflitos regionais” da “guerra fria” obedecia ao mesmo padrão. Um dos pilares do período aberto em 1943, o pacto contrarrevolucionário entre o imperialismo e a burocracia era substituído por um “novo pacto” de submissão, que afetou por completo os aparatos burocráticos oportunistas que estavam encabeçando os principais enfrentamentos na América Latina, na África e na Ásia.

II – Questionando o conceito de etapa

Vamos nos focar, agora, sobre a etapa como categoria teórica. Acreditamos ter demonstrado, em relação à terceira etapa, que um período tão prolongado da luta de classes (de 1943 a 1989), submetido a mudanças tão profundas, não pode ser classificado como uma etapa cujos elementos chave permanecem uniformes. Já não se trata de que as desigualdades entre países ou regiões do globo se contradigam com as características atribuídas à etapa. O problema geral é que a combinação de elementos que definem a relação entre as classes (o ascenso ou o retrocesso da mobilização, a crise de direção e a curva do desenvolvimento capitalista, associada à divisão mundial do trabalho) e seus efeitos nos diferentes países e regiões produzem situações diferentes e mutáveis que não correspondem às características uniformes atribuídas à etapa.

O segundo problema, não menos importante, é o do “signo da etapa”, que determina sua dinâmica. Assim, grandes vitórias ou derrotas abririam uma etapa com um signo positivo ou negativo, revolucionário ou reacionário, que expressaria uma relação de forças mundial que se manteria estável durante um período prolongado. Voltando à terceira

13 “O salto qualitativo ocorrido na URSS a partir do Congresso do PCUS de fevereiro-março de 1986 ocorreu na China, em dezembro de 1978, no III Pleno do XI Comitê Central do Partido Comunista. Foi depois dessa reunião que entraram em prática as Quatro Modernizações, uma espécie de Perestroika antecipada. A partir de 1978, na China, não estavam sendo feitas concessões ao capitalismo; pelo contrário, ele estava sendo restaurado, o que é bem diferente.” HERNÁNDEZ, Martín. *O Veredito da História*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007, p. 227.

etapa, não é que suas contradições não foram abordadas, particularmente por Moreno. O problema é que, na hora de interpretar a dinâmica, todas elas se resolviam pelo “signo da etapa” sintetizado em dois componentes: 1) uma crise econômica colossal; 2) um ascenso revolucionário que destrói os pactos contrarrevolucionários da burocracia com o imperialismo (congresso de 1985).

O signo da etapa, no entanto, não se sustenta como critério para se aproximar da realidade. Além disso, atira pela janela um dos aportes fundamentais de Moreno ao marxismo: a lei que “inverte as relações causais” dos acontecimentos históricos na época imperialista, “transformando o mais subjetivo dos fatores – a direção revolucionária – na causa fundamental de todos os outros fenômenos, inclusive os econômicos”¹⁴. O problema da direção codetermina a correlação de forças.

O advento da Primeira Guerra Mundial de 1914 foi a mais profunda derrota conhecida do proletariado internacional, mas não definiu uma etapa com um signo contrarrevolucionário. Três anos depois, os soviets tomavam o poder na Rússia. Nem a traição do stalinismo, que acabou com a revolução na França e na Itália nos anos 1943-1949, freou o processo revolucionário no mundo colonial. Desses fatos históricos, não se deduzem os signos que determinam o curso posterior dos acontecimentos, aprisionando-os num campo de força. Pelo contrário, obrigam-nos a estudar em profundidade em qual momento nos encontramos na curva de desenvolvimento capitalista, as relações entre as classes que disso derivam, o papel da superestrutura política e, particularmente, como incide a crise de direção, assim como as relações internacionais entre os estados. O estudo a fundo da forma como se combinam esses fatores não pode ser substituído pelo signo de uma etapa.

A metodologia da III Internacional

A tradição marxista revolucionária analisa os processos revolucionários nacionais como parte de um conjunto superior, que é a revolução mundial, na qual há uma combinação entre os polos avançados e os atrasados, em que a capacidade dos primeiros de arrastar os segundos define a dinâmica. Esse critério, válido e necessário para analisar as situações mundiais, não serve, em compensação, para definir períodos tão longos que quase se confundem com uma época

14 MORENO, Nahuel. “Um século de luta do proletariado mundial: grandes vitórias e conquistas; crise de direção e decadência da humanidade”. *Atualização do Programa de Transição*, Tese II, São Paulo: CS Editora, 1992, p. 11. (Nota da edição brasileira)

história, como é o caso das etapas.

Não conhecemos outras fundamentações de Moreno sobre as etapas além das citadas e também não conseguimos encontrar na tradição do marxismo revolucionário um critério similar. Há, entretanto, uma referência metodológica em nossa tradição que merece toda nossa atenção e é a que se reflete nos debates e resoluções da III Internacional entre 1921 e 1926, nos quais Trotsky teve um protagonismo especial.

O informe e as teses sobre a situação mundial apresentados por Trotsky no III Congresso da Internacional Comunista (1921) enfrentaram a oposição dos delegados alemães, que defendiam que a recessão então iniciada conduziria, necessariamente, a uma nova onda revolucionária na Europa¹⁵. Os debates do congresso questionaram esse automatismo entre crise econômica e ascenso revolucionário e aprofundaram a relação entre a luta de classes, a curva de desenvolvimento capitalista e o problema da direção revolucionária.

Em 1921, apesar da impressionante onda revolucionária que veio com a Revolução de Outubro, o poder só tinha sido tomado na Rússia. Pelo contrário, a situação havia se estabilizado e estava marcada pela contraofensiva do capital. A pergunta que faziam os delegados era se a nova situação respondia às correlações de forças profundas entre as classes e se a burguesia estava em condições de reestabelecer o equilíbrio e dar andamento a um novo período prolongado de crescimento como o que ocorreu nos 20 anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. É a isso que Trotsky responde em seu informe¹⁶, apontando os fatores estruturais para reestabelecer um novo equilíbrio capitalista:

O equilíbrio de classes se apoia no equilíbrio econômico [...] Esse equilíbrio foi igualmente quebrado pela guerra e foi isso que levou ao colossal movimento grevista por todo o mundo

Uma nova divisão mundial do trabalho foi estabelecida?

O equilíbrio de classes está estreitamente vinculado ao equilíbrio político. Durante a guerra, e inclusive antes dela, a burguesia mantinha seu mecanismo em

15 O informe e os debates podem ser consultados em RIDDELL, John. *To the masses: proceedings of the Third Congress of the Communist International*, 1921, pp. 101-135. As *Teses sobre a situação mundial e as tarefas da Internacional Comunista* podem ser consultadas em www.marxists.org.

16 TROTSKY, Leon. "A situação mundial" (junho de 1921). In: *O Imperialismo e a crise da economia mundial*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

equilíbrio – ainda que não o tenhamos percebido no momento – por meio dos socialdemocratas, dos socialpatriotas, que eram os agentes mais importantes da burguesia e que mantinham a classe operária dentro dos limites do equilíbrio burguês [...] Em que medida os socialdemocratas conservaram ou lapidaram sua influência sobre as massas e por mais quanto tempo podem cumprir seu papel como guardiões da burguesia? [...]

Depois, vem a questão do equilíbrio internacional, ou seja, a coexistência mundial de estados capitalistas separados [...] O equilíbrio nessa esfera foi alcançado ou não?

O texto e o informe mencionados apontam como a Primeira Guerra Mundial mudou o eixo central da política mundial do antagonismo entre Grã-Bretanha e Alemanha (origem da Primeira Guerra Mundial) para o antagonismo entre o imperialismo britânico em decadência e a grande potência emergente, os EUA. Esse antagonismo era a origem da futura guerra em gestação, “verdadeiramente mundial, que decidirá a dominação imperialista exclusiva”, como assim foi a Segunda Guerra Mundial

Todos os acontecimentos mundiais giravam em torno dessa questão. Esse antagonismo operava numa situação marcada pela destruição do equilíbrio europeu e a desorganização do mercado mundial, elementos sobre os quais se sustentava a curva descendente iniciada em 1914, caracterizada por ciclos de ascenso pequenos, breves e especulativos e ciclos recessivos profundos e longos. O equilíbrio instável do sistema de estados surgido da Primeira Guerra Mundial era um obstáculo central para estabelecer uma nova divisão mundial do trabalho, condição necessária, por sua vez, para inverter a curva do desenvolvimento capitalista e dar andamento a uma nova onda ascendente.

O III Congresso colocou, nesse quadro geral, o enfrentamento da URSS e da III Internacional com o mundo imperialista e com a luta pela revolução mundial. Não definiram nenhuma **etapa** e, menos ainda, deram a ela um **signo**. Estabeleceram, ainda, hipóteses alternativas:

[...] o problema de saber se o capitalismo pode se regenerar se converte num problema da luta entre forças vivas: as das classes e dos partidos. Se as duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, uma delas, a última, renuncia à luta revolucionária, a outra, a burguesia, conseguiria, indubitavelmente, um novo equilíbrio capitalista – equilíbrio

de decomposição material e moral – em meio a novas crises, a novas guerras, ao empobrecimento de países inteiros e à morte de dezenas de milhões de trabalhadores.¹⁷

Trotsky e a III Internacional se equivocaram ao prever a guerra entre os EUA e o Reino Unido, pois essa, como consequência da evolução europeia, ocorreu, enfim, entre os EUA e a Alemanha (e o Japão). Mas acertaram no fundamental ao identificar o antagonismo interimperialista pela dominação do globo como o problema fundamental da política mundial e a fonte da crise e das situações revolucionárias, num período marcado por uma curva capitalista descendente. Foi sobre esse pano de fundo que foram se expressando as diferentes situações:

O desenvolvimento político tem também seus ciclos, seus altos e baixos. O inimigo não é passivo, também combate. Se o ataque do proletariado não é coroado pelo êxito, a burguesia passa na primeira ocasião ao contra-ataque.

E acrescentam:

A perda por parte do proletariado de algumas posições conquistadas provoca certa decepção em suas fileiras. Mas continua sendo inquestionável que, no período atual, a curva de desenvolvimento do capitalismo é, de maneira geral, descendente com movimentos passageiros de alta, e a curva da revolução é ascendente com alguns retrocessos.¹⁸

A III Internacional apontava que as situações revolucionárias não vêm determinadas mecanicamente pela crise econômica, mas pelos desequilíbrios que ela provoca no organismo econômico mundial capitalista, desestabilizando o equilíbrio entre os países e as classes:

Muitos camaradas perguntam, de uma maneira bastante abstrata, se o empobrecimento ou a prosperidade é o que conduz à revolução. Colocado dessa maneira, a pergunta está muito equivocada [...] Um companheiro espanhol me disse em privado que foi a prosperidade da indústria espanhola produzida pela guerra que desenvolveu o movimento revolucionário em grande escala, já que, anteriormente, havia se produzido um estancamento na Espanha. Portanto, não é um exemplo da Rússia, mas da Espanha, no extremo oposto da Europa. Camaradas, o que conduz à revolução não é nem o empobrecimento nem a prosperidade

17 “Teses sobre a situação mundial e as tarefas da Internacional Comunista”. III Congresso da Internacional Comunista.

18 *Ibid.*

por si mesmos, mas sim a alternância entre prosperidade e empobrecimento e a crise. É a instabilidade, a falta de constância que alimenta a revolução.¹⁹

Os conflitos podem chegar a adquirir proporções extremas, particularmente nos períodos de transição, quando a curva de desenvolvimento se inverte e muda de signo. Uma nova divisão mundial do trabalho deve, necessariamente, se apoiar nos movimentos da superestrutura política, que tem uma autonomia relativa diante dos fenômenos **puramente econômicos**. Assim, ao se abrir uma onda de conflitos revolucionários em escala mundial, seu resultado vai depender do Estado Maior das duas classes fundamentais, burguesia e classe operária. E se a revolução operária não se impõe, a burguesia imperialista acabará alcançando uma nova fase de “equilíbrio desequilibrado”.

Em seu informe de 1921, Trotsky dizia:

A revolução tem três fontes que estão interligadas. A primeira fonte da revolução é o declínio da Europa. O equilíbrio de classe na Europa foi mantido, antes de tudo, pela posição dominante da Inglaterra sobre o mercado mundial. Hoje essa posição dominante da Europa foi completamente perdida, e irreparavelmente também. Daí a inevitabilidade de poderosos paroxismos revolucionários que pode terminar ou na vitória do proletariado, ou na completa queda da Europa.

A segunda fonte da luta revolucionária está nos severos espasmos de todo o organismo econômico dos Estados Unidos: um boom sem precedentes, extraído da guerra europeia, e uma cruel crise engendrada pelas consequências desta guerra. O movimento revolucionário do proletariado americano pode, sob essas condições, adquirir o mesmo ritmo, único na história, que o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos nos anos recentes.

A terceira fonte da luta revolucionária é a industrialização das colônias, acima de tudo da Índia.²⁰

As mudanças na correlação de forças não estão definidas para toda uma “etapa”. De forma similar ao que se deu com a enorme derrota que significou a Primeira Guerra Mundial, a derrota histórica que re-

19 Intervenção de Leon Trotsky no debate sobre as teses sobre situação mundial. RIDDELL, J. Op. cit., p. 165.

20 TROTSKY, Leon. Op. cit., p.58.

presentou a vitória do nazismo incitou a luta pela hegemonia no seio do imperialismo, fonte de novas crises e situações revolucionárias na Europa e nos países dependentes.

A partir de 1943-1945, com a derrota nazista, a época imperialista tomou outra “forma histórica”, outra configuração de seus elementos mais estruturais: hegemonia indiscutível dos EUA como imperialismo dominante e eixo da contrarrevolução mundial; pacto contrarrevolucionário entre a burocracia e o imperialismo para manter as esferas de influência e sufocar a revolução mundial; continuidade da crise de direção do proletariado. Essa configuração de fundo se manteve durante o *boom* e também após seu esgotamento, a partir da segunda metade dos anos 1960, e durou até a restauração capitalista (primeiro na China e, depois, no Leste Europeu) e o final do aparato stalinista mundial.

Não queremos acabar este artigo sem ressaltar uma evidência empírica que caracteriza as ondas revolucionárias do pós-guerra: só em situações historicamente excepcionais, como a de 1943-1949 ou a de 1974-1979 (que marcam períodos de transição na escala mundial), as ondas revolucionárias abarcam, simultaneamente, diferentes continentes e alcançam uma dimensão diretamente **mundial**. Fora desses períodos, as ondas revolucionárias têm um alcance regional ou nacional. Daí vem a necessidade de tratar com prudência categorias como “situação revolucionária mundial”.

A inversão da curva do desenvolvimento capitalista e o problema da direção

O fim do *boom* mudou a fonte das situações revolucionárias do período anterior, concentradas na revolução colonial, e conduziu ao desequilíbrio entre as classes nos países metropolitanos (com seu primeiro grande reflexo no Maio Francês de 1968 e seu apogeu na revolução portuguesa de 1974) e a derrota político-militar do imperialismo ianque no Vietnã, cujo um dos fatores determinantes foi o movimento antiguerra nos EUA. As novas condições arrastaram também os estados operários burocratizados ao estancamento e à decadência, no calor de um endividamento externo disparado. As burocracias do Leste Europeu responderam à crise impondo severos programas de ajuste, ditados pelo FMI, que Moreno identificava como um processo de semicolonização.

Para restaurar o equilíbrio econômico, o imperialismo precisava derrotar os processos revolucionários e, para isso, era imprescin-

dível a colaboração ativa da burocracia stalinista que, a essa altura, abandonava a “coexistência pacífica” para se integrar diretamente à divisão mundial do trabalho imperialista.

A definição peremptória das Teses de 1985 de que “as massas em luta destroem sistematicamente [...] os acordos e as tréguas” não se verificou na realidade. Houve uma combinação que incluiu a participação das guerrilhas contrarrevolucionárias financiadas pelo imperialismo (Nicarágua, África, Afeganistão). No entanto, os dois fatores determinantes foram, por um lado, os pactos contrarrevolucionários que incorporaram à democracia burguesa a resistência operária e os processos revolucionários em curso e, por outro, o giro restauracionista da burocracia chinesa. Em relação ao primeiro, se o imperialismo utilizou o recurso da **reação democrática** ao invés dos golpes militares e saídas nazifascistas, foi porque contava com a colaboração aberta da burocracia da URSS e da China. O “vendaval oportunista”²¹ que se abriu na esquerda mundial teve seu epicentro nos anos 1980.

Ambos fatores foram decisivos para que a recuperação imperialista, baseada num novo nível de exploração e no desenvolvimento de novos setores produtivos (as “TIC”, tecnologias de informação e comunicação), abriram caminho para um novo ciclo de investimentos associado a uma nova divisão mundial do trabalho sob a direção dos EUA. Essa curva ascendente não conseguiu alcançar os níveis de *boom* nem em intensidade, nem em duração.

A restauração capitalista nos estados operários burocratizados a crise de direção

Antes dizíamos que a fonte das situações revolucionárias são os desequilíbrios de classe associados à localização dos países e regiões na nova divisão mundial do trabalho correspondente à nova fase de acumulação do capitalismo imperialista. Esse fenômeno se expressou de maneira diferente nos ex-estados operários.

O investimento estrangeiro direto (IED) na China começou em 1980. Nestes anos, os investimentos imperialistas equivaliam à 27,8% do PIB chinês. Em 1985, a China já absorvia 6,5% do fluxo total mundial de IED (US\$ 11,7 bilhões); 70% eram destinados às fábricas de equipamentos eletrônicos e de comunicação²². O investimento impe-

21 HERNÁNDEZ, Martín. “Um vendaval oportunista percorre o mundo. Sobre os caminhos da esquerda”. *Marxismo Vivo*, nº 9, 2004.

22 Anuário Econômico Geopolítico Mundial 2006. AKAL Ediciones.

rialista direcionou o país cuja força de trabalho se concentrava na agricultura para a industrialização ao redor dos novos ramos industriais. Enquanto o PIB chinês disparava, a catástrofe se abatia sobre a ex-URSS com a queda vertiginosa do PIB, uma enorme dívida pública, um déficit público descontrolado e um tremendo retrocesso da produção de cereais sem reserva de divisas para importá-los. Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e Romênia se ofereciam à União Europeia como párias semicoloniais e reserva de mão de obra qualificada e barata para a indústria alemã.

Nesse contexto, enquanto o jovem proletariado chinês se lançava às cadeias de produção sem acompanhar, como classe, a rebelião da juventude contra o regime, massacrada em Tiananmen, a classe operária do Leste Europeu protagonizou uma das mais poderosas ondas revolucionárias do século 20 contra as profundas mudanças em suas condições de existência, que eram produto da restauração.

Enquanto a China mantinha sob controle a classe operária com o chicote da ditadura, a tentativa da burocracia soviética de fazer o mesmo, endurecendo o regime bonapartista, encontrou a resposta de uma classe operária numerosa, concentrada e cansada das desigualdades sociais, que deu o máximo do que uma classe é capaz de dar numa situação revolucionária sem uma direção revolucionária.

Porém há aqueles que olham “a crise definitiva do stalinismo”, da qual falou Moreno, como um esquema e se negam a reconhecer o “sacrilégio” da classe operária que foi à luta sem contar com uma direção revolucionária. Para os que se negam a ver os fatos, o aparecimento da classe operária derrubando as burocracias stalinistas foi o grande impulso para a restauração capitalista, que inaugurava, por sua vez, uma “etapa de signo reacionário”. Esse critério substitui a realidade viva com suas contradições, a julga pelos prognósticos e as substitui por categorias que aprisionam os fatos num campo magnético do qual não há maneira de escapar.

Entretanto, a direção revolucionária não se improvisa. Aqui está o que dizia Trotsky em *Classe, partido, direção*:

Igual aos liberais, nossos sábios admitem tacitamente o axioma segundo o qual cada classe tem a direção que merece. Na realidade, a direção não é, em absoluto, o simples reflexo de uma classe ou o produto de sua própria potência criadora. Uma direção se constitui no curso dos choques entre as diferentes classes e das fricções entre os diversos setores no seio de uma classe determinada [...] O proletariado pode “tolerar” durante bastante tempo uma direção que já tenha sofrido uma total degeneração interna [...] é necessá-

rio um grande choque histórico para revelar de forma aguda a contradição que existe entre a direção e a classe [...] Por essa razão, a classe operária se encontra, muitas vezes, pega de surpresa pela guerra e pela revolução. Mas inclusive quando a direção obsoleta tenha revelado sua própria corrupção interna, a classe não pode improvisar imediatamente uma nova direção, ainda mais se não tiver herdado do período anterior os quadros revolucionários sólidos, capazes de aproveitar a derrubada do velho partido dirigente.

O desmantelamento dos processos revolucionários nos países semicoloniais (América Central...) e, antes, na Europa ocidental, fez com que, quando o proletariado soviético entrasse em cena, não houvesse um ponto de apoio na revolução mundial nem organizações revolucionárias que conseguissem superar a barreira do stalinismo.

O desequilíbrio econômico provocado pela restauração capitalista no Leste Europeu exigiria um esmagamento da classe operária ao estilo chinês, mas não foi assim. Hernández não se equivoca em *O veredito da História* quando afirma que “a derrubada do aparato stalinista é uma imensa vitória da classe operária mundial, tão grande ou até maior que a derrota do fascismo durante a II Guerra”.

Conclusão

Durante muitos anos, nossa Internacional e, especialmente, Nahuel Moreno, foi tentando elaborar um tratado geral das revoluções e reformas em escala mundial e ao longo do século.

Como o próprio Moreno apontava em 1984, a pretensão era poder “dar aos companheiros as ferramentas conceituais para poder entender”²³. Mas o próprio Moreno fazia um alerta: “me dá a impressão de que, obrigados pelas circunstâncias, estamos começando a codificar – inclusive a esquematizar, o que possivelmente seja perigoso [...]”.

Categorias, “códigos”, como o da **etapa**, seguramente serão ferramentas úteis para periodizar historicamente os fatos acontecidos na luta de classes. Porém se convertem numa trava, num instrumento de confusão, quando se pretende utilizá-las para definir a correlação de forças entre as classes e sua dinâmica, como lamentavelmente vem acontecendo. E, digamos, além disso, que, em várias ocasiões, desemboca em intermináveis debates escolásticos e estéreis sobre o número de etapas e o signo das mesmas.

Voltando ao próprio Moreno, é muito saudável recordar um con-

23 Escola de quadros. Argentina, 1981, Crux ediciones.

selho seu: “Nós também somos cientistas sérios que vamos avançando com a realidade. O ruim é a generalização”.

O velho Trotsky dizia que a inteligência *a posteriori* é a menos brilhante de todas as inteligências. Repassar os acontecimentos ocorridos, como fizemos neste artigo, corrobora a afirmação de Trotsky, porque, em essência, usamos a avaliação dos fatos *a posteriori*. Digamos, por conta própria, que **retificar é para sábios**.

Um século de luta do proletariado mundial: grandes triunfos e conquistas; crise de direção e decadência da humanidade^{1, 2}

Nahuel Moreno

Antes dos anos 80 do século passado [19], o proletariado só apareceu na cena histórica de forma esporádica, em momentos cruciais, como na revolução de 1848 e na organização da Primeira Internacional, que culminou na Comuna de Paris. Foi somente nas três últimas décadas do século 19 que o proletariado, com seus aliados, os povos e os setores oprimidos, passou a ocupar o lugar de principal protagonista do processo histórico. Só a partir desse momento suas lutas adquiriram caráter contínuo e sistemático. Durante o século atual, não deixou de lutar nem por um minuto contra os exploradores, especificamente contra o capitalismo e o imperialismo.

Graças a todas essas lutas, o proletariado e os trabalhadores conseguiram conquistas mínimas fundamentais, como as grandes organizações sindicais, os partidos operários, os direitos sociais e, a partir da Revolução de Outubro, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, conquistas revolucionárias, como a expropriação da burguesia em vários países, que transformaram em estados operários.

Por sua vez, os aliados do proletariado – os povos atrasados, as nacionalidades oprimidas, os camponeses, as raças e setores oprimidos – alcançaram também grandes conquistas. Por exemplo, quase todas as colônias dos velhos impérios obtiveram sua independência política; os camponeses de muitos países atrasados conseguiram maior participação na posse da terra; o povo vietnamita fez o imperialismo norte-americano sofrer sua primeira derrota militar; as mulheres obtiveram o direito ao voto, ao aborto e ao divórcio em muitos países; naqueles em

1 MORENO, Nahuel (1980). *Teses para a atualização do Programa de Transição*. Tese II, São Paulo: CS Editora, 1992. (Nota da edição brasileira)

2 O texto sofreu revisão ortográfica para fins de padronização segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 2009. (Nota da edição brasileira)

que expropriou a burguesia, também se expropriou de vez os latifundiários; os negros dos Estados Unidos avançaram consideravelmente em sua luta contra a discriminação; etc.

Esta luta de mais de um século da classe operária mundial contra o imperialismo está dividida em duas épocas claramente delimitadas pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa. Até a Primeira Guerra Mundial, o proletariado alcançou conquistas e mais conquistas, porém dentro do regime capitalista e imperialista, sem questioná-lo e sem se propor a tarefa revolucionária da tomada do poder. É a época reformista. A de 1914 e da Revolução Russa, abre-se a época que vivemos hoje, de crise e decadência crônica do imperialismo e do capitalismo e de enfrentamento da revolução com a contrarrevolução mundial. É a época da revolução socialista internacional.

Apesar das grandes conquistas alcançadas pelo movimento operário e popular, nestes cem anos a humanidade e os trabalhadores do mundo inteiro assistem ao aumento da miséria, às guerras, à possibilidade do holocausto nuclear, inclusive nos países que se reivindicam socialistas, ou seja, nos estados operários burocratizados. Isso é consequência de o imperialismo – apesar do século de lutas contra ele – continuar dominando a economia mundial, e esse domínio constitui fonte crescente de miséria, de repressão, de guerras e sofrimentos sem precedentes para os trabalhadores.

A existência dos estados operários, das colossais organizações sindicais e dos grandes partidos operários não significou solução para esses terríveis flagelos, mas, pelo contrário, sua agudização, seu agravamento, como vários fatos contemporâneos o demonstram: os planos de exploração e miséria que implementados pelo imperialismo e pelos governos dos estados operários são apoiados pelas direções dos grandes partidos operários e dos sindicatos; a humanidade sofreu duas guerras mundiais e uma infinidade de guerras localizadas; vivemos sob a presente ameaça constante de uma nova guerra nuclear que liquidaria toda forma de vida no planeta; a invasão da Hungria e da Tchecoslováquia e, hoje, do Afeganistão pela URSS, como da Camboja pelo Vietnã e a do Vietnã pela China, demonstram que a existência dos atuais estados operários não é uma garantia contra a guerra, mas, ao contrário, aumenta o perigo desta.

Esse fenômeno altamente contraditório – que a obtenção de grandes conquistas devidas ao heroísmo e força das lutas operárias e dos oprimidos tenha agravado a crise da humanidade – tem uma só explicação: a crise de direção do proletariado mundial, que fez com que este não tenha podido até agora derrotar o imperialismo, embora pudesse

tê-lo feito há muitas décadas. Esta crise é consequência do fato de todas as organizações reconhecidas do movimento operário – sindicatos, partidos e estados – serem controladas, sem exceção, hoje em dia, pela burocracia e por outras direções contrarrevolucionárias a serviço direto ou indireto do imperialismo, principalmente pela burocracia stalinista da URSS.

A crise de direção do proletariado mundial, ou seja, a traição das direções burocráticas reconhecidas do movimento operário e de massas, é o fator decisivo das derrotas históricas que se verificam, de que toda vitória ou conquista seja congelada, freada, e de que não se tenha derrotado o imperialismo.

Os grandes partidos operários, os sindicatos e os estados operários ficaram distorcidos na camisa-de-força da burocracia: todos eles são burocráticos, nenhum é revolucionário. Todas as direções reconhecidas servem à contrarrevolução.

Há uma diferença no que se refere aos aparatos contrarrevolucionários: o aparelho formado pelas direções oficiais socialdemocratas continua cumprindo seu papel contrarrevolucionário e, após a Primeira Guerra Mundial cumpriu o papel decisivo. Mas, para frear e entregar revoluções, o stalinismo não tem concorrentes. É um produto da época revolucionária, o mais gigantesco aparato contrarrevolucionário que se conhece na história. Estamos falando da utilidade contrarrevolucionária e não de aptidões. Ninguém é mais agente da burguesia do que uma direção socialdemocrata, porém sua utilidade para essa mesma burguesia, frente a um ascenso revolucionário, é muito menor que a do stalinismo em escala mundial.

Por causa das direções socialdemocratas, as conquistas do proletariado na época reformista acabaram numa derrota histórica: a guerra imperialista e a crise da Segunda Internacional. Graças aos socialdemocratas, a revolução socialista europeia ficou limitada à URSS e foi derrotada na Itália, Hungria e, o mais importante, na Alemanha. Posteriormente, o stalinismo ocuparia seu lugar de primeira linha como agente contrarrevolucionário nas fileiras operárias, e a ele se devem as derrotas posteriores.

A época revolucionária divide-se, então, em três etapas claramente delimitadas:

A primeira: de 1917 a 1923, quando triunfa a Revolução de Outubro na Rússia, consequência de haver um partido marxista revolucionário, funda-se a Terceira Internacional e explode a revolução europeia.

A segunda: de 1923 até 1943, aproximadamente, se abre a partir da derrota da revolução europeia, inaugura 20 anos de derrotas ininterruptas e leva ao surgimento e vitória do stalinismo dentro da URSS e da Terceira Internacional que, com sua política, ajuda as vitórias fascistas de Chiang Kai-shek, Hitler, Franco e a segunda guerra imperialista mundial.

A terceira: do pós-guerra até hoje, quando nos encontramos com o maior ascenso revolucionário conhecido, que consegue expropriar a burguesia na China e em um terço da humanidade. Mas, agora, devido ao fato de que o stalinismo continua sendo a direção predominante, relativamente fortalecido pela derrota militar do nazismo, os estados operários que surgem são estados operários burocratizados, e o capitalismo consegue recuperar-se na Europa.

Resumindo, os dois elementos determinantes de todos os fenômenos contemporâneos, as causas última e primeira, as que determinam, com suas diferentes combinações, todos os fenômenos, são o **ascenso revolucionário** das lutas da classe operária e dos povos atrasados, por um lado, e **a crise de direção revolucionária**, por outro. Esta última confirma, por si só, a validade da Quarta Internacional.

A partir da primeira guerra imperialista, ao iniciar-se a época de crise definitiva do imperialismo e capitalismo, a época da revolução socialista, mudam as relações causais dos acontecimentos históricos. Com relação às grandes épocas históricas e ao desenvolvimento normal das sociedades, o marxismo tem sustentado que o fio da meada, que explica todos os fenômenos, são os processos econômicos. Mas, numa época revolucionária e de crise, essa lei geral tem uma refração particular que inverte as relações causais, transformando o mais subjetivo dos fatores – a direção revolucionária – na causa fundamental de todos os outros fenômenos, inclusive os econômicos. Até a Primeira Guerra Mundial, o processo econômico tinha caráter predominante e, em compensação, os fatores subjetivos não tinham maior importância. A própria luta da classe operária era reformista, porque não atentava contra o processo de acumulação capitalista, contra o desenvolvimento econômico capitalista, contra suas leis; significava, quando muito, uma pequena variação do processo. Por isso foi uma época reformista. Mas, a partir da Primeira Guerra Mundial, deixa de ser assim. Os processos econômicos deixam de ser determinantes: o

fator subjetivo – a direção – passa a ser fundamental. Não esqueçamos que isso é assim porque toda a época é determinada pela luta revolucionária das massas.

A existência de Marx e Engels no século 19 não foi um fator objetivo no desenlace de nenhum processo histórico. Sua existência não pôde garantir a vitória nem evitar as derrotas da revolução proletária no ano de 1848, nem na Comuna de Paris. Pelo contrário, a existência de Lenin, de Trotsky e do Partido Bolchevique garantiram a vitória da Revolução de Outubro, enquanto que, na Alemanha, a inexistência de um partido bolchevique, de um Lenin e de um Trotsky levou a que não se pudesse garantir a vitória da revolução socialista. Da mesma forma, a existência de direções contrarrevolucionárias burocráticas à frente dos grandes partidos socialistas permitiu a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Uma consequência histórica fundamental dessa inversão na linha causal dos acontecimentos históricos vai se refletir na dialética das vitórias e derrotas do proletariado mundial.

A esquerda socialdemocrata, confiante no processo linear e evolutivo, ao comprovar retrocessos e derrotas deste, como consequência da imaturidade do proletariado ou da traição de suas direções, formulou uma lei marxista, dialética, numa bela frase: o caminho do proletariado está pontilhado de derrotas que levam à vitória. Assinalavam, assim, a dialética de derrotas e vitórias, sua transformação de uma em outra. Mas a Primeira Guerra Mundial, ao fazer aparecer com toda crueza o novo fator determinante do processo histórico – a crise de direção revolucionária do proletariado mundial –, estabeleceu uma dialética inversa das relações entre as vitórias e as derrotas que vale para toda a época que se abriu com a Primeira Guerra Mundial e é, hoje, mais atual do que nunca. Podemos formular esta lei da seguinte maneira: enquanto o proletariado não superar sua crise de direção revolucionária, não conseguirá derrotar o imperialismo mundial e, em consequência, todas as lutas estarão pontilhadas de vitórias que conduzirão, inevitavelmente, a derrotas catastróficas. Nada demonstra isso melhor que o *boom* econômico deste pós-guerra: sua verdadeira causa é a traição do stalinismo, que convocou os operários ocidentais a trabalhar mais do que nunca para o imperialismo.

Enquanto os aparatos contrarrevolucionários continuarem controlando o movimento de massas, toda vitória revolucionária se transformará, inevitavelmente, em derrota. Isso se deve à relação dos aparatos burocráticos com a mobilização permanente

dos trabalhadores. Toda direção burocrática extrai sua força do apoio direto ou indireto que recebe dos exploradores para frear a mobilização permanente dos trabalhadores. Por outro lado, essa mobilização é uma ameaça mortal para a própria burocracia. Por isso, toda conquista que a burocracia se vê obrigada a encabeçar é administrada por ela para frear a mobilização revolucionária, para detê-la nessa conquista, nesse ponto do processo. Mas, nesta época revolucionária, todo avanço que não for seguido por outro avanço significa um retrocesso. Por isso, a burocracia, com sua política de freio por um lado, de defesa de seus privilégios frente às massas por outro, é obrigada a lutar contra a mobilização permanente dos trabalhadores e a transformar suas vitórias numa derrota da revolução permanente.

Notas para um estudo do trotskismo francês (1982-2010)

Um aporte ao debate dentro da LIT-QI

Roberto Herrera Zúñiga

Estas notas são um estudo de caso, a experiência do trotskismo francês, e pretendemos fazer um aporte para um dos aspectos do debate estratégico, que se desenvolve, hoje em dia, na esquerda política, tanto stalinista quanto trotskista (ver anexo 1) sobre o caráter da etapa que vivemos.¹

Acima de tudo, queremos ajudar a responder a duas perguntas: 1) A queda do stalinismo abriu uma etapa com melhores condições para os revolucionários ou o caráter de nossa etapa é desfavorável aos revolucionários? 2) Se é verdade que esta etapa apresenta melhores condições para a atividade revolucionária, por que as organizações trotskistas não têm conseguido influência de massas?

Houve oportunidades para o trotskismo na quarta etapa?

Nas discussões sobre o caráter da etapa que vivemos, tendemos a encontrar dois grandes campos, que se dividem em várias posições. Um campo sustenta que as revoluções políticas anti-stalinistas de 1989 abriram uma mudança de época. Outro campo sustenta que o que houve foi uma mudança de etapa no marco da mesma época de guerras e revoluções.

1 Seguimos a proposta de periodização feita por Nahuel Moreno, no capítulo III de *Revoluciones do Século XX* (1984), em que descreve três grandes épocas: 1) a época da revolução burguesa; 2) a época do auge do capitalismo; 3) a época da revolução socialista operária. Dentro da época, define três grandes etapas revolucionárias: 1) **a etapa da ofensiva revolucionária da classe operária** (1917-1923); 2) **a etapa da contrarrevolução burguesa** (1923-1943); 3) **a nova etapa revolucionária** (1943 em diante). O autor dessas notas, seguindo as elaborações da LIT-QI, considera que, desde 1989, com as revoluções políticas que destruíram o aparato stalinista, abriu-se uma quarta etapa que já dura 27 anos e é a que vivemos na atualidade.

O stalinismo tende a ver nossa época como algo radicalmente distinto de quando existia a URSS. Nossa época seria uma época em que a revolução socialista não seria possível.²

Os stalinistas tendem a entender que vivemos numa época reacionária porque seu projeto foi desmontado pelo movimento de massas. Na realidade, o stalinismo, como aparato todo-poderoso dentro do movimento operário, é o que foi sepultado na etapa anterior.

Outra tradição, por exemplo várias correntes ou intelectuais que estiveram ou estão referenciados no trotskismo, sustentam que estamos em outra época, não pelas mesmas razões que os stalinistas, mas com argumentos mais sofisticados que poderiam ser resumidos na ideia de que as condições atuais do capitalismo são tão duras, a classe operária está tão fragmentada, a ofensiva ideológica do imperialismo foi tão intensa e as condições políticas retrocederam tanto que devemos “refundar a tradição socialista” quase do zero.

Tudo bem que essas leituras façam um rodeio/justificativa de transformações estruturais da economia mundial e do sistema internacional de estados (globalização, revolução científica, poderio militar estadunidense etc.), mas para elas, em geral, a razão da suposta mudança de época é subjetiva: a consciência retrocedeu, os partidos comunistas ou trotskistas reduzem sua influência política e/ou sindical, as massas não veem ou não querem a revolução.

Essa é a posição, por exemplo, de Andrés Romero³, Enio Bucchioni⁴,

2 Harnecker fala de uma época em que a revolução social “não é vista como uma possibilidade imediata” (1999, p. 3); teríamos, então, o “fim de um ciclo das revoluções anti-imperialistas, entendendo-as como enfrentamento total, militar e econômico com o imperialismo” (1999, p. 65). A razão principal que ele aponta é que “já não existe alternativa efetiva ao predomínio dos Estados Unidos e das grandes potências ocidentais nas relações internacionais. A esquerda perdeu seu aliado estratégico fundamental” (1999, p. 65).

3 Num livro já quase esquecido, *Depois do Stalinismo* (1995), Andrés Romero diz: “Encaramos esta tarefa [caracterizar os sucessos do Leste Europeu] como parte do desafio histórico que representa a necessidade de reorganizar e, de certo modo, ‘refundar’ o movimento operário sobre novas bases. Em grande medida, será uma volta aos princípios, métodos e objetivos originais pensados por Marx” (1995, p. 8).

4 Enio Bucchioni, em dois artigos chamados “1975 versus 2015: Vietnã, última expropriação da burguesia” e “1975 versus 2015: A consciência após o fim dos estados operários”, diz: “Por isso, o mundo desses últimos 30 anos **nada, absolutamente nada** tem de similar aos períodos imediatamente anterior e posterior à derrota política e militar do imperialismo no Vietnã em 1975. [...] *É como se o tempo tivesse*

Daniel Bensaïd. As implicações políticas dessa caracterização de época podem ser muito variadas, mas, neste artigo, queremos polemizar com uma implicação política específica.

A ideia de que a etapa que vivemos “não tem melhores condições para o desenvolvimento de partidos revolucionários” por uma razão: nós, partidos que nos reivindicamos da IV Internacional, mais especificamente da LIT-QI, tivemos avanços de construção importantes, mas todos são quantitativos, não qualitativos.

Concretamente, queremos responder: por que ainda não há partidos trotskistas com influência de massas? Pretendemos mostrar, neste artigo, que a razão principal para que partidos referenciados no trotskismo não tenham conseguido influência de massas não tem a ver com condições objetivas da época, mas com o que na LIT-QI temos chamado de “vendaval oportunista”⁵, ou seja, com a tendência de todo um setor do trotskismo a virar organizações diretamente reformistas.

Vamos analisar um caso ilustrativo do que tentamos demonstrar. Temos feito um pequeno estudo do trotskismo francês e tentaremos demonstrar que, desde o início da quarta etapa, os trotskistas franceses tiveram oportunidades qualitativas de construir um partido com peso político numa vanguarda ampla e na consciência das massas, oportunidades que, com uma política revolucionária, teriam tido como resultado um importante ponto de apoio para solucionar a crise de direção revolucionária do proletariado, mas que justamente essa oportunidade foi perdida pela política oportunista e eleitoralista que tiveram as organizações trotskistas francesas, tanto o Luta Operária (LO) quanto a Liga Comunista Revolucionária (LCR).

As oportunidades na quarta etapa e uma previsão de Moreno

A quarta etapa está marcada pelas revoluções democráticas que derrubam regimes stalinistas e que abrem, objetiva e subjetivamente, a possibilidade de se construir partidos revolucionários que iniciem o processo de solução da crise de direção revolucionária do proletariado.

andado para trás e retornado a uma época anterior à 1917, quando a possibilidade de haver países sem burgueses, sem propriedade privada dos meios de produção, fosse apenas uma proposição teórica de Marx e Engels”.

5 O desenvolvimento da conceitualização do “vendaval oportunista” encontra-se em dois artigos de Martín Hernández publicados na revista *Marxismo Vivo*, nas edições nº 9 (julho de 2004) e nº 10 (novembro de 2004).

No caso francês, podemos encontrar local e embrionariamente alguns elementos que as revoluções contra os regimes stalinistas desenvolveram e potencializaram em nível qualitativo e mundial.

Por exemplo, já em 1982, nas “Teses de fundação da LIT-QI”, Moreno diz que “existe a oportunidade de construir, na França, um partido operário revolucionário com influência de massas” e que

[...] este partido só pode se construir desenvolvendo uma luta implacável contra o PS, o PCF e seu governo frente-populista, para, assim, atrair as correntes do movimento operário e popular que rompem decepcionadas com esses partidos traidores.

O que impede de aproveitar essa oportunidade é “a adaptação da OCI e da LCR ao governo de frente popular”, seu “servilismo repugnante”, o qual Moreno considerava “a maior traição da história do movimento trotskista”.

1987-2002: Oportunidades revolucionárias e quarta etapa

Estes elementos analisados por Moreno, as grandes possibilidades objetivas de se construir um partido operário revolucionário com influência de massas, como produto do ascenso operário e popular contra o governo de frente popular do PS-PC, foram rapidamente confirmadas.

A queda do stalinismo francês é profunda, a perda de influência do stalinismo francês é notável. Se, em 1978, o PCF tinha 5.870.402 votos, 86 deputados e 20,55% dos votos emitidos, em 1986 obteve 2.739.225 votos, 35 deputados e 9,78% dos votos emitidos.

No dia 22 de fevereiro de 1987, o jornal espanhol *El País* publicou uma nota intitulada “Trotskistas na França”. Diz: “O trotskismo é o único que resta do esquerdismo crescente dos anos sessenta na França”. Mais adiante: “[o] ressurgimento do trotskismo na França não é unicamente um espantinho exibido pelos setores da direita. [...] **A crise do partido comunista e a desilusão dos cinco anos de gestão socialista abriram um espaço, segundo muitos analistas, que a extrema-esquerda pode tentar ocupar**” (grifo nosso).

Nas eleições de 1988, o PS de Mitterrand obteve 10.381.332 votos, 34,11% dos votos emitidos. O PCF obteve 2.056.261 votos, 6,76% dos votos emitidos.

Os trotskistas juntos receberam 2,37% dos votos emitidos: 1,99% para o Luta Operária, e 0,38% para o Partido dos Trabalhadores. Juntos, somaram 723.075 votos. A LCR não tinha candidatura independente e apoiou uma fração dissidente do stalinismo, o Partido Co-

munista Renovado, de Pierre Juquin. Essa frente eleitoral recebeu o apoio do PSU, da LCR e dos grupos pablistas⁶, com um balanço que os próprios mandelistas⁷ caracterizaram como decepcionante. A candidatura de Juquin recebeu 2,08% dos votos.

Em 1995, já na quarta etapa, as tendências que temos apontado: uma maior oportunidade para o trotskismo e uma crise dos stalinistas, que só é desperdiçada pela orientação oportunista dos grupos trotskistas franceses, novamente são confirmadas.

Nas eleições de 23 de abril de 1995, o Luta Operária se apresentou com uma candidatura própria e recebeu 1.615.563 votos, 5,3% dos votos emitidos. A LCR não apresentou nenhuma candidatura e chamou voto no PC, no LO ou em Os Verdes. O jornal *El País* (18/4/1995), numa nota sobre a candidatura de Arlette Laguiller, diz que seus atos “arrastam gente de todas as idades, que conhecem melhor a letra de *A Internacional* que os participantes dos comícios do comunista Robert Hue”.

Em novembro e dezembro de 1995, sucederam-se greves e mobilizações operárias massivas que derrotaram o plano de [Alain] Juppé e [Jacques] Chirac e foram o tiro de largada de um movimento que levou ao processo de contestação à ofensiva neoliberal, o movimento antiglobalização (1999, Seattle; 2000, Génova; etc.), em que, sem dúvida, a LCR e os intelectuais do SU seriam a chave para o armamento teórico-político do Fórum Social Mundial (Bensaïd, Cassen, Touissant etc.).

O espaço político para construir uma organização trotskista de peso se manteve em 1999. Nas eleições para o parlamento europeu, a coligação eleitoral LO-LCR recebeu 914.680 votos, ou seja, 5,18% dos votos emitidos, e conseguiram cinco parlamentares.

2002: O ápice da oportunidade e o oportunismo que a fez retroceder

Em 2002, chegou ao clímax a oportunidade política do trotskismo francês de se transformar numa alternativa de massas. As eleições francesas aconteceram no dia 21 de abril de 2002.

6 Referente aos grupos alinhados às ideias do dirigente trotskista do Secretariado Unificado (SU) Michel Pablo, pseudônimo do grego Michel Raptis. (Nota da edição brasileira)

7 Referente aos grupos alinhados às ideias do dirigente trotskista do Secretariado Unificado (SU) Ernest Mandel. Também era conhecido pelos pseudônimos Ernest Germain, Pierre Gousset, Henri Vallin, Walter entre outros. (Nota da edição brasileira)

O ascenso eleitoral do Luta Operária foi um prelúdio e uma advertência das greves de novembro-dezembro de 1995. Assim, o processo de luta operária e popular se aprofundou. Em 1999-2000, surgiu o movimento antiglobalização. Essa radicalização acompanhou o impulso eleitoral de 1999 e tornou maior o espaço de construção da extrema-esquerda.

Mais estruturalmente, este ascenso eleitoral e das lutas tem como pano de fundo as crises crônicas capitalistas que levaram à crise de setembro de 2008. Não nos esqueçamos que, em 1997, se produziu a crise do sudeste asiático; em 1998, a crise russa; e em 2001, a crise argentina. Porém, acima de tudo e fundamentalmente entre 1999 e 2003, se deu o estouro da bolha das empresas “ponto com”, antecedente imediato de nossa crise econômica⁸.

Nesse marco de crise econômica, crise política dos socialdemocratas e stalinistas e radicalização da juventude e da classe operária, surge o ascenso eleitoral do trotskismo francês de 2002.

Conhecemos os resultados eleitorais desse processo. Numa eleição que deixou Jacques Chirac com 5.666.021 votos (19,88%) e Jean-Marie Le Pen com 4.804.772 (16,86%), os trotskistas, juntos, alcançaram 10,44% dos votos.⁹

Tanto o Luta Operária quanto a Liga Comunista Revolucionária superaram os votos do PCF, ocupando seu espaço político eleitoral.

8 “O atual colapso é na realidade a segunda parte da crise de 2000-2002, na qual estourou a bolha das empresas “ponto com”. Naquele momento, elas conseguiram sair do buraco e adiar a crise, mas somente à custa de aumentar os problemas. [...] Na verdade, o problema de fundo em 2000, e agora, era justamente o que Stiglitz chama de ‘excesso de investimento’, ou seja, uma abundância tamanha de capital que levava ao descenso da taxa de lucro capitalista para abaixo de um ponto que freia as aplicações e que deveria conduzir, inevitavelmente, à crise. [...] Em 2000-2002, domaram a crise em base a um endividamento massivo e com o recurso de um parasitismo financeiro exacerbado. Mas a especulação financeira, que alimentou a máquina em princípio, choca-se com limites insuperáveis. O capital financeiro, diferentemente do capital produtivo, não cria mais-valia, mas a parasita. Por isso, cada boom financeiro, acompanhamento obrigatório do ciclo econômico, inevitavelmente acaba explodindo. Em 2000, adiaram a crise. Hoje, em 2007, nos encontramos de novo com ela, com a mesma baixa taxa de lucro capitalista e com uma montanha ainda maior de dívida e parasitismo.” (Alegría, 2007)

9 Fonte: Ministère de L’Intérieur. Disponível em: [http://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle_2002/\(path\)/presidentielle_2002/FE.html](http://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle_2002/(path)/presidentielle_2002/FE.html) (Nota da edição brasileira)

A LCR saiu especialmente fortalecida da eleição, obtendo o marco de 3.000 militantes.

Primeiro Turno, 21 de abril		
Abstenções: 28,4%		
CANDIDATO	VOTOS	%
Jacques Chirac	5.666.021	19,88
Jean-Marie Le Pen	4.804.772	16,86
Lionel Jospin	4.610.267	16,18
François Bayrou	1.949.219	6,84
Jean-Pierre Chevenement	1.518.568	5,33
Noel Mamère	1.495.774	5,25

Segundo Turno, 5 de maio		
Abstenções: 20,29%		
CANDIDATO	VOTOS	%
Jacques Chirac	25.537.894	82,21
Jean-Marie Le Pen	5.525.034	17,79

Candidato	Partido	Votos	%
Arlette Laguiller	Luta Operária	1.630.244	5,72
Olivier Besancenot	Liga Comunista Revolucionária	1.210.694	4,25
Robert Hue	Partido Comunista	960.757	3,37
Daniel Gluckstein	Partido dos Trabalhadores	132.072	0,47

1968 ou 2002-2007: Qual foi a oportunidade qualitativa?

Os ativistas educados na tradição stalinista ou guerrilheirista sustentam, com frequência, que as oportunidades revolucionárias existiram só na etapa anterior; antes da queda do stalinismo. Que em nossa época, os revolucionários e a esquerda não teriam oportunidades de conquista do poder político pela via revolucionária. No máximo, poderíamos ganhar

o governo no marco de uma coalisão eleitoral policlassista. Essa caracterização e essa estratégia são coerentes com a tradição stalinista em crise.

O interessante é que essa visão, com algumas mudanças, também se encontra no campo do trotskismo, onde também distintas organizações e/ou intelectuais opinam que é um erro afirmar que depois da queda do stalinismo existem melhores condições para o desenvolvimento de partidos revolucionários e também existam melhores condições para que organizações trotskistas enfrentem a crise e as oportunidades revolucionárias (ver anexo 2).

Com o objetivo de refutar essa interpretação, queremos comparar a situação política dos trotskistas em 1969 e em 2002.

Começamos, por exemplo, no campo das eleições. Depois de Maio de 1968, com todo o ascenso estudantil e operário que houve¹⁰, tendo da LCR à Daniel Bensaïd e Alain Krivine em suas fileiras (ambos considerados os dirigentes mais importantes da mobilização estudantil), sendo a LCR um dos grupos que soube se incorporar e aproveitar o ascenso, apresentando Alain Krivine como candidato presidencial em 1969 e recebendo o apoio do Luta Operária e de um grupo maoísta (Viva o Comunismo), a LCR conseguiu 1,05% dos votos (239.106 votos).

Nessas mesmas eleições, o stalinismo francês, liderado por Jacques Duclos, conseguiu 21,27% dos votos (4.808.285 votos) e 34 deputados. É conhecido o papel central do stalinismo francês para levar esse movimento à morte pelos **Acordos de Grenelle**.¹¹

10 Pierre Frank, no texto História da Quarta Internacional (1973) caracteriza assim o Maio Francês: “uma insurreição dos meios estudantis, uma greve geral de dez milhões de trabalhadores arrastou atrás de si importantes setores da pequena burguesia, desafiando, como nunca se viu, a autoridade do Estado, a propriedade capitalista e várias instituições da sociedade burguesa”.

11 Os acordos de Grenelle são os acordos assinados pelo governo e pela patronal francesa, de um lado, e pelas organizações sindicais de outro. Foram negociados nos dias 25 e 26 de maio. Os acordos nunca foram assinados e foram rechaçados pela base operária em greve. O conteúdo essencial dos acordos era um aumento de 35% do salário mínimo e 10% dos salários reais, assim como o reconhecimento dos sindicatos por empresa. Essas medidas foram implementadas, de fato, depois de solucionada a crise revolucionária. Este acordo entre PC-sindicatos e governo-patronal foi o primeiro passo firme para solucionar a situação revolucionária de 1968. Alan Woods (2008) diz, em seu artigo “A revolução francesa de maio de 1968”: “Não foi em absoluto o exército ou a polícia (que estavam tão desmoralizados que inclusive o setor reacionário da inteligência, como vimos, se negava a colaborar com o governo contra os estudantes) os que salvaram a situação para o capitalismo francês,

Nossa opinião é que as oportunidades dos trotskistas franceses eram qualitativamente superiores em 2002 que em 1969. Martín Hernández (2005) aponta a seguinte situação da IV Internacional em 1969: **“Na França, tínhamos 30 militantes; na Espanha e em Portugal, nenhum”**. Aproveitando as circunstâncias políticas abertas, em seguida a LCR cresceu até 1.000 militantes. Em contraste, o Departamento de Estado ianque estimou, para 1960, que o PCF poderia ter 260.000 militantes, 0,9% da população em idade para trabalhar. Como se vê, uma diferença qualitativa e contrastante entre a fortaleza do stalinismo e as possibilidades do trotskismo.

Não podemos encontrar o problema de fundo sobre por que essa oportunidade foi desperdiçada pelo trotskismo francês nas “características da época”, mas em outras condições políticas: a sistemática capitulação à democracia burguesa das principais organizações da extrema esquerda francesa, produzida em parte por seu abandono da classe operária como sujeito social e político da revolução e, portanto, também como o lugar social fundamental onde se deve construir nossas organizações políticas. Dessa forma, o trotskismo francês começou a refletir cada vez mais as opiniões políticas eleitoralistas e democratas dos setores mais acomodados dos trabalhadores e setores médios franceses.

○ fenômeno Besancenot

Dentro desse processo que analisamos, o que mais merece ser aprofundado é o surgimento de Olivier Besancenot. Entre 2002 e 2007, foi uma figura de relevância nacional. Para além de sua influência puramente eleitoral, podemos apontar mais dados que mostram como, efetivamente, a LCR teve uma oportunidade qualitativa na França e a desperdiçou por causa de sua orientação eleitoralista e oportunista.

Por exemplo, em 2002, Besancenot superou Jospin (Partido Socialista) e Le Pen (Frente Nacional). Entre os votos dos jovens, a LCR obteve 13,9% na faixa etária dos nascidos entre 1977 e 1982. Essa influência puramente eleitoral esconde o fato de que a influência política é

mas sim o comportamento dos dirigentes sindicais e stalinistas. Esta conclusão não é só nossa, mas encontra apoio na **Enciclopédia Britânica**: ‘De Gaulle parecia incapaz de controlar a crise ou compreender sua natureza. Entretanto, os dirigentes comunistas e sindicais proporcionaram um respiro, se opuseram aos levantes mais adiante, evidentemente temiam a perda de seus seguidores para seus rivais mais extremistas e anarquistas’. É mais categórica ainda essa conclusão política, uma vez que Alan Woods tende, sistematicamente, a embelezar as posições do stalinismo.

maior entre os jovens, pois milhares de jovens árabes e africanos não podem votar, e isso não é registrado.

Em dezembro de 2002, desenvolveu-se uma nova onda de greves e mobilizações em Paris. Segundo o jornal *Le Monde Diplomatique* (23/11/2002), sem encerrar a lista nessas mobilizações, participaram: ferroviários, Air France, trabalhadores do serviço urbano de transporte de passageiros de Paris, France Telecom, trabalhadores dos ministérios e da saúde pública etc. Nelas, tanto a LCR como a LO tiveram um papel de destaque.

O ascenso e a crise política se mantiveram. Depois, viria a luta contra a constituição europeia em 2005. A LIT-QI definiu da seguinte forma esse ascenso:

O “Não” francês à Constituição Europeia de maio de 2005 foi a maior vitória política das massas europeias em muito tempo. Quando a máquina neoliberal parecia implacável, os trabalhadores e a juventude da França, em seu nome e em nome dos povos do continente, enfrentaram a burguesia europeia e demonstraram que era possível derrotá-la. O Não mirou o governo francês, ameaçou a Presidência da República e, em situação desastrosa, a Constituição europeia. O Não, deslegitimando a UE, seus governos e parlamentos (90% dos deputados franceses eram favoráveis ao tratado!) e, repudiando os planos neoliberais, causou uma importante fissura na França e na Europa. (Documento Europeu, 2008)

Na noite em que se anunciou a vitória do “Não” na França, Olivier Besancenot declarou que a vitória era “a expressão de um desgaste generalizado” e “da extraordinária mobilização nos bairros populares e entre os jovens” (AFE France Press. O Mundo. A Nação, 30/5/2005). As declarações de Besancenot foram reproduzidas por toda a imprensa mundial, e seu nome e o da LCR figuravam entre as referências obrigatórias do triunfo político do “Não”.

François Sabado, da LCR, numa entrevista de julho de 2005 (*Viento Sur* nº 81), dizia que o voto pelo “Não” tinha “conteúdos plebeus, jovens, de esquerda” e refletia: “os dez anos de continuidade de lutas sociais”. Para Sabado, estávamos na presença de um claro fenômeno de classe: “Foi um voto de classe: 80% dos operários, 70% dos empregados, mais de 60% da juventude”.

Sabado, na mesma entrevista, apontou como central a existência de uma poderosa rebelião antiburocrática na CGT:

No plano sindical, o mais importante tem sido a tomada de posição, a favor do “Não”, pela CGT [...] contra sua direção e seu principal dirigente, Bernard

Thibaud. [...] É de notoriedade pública que boa parte da direção da CGT votou a favor da constituição. Mas esta posição foi derrotada na base da CGT, e todo um amplo setor de quadros intermediários impuseram o “Não”, o qual produziu uma série de tensões na principal confederação sindical do país.

Sendo estes os fatos, caberia se perguntar seriamente se esta rebelião antiburocrática que a muitos assombrou, começando pela própria burocracia da CGT, tem ou não a ver com a debilitação qualitativa que sofreu o stalinismo na quarta etapa. E se essa debilitação qualitativa tem ou não a ver com as notáveis oportunidades com as quais contou o trotskismo francês (ver anexo 3).

Continuemos. Em outubro de 2005, aprofundou-se a crise social francesa, depois que Sarkozy chamou os jovens árabes de escória. Houve uma violenta revolta nos bairros da periferia (9 mil carros policiais apedrejados, e entre 20 e 40 veículos foram incendiados por noite).

François Sabado, na entrevista que citamos, apontou como a LCR tinha capacidade de realizar eleições municipais simuladas em alguns bairros operários com muita presença de imigrantes, ou seja, por fora do aparato eleitoral estatal: o movimento dos “sem voz/sem voto”. Esse é um sinal inequívoco de que a LCR, com uma orientação correta, poderia ter se enraizado num dos setores mais oprimidos do proletariado francês e teria sido um pilar importante na educação da vanguarda revolucionária árabe e africana, a qual foi de uma importância vital seis anos depois, quando estouraram as revoluções do norte da África¹². Nada disso aconteceu.

O que aconteceu foi a continuidade do ascenso social e do espaço político. Este se aprofundou com a derrota da Lei do Contrato Primeiro Emprego (2006). Segundo o *Le Monde Diplomatique* (21/3/2006), no auge dos protestos, cerca de 70% das universidades e um grupo importante de colégios deixaram de dar aulas e se somaram aos protestos.

No dia 12 de dezembro de 2007, o *Le Monde Diplomatique* publicou o artigo “A esquerda sou eu”. O texto traça o seguinte retrato da influência política de Besancenot:

12 Não é demais lembrar que nos anos 1920 e 1930 muitos revolucionários indochineses fizeram sua primeira formação teórica e política marxista na França. Essa base foi muito importante depois, nas lutas de independência e anti-imperialistas dos anos 1940, 1950 e 1960. Ver “Tạ Thu Thau, líder trotskista vietnamita” (2015).

Uma pesquisa da IFOP para o *Le Journal du Dimanche*, publicado no dia 2 de novembro, mostra que 7% das pessoas entrevistadas votariam hoje em Besancenot. O ascenso é particularmente claro entre os operários (12%) e os empregados (11%). “O PS aparece sem linha nem líder diante de Sarkozy. Na esquerda, está o carteiro como única oposição”, analisa Jérôme Fourquet, diretor do IFOP. [...] Nos desfiles, nas grandes manifestações em Paris, grita-se: “Avante, Olivier! Você é o melhor”. Nos sindicatos locais, suas entrevistas estão nos quadros de avisos: “Já era popular, mas agora é muito mais!” Conta seu amigo do distrito 18, Pasile Pot, que trabalha na estação da Gare de l’Est. “Há uma confusão na expressão política do PS que as reconhecem na sua linguagem clara”, confirma Annick Coupé, porta-voz de Solidaires, a central sindical onde está o sindicato SUD. **“Teve a inteligência de sentir que havia um espaço político não ocupado”, reconhece o deputado comunista Patrick Braouezec.**

É importante ressaltar que esse retrato é feito pelo *Le Monde Diplomatique*, **um jornal que era hostil** à LCR e a Besancenot, pois considerava que “dividia a esquerda” (ou seja, que tirava votos do Partido Socialista).

A política oportunista da LCR

Temos demonstrado, extensivamente, como o trotskismo francês teve uma oportunidade qualitativa e a desperdiçou. Já foi apontado em outros escritos da LIT-QI o desastre da orientação do mandelismo, o caráter liquidacionista de sua política¹³.

Podemos contar, dentro do estoque de capitulações, seu chamado a “derrotar Le Pen nas ruas e nas urnas” no segundo turno de 2002 como uma forma envergonhada de chamar o voto em Chirac.

Em fevereiro e novembro de 2003, primeiro no congresso mundial do SU e, depois, na XV Conferência da LCR, a luta pela ditadura do proletariado foi abandonada estatutariamente. François Olivier explica que este conceito representa “a substituição da democracia dos soviets pelo poder do partido”, “a perda de substância dos conselhos e comitês”. Em seguida, justifica: “depois de todas as experiências históricas do século XX, a palavra ‘ditadura’, com ou sem qualificativo, é repugnante desde então. Em primeiro lugar, por nós mesmos” (Rouge, 20/11/2003).

Em 2004 e 2005, segundo uma fração da LCR, encabeçada por

13 Ver, principalmente, os artigos da revista *Marxismo Vivo* de Bernardo Cerdeira, nº 17 (2008), e de Clara Sousa, nº 22 (2009).

Catherine Samary, a maioria da direção da LCR teve: “posições ambíguas [...] sobre a questão do ‘véu’” (Rouge, 19/4/2005). Das denúncias dessa fração minoritária do antiquado LCR, deduz-se uma capitulação à opinião pública da classe média¹⁴.

Durante todo o ano de 2007, a orientação da LCR (explicada numa entrevista para Bensaïd) foi a seguinte: “fazer a campanha ao redor de um candidato único que não surgiu da LCR, ainda quando eu acreditava que Olivier Besancenot tinha demonstrado durante a campanha do referendo que provavelmente era o melhor porta-voz. [...] Apesar de tudo, a LCR estava disposta a sacrificar estas vantagens em benefício de uma dinâmica unitária” (Rebelión, 19/4/2007). No segundo turno, foi coroada com a fórmula oportunista “Votar contra Sarkozy, mas sem apoiar Ségolène”.

Como se vê, uma adaptação profunda à democracia burguesa, uma capitulação atrás da outra à estratégia reformista e eleitoralista, um abandono da tradição marxista, assim como das reivindicações e da localização social entre os setores mais concentrados e explorados do proletariado. A direção da LCR aplicou a fundo a política de dissolver as organizações marxistas em amplos partidos anticapitalistas, e sua política fracassou estrondosamente.

Quando a atual situação política produz o ressurgimento do neorreformismo de Jean Luc Malechon (que é o equivalente francês do Podemos, da Espanha, e do Syriza, da Grécia)¹⁵, os revolucionários franceses estão mais desarmados e debilitados do que nunca para enfrentar os neorreformistas.

Este processo de aparição e desperdício das oportunidades revolucionárias para obter êxitos eleitorais deveria ser objeto de uma séria reflexão para todos nós que estamos empenhados na construção de uma direção revolucionária.

14 Com a LCR já dissolvida no NPA, observa-se a mesma posição ambígua na questão do véu, especialmente nítida na crise ocorrida na candidatura de Ilham Mousaïd (ver *El País*, 21/2/2010. “Feminista... e com véu”).

15 Para as eleições de 2012, a Frente de Esquerda teve 3.984.822 (11,10%). Dentro desse projeto, o stalinismo francês obteve 1.792.923 votos (6,91%), reestruturando-se parcialmente após sua crise de 2002-2007.

ANEXO 1 – Stalinistas e trotskistas sobre o balanço da época

O debate aparentemente abstrato sobre o caráter da época que vivemos em breve completará três décadas. O tempo, longe de confundir as matizes, as definiu com mais clareza.

Vejamos como os stalinistas caracterizam a época com um exemplo típico: Marta Harnecker. Essa autora é uma intelectual da tradição vinculada ao stalinismo com múltiplos laços com o Partido Comunista de Cuba e o Partido Socialista Unificado da Venezuela, recentemente premiada (2014) por Nicolás Maduro com o Prêmio Libertador ao Pensamento Crítico. Ela define da seguinte maneira o caráter da época que vivemos:

O mundo em que vivia a esquerda latino-americana nos anos sessenta era radicalmente diferente do mundo da esquerda dos fins do século XX, não somente pela derrota do socialismo soviético do Leste, que significou para ela um golpe extremamente duro, mas sim pelo efeito de uma série de acontecimentos entre os quais caberia destacar: os avanços de uma nova revolução técnico-científica e seus efeitos no processo produtivo e na natureza; o papel cada vez mais preponderante que têm adquirido os meios de comunicação massiva a partir da crescente globalização da economia; a imposição do neoliberalismo como sistema hegemônico; e o papel que tem a dívida externa na subordinação das economias do Terceiro Mundo aos interesses das grandes potências. (1999, p. 83)

Vejamos, agora, outro autor, Daniel Bensaïd, referência teórica e política da IV Internacional (mandelistas), para quem, depois de 1989, estaríamos também na presença de uma mudança de época, marcada por uma série de características:

[...] uma transição global (econômica, social, institucional, cultural). Esta reorganização das forças sociais fundamentais e de sua representação política passa por um longo processo em curso, do qual novas formas de luta e organização se desenvolverão em função de choques estruturais (de uma amplitude comparável às que sacudiram o movimento operário do início do século diante do imperialismo e da guerra) e da evolução das formações sociais. Isso implica numa renovação de experiências e gerações. [...] Estes problemas são reais e de magnitude: consequências da globalização, reorganização da divisão internacional do trabalho, modificação das relações de dominação imperialista, crise dos estados nacionais, formação de conjuntos econômicos e políticos regionais, desenvolvimento de instituições internacionais e definição de novas relações jurídicas. Mantendo toda proporção no nível das

comparações, o laboratório que se abre é de uma amplitude comparável à do início do século. (1995)

Mesmo com as trajetórias históricas diferenciadas, as visões sobre as características fundamentais da época que vivemos tendem a se estreitar nessas duas correntes políticas.

Ambas são diferentes da leitura que propõe a LIT-QI. Sustentávamos, nos documentos do VIII Congresso Mundial (2005):

Os acontecimentos que estamos vivendo atualmente (resistência no Iraque, Intifada palestina, mobilizações antiguerra, revoluções na América Latina) são, num sentido, continuidade e, em outro, descontinuidade da etapa aberta em 1943. O ascenso é um traço de continuidade. Mas, agora, esse ascenso não é dirigido pelo stalinismo, nem este tem a capacidade de desviá-lo, contê-lo ou massacrá-lo, e essa é a descontinuidade. Essa grande diferença com o período anterior nos leva a dizer que, a partir do ano de 1989, abriu-se uma nova etapa revolucionária, a quarta, que se origina num dos maiores triunfos da história da luta de classes: a derrota do aparato contrarrevolucionário stalinista. [...] A quarta etapa começou com uma ofensiva das massas, desde o Leste europeu até a América Latina (rosariazo, caracazo, greve geral no Brasil), China, Palestina (primeira Intifada). Mas, apesar desta ter sido a característica dominante nos dois primeiros anos de abertura da etapa, pouco depois, em 1990-1991, desatou-se uma grande contraofensiva imperialista que colocou na defensiva os trabalhadores e os povos. Definimos esse intervalo como uma situação reacionária que vai atravessar quase todo o resto da década dos anos [19]90. Foi um período marcado pelo auge do neoliberalismo, o genocídio nos Balcãs, a ofensiva recolonizadora que reincorporou países que haviam conseguido suas independências e os próprios ex-estados operários ao mercado mundial, e o auge das privatizações na ex-URSS e outros países. Também marcou o abandono do marxismo revolucionário por uma ampla maioria da esquerda e liquidou uma geração inteira de ativistas para o projeto revolucionário. (2005, pp. 28-29).

ANEXO 2 – Sobre a crise e as oportunidades revolucionárias

No marco da campanha da LIT-QI sobre o centenário da Revolução Russa, parece-nos central lembrar que os conceitos de **crise** e **oportunidade revolucionária** estão extraordinariamente explicados e descritos nas *Cartas de longe*, de Lenin, escritas entre 7 e 26 de março de 1917. Justamente na primeira carta, apesar de estar no exílio suíço, Lenin tenta compreender como se produziu a crise revolucionária de fevereiro e quais oportunidades revolucionárias se abriram aos bolcheviques e ao proletariado revolucionário:

Como pode ocorrer o “milagre” de que, em apenas oito dias [...] se desmoronou uma monarquia que tinha se mantido durante séculos e que, apesar de tudo, conseguiu se manter durante os três anos de grandes batalhas de classe de 1905 a 1907 que abarcaram todo o país?

Os milagres não existem nem na natureza, nem na história, mas toda mudança brusca da história, e isso se aplica a toda revolução, oferece um conteúdo tão rico, descobre combinações tão inesperadas e peculiares de formas de luta e alinhamento das forças em luta, que para a mente leiga muitas coisas podem parecer milagrosas. Para que a monarquia czarista pudesse se desmoronar em poucos dias, foi necessária a combinação de vários fatores de importância histórica mundial. [...] Era natural que a crise revolucionária estourasse, em primeiro lugar, na Rússia czarista, onde a desorganização era extremamente espantosa, e o proletariado extremamente revolucionário (não em virtude das qualidades especiais, mas sim devido às tradições, ainda vivas, de 1905). Essa crise foi precipitada pela série de duríssimas derrotas sofridas pela Rússia e seus aliados. As derrotas sacudiram todo o velho mecanismo governamental e toda a velha ordem das coisas, e despertaram a cólera de todas as classes da população contra eles; enfureceram o exército, liquidaram uma grande parte do antigo comando, composto por aristocratas reacionários e por indivíduos burocratas extraordinariamente corrompidos, e os substituíram por um elenco jovem, fresco, principalmente burguês, plebeu e pequeno-burguês. Aqueles que se rebaixavam diante da burguesia ou que simplesmente não tinham coragem e que clamavam e vociferavam sobre o “derrotismo”, hoje enfrentam o feito da vinculação histórica entre a derrota da mais atrasada e bárbara monarquia czarista e o começo do incêndio revolucionário. [...] Se a revolução triunfou tão rápida e radicalmente – na aparência, à primeira vista –, só se deve ao fato de que, como resultado de uma situação histórica extremamente original, se uniram, de forma assombrosamente “harmônica”, correntes absolutamente diferentes, interesses de

classe absolutamente heterogêneos, aspirações políticas e sociais absolutamente opostas. Ou seja, a conspiração dos imperialistas anglo-franceses que empurraram Miliukov, Guchkov e cia. a tomarem conta do poder para continuar a guerra imperialista com o objetivo de conduzi-la com ainda mais carnificina e tenacidade, com o objetivo de assassinar novos milhões de operários e camponeses russos, para que os Guchkov possam se apossar de Constantinopla, os capitalistas franceses, da Síria, os capitalistas ingleses, da Mesopotâmia etc. Isso por um lado. Por outro, havia um profundo movimento popular proletário e de massas de caráter revolucionário (um movimento de todos os setores mais pobres da população da cidade e do campo), por pão, paz e a verdadeira liberdade.

ANEXO 3 – O espaço no movimento sindical

Sophie Bérout, uma intelectual especialista no movimento operário e sindical, colaboradora frequente do *Viento Sur* e do *ContreTemps*, nos dá o seguinte quadro do movimento sindical francês e da influência política dos trotskistas nesse movimento:

O movimento sindical francês se caracteriza por dois grandes traços. Desde o ponto de vista de sua filiação, é estruturalmente débil: sua taxa de filiação caiu nos anos [19]80 em torno de 8% da população ativa e, posteriormente, não conheceu nenhum crescimento significativo. Porém conserva o paradoxo de, apesar de sua implantação muito débil no conjunto do setor privado, manter uma grande capacidade de mobilização social.

[...] a CGT [é] o sindicato mais importante na França do ponto de vista dos resultados eleitorais (mas não em termos de filiação) [...] a evolução ideológica dessa confederação constitui justamente uma questão fundamental para o futuro do movimento operário na França contemporânea. [...] No começo dos anos [19]90, a CGT empreendeu um processo de distanciamento do PCF que a levou a repensar sua autonomia em relação à política e também o projeto de sociedade a defender. Essa evolução se expressa de forma complexa e, às vezes, ambivalente. Para uma parte de seus militantes, a direção da CGT – sob os mandatos de Bernard Thibault e, atualmente, de Thierry Lepaon – abandonou, de fato, seus referenciais marxistas para adotar uma perspectiva de transformação social mínima que agora se traduz na vontade de ser um agente plenamente reconhecido nas relações trabalhistas.

A CGT também gerou uma política de “patriotismo industrial”, o que produzia uma estranha convivência com Nicolás Sarkozy.

Acreditamos que é, sem dúvida, nesse espaço, que o sindicalismo neostalinista faz valer mais seu peso político como “tenente no movimento operário” do capitalismo francês.

É importante apontar que, para o ano de 2013, a CGT reivindicava ter 700 mil filiados, e a CFDT dizia ter 860 mil filiados. A influência do NPA é sentida, especialmente, no sindicato Solidaires. Béroud apresenta o seguinte quadro desse grupo sindical:

Solidaires defende uma concepção do sindicalismo baseado na luta contra as diferentes formas de dominação (de classe, de gênero, étnica). Não há dúvida em colocar a questão da ecologia ou do feminismo no centro de seus congressos, com resoluções sobre esses temas, tal como fez em 2008 ou o fará durante o próximo congresso em junho de 2014. As dificuldades do Solidaires não provêm tanto de uma linha que não seria assumida em seu interior ou que seria ambígua em determinados aspectos, mas sim de sua relativa debilidade estrutural. Esta central sindical, que conta com cerca de 100 mil pessoas filiadas, continua crescendo de pouco em pouco. Conta com estruturas locais em quase todo o território, mas nem todas são igualmente ativas.

Alguns centros locais do Solidaires têm capacidade de organizar trabalhadores dos restaurantes de *fast food* (KFC, Domino's Pizza etc.), do comércio ou da limpeza. Mas outras não têm os meios militantes necessários para dar fazer um acompanhamento cotidiano dos trabalhadores precários em luta e em seus esforços para construir uma seção sindical. Muitas vezes, as organizações do Solidaires chegam a melhorar sua correlação de forças aparecendo de forma diferenciada na mídia, pela capacidade criativa de seus métodos de ação e destacando a democracia de base (reconhecendo todo poder às assembleias gerais).

Entretanto, durante as grandes mobilizações, na medida em que tem pouco peso no setor privado (para além do setor das telecomunicações), seus militantes não são capazes de se fazer ouvir por cima da CGT. É o que ocorreu durante as mobilizações de 2010, quando a direção da CGT não ousou desafiar os limites para chamar uma greve geral indefinida (apesar de uma parte de suas próprias equipes exigir isso), e o Solidaires tratou de dar voz a essa opção.

Referências

ALEGRÍA, Felipe. “La crisis financiera internacional: se ‘acabó la fiesta’”. In: *Rebelión*, 23 de setembro de 2007, disponível em <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=56501>

BASSETS, Lluís. “La extrema izquierda francesa.” “Trotskistas en Francia”. “Residuos de la izquierda de los años sesenta, su activismo inquieta al Gobierno Chirac”. In: *El País*, 22 de fevereiro de 1987, disponível em http://elpais.com/diario/1987/02/22/internacional/540946810_850215.html

BENSAÏD, Daniel. *Una nueva época histórica*. Informe apresentado no processo preparatório do XIV Congresso Mundial da Quarta Internacional, 1995, disponível em <http://danielBensaïd.org/Una-nueva-epoca-historica?lang=fr>

BÉROUD, Sophie. “El sindicalismo francés frente a la crisis”. In: *Viento Sur*, nº 134, 30 de agosto de 2014, disponível em https://vientosur.info/IMG/pdf/VS134_S_Beroud_Sindicalismo_frances_frente_crisis.pdf

DOCUMENTOS PARA EL IX CONGRESO DE LA LIT-QI. *Una política revolucionaria para Europa*. Nº 3, abril de 2008, disponível em <http://phl.bibliotecaleontrotsky.org/archivo/1845.pdf>

DOCUMENTOS PARA EL VIII CONGRESO DE LA LIT-QI. *Tesis sobre la situación mundial*. Julho de 2005, disponível em <https://es.scribd.com/document/336816876/VIII-Congreso-Mundial-2005>

FRANK, Pierre. *Historia de la IV Internacional*. 1973, disponível em <https://es.scribd.com/document/336787903/Pierre-Frank-La-historia-de-la-Cuarta-Internacional-La-larga-marcha>

GAUDICHAUD, Franck. (2007) Entrevista con el filósofo Daniel Bensaïd a pocos días de las elecciones presidenciales francesas: “Nos encontramos ante el desafío de una reconstrucción social y política”, disponível em <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=49823>

HARNECKER, Marta. (1999) *La izquierda en el umbral del siglo XXI: haciendo posible lo imposible*. Madrid: Siglo Veintiuno de España, disponível em <http://www.rebellion.org/docs/95166.pdf>

HERNÁNDEZ, Martín. (2009) *El veredicto de la historia*. São Paulo: Ediciones Marxismo, disponível em <https://es.scribd.com/document/108641222/El-Veredicto-de-La-Historia>

_____. (2015) “1975 versus 2015”. *Un pasado y un presente para reflexionar*. Disponível em http://elpais.com/diario/2010/02/21/domingo/1266727955_850215.html e <http://litci.org/es/especial/opinion/1975-versus-2015-un-pasado-y-un-presente-para-reflexionar/>

JIMÉNEZ BARCA, Antonio. “Feminista y... con velo”. In: *El País*, 22 de fevereiro de 2010.

LCR. “Declaración de Olivier Besancenot en la tarde de las elecciones”. *Declaración del Buró Político de la LCR*. 22 de abril de 2002, disponível em <http://www.elistas.net/lista/andalucialibre/archivo/indice/87/msg/132>

LENIN, V. I. (1916) *Cartas desde lejos*. Disponível em <http://www.ceip.org.ar/Cartas-desde-lejos>

LUNA, Marcos; BERGMANN, Antonio. (2002) Polarización electoral en Francia. Bancarrota de la socialdemocracia y renacimiento del fascismo. In: *El Trabajador Centroamericano*, nº 29, disponível em <http://www.elsoca.org/pdf/etca/2002/ETC-29.pdf>

MARTI, Octavi. (1995) “La sucesión de Mitterrand. Arlette Laguiller, la ternura del rojerío. La candidata trotskista aspira a la presidencia.” In: *El País*, disponível em http://elpais.com/diario/1995/04/18/internacional/798156002_850215.html

MORENO, Nahuel. (1982) *Tesis de fundación de la Liga Internacional de los Trabajadores*. Congreso de fundación, 1982, disponível em http://phl.bibliotecaleontrotsky.org/arquivo/congresos%20mundiales/1982_confmundialfundacion/tesis_fundacao.pdf

_____. (1984) *Las revoluciones del siglo XX*. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/moreno/rsxx/index.htm>

NGO VAN XUYET. (2015) *Tà Thu Thau, líder trotskista vietnamita*. Disponible em <http://litci.org/es/teoria/ta-thu-thau-lider-trotskista-vietnamita>

OLLIVIER, François. (2003) *Nuevos Estatutos de la LCR: ¿Y la dictadura del proletariado?* Disponible em <http://argentina.indymedia.org/news/2003/12/157798.php>

ROMERO, Andrés. *Después del estalinismo: los estados burocráticos y la revolución socialista*. Antídoto, 1995.

SABADO, François. (2005) *La victoria del No: un voto plebeyo*. Entrevista con François Sabado. In: *Viento Sur*, nº 81, disponible em <http://vientosur.info/spip.php?article1787>

SAMARY, Catherine *et al.* (2005) *La LCR debe participar en el Encuentro (Assises) del Anticolonialismo Postcolonial*. Traducción de Claudio Testa, disponible em http://socialismo-o-barbarie.org/webanterior/europa/050508_df_lcrdebeparticipar.htm

VVAA (2005). *Francia rechaza Constitución europea; opositores piden renuncia de Chirac tras conocerse resultado del referendo*. Disponible em http://www.nacion.com/ln_ee/2005/mayo/29/ultima-sr382644.html

WOODS, Alan. (2008) *La revolución francesa de mayo de 1968*. Disponible em <http://centromarx.org/index.php/documentos/historia/europa/francia/100-la-revolucion-francesa-de-mayo-de-1968>

ZAPPI, Sylvia. (2007) *Olivier Besancenot: “La izquierda soy yo”*. Traducción de Alberto Nadal, disponible em <http://vocerobolivariano.blogspot.com/2007/12/la-izquierda-soy-yo.html>

“... antes de tudo, um triunfo do trotskismo...”?

Ramiro Cifuentes G.

Os processos do Leste, ao confirmarem categoricamente o programa trotskista, *pela negativa e pela positiva*, significaram o **maior triunfo programático e político da história do trotskismo**.

Pela negativa porque a derrota que significou a restauração do capitalismo pelas mãos da burocracia não só *confirmou o prognóstico trotskista*, mas também mostrou que éramos a única corrente, em todo o mundo, que tinha uma política para evitá-la: **a revolução política no marco da revolução mundial**.

Pela positiva porque a destruição do aparato stalinista pelo movimento de massas, um triunfo colossal da revolução mundial, é, *antes de tudo, um triunfo do trotskismo*, a única corrente que compreendeu o verdadeiro caráter contrarrevolucionário do stalinismo e *teve uma política consequente para derrotá-lo*.¹ (negrito do original; itálico meu)

A direção da LIT-QI chamou para um estudo cuidadoso da revista *Marxismo Vivo*. O fato de a edição nº 8 apresentar elaborações já conhecidas pela militância durante a discussão pré-congressual da LIT-QI não diminui a importância desse chamado. Em alguns casos, a apresentação pública dessas elaborações facilita a melhor compreensão dos conceitos que defendem os diferentes autores. Isso só torna muito importante o estudo das “versões públicas” das elaborações do congresso passado.

A seguir, estão alguns comentários a respeito dos três parágrafos transcritos no início, retirados do artigo intitulado “Stalinismo e trot-

1 HERNÁNDEZ, Martín. “Stalinismo e trotskismo frente aos processos do Leste Europeu”. *Marxismo Vivo – Nova Época*. São Paulo: Editora Sundermann; Editora Lorca, nº 8, p. 54. (Nota da edição brasileira)

skismo frente aos processos do Leste Europeu”, escrito pelo camarada Martín Hernández. Limito-me a estes três parágrafos pela relevância que têm os conceitos que neles se apresentam. Denomino-os de **conceito-síntese** ou **conceito-conclusão** de toda a argumentação do camarada sobre esses processos.

1) Os três parágrafos foram transcritos para contemplar o contexto completo, ainda que o terceiro – junto a uma expressão do primeiro – seja o que motiva este comentário.

Afirma-se como, “pela positiva”, o trotskismo obteve um triunfo (“político”, tal como se diz no primeiro parágrafo). É um triunfo que seria “colossal”, já que essa é a dimensão que se dá à “destruição do aparato stalinista pelo movimento de massas”, e que esse triunfo é “antes de tudo, um triunfo do trotskismo”.

Analisemos cuidadosamente o que significam essas afirmações.

O que significa e quais consequências concretas teria de haver se uma corrente política mundial (o trotskismo – e nós como parte dela) tivesse obtido um **triunfo político colossal**, “o maior triunfo programático e político da história do trotskismo”?

Primeiramente, os **triunfos** e as derrotas políticas são **resultados** de lutas **diretas** (por vários meios) entre as classes e setores de classe que se enfrentam em determinado momento. Por isso, um triunfo (ou uma derrota), em qualquer episódio da luta de classes, é “antes de tudo” o triunfo (ou derrota) daqueles que **participam diretamente** nos respectivos enfrentamentos.

Não conheço nenhuma documentação (e o artigo de Hernández não as fornece) que **demonstre**, de forma **exaustiva** e **categórica**, que o trotskismo (alguma das suas expressões políticas desse momento) **teve um papel tão decisivo nos processos do Leste** que permita sustentar que esse “triunfo” (“a destruição do aparato stalinista pelo movimento de massas”) é, “antes de tudo, um triunfo do trotskismo”.

A afirmação é insustentável, a não ser que se reduza à fórmula geral e sempre válida que indica que todo triunfo dos explorados ou oprimidos (em qualquer nível – econômico ou político – e em qualquer lugar do planeta) seja considerada um triunfo nosso. Ainda assim, seria errado por autoproclamação, porque, tal como dizemos, “antes de tudo”, um triunfo é daqueles que participam de forma **direta** na luta; ou seja, daqueles que “vão à luta” com o risco de triunfarem ou de serem derrotados.

Para sustentar a afirmação de que estamos, “antes de tudo”, diante de um “colossal” “triunfo político do trotskismo” (afirmação que – com todo o respeito que o autor merece – beira o delírio), tem-se

como único argumento que o trotskismo foi e tem sido “a única corrente que compreendeu o verdadeiro caráter contrarrevolucionário do stalinismo e teve uma política consequente para derrotá-lo”, frase que compartilhamos.

Entretanto, essa frase demonstra pouco ou nada. A compreensão do caráter de um processo e a formulação de uma política consequente para atuar nele (nesse caso, o caráter contrarrevolucionário do stalinismo e a política para derrotá-lo) são elementos **necessários (decisivos), mas insuficientes** para triunfar nesse processo. É **imprescindível**, ao mesmo tempo, conseguir ter uma **atuação** no próprio processo, ser parte **direta** (e na medida do possível **decisiva**) do mesmo. Quem não integra o fator da atuação **direta nos processos políticos** não superou uma concepção idealista da luta política.

Em segundo lugar, todo triunfo (ou derrota) fortalece (ou debilita) de forma imediata e, em médio ou longo prazo, o vencedor, dando-lhe mais capacidade de ação e melhores condições para obter outros triunfos. Isso é tão elementar que não vamos nos deter a explicar. Estranhamente, o camarada Hernández não se dedica, nem por um segundo, a analisar como o “colossal” “triunfo do trotskismo” repercutiu (tanto de maneira imediata, quanto em médio e longo prazo) em nosso fortalecimento.

Supostamente, numa lógica menos afobada que a do camarada Hernández, se tivemos “o maior triunfo programático e **político** da história do trotskismo”, esse triunfo teria nos catapultado, em muitos poucos anos, à arena mundial como uma opção de direção revolucionária, superando nossa marginalidade histórica. Toda nossa análise, 27 anos depois dos sucessos do Leste, mostra que não foi assim.

A consequência, quase óbvia e natural, de que, se nos processos do Leste o trotskismo tivesse tido o colossal triunfo que diz o camarada em seu texto, seria que, naqueles países, teríamos nos convertido numa corrente seguida por milhares ou dezenas de milhares no mínimo. É essa a realidade do trotskismo naqueles países ou pelo menos em alguns deles? As afirmações de Hernández parecem não se encaixar na realidade de nosso desenvolvimento como corrente política nem naqueles países, nem em nível mundial.

2) No primeiro parágrafo, Hernández afirma, de maneira categórica, que os processos do Leste “significaram o maior triunfo programático e **político** da história do trotskismo”, pois, “pela negativa e pela positiva”, confirmaram “categoricamente o programa trotskista” (grifos meu).

No segundo parágrafo, mostra o que denomina de confirmação

“pela negativa”, “porque a derrota que significou a restauração não somente **confirmou o prognóstico** trotskista, mas também mostrou que éramos a única corrente, em todo o mundo, que tinha uma política para evitá-la: a revolução política no marco da revolução mundial”.

Até esse ponto, exceto pelo comentário anterior, a respeito de que esses processos significaram “o maior triunfo”, **não somente programático, mas também “político** da história do trotskismo”, poderíamos ter acordo.

No desenvolvimento dos processos do Leste, confirmaram-se, de diversas formas e globalmente, tanto os **prognósticos** quanto o **programa trotskista**. De forma simples: confirmou-se o prognóstico porque este consistia em dizer que ou a classe operária, com **uma revolução política triunfante**, tiraria a burocracia do poder e, **mantendo a propriedade coletiva dos meios de produção, recuperaria o caráter revolucionário do Estado operário**, ou, pela combinação da ação da burocracia e do imperialismo, se chegaria à restauração capitalista – uma verdadeira contrarrevolução – com óbvias consequências a respeito do caráter do Estado, do regime, do governo e da totalidade das instituições.

Nesse ponto da análise, é muito importante **ressaltar como** se confirmou o prognóstico. Concorro com Hernández – e acredito que a enorme maioria dos trotskistas poderia concordar – que o prognóstico se confirmou **pela negativa**, através de uma **derrota**. Enorme derrota eu diria. Hernández – aceitando-a – tende a minimizá-la. Ocorreu a restauração e, ao final do processo ou como parte do próprio processo – é possível abstrair desse detalhe para a análise nesse nível –, conformou-se uma superestrutura política (um Estado) que expressa, defende e garante relações de produção capitalistas.

Tentemos compreender isso com um exemplo simples da vida cotidiana. Mais de uma vez, um médico diz que se aplicar este ou aquele medicamento ou tratamento ao paciente, ele pode sobreviver e que, se não o faz, quase certamente morrerá. Do mesmo modo, o prognóstico trotskista sobre os estados operários incluía **duas possibilidades**. O que é certo da confirmação de **nosso prognóstico**, do prognóstico trotskista – temos de reconhecê-lo **a fundo** – é que “**o paciente morreu**”. Não há mais **Estado operário, propriedade coletiva dos meios de produção, controle do comércio exterior** etc. Por isso, mas talvez não tirando **todas as conclusões que derivam disso**, Hernández aceita que o prognóstico **se confirmou pela negativa**.

É claro, voltando ao exemplo do médico e do paciente, que – uma vez morto o paciente – se qualquer outro médico bom estuda o caso ou

faz a autópsia pode dizer que o **programa** de seu colega (não somente seu prognóstico) **se confirmou**. Que se o **programa** que esse colega tinha proposto (os medicamentos, os procedimentos etc.) **tivesse sido aplicado**, então o paciente poderia ter sobrevivido. Mais ou menos de forma similar, foi o que houve nos processos do Leste. O **programa formulado** (a revolução política) não foi possível de ser aplicada ou foi aplicada em “doses” que não foram suficientemente fortes (as tentativas que houve foram derrotadas, por razões que não vem ao caso analisar aqui). O que é certo, olhando para onde quiser, é que **o paciente morreu**. E essa “morte” do paciente (o Estado operário) teve consequências: o fim do aparato contrarrevolucionário da burocracia.

Aqui, a analogia com o pobre paciente, como toda analogia, mostra suas limitações. No caso do paciente, seria muito simples, tão elementar, dizer que, uma vez morto o paciente, **acabou o câncer** que o estava matando. No caso dos processos do Leste, existe a complexidade de que a burocracia (um verdadeiro câncer) pode “reencarnar” na burguesia, ganhando nova vida própria, mutando seu DNA e abrindo o caminho para (num processo simultâneo ou posterior, não interessa muito) “controlar” outro corpo necessário para sua existência: os novos estados e os novos regimes que surgem ao caírem os anteriores.

Tomados pelo afã de afirmar nossas “verdades”, mais de uma vez não confrontamos as afirmações com a dura realidade. Satisfazemo-nos e regozijamo-nos com a “solidez interna” de nossas elaborações, fazendo delas um verdadeiro (e às vezes bonito) castelo de cartas. Mas, para conseguir que essas discussões e elaborações ajudem na formação da pequena (porém valiosíssima) camada de militantes revolucionários agrupados ao redor da LIT-QI, é necessário partir da realidade, reconhecendo-a tal qual ela é e não “contando contos alegres” entre nós mesmos.

Oxalá, num futuro não muito distante, o trotskismo obtenha algum triunfo. Talvez não tão colossal como o que, segundo o camarada Hernández, obtivemos há 27 anos. É certo que qualquer triunfo verdadeiramente significativo do trotskismo (seja apenas numa escola nacional) será **antes de tudo**, um triunfo da classe operária e nos converterá, quase de imediato, em referência e opção de direção para amplos setores da mesma no país, na região ou, inclusive, em perspectiva, em nível mundial. Por enquanto, o que está visível é o duro e árduo trabalho da velha toupeira.

Colômbia, 20 de dezembro de 2016

Dos siê

TUDO É HISTÓRIA

Apontamentos para uma visão marxista da colonização hispano-lusitana

Ronald León Núñez

A discussão sobre o caráter da colonização e as relações de produção originadas na América, após a chegada dos europeus, é tão antiga quanto tortuosa. Foi feudal, foi capitalista, nenhuma dessas? A hostilidade da polêmica, frequentemente emaranhada na própria definição de conceitos e atravessada pelo debate sobre a transição do feudalismo ao capitalismo na Europa¹, explica-se pelo fato de não se tratar de um debate acadêmico – embora muitos acadêmicos nele intervieram –, mas de um assunto que acarreta consequências políticas, na medida em que suas conclusões determinam o curso histórico de nossas formações econômico-sociais, além de definir o caráter da atual revolução latino-americana, isto é, suas tarefas e o papel das classes nesse processo.

Nas páginas a seguir, não nos propomos desenvolver nenhuma questão “nova”, mas fazer uma revisão, certamente sucinta, das posições dos autores marxistas que mais avançaram – em nossa opinião, obviamente – no estudo teórico das questões que aqui nos interessam. Sistematizaremos e discutiremos – embora não exclusivamente – as elaborações dos trotskistas argentinos Nahuel Moreno² e Milcíades

1 SWEEZY, Paul; DOOB, Maurice *et al.* *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

2 Nahuel Moreno [1924-1987]: Dirigente e teórico trotskista, fundador da atual Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

Peña³, bem como as do estadunidense George Novack⁴, comparando-as com alguns escritos de Marx e Engels.

I – Os colonizadores

Qual era a estrutura econômica interna do Império espanhol e sua localização no nascente mercado mundial quando conquistou e empreendeu a colonização de uma parte da América a partir do século 16?

Moreno aborda essa questão com a preocupação em caracterizar o Império espanhol do fim do século 18 e início do século 19:

O espanhol, como o austro-húngaro ou o russo, eram **impérios atrasados, que sofriam a influência do desenvolvimento capitalista no ocidente europeu**. Justamente por seu atraso e por fazer fronteira com esses países capitalistas, ao contrário da China ou da Índia, **seus governos absolutistas empreendiam árduos esforços para provocar o desenvolvimento de seus países, industrializando-os**. Buscavam perpetuar o feudalismo, porém, ao mesmo tempo, conquistar de qualquer maneira um desenvolvimento capitalista impulsionado de cima, burocraticamente, e controlado pelos seus governos.⁵

Moreno localiza esse impulso capitalista no século 18, durante os reinados de Carlos II e Carlos III. Estes monarcas, segundo sua análise,

3 Milcíades Peña [1933-1965]: Historiador trotskista argentino. Em 1947, ingressou no Grupo Obrero Marxista (GOM) dirigido por Nahuel Moreno. Abandonou a militância neste partido entre 1952 e fins de 1955, quando reingressou. Entre 1955 e 1957, escreveu a [obra] que hoje é conhecida como *Historia del pueblo argentino* [Emecé, 2012]. De 1957 a 1958, editou, junto com Moreno, a revista teórico-marxista *Estrategia*. Seu afastamento definitivo do partido de Moreno, então chamado Palabra Obrera, ocorreu em 1959. Na década de 1960, publicou, de forma independente, *Fichas de Investigación Económico Social*. Peña suicidou-se em 29 de dezembro de 1965, aos 32 anos de idade. Para uma resenha de sua obra, consultar: CAMARERO, Hernán. “El período formativo de un intelectual: Milcíades Peña y el trotskismo en las décadas de 1940-1950”. *Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda*. Buenos Aires, nº 3, 2013, pp. 9-33.

4 George Novack [1905-1992]: Intelectual e historiador trotskista, dirigente do antigo SWP estadunidense.

5 MORENO, Nahuel. *Método de interpretación de la historia argentina* [1975]. Disponível em: http://www.litci.org/es/wp-content/uploads/14_metodo_historia_argentina_1.pdf, consultado em 17/11/2016. Todos os destaques, bem como as traduções do castelhano, são nossos, salvo indicação contrária.

contraditoriamente lideravam um “imenso aparato governamental burocrático e feudal que, por um lado, favorecia as tendências capitalistas germinais e, por outro, perpetuava os privilégios dos senhores da terra e o atraso”⁶. Moreno conclui que a crise da independência americana não se deveu à “decadência” da Espanha, mas ao oposto: a “tendências centrífugas produzidas pelo importante desenvolvimento capitalista ocorrido ao final do século 18 no Império espanhol”⁷.

Ao mesmo tempo, aponta: “A Espanha se encontrava em desvantagem com relação aos seus competidores [Inglaterra, França, Holanda], pois, em valores absolutos e relativos, estava ficando para trás”, especialmente na indústria naval, decisiva para manter o monopólio do comércio colonial e a centralização mesma do império. Dessa sorte, no início do século 19, existia “um império atrasado, semifeudal, que impulsiona o desenvolvimento capitalista, provoca tendências centrífugas e não centrípetas, que tendem não a consolidar o poder, mas a debilitá-lo, a destruí-lo”⁸.

Milcíades Peña, por sua vez, analisa o caráter do antigo Império espanhol partindo de um ponto anterior. Mais taxativo, escreve: “O binômio grandeza-decadência da Espanha é um mito puro [...] não há nenhuma decadência na Espanha, mas um permanente ‘raquitismo’ de seu desenvolvimento econômico”⁹.

Peña continua:

Na Espanha e na América, não ocorreu nada comparável [às revoluções burguesas na França, EUA e Alemanha]. Disso provém a identidade essencial entre Espanha e América Latina. No mundo moderno, a ex-metrópole e as ex-colônias se caracterizam pelo seu atraso e dependência em relação a outras potências. Nem aquela, nem estas puderam desenvolver-se, até hoje, como nações capitalistas industriais, vale dizer, não conseguiram realizar o fundamental da revolução democrático-burguesa.¹⁰

Além disso, acentua que, na Espanha imperial, não existia economia unificada, requisito básico para o desenvolvimento do capitalismo industrial, mas uma “federação de cinco reinos – Aragão, Castela, Catalunha, Navarra e Valência – dotados de parlamentos, constituições,

6 *Ibid.*

7 *Ibid.*

8 *Ibid.*

9 PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino*. Buenos Aires: Emecé, 2012, p. 42.

10 *Ibid.*

sistemas monetários e impostos alfandegários separados”¹¹. Nesta questão, Peña recorre a Marx:

A Espanha, como a Turquia, continuou sendo uma aglomeração de repúblicas mal administradas, com um soberano nominal à sua frente [...] embora o governo fosse despótico, isso não impediu que as províncias subsistissem com diferentes leis e costumes, com distintas moedas, com bandeiras militares de cores diversas e seus respectivos sistemas de contribuição.¹²

Peña afirma também que o Império espanhol sempre foi dependente da indústria estrangeira, pois, segundo a política econômica dos Reis Católicos, sua função era ser “abastecedora de lã para a crescente e próspera indústria têxtil da Inglaterra”¹³, estimulando o latifúndio e a pecuária, em detrimento da agricultura. De outro lado, o grosso das transações comerciais – em Sevilha e Cádiz – e as finanças estavam monopolizadas por banqueiros franceses, italianos e flamengos¹⁴.

Na Espanha – prossegue Peña – nunca existiu uma política mercantilista, entendida como uma política, em última instância, industrial: “O mercantilismo buscava não apenas acumular metais: explicava que, para consegui-lo, era necessário exportar mais do que importar e, para tal, era preciso vender artigos manufaturados e importar matérias-primas”¹⁵. Ao contrário de outras monarquias absolutas, os monarcas espanhóis se contentaram com uma política **metalista** [acumular o ouro pelo ouro], que acompanhou o incentivo ao pastoreio¹⁶, “conferindo à Espanha a função de exportadora de lã, cronicamente submetida ao industrialismo estrangeiro”¹⁷.

Peña expõe, finalmente, a contradição de um Império “atrasado”, que, segundo sua visão, sofria de um “raquitismo estrutural”, ter descoberto a América:

Foi a Espanha quem, por uma combinação de processos superestruturais, descobriu a América, o que não é nada além de uma manifestação precoce da lei do desenvolvimento desigual, comum em toda a história e particularmen-

11 *Ibid.*

12 MARX, Karl. *La España revolucionaria* [1854]. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1850s/9-ix-54.htm>, consultado em 17/11/2016.

13 PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino...*, p. 43.

14 *Ibid.*

15 *Ibid.*, p. 45.

16 *Ibid.*

17 *Ibid.*, p. 56.

te visível no capitalismo. Mas, a longo prazo, a estrutura econômica fez sentir sua ação, e a Espanha perdeu rapidamente o monopólio de suas colônias e se transformou em agente intermediário da Inglaterra e da França, que logo herdá-las-iam como metrópoles econômicas da América Latina.¹⁸

Existem matizes entre as visões de Moreno e Peña sobre o Império espanhol. O primeiro, embora caracterize a Espanha como um Império “atrasado” e “semifeudal”, identifica, pelo menos desde o século 18, uma política – apesar de vacilante – protecionista e de “impulso” à industrialização. Peña, por sua vez, acentua o atraso e a incapacidade **permanente** da burguesia hispana de industrializar, assumindo o papel subordinado de atuar, no máximo, como intermediária, em suas propriedades coloniais, das manufaturas do norte da Europa.

A “herança” dos espanhóis, segundo Peña, será: “uma função periférica na plateia do capitalismo mundial, um raquitismo insuperável do capitalismo industrial interno. E, portanto, atraso, dependência, paralisia”¹⁹.

Para além desses matizes, tanto Moreno quanto Peña coincidem no principal: destacar o atraso do capitalismo espanhol na Europa como o traço principal de sua formação histórica.

O que Trotsky opinava sobre tudo isso? Em 1931, embora localize a Espanha como pertencente “ao grupo dos países mais atrasados da Europa”, não deixa de reconhecer seu “grande passado histórico”:

A Espanha conheceu períodos de grande florescimento, de superioridade sobre o resto da Europa e de domínio sobre a América do Sul. O poderoso desenvolvimento do comércio interior e mundial ia vencendo o isolamento feudal das províncias e o particularismo das regiões nacionais do país.²⁰

Em certa medida, Trotsky contradiz a unilateralidade de Peña ao identificar um período de “auge” do Império espanhol, embora este tenha sido relativamente curto:

O descobrimento da América, que inicialmente fortaleceu e enriqueceu à Espanha, **voltou-se contra ela.** As grandes vias comerciais desviaram-se da península ibérica. A Holanda enriqueceu e se afastou da Espanha. Depois da Holanda, foi a Inglaterra a se elevar acima da Europa, a uma grande altura e

18 *Ibid.*, p. 59.

19 *Ibid.*, p. 41.

20 TROTSKY, León. *La revolución española y la táctica de los comunistas* [1931]. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/La-revolucion-espanola-y-la-tactica-de-los-comunistas>, consultado em 17/11/2016.

por muito tempo. **E a partir da segunda metade do século XVI, a decadência da Espanha é evidente. Depois da destruição da Armada Invencível (1588), esta decadência assume, por assim dizer, um caráter oficial.** É o advento deste estado da Espanha feudal-burguesa que Marx qualificou de “putrefação lenta e inglória”.²¹

Iniciada a “decadência”, Trotsky aponta: “O atraso do desenvolvimento econômico da Espanha debilitou, inevitavelmente, as tendências centralistas inerentes ao capitalismo”²², fato que explicaria o processo de dissolução de seu Império no século 19 e as tendências centrífugas internas.

II – A essência da colonização: feudal ou capitalista?

Nahuel Moreno escreveu, em 1948, o texto *Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa na América*²³, no qual defende: “a colonização tem objetivos capitalistas, obter lucro, mas se combina com relações de produção não capitalistas”²⁴.

A importância deste trabalho não reside somente em seu conteúdo, inserido na polêmica teórica do autor com o stalinismo e “a influência de um pseudomarxismo, que bebera nas fontes dos historiadores liberais”, mas em seu caráter pioneiro, que o próprio Moreno destaca:

Fui um dos primeiros, se não o primeiro, que desde 1948 vêm lutando, nos meios marxistas latino-americanos, contra a teoria da colonização feudal, que o stalinismo levantava, naquele momento, como justificação teórica para sua política de fazer uma revolução antifeudal e construir frentes populares com a burguesia “antifeudal” e “liberal”.²⁵

Esta é a principal tese de Moreno:

A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas, e não feudais: organizar a produção e os descobrimentos para efetuar ganhos prodigiosos e colocar mercadorias no mercado mundial. Não inaugurou um sistema de produção capitalista porque não havia,

21 *Ibid.*

22 *Ibid.*

23 MORENO, Nahuel. *Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América* [1948]. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/moreno/obras/01_nm.htm, consultado em 18/11/2016.

24 *Ibid.*

25 *Ibid.*

na América, um exército de trabalhadores livres no mercado. É assim que os colonizadores, para poder explorar a América de forma capitalista, **veem-se obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas**. Produção e descobrimento com objetivos capitalistas; relações escravas ou semiescravas; formas e terminologias feudais (igual ao capitalismo mediterrâneo) são os três pilares sobre os quais se assentou a colonização da América.²⁶

A definição de Moreno, por seu turno, baseia-se num determinado enfoque metodológico: estudar a história de um país ou região, considerando suas particularidades, mas, principalmente, “como parte deste todo que é a economia e a política mundial”²⁷, que surge no século 16.

Peña, que começou a escrever seus ensaios sobre a história argentina em 1955, não cita Moreno, porém chega à mesma conclusão: “O objetivo da colonização e conquista foi **eminentemente capitalista**: produzir em grande escala para vender no mercado e obter lucros”²⁸.

E agrega: “Há, portanto, uma marcante diferenciação com os processos de colonização realizados no seio do feudalismo europeu, tais como o deslocamento dos germanos ao leste, cujo único propósito era obter terras para subsistir”²⁹.

Polemizando com Rodolfo Puiggrós³⁰ e outros teóricos da “colonização feudal”, Peña discutiu: “O regime feudal supõe a pequena propriedade da terra. Dali sai a pequena escala da produção disponível para o mercado e o reduzido volume de intercâmbio”³¹. Nesse sentido, insiste que o regime de produção instaurado pelos espanhóis na América foi o oposto a este esquema: produção em grande escala – minas, plantações, *obrajes* [produção artesanal]... – para o nascente mercado mundial³².

Em seus escritos, Peña cita frequentemente a obra de Sergio Bagú³³, que, em 1949, escreveu: “O regime econômico luso-hispano do perío-

26 *Ibid.*

27 MORENO, Nahuel. *Método de interpretación de la historia argentina...*

28 PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino...*, p. 65.

29 *Ibid.*

30 Rodolfo Puiggrós [1906-1980]: Historiador, jornalista e professor universitário. Militou no Partido Comunista argentino entre 1933 e 1946, quando foi expulso. Aderiu, em seguida, ao peronismo “de esquerda”.

31 PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino...*, p. 65.

32 *Ibid.*

33 Sergio Bagú [1911-2002]: Advogado e jornalista argentino. Em 1949, publicou *Economía de la sociedad colonial...*, sua obra mais conhecida e discutida.

do colonial não é feudalismo. É capitalismo colonial [...]”³⁴. Anos depois, Moreno reconhecerá o mérito do trabalho realizado por Bagú, embora insistirá: “fomos os primeiros em caracterizá-la [a colonização da América Latina] como capitalista. Sergio Bagú, entre outros, logo confirmou, com erudição e brilhantismo, nossa tese”³⁵.

A rigor, tanto Moreno quanto Peña e outros autores que se opuseram à “tese feudal” do liberalismo e do stalinismo – aceita, inclusive, por Liborio Justo, intelectual proveniente do trotskismo, mas que defendia a tese do “feudalismo colonial”³⁶ – apenas seguiam as elaborações de Marx e Engels sobre os objetivos e o **sentido** da empresa colonizadora.

Em primeiro lugar, para Marx e Engels, o marco histórico do descobrimento e da colonização da América não se situava num “processo de expansão do feudalismo”. Pelo contrário: se assentava na criação do mercado mundial capitalista, que alimentava “o elemento revolucionário que se escondia no seio da sociedade feudal em decomposição”³⁷ e abria caminho – assumindo a forma de “cruzada de extermínio, escravização e sepultamento da população aborígine nas minas”³⁸ – à vitória final do modo de produção capitalista na Europa.

A manufatura e, em geral, o movimento da produção receberam um enorme impulso, graças à expansão do comércio, ocasionada pelo descobrimento da América e da rota marítima às Índias Orientais. Os novos produtos, importados dessas regiões e, em particular, as grandes quantidades de ouro e prata que entraram em circulação, modificaram totalmente a posição recíproca das classes e **infligiram um duro golpe na propriedade feudal da terra**

34 BAGÚ, Sergio. *Economía de la sociedad colonial*. Ensayo de Historia comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo, 1949, pp. 142-143.

35 MORENO, Nahuel. *Método de interpretación de la historia argentina...*

36 Liborio Justo [1902-2003] polemizou com Bagú, argumentando que falar de “capitalismo colonial” seria atribuir à América Latina um grau inexistente de desenvolvimento das forças produtivas. Sobre o debate entre Justo e outros marxistas latino-americanos, consultar: BOSCH ALESSIO, Constanza. *El debate marxista sobre los modos de producción coloniales latinoamericanos en el seno de la intelectualidad argentina (1890-1973)*. Disponível em: <http://www.aacademica.org/constanza.bosch/27>, consultado em 23/11/2016.

37 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifiesto del Partido Comunista* [1848]. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1840s/48-manif.htm>, consultado em 18/11/2016.

38 MARX, Karl. *El Capital*. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1956, p. 601.

[...] a colonização e, sobretudo, a expansão dos mercados rumo ao mercado mundial, agora possível e em vias de realização dia após dia, **inauguraram uma nova fase do desenvolvimento histórico** [...].³⁹

E agregam:

Não há nenhuma dúvida [de que] a súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias circulantes, a competição entre as nações europeias, desejosas por apoderar-se dos produtos asiáticos e dos tesouros da América, **o sistema colonial**, contribuíram essencialmente para derrubar as barreiras feudais que obstaculizavam a produção.⁴⁰

Em 1884, Engels é categórico ao definir os objetivos da colonização europeia na América. Sentencia que a época “do jovem deslumbrado pelas riquezas das Índias, as minas de ouro e prata do México e Potosí” foi “a época da fidalguia da burguesia [mas] **sobre uma base burguesa e com fins, em última instância, burgueses**”⁴¹.

Até que ponto – reflete Engels – o feudalismo, em fins do século XV, já estava minado e carcomido em suas entranhas pelo dinheiro, fica patentemente manifesto pela sede de ouro que, nesta época, se apodera da Europa. Ouro era o que os portugueses buscavam nas costas africanas, na Índia, em todo o Extremo Oriente; *ouro* era a palavra mágica que impulsionava os espanhóis a cruzar o Atlântico rumo à América; ouro era a primeira coisa pela qual perguntava o branco quando pisava em uma praia recém descoberta. Mas este afã de sair até o distante em busca de aventuras a procura de ouro, **por mais que no princípio se realizasse sob formas feudais e semifeudais, em essência já era incompatível com o feudalismo**, que se fundava na agricultura e cujas expedições de conquista apontavam essencialmente à aquisição de terras. Diferente disso, a navegação era um empreendimento decididamente burguês, que imprimiu seu caráter antifeudal também às frotas de guerra modernas.⁴²

39 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La ideología alemana* [1846]. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente, 1972, p. 39.

40 MARX, Karl. *El Capital*. Tomo III. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América...*, p. 45.

41 ENGELS, Friedrich. *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado* [1884]. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Materiales para la historia de América...*, pp. 45-46.

42 *Ibid.*, p. 46.

É nítido como os fundadores do socialismo científico abordam a questão em sua totalidade e dinâmica sem se perderem nos labirintos das “formas”. Definem uma primeira e determinante localização do problema: o descobrimento e a colonização da América foram parte fundamental do processo de acumulação primitiva de capital e cumpriram um papel dissolvente do feudalismo na Europa. Esta colocação é oposta à proposta do stalinismo. Na visão de Marx e Engels, a conformação do mercado mundial e a colonização americana não apenas foram “incompatíveis com o feudalismo”, como aceleraram o advento do capitalismo. Engels, por sua vez, é enfático ao assinalar que, apesar das “formas feudais”, a empresa colonizadora teve um caráter e um sentido “decididamente burguês”.

Isso fica mais elucidado nesta curta passagem, escrita em 1858, em que Marx expõe seu critério sobre a relação mercado mundial-modos de produção:

A escravidão reaparece igualmente nas colônias no **período da acumulação primitiva** e ainda depois do triunfo do modo de produção capitalista, sem que por isso se possa concluir que existiu um modo de produção escravista nos séculos XVIII e XIX [...] O fato de que, aos donos das plantações na América, não apenas os chamemos de capitalistas, mas que eles o *sejam*, baseia-se no fato de que eles existem **como uma anomalia dentro de um mercado mundial baseado no trabalho livre**.⁴³

Notemos que, para definir as plantações escravistas, o critério decisivo era a inserção no mercado mundial, não a “forma” como nelas se produzia; daí que Marx denomina os plantadores de *capitalistas*, embora produzam mediante o trabalho escravo e não a partir do trabalho “livre” assalariado.

III – A forma da colonização: o debate sobre as relações de produção

A inserção da colonização americana no processo de expansão do mercado mundial não esgota a discussão sobre as relações de produção nos territórios coloniais: como se produziam estas mercadorias destinadas ao mercado mundial capitalista?

43 MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Grundrisse [1857-1858]. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Materiales para la historia de América...*, p. 164.

É um erro confundir a produção para o nascente mercado mundial, ou melhor, o processo de acumulação primitiva de **capital**, com **capitalismo** entendido como um determinado modo de produção.

Isso é importante, pois a mera produção de valores de troca e sua circulação, embora seja premissa para o modo de produção capitalista, não significa necessariamente que o **modo** de produzir essas mercadorias seja **capitalista**. A “produção para o mercado” e o capital mercantil existem desde tempos remotos e coexistem com distintos modos de produção, anteriores ao capitalismo, como o escravismo e o feudalismo.

O que define o capitalismo é a expropriação total da classe trabalhadora dos meios de produção e a transformação da própria força de trabalho em mercadoria. **Capitalismo** pressupõe um mercado de trabalho “livre”. Segundo Marx:

[...] o processo que *engendra* o capitalismo pode ser apenas um: *o processo de dissociação entre o operário e a propriedade das condições de seu trabalho*, processo que, de um lado, *converte em capital* os meios sociais de vida e de produção, enquanto, de outro lado, *converte aos produtores diretos em operários assalariados*. A chamada *acumulação primitiva* não é, pois, mais que o *processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção*.⁴⁴

Quer dizer, deve existir a proletarização e a **liberação jurídica** dos produtores diretos. Lenin confirmará essa definição:

O capitalismo é a fase de desenvolvimento da produção mercantil na qual a força de trabalho se transforma em mercadoria. A tendência fundamental do capitalismo consiste em que toda a força de trabalho da economia nacional se aplica à produção unicamente após ter sido negociada sua venda e compra pelos patrões.⁴⁵

Por esse motivo, Moreno acerta quando, ao mesmo tempo em que define corretamente que o **caráter**, a **essência**, o **sentido**, o **signo** da colonização europeia na América Latina foram capitalistas, precisa que as relações de produção com as quais se extraía o **excedente social** das classes exploradas eram pré-capitalistas, “a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas [...]”⁴⁶.

44 MARX, Karl. *El Capital*. Tomo I..., p. 574. Destacado no original.

45 LENIN, V. I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. El proceso de la formación del mercado interior para la gran industria [1899]. Moscou: Editorial Progreso, 1974.

46 MORENO, Nahuel. *Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en*

Milcíades Peña, nesse sentido, é menos categórico, pois, seguindo Bagú, defende a existência de um tipo de **capitalismo**, apesar de distinto do “capitalismo industrial”:

Não se trata de um capitalismo industrial. É um **capitalismo de oficina**, “**capitalismo colonial**” [que produz] em grande escala para o mercado [...] estas são características decisivamente capitalistas, embora não do capitalismo industrial, que se caracteriza pelo salário livre.⁴⁷

Enfatiza, além disso, as “concentrações de mão de obra semiassariada”⁴⁸, as quais, embora existissem, não escondem o fato de que o trabalho “livre” era marginal. Portanto, a definição de “capitalismo”, apesar de diferenciado do “industrial”, torna-se imprecisa.

Contudo, em outra passagem, Peña reconhece os “traços feudais” e pré-capitalistas, expressos nas distintas formas de coerção extraeconômica e na própria legislação colonial, mas “sem modificar, contudo, sua estrutura capitalista”⁴⁹ de conjunto, dando a entender que existia uma combinação de relações de produção:

A Espanha feudal levantou, na América, uma **sociedade basicamente capitalista**, um **capitalismo colonial**, bem entendido, do mesmo modo que, ao contrário, na época do imperialismo, o capital financeiro edifica estruturas capitalistas recobertas de reminiscências feudais e escravistas em suas colônias. Este é, precisamente, o **caráter combinado do desenvolvimento histórico**.⁵⁰

Até aqui, vimos os esforços de Moreno, Peña e outros estudiosos para combater, do ponto de vista do marxismo, a análise da tese da “colonização feudal”, com a qual o stalinismo desenvolvia sua visão etapista da história. Questionar este esquema era necessário, dadas suas consequências políticas.

No entanto, diante desse problema, pouco ou nada ajudava sustentar, como fizeram André Gunder Frank [1929-2005] e outros intelectuais, que a colonização da América Latina foi diretamente capitalista desde o início: “o capitalismo começa a penetrar, a formar, a caracterizar completamente a América Latina e a sociedade chilena já no século

América...

47 PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino...*, p. 67.

48 *Ibid.*, p. 69.

49 *Ibid.*, p. 68.

50 *Ibid.*, p. 65.

XVI”⁵¹. Moreno apontou, corretamente, que esse esquema era politicamente “tão perigoso como o anterior [a tese feudal]”⁵².

É verdade que Marx afirma, em *O Capital*, que “a biografia moderna do capital se abre no século XVI, com o comércio e o mercado mundiais”⁵³; no entanto, nunca disse, pois não seria verdadeiro, que isso gerou mecanicamente um modo de produção capitalista no continente americano. Como na América, na África e na Ásia os europeus se depararam com modos de produção preexistentes, que não eram, e nem poderiam ser, capitalistas, embora tenham servido para “acumular” capital, que somente após redundaria na vitória final do capitalismo.

Nesse sentido, em *As formações híbridas e a revolução permanente na América Latina*⁵⁴, George Novack critica os erros metodológicos e a definição de Gunder Frank. Transcrevemos algumas de suas alegações:

1) No século XVI o capitalismo apenas [havia] começado a tomar forma na Europa ocidental. A revolução industrial, que estabeleceu o modo especificamente capitalista de produção, não arrancou até o século XIX. Como poderia então a atrasada América Latina ter-se convertido em ‘completamente’ capitalista tão prontamente?

2) A principal potência colonial, a Espanha [...] era tão feudal quanto burguês [...] Apoiava-se em uma economia decadente, cujas relações com o Novo Mundo serviam muito mais para enriquecer as potências mais avançadas do outro lado dos Pirineus do que para revolucionar sua própria estrutura social.

3) Os comerciantes europeus espanhóis serviam como agentes intermediários dos produtores franceses, ingleses e holandeses e as potências. Como poderiam os espanhóis e os portugueses instituírem, na América Latina, formas de organização econômica superiores à sua própria entre os séculos XVI e XIX?⁵⁵

51 GUNDER FRANK, André. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/Frank/index.htm>, consultado em 19/11/2016.

52 MORENO, Nahuel. *Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América...*

53 MARX, Karl. *El Capital*. Tomo I..., p. 121.

54 NOVACK, George. *Para comprender la historia*. Buenos Aires: Pluma, 1975; NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.

55 NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história...*, pp. 89-90.

Quanto à estrutura econômica colonial, que entrelaçava distintas formas de trabalho, Novack afirma:

Espanha e Portugal criaram no Novo Mundo formas econômicas que tinham um **caráter combinado**. Uniam as relações pré-capitalistas às relações de comércio, subordinando-as às exigências e aos movimentos do capital mercantil.⁵⁶

Moreno reivindicou esta formulação, reconhecendo-lhe até mesmo mais precisão que à sua: “os ‘objetivos capitalistas’ de minha análise recebem um nome mais preciso, capital mercantil, porém insiste no mesmo que minha tese, o caráter capitalista das relações de produção”⁵⁷. E completa:

Sem empregar a expressão de combinação de distintas formas e baseando-me em Marx, que definiu a colonização escravista dos Estados Unidos como “capitalismo feudal”, minha interpretação foi essencialmente a mesma de Novack, que, por sua vez, é a de Marx, embora sem citá-lo.⁵⁸

O teórico estadunidense explicará assim o peso das formas pré-capitalistas no terreno da produção:

Durante o período colonial, as diversas formas de trabalho forçado foram mais predominantes que o trabalho livre nas principais áreas de produção, tais como os empreendimentos mineradores, pecuários e agrícolas. A população nativa subjugada trabalhava duramente sob a servidão (*mita*), a escravidão pura e simples, o *peonazgo* ou a servidão por dívida, e a parceria. **O trabalho assalariado surgia aqui e ali, mas era uma exceção, marginal e débil.**⁵⁹

Do ponto de vista metodológico, a crítica de Novack a Gunder Frank pode ser resumida desta forma:

Frank não compreende o papel das **formações combinadas no período de transição de uma economia pré-capitalista a uma economia capitalista** [nem entende] a exploração em condições pré-capitalistas de produção por parte das potências coloniais para benefício do sistema capitalista nascente⁶⁰.

56 *Ibid.*, p. 90.

57 MORENO, Nahuel. *Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América...*

58 *Ibid.*

59 NOVACK, George. *O desenvolvimento desigual e combinado na história...*, p. 90.

60 *Ibid.*, pp. 91-92.

Isso se deve ao fato de que Gunder Frank “ignora a lei dialética da unidade ou a interpenetração dos opostos que, em termos sócio-históricos, pressupõe a possibilidade de coexistência, ao menos durante um certo tempo, de relações feudais e capitalistas na evolução das sociedades de classe”⁶¹, principalmente por aplicar um raciocínio alheio à lei de desenvolvimento desigual e combinado.

De fato, a questão da **coexistência** de objetivos capitalistas e relações de produção não capitalistas numa determinada formação econômico-social – algo impossível de compreender com a lógica stalinista linear dos “cinco estágios” (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo), que supõe uma sucessão intransitável de modos de produção, aplicada de maneira mecanicista à história de todos os povos – somente pode ser entendida por meio da ótica da lei de desenvolvimento desigual e combinado.

Novack explica que a instauração do capitalismo não foi, nem poderia ser, linear. Em seu avanço para conformar o mercado mundial, o capital mercantil deparou-se com todo tipo de modos de produção e relações sociais pré-capitalistas, nas quais penetrou. Apesar de ser correto que seu objetivo último fosse dissolvê-las, não significa que não tenha utilizado – e até estimulado – instituições e relações de produção pré-capitalistas enquanto isso lhe foi proveitoso. Basta analisar o caso da escravidão:

Os elementos mercantis foram tão longe que recriaram nas colônias modos de produção antiquados que eles já tinham descartado em sua pátria. O caso mais notório foi a implantação da escravidão em larga escala no Novo Mundo [...]. Não obstante – explica Novack – a escravidão introduzida nas Américas não foi uma mera réplica da escravidão clássica. Ainda que tivesse a mesma forma econômica, adquiriu características e funções muito distintas [...]. Desde suas origens, foi uma **escravidão mercantilizada e aburguesada**. O tráfico de escravos foi, em si mesmo, uma das formas principais de empreendimento comercial.⁶²

Em base a esta análise e interpretação teórica, comum à de Novack, Moreno estabeleceu sua conclusão programática e política do estudo da colonização europeia:

As teses da revolução permanente não são as teses da mera revolução socialista, mas da **combinação das revoluções democrático-burguesa e socialista**. A necessidade dessa combinação surge, inexoravelmente, das estru-

61 *Ibid.*, p. 93.

62 *Ibid.*, pp. 86-87.

ras econômico-sociais de nossos países atrasados, que **combinam distintos segmentos, formas, relações de produção e de classe**. Se a colonização foi, desde o princípio, capitalista, cabe apenas a revolução socialista na América Latina, e não uma combinação e subordinação da revolução democrático-burguesa à revolução socialista.⁶³

IV – As diferenças entre o norte e o sul

Tanto Moreno quanto Peña questionaram o “mito” da “superioridade” da colonização inglesa, assentada em teorias racistas ou de “herança social”, segundo as quais o atual território ocupado pelos EUA progrediu porque recebeu a “herança” burguesa – “hábitos de trabalho”, “técnicas avançadas” etc. – dos ingleses, enquanto o resto do continente acabou submerso no atraso devido à “herança feudal” da colonização ibérica.

Peña assinala, corretamente, que a diferença fundamental entre os distintos desenvolvimentos históricos reside nos diferentes processos de colonização. A principal diferença não foi racial, mas de “clima, terreno, disponibilidade de mão de obra”⁶⁴.

No norte dos EUA, as terras eram áridas e podiam ser exploradas apenas em pequena escala; não existia abundante mão de obra indígena disponível, de modo que os colonos ingleses – que chegaram buscando terras para subsistir – tiveram de sobreviver do seu trabalho como agricultores, devido ao tipo de terreno e à escassez de mão de obra. Foi impossível desenvolver uma economia de plantação como foi possível no sul⁶⁵.

Contrariamente, no sul dos EUA, o clima e a influência do tabaco determinaram que a terra não fosse cultivada por pequenos agricultores, mas em grandes extensões, trabalhadas pela mão de obra escrava e servil⁶⁶.

Peña adverte que, em todos os casos, os colonos europeus buscaram metais preciosos ou matérias-primas demandadas pelo mercado mundial. A diferença objetiva foi que, no norte dos EUA, não existiam metais preciosos, apenas uma imensa terra virgem e povos indígenas indomáveis.

63 MORENO, Nahuel. *Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América...*

64 PEÑA, Milcíades. *Historia del pueblo argentino...*, p. 73.

65 *Ibid.*

66 *Ibid.*

Na América Latina, os espanhóis – como os ingleses no sul dos Estados Unidos – encontraram produtos fáceis de exportar em grande escala para colocá-los no mercado mundial. Contudo, ao contrário dos colonizadores do sul estadunidense, não tiveram de depender exclusivamente da carne africana, porque encontraram enormes massas de mão de obra indígena facilmente explorável [...] No norte dos Estados Unidos, ao contrário, proliferou uma classe de pequenos agricultores que empregavam principalmente o trabalho familiar, acompanhados pela inevitável ladeira da pequena agricultura, ou seja, da indústria artesanal. Esta classe vendia no mercado mundial, mas também intercambiava entre si e com artesãos e, a partir dela, foi entrelaçando-se um extenso e sólido mercado interno.⁶⁷

Abordando o mesmo problema, Nahuel Moreno assinala:

Se existe um lugar da América cuja colonização **não é capitalista** é o nordeste dos Estados Unidos, justamente o contrário do que crê Puiggrós. Para esta região foram, ou permaneceram, os europeus que queriam terras, clima e produção como as da Europa, mas que não pensavam em comercializar com seus países natais, já que se abasteciam por si próprios de seus produtos agrários. **Por isso, foi uma colonização cujo objetivo era a terra para implementar uma pequena produção e para abastecer a si mesmos.** Essa imigração deu origem a um pequeno campesinato, que se abastecia a si mesmo e que colocava no mercado o pequeno excedente que restava [...] Mas, na América do Norte, houve uma diferença que seria fundamental: o excesso de terras impediu o crescimento de uma classe proprietária feudal, embora ocorressem tentativas disso. Se gostássemos de paradoxos, poderíamos dizer, contra Puiggrós, que **o sul dos Estados Unidos e a América Latina foram colonizados de forma capitalista, mas sem dar origem a relações capitalistas, e que o norte dos Estados Unidos foi colonizado de forma feudal (camponeses que buscavam terras e nada além de terras para se abastecer), mas sem relações feudais.**⁶⁸

Sustenta esta última afirmação apelando a um trecho da *História crítica da teoria da mais-valia*, de Marx:

Aqui é necessário distinguir dois tipos de colônias. No primeiro caso, tratam-se de verdadeiras colônias, como as dos Estados Unidos, Aus-

67 *Ibid.*, p. 75.

68 MORENO, Nahuel. *Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa en América...*

trália etc. Nestas, a massa dos colonos dedicados à agricultura, embora tenha enviado à metrópole um capital mais ou menos expressivo, não constitui uma classe capitalista, e sua produção é ainda menos uma produção capitalista. **São, em maior ou menor extensão, camponeses que trabalham para si mesmos, e cuja preocupação primordial e fundamental é procurar seu próprio sustento, produzir seus próprios meios de vida, razão pela qual seu produto fundamental não tem caráter de mercadoria, pois não se destina ao comércio.** O excedente de seus produtos, após cobrir seu próprio consumo, são vendidos ou trocados por artigos manufaturados, de importação etc. Outra parte dos colonos, mais reduzida, estabelecida na costa, às margens dos rios navegáveis etc., cria cidades comerciais. Mas suas atividades tampouco podem ser qualificadas, de modo algum, como produção capitalista.

Na segunda classe de colônias – as plantações, que foram desde o primeiro momento utilizadas para criar especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial – **existe um regime de produção capitalista, embora só de um modo formal, pois a escravidão dos negros exclui o livre trabalho assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista.** No entanto, aqueles que se controlam o negócio do tráfico de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão, mas se enxerta nela. Nesse caso, o capitalista e o proprietário de terras são uma só pessoa.⁶⁹

V – Para concluir

1) O ponto de partida para determinar o **caráter** da colonização europeia na América Latina é a relação metrópole-colônia. A essência desta empresa está determinada pela divisão internacional do trabalho imposta aos territórios coloniais pelo processo de conformação do mercado **capitalista** mundial: provedores de metais preciosos, matérias-primas e força de trabalho escravizada para um mercado que se expandia de maneira agressiva; consumidores das manufaturas produzidas pelas nações mais adiantadas do norte da Europa, das quais os reinos de Espanha e Portugal passaram a atuar como intermediários.

As colônias americanas não foram unidades econômicas naturais, de estrita subsistência. Foram produtoras de valores de troca em gran-

69 MARX, Karl. *Historia crítica de la teoría de la plusvalía*. Tomo II. México: Fondo de Cultura Económica, 1944, pp. 331-333.

de escala, orientadas ao mercado mundial, ou, no mínimo, regional. Esse foi o **motor** da colonização. A produção para o mercado interno e outros fenômenos **endógenos** surgirão subordinados à dinâmica do comércio externo, pautado pela demanda do mercado europeu e pela flutuação dos preços internacionais dos produtos tropicais. É este o elemento essencial, que marcará, a ferro e fogo, tanto a sociedade colonial quanto a contemporânea. Nas palavras de Luis Vitale:

Começa nesta época o caráter deformado de nossa economia monoprodutora [...] Durante a Colônia, originam-se a propriedade privada dos meios de produção e o fenômeno de concentração da terra [...] Daquela época, enfim, data essa burguesia crioula que, por seu caráter dependente, será incapaz de realizar as tarefas democrático-burguesas durante os séculos XIX e XX.⁷⁰

Portanto, as razões do “atraso” econômico latino-americano não devem ser buscadas no suposto “passado feudal” ou “escravista colonial”, mas na incorporação, desde o início dependente e deformada pela exploração metropolitana, ao processo de gênese do capitalismo mundial.

2) A relação colonial – parte integrante do processo de conformação do mercado mundial **já** capitalista – é o **fato decisivo** para determinar que a **essência** e o **sentido** desta empresa foram **capitalistas**, e não tal ou qual modo de produção nativo. Para o capitalismo nascente, o fundamental era a produção de mercadorias em grande escala; como produzi-las era secundário.

3) É a relação colonial – e o grau de desenvolvimento das forças produtivas da metrópole, que, no caso da Península Ibérica, estavam em transição entre o feudalismo decadente e o capitalismo ascendente – a que se imporá sobre um espaço particular – com determinadas condições climáticas, geográficas, força de trabalho mais ou menos disponível, modos de produção pré-existentes, cultura e costumes próprios etc. –, fazendo com que as formas de produção originadas neste espaço colonial adquirissem as características mais diversas, híbridas e combinadas, apesar de inseridas, no caso que estudamos, no processo geral da acumulação “primitiva” de capital na Europa.

70 VITALE, Luis. *Interpretación marxista de la historia de Chile*. La Colonia y la Revolución por la independencia [1540-1810]. Tomo II. Disponível em: http://www.archivochile.com/Historia_de_Chile/trab_gen/HCHtrabgen0005.pdf, consultado em 6/1/2017.

4) De acordo com Marx: “A circulação de mercadorias é o ponto de onde inicia o capital. A produção de mercadorias e sua circulação desenvolvida, isto é, o *comércio*, formam as *condições históricas prévias* sob as quais surge o capital. A biografia moderna do capital se abre no século XVI com o comércio e o mercado mundiais”⁷¹. Ou seja, a expansão do comércio mundial, na qual se insere a colonização americana, foi fundamental para a acumulação primitiva, “uma acumulação”, segundo Marx, “que não é *fruto* do regime capitalista de produção, mas seu *ponto de partida*”⁷².

5) Isso significa que o capital comercial – bem como o capital usuário –, que é prévio ao capital industrial e ao próprio modo de produção capitalista, **coexiste** com e explora os mais diversos modos de produção e suas combinações. Marx denomina o capital comercial e o capital usurário de “formas derivadas” do capital. Tratam-se de “manifestações vulgares e antediluvianas, por assim dizer”⁷³ do capital que são **historicamente anteriores** à sua “forma básica” moderna, ou seja, ao capital produtivo ou industrial. Marx é categórico: “O capital industrial é a única modalidade do capital na qual ele tem como função não apenas a apropriação de mais-valia ou de produto excedente, mas também sua criação. É, portanto, o capital industrial que condiciona o caráter capitalista da produção”⁷⁴.

6) Nesse sentido, o capital comercial chegou à América sedento de trabalho excedente. Seu papel foi veicular o excedente gerado pelos produtores diretos, valendo-se, para isso, de distintas relações não capitalistas de produção: a escravidão dos negros e dos indígenas **originários** – *yanaconazgo* –; a *mita* potosina e assuncena – similar a uma relação mais “servil” –; até a posterior *papeleta de conchabo* dos *gauchos* etc.

7) No espaço colonial americano, o capital comercial, por meio dos plantadores escravistas, *encomenderos*, comerciantes etc. – que eram essencialmente **capitalistas**, participando não apenas do processo de *circulação* de mercadorias, mas também investindo numa produção regulada pelas necessidades do mercado externo –, dominará os produtores diretos – indígenas, mestiços, negros escravizados –, dos quais

71 MARX, Karl. *El Capital*. Tomo I..., p. 121. Destacado no original.

72 *Ibid.*, p. 573. Destacado no original.

73 *Ibid.*, pp. 134-135.

74 MARX, Karl. *El Capital*. Tomo II. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1956, p. 47.

extrairá excedente social por meio de todo o tipo de coerções extraeconômicas, isto é, usando a violência descarada.

Isso se deve ao fato de, como aponta Moreno, não existir um mercado de trabalhadores livres na América colonial. Preexistiam sociedades com um grau muito atrasado de desenvolvimento das forças produtivas, que, em geral, não produziam valores de troca, mas de uso. Por esse motivo, a única maneira de fazer com que produzissem excedente social seria por meio da coerção e da repressão mais brutal.

8) Em outras palavras, o capital comercial penetrou e atuou como dissolvente das velhas formas produtivas na América, mas não chegou a elevar-se, durante a época colonial, ao modo de produção capitalista – nem poderia fazê-lo, pois, mesmo na Europa, existia uma transição entre o modo feudal e capitalista propriamente dito. Ainda operava o que Marx chamou de **subordinação formal do trabalho ao capital**, na qual o capital se apropria do sobreproduto do trabalho sem modificar substancialmente os modos de produção preexistentes, apesar de sentir as premissas para a proletarianização total dos produtores diretos. Somente após, avançado o século 19, preponderou o mercado de trabalho “livre” sobre a coerção extraeconômica.

9) A disjuntiva, defendida num sentido extremo e “puro”, entre colonização “feudal” – liberalismo e stalinismo – ou diretamente “capitalista” – Gunder Frank – é imprecisa. A melhor definição continua sendo a oferecida por Nahuel Moreno em 1948: colonização **essencialmente** capitalista sobre a base de relações de produção pré-capitalistas. Essa formulação, que é em essência a de Marx e Engels, foi logo incorporada por Peña e precisada por George Novack.

10) Quanto à interpretação histórica e ao programa revolucionário para a América Latina, as principais consequências derivadas do anterior são duas: a) as revoluções de independência latino-americanas, datadas do início do século 19, não foram revoluções **sociais** – burguesas “antifeudais” –, mas **políticas** – burguesas anticoloniais –, nas quais a burguesia nativa nascente e ainda embrionária enfrentou a metrópole europeia pretendendo **realizar**, sem as travas coloniais, a extração de excedente social no mercado internacional; b) o caráter da atual revolução na América Latina é socialista. Portanto, o programa a ser defendido deve ser um programa de transição ao socialismo, que combine as tarefas anticapitalistas com todas as tarefas postergadas ou inconclusas da revolução democrático-burguesa – fundamental-

mente a liberação nacional do imperialismo e a questão da terra –, às quais as burguesias latino-americanas se demonstraram incapazes de realizar. Estas tarefas, na época imperialista, passaram para as mãos do proletariado industrial, como caudilho do campesinato pobre e de todos os demais setores explorados e oprimidos.

Caio Prado Júnior: sua obra, seus críticos, seus limites

Ronald León Núñez

As posições historiográficas do intelectual brasileiro Caio Prado Júnior¹ certamente tiveram um impacto importante e são reivindicadas por um amplo setor, que vai do meio acadêmico a uma gama de intelectuais e militantes que se denominam “de esquerda”. No entanto, algumas questões merecem ser assinaladas: Qual foi sua principal contribuição e mérito? Até que ponto “rompeu” com a linha teórico-política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), isto é, com a concepção stalinista da história? O que Caio Prado propunha programaticamente? O que seus principais críticos argumentaram? Em suma, como compreender globalmente sua obra?

I – O “sentido da colonização”

Em 1942, Caio Prado publicou sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, na qual estabeleceu sua polêmica opinião sobre o “sentido da colonização tropical”:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] **destinada a**

1 Caio Prado Júnior [1907-1990]. Intelectual brasileiro, membro do Partido Comunista Brasileiro [PCB] de 1931 à sua morte. Filho de uma das famílias mais ricas e tradicionais de São Paulo, foi eleito deputado nacional em 1945 e deputado constituinte em 1948. Seu mandato, porém, foi cassado em virtude do banimento do PCB. Foi admirador da URSS, que visitou em duas ocasiões, sendo a primeira em 1933. Ao retornar, escreveu seu primeiro ensaio historiográfico: *Evolução Política do Brasil – Ensaio de Interpretação Materialista do Brasil*. Em 1934, escreveu outro texto: *URSS, um novo mundo*. Elogiou os regimes da Polônia, da ex-Tchecoslováquia, da China e de Cuba, onde foi recebido por Fidel Castro. Em seu papel de empresário, fundou a Editora Brasiliense, em 1943, e a Revista Brasiliense, em 1955, esta última fechada pela ditadura militar em 1964. No terreno historiográfico, criticou a teoria do PCB sobre o “passado feudal” do Brasil. Entre suas principais obras se encontram: *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *A Revolução Brasileira* (1966), estudos históricos voltados ao debate político de seu tempo.

explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes [...] **Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu.** Nada mais que isso [...] **Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país** [...] Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira.²

O autor propõe, portanto, que a estrutura econômica e social da colônia brasileira – cujos pilares são a “grande lavoura, a monocultura e o trabalho escravo” – esteve indissoluvelmente ligada e a serviço do mercado europeu. Assim, a produção para o mercado mundial – capitalista, agregamos – será o motor da colonização portuguesa na América, que, para isso, recorrerá à “mão de obra que precisa: indígenas ou negros importados”. Esse caráter colonial, por sua vez, não terminaria com a independência política de 1822, mas prolongar-se-ia no tempo: “ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”³.

Caio Prado não apenas acertou nessa definição geral, como também apresentou uma tese que se chocava com a visão stalinista, tanto no Brasil quanto no resto da América Latina, segundo a qual os europeus tinham “transplantado” e reproduzido o “feudalismo” nestas terras⁴. Essa era a análise-justificação, promovida pelo stalinismo, do

2 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 12^a ed., 1972, pp. 31-32. Todos os destaques são nossos, salvo indicação contrária.

3 *Ibid.*

4 A questão do *passado feudal* na América Latina foi incorporada, formalmente, em 1928, durante o VI Congresso da III Internacional Comunista, já controlada pelo stalinismo. Nessa linha, entre 1929 e 1931, a burocracia da ex-URSS decidiu eliminar o conceito marxista de **modo de produção asiático** – sem propriedade privada, mas com exploração dos camponeses por uma casta dirigente e administradora dos trabalhos públicos e dos canais de irrigação –, porque essa categoria poderia contribuir para elucidar o caráter do próprio regime burocrático stalinista. Em 1938, Stalin estabelece a teoria dos cinco modos de produção: “A história conhece cinco tipos *fundamentais* de relações de produção: o comunismo primitivo, a escravidão, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo”, encontrada em seu livro *Materialismo dialético e materialismo histórico*, disponível em: [http://www.marx2mao.com/M2M\(SP\)/Stalin\(SP\)/DHM38s.html](http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Stalin(SP)/DHM38s.html). Estes cinco estágios, sucedidos linearmente,

programa etapista nos países semicoloniais: primeiro a revolução “democrática” e “antifeudal”, concebida como “etapa” obrigatória, na qual o proletariado deveria subordinar-se à burguesia “progressista” e sem a qual seria impossível abrir as portas ao capitalismo industrial; somente depois o programa socialista poderia ser proposto.

A resolução do VI Congresso Mundial da Internacional Comunista estabeleceu as distintas “gradações de maturidade nos distintos países”, que impunham “etapas intermediárias para chegar à ditadura do proletariado”⁵:

*Os países coloniais e semicoloniais (China, Índia etc.) e os países dependentes (Argentina, Brasil etc.), com germens de indústria e, às vezes, com um desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação socialista independente; com predomínio das relações feudal-medievais ou relações de “modo asiático de produção”. [Nestes países...] a transição à ditadura do proletariado é aqui possível, como regra geral, somente através de uma série de etapas preparatórias, como resultado de todo um período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.*⁶

A tradução desta tese ao caso brasileiro pode ser lida na resolução política do V Congresso do PCB, em 1960:

O Partido Comunista do Brasil, partido da classe operária, tem como objetivo supremo o estabelecimento da sociedade socialista. [...] Nas condições atuais, entretanto, o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários. As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do País do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, **ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas**, cer-

eram considerados “etapas” comuns ao desenvolvimento histórico de todos os povos. Nessa perspectiva, por exemplo, Stalin caracterizava as sociedades incas, maias e astecas como **escravistas**.

5 *Programa y estatutos de la Internacional Comunista*. Adoptados por el VI Congreso Mundial en Moscú el 1 de septiembre de 1928. Bruxelas: Ediciones Adelante, s/d, p. 52. Destacado no original.

6 *Ibid.*, p. 54.

tos de que elas constituem **uma etapa prévia e necessária** no caminho para o socialismo.⁷

Caio Prado teve a ousadia intelectual de qualificar essa tese como “obsoleta” para o Brasil, embora a considerasse acertada para os países asiáticos. Já em 1933, referindo-se ao caráter da propriedade jurídica da terra nos primeiros anos da colonização brasileira, Caio Prado refutou a questão do passado feudal: “Não comporta, todavia, nenhuma relação de caráter feudal, vassalagem ou outra. As terras eram alienáveis por livre disposição dos proprietários e não criavam laço algum de dependência pessoal”⁸.

Em sua interpretação histórica, Caio Prado opôs o conceito de “economia colonial” ao de “economia nacional”, entendida esta última como um modelo focado no atendimento das necessidades da população de seu país em detrimento dos “negócios” estrangeiros. Sintetizou essa visão teórica deste modo: “Numa palavra, não completamos ainda hoje a nossa evolução da economia colonial para a nacional”⁹.

II – As críticas ao “modelo” de Prado: o “escravismo colonial”

Entre as principais críticas teóricas à afirmação de Caio Prado sobre o “sentido da colonização”, destaca-se a tese do **modo de produção escravista colonial**. Possivelmente, a obra mais conhecida sobre o tema seja *O escravismo colonial*, escrita por Jacob Gorender¹⁰ e publi-

7 Resolução política do V Congresso do PCB [1960]. Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=149:resolucao-politica-do-v-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb, consultado em 02/12/2016.

8 PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil* [1933]. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 15.

9 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo...*, p. 7.

10 Jacob Gorender [1923-2013]: Intelectual brasileiro e dirigente do PCB. Ingressou ao PCB em 1942, chegando a compor seu Comitê Central em 1960. Destacou-se na redação do órgão central do partido, *Classe Operária*, e na tarefa da formação de militantes nos chamados *Cursos Stalin*. Estudou na Escola Superior do PC da URSS, entre 1955 e 1957. Em sua volta, fez parte da redação da *Declaração de março de 1958*, que mudou a orientação “esquerdista” do PCB para adotar uma linha mais adaptada à legalidade democrática. Depois da instauração da ditadura militar em 1964, surgiram diferenças internas sobre como enfrentar esse regime e Gorender rompeu com o PCB para fundar, em 1967, o *Partido Comunista Brasileiro Revolucionário* (PCBR), que propunha uma luta aberta, inclusive armada, contra o regime militar. Foi preso e torturado pela ditadura brasileira entre 1970 e 1972. Sua principal obra, *O escravis-*

cada em 1978, embora esse conceito tenha sido previamente proposto pelo intelectual Ciro F. Cardoso¹¹.

Ambos autores enfocam sua análise na discussão sobre **modos de produção**, especialmente no Brasil, taxando o enfoque de Caio Prado, que enfatiza a relação colonial com o mercado europeu, de **circulacionista**. Gorender afirma que a escravidão é a categoria central, o “ponto de partida” para compreender o Brasil colonial:

Tal diferença consiste em que [Fernando] Novais e [João Manuel] Cardoso de Mello partem do sistema colonial mundial como totalidade que determina o conteúdo da formação social no Brasil, ao passo que eu inicio minha análise com o modo de produção escravista colonial, **a cuja dinâmica própria atribuo uma determinação fundamental**.¹²

Segundo essa interpretação, a estrutura econômica interna teria alcançado tal autonomia que engendrou um modo de produção original, distinto dos que surgiram anteriormente:

Impõe-se, por conseguinte, a conclusão de que o modo de produção escravista colonial é inexplicável como síntese de modos de produção pré-existentes, no caso do Brasil [...] O escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características *novas*, antes desconhecidas na história humana.¹³

Em oposição à proposta de Prado Jr., seus críticos defenderam que a colônia tinha um “sentido” próprio. Gorender propôs, então, que “as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora”¹⁴. Ciro F. Cardoso, por sua vez, criticou o modelo interpretativo de Prado, atribuindo-lhe uma “obsessão plantacionista”, que considerou simplificadora¹⁵.

mo colonial, foi escrita em 1978. Afastou-se da militância partidária por muitos anos, até que ingressou no PT brasileiro na década de 1990.

11 Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013): Intelectual brasileiro. Escreveu sobre história e metodologia, mas seus principais estudos centraram-se nos modos de produção colonial, aos quais atribuíra caráter **específico**. Foi pioneiro no conceito de modo de produção escravista colonial. Posteriormente, transformou-se em egíptólogo.

12 GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira* [1981]. 2ª. reimpressão da 3ª. ed. de 1990. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 7.

13 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1980, p. 54. Destacado no original.

14 *Ibid.*, p. 21.

15 CARDOSO, Ciro F. *O trabalho na colônia*. In: LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral*

Deve-se destacar que estes autores não deixaram de criticar o dogma stalinista dos “cinco estágios”. Argumentaram, corretamente, que tanto o desenvolvimento das forças produtivas quanto os modos de produção na América não seguiam – nem poderiam seguir – o “esquema” europeu. Mas, no afã de negar a dicotomia “passado feudal-passado capitalista”, foram pelo caminho de elaborar uma “teoria geral”¹⁶ sobre a complexidade da particularidade do caso americano. Assim, fazendo um chamado a “renunciar à importação de esquemas interpretativos elaborados a partir de outros processos de evolução”, Ciro F. Cardoso exortou:

[Deve-se reconhecer] a especificidade dos modos de produção coloniais da América. Mas, especificidade levada a sério, no sentido forte da palavra: **eles existiram como estruturas dependentes (isto é, a dependência constitui um elemento essencial de sua definição e de seu modelo), mas irredutíveis aos esquemas eurocêntricos.** [...] Desde 1968, eu defendo a necessidade de reconhecer o **caráter específico e irredutível dos modos de produção coloniais.**¹⁷

Para demonstrar a especificidade do “escravismo colonial”, a contribuição de Cardoso sistematizou as diferenças entre o escravismo da Antiguidade e sua versão moderna¹⁸. São evidentes as diferenças entre os “tipos” de escravismo, fundamentalmente porque o escravismo antigo e o moderno se assentaram sobre distintos graus de desenvolvimento das forças produtivas.

No entanto, tomadas como um todo, ambas formas de trabalho forçado mantiveram uma característica fundamental, comum a **toda** sociedade escravista: o escravo era ao mesmo tempo capital fixo e mercadoria; o mercado de trabalho era abastecido por roubos que “constituem pura e simplesmente atos de apropriação da força de trabalho por meio da violência física descarada”¹⁹.

do Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 69.

16 GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial...*, p. 22.

17 CARDOSO, Ciro F. *Severo Martínez Peláez y el carácter del régimen colonial*. In: ASSADOURIAN, Carlos, et al. *Modos de producción en América Latina*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente, 1974, p. 102.

18 CARDOSO, Ciro F. *El modo de producción esclavista colonial en América*. In: ASSADOURIAN, Carlos, et al. *Modos de producción en América Latina...*, p. 224.

19 MARX, K. *Contribución a la crítica de la economía política*. Buenos Aires: Estudio,

Nessa perspectiva, a escravidão moderna não deixa de ser uma forma de produção pré-capitalista, sendo falso apresentar o “escravismo colonial” como um modo de produção completamente *novo*.

Não se trata de discutir se existiam ou não diferenças entre o escravismo moderno e o antigo, ou com o feudalismo e o capitalismo. Isso é verdade. Também é um fato que, na América, o capital comercial em expansão serviu-se das mais diversas relações de produção pré-capitalistas, que se combinaram entre si e deram origem a formações econômico-sociais “híbridas”, embora sempre com hegemonia de uma forma de produção ou outra em determinado período. Assim, é certo que, nessa combinação de formas de produção, a **predominante** no Brasil, nas Antilhas, nas Guianas, no sul dos EUA etc. foi a escravista.

A polêmica reside em qual era o objetivo – para que se organizava – dessa produção; se o escravismo na América colonial estava subordinado ou não ao processo de acumulação primitiva de capital pela via da produção em grande escala para o mercado mundial, que *já* era *capitalista*.

Em nossa opinião, durante o período de desenvolvimento do capitalismo americano –que vai do período colonial até fins do século 19 –, existiu uma combinação de relações de produção pré-capitalistas – que **coexistiam** inclusive com formas marginais de trabalho “livre” –, com uma **predominância**, no caso brasileiro e outros, da forma de produção escravista.

As contribuições de Cardoso e Gorender acertaram ao questionar a deformação stalinista dos “cinco estágios”, mas esse acerto acaba sendo diluído no erro de criar uma categoria em certa medida “autônoma” em relação ao processo de conformação do capitalismo americano e mundial, um pretendido modo de produção essencialmente “desconhecido” pela história.

Marx, referindo-se ao sul escravista dos EUA, definiu claramente o caráter das relações de produção no marco do processo de acumulação primitiva de capital, isto é, durante o período relacionado à escravidão nas colônias modernas:

A escravidão reaparece igualmente nas colônias, no **período da acumulação primitiva**, e mesmo depois do triunfo do modo de produção capitalista, **sem que por isso se possa concluir que existiu um modo de produção escravista nos séculos XVIII e XIX.** [...] Se atualmente não só chamamos os proprietários de plantações na América de capitalistas, e eles de fato o são,

isso se baseia no fato de que eles existem **como uma anomalia no interior de um mercado mundial fundado no trabalho livre**.²⁰

O critério principal de Marx para sentenciar que os plantadores escravocratas dos EUA eram **capitalistas** partia do entendimento desse fenômeno – a escravidão – como **parte** dessa totalidade chamada mercado mundial **capitalista**. Seu raciocínio, oposto ao de Gorender, não considera a **forma** como eram produzidas as mercadorias como “determinação fundamental”. A preocupação de Marx é advertir que não se pode “concluir que existiu um modo de produção escravista nos séculos XVIII e XIX” simplesmente pelo fato de o trabalho “livre” não ser predominante, e que o escravismo era uma “anomalia” nesse mundo em plena transição ao modo de produção capitalista.

Marx insiste sobre este problema em outra passagem:

Na segunda classe de colônias – as plantações, que foram desde o primeiro momento utilizadas para criar especulações comerciais, centros de produção para o mercado mundial – **existe um regime de produção capitalista, embora só de um modo formal, pois a escravidão dos negros exclui o livre trabalho assalariado, que é a base sobre a qual descansa a produção capitalista**. No entanto, aqueles que controlam o negócio do tráfico de escravos são capitalistas. O sistema de produção introduzido por eles não provém da escravidão, mas se enxerta nela. Neste caso, o capitalista e o proprietário de terras são uma só pessoa.²¹

Em termos concretos: ainda que de maneira “formal”, ou seja, sem serem ainda “hegemônicas”, as relações de produção capitalistas – por meio dos “capitalistas” que “controlam o negócio do tráfico de escravos” e da orientação da produção para um mercado mundial comandado pelo capital comercial – iam se “enxertando” no escravismo existente no sul dos EUA, no Brasil etc. Utilizando uma formulação mais específica, existia um processo no qual predominava a “subordinação formal do trabalho ao capital”. O escravismo era, portanto, uma de tantas formas de produção pré-capitalistas que o capital comercial e usurário “explorava” para extrair excedente social das colônias, mas sempre em benefício da acumulação primitiva.

20 MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. Grun-
drisse [1857-1858]. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América*.
Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente, 1972, p. 164.

21 MARX, K. *Historia crítica de la teoría de la plusvalía*. Tomo II. México: Fondo de
Cultura Económica, 1944, pp. 332-333.

No terreno metodológico, o erro de Cardoso e de Gorender radica em superdimensionar o **fenômeno**, perdendo de vista a **totalidade** e universalizando a **particularidade**.

A escravidão, assim como a *encomienda mitaria* ou *yanacona*²² e outras formas de trabalho na América colonial, que se assentavam na *coerção extraeconômica*, eram particularidades inseridas em uma totalidade: o capital comercial avançando, com distintos ritmos, sobre formas de produção pré-existentes, sem detrimento de utiliza-las durante séculos em proveito próprio. A escravidão nas colônias desenvolveu-se, então, como uma **particularidade** dentro da **universalidade** do processo de acumulação primitiva de capital.

Embora os autores mencionados assinalem que o “escravismo colonial” era “dependente”, devido à relação colonial, esse elemento é em seguida abstraído de suas conclusões. Terminam menosprezando a relação metrópole-colônia e a ligação com o mercado mundial capitalista. Perdem de vista que o grosso da produção extraída das colônias americanas, com todas suas particularidades, não era, majoritariamente, **realizada** nas colônias, mas fora delas, dado que estavam vinculadas às metrópoles e, por essa via, ao desenvolvimento desigual do capitalismo europeu.

Em meio a este processo geral, a escravidão – com sua odiosa brutalidade – foi uma **necessidade** econômica – altamente lucrativa – derivada tanto do interesse em ampliar a produção para um mercado que havia deixado de ser só “europeu” quanto da escassez de mão de obra na América. Foi um processo similar à “segunda servidão europeia” mencionada por Engels²³. O trabalho forçado transformou-se em algo imperioso no processo de acumulação primitiva de capital.

Marx assinala este papel **econômico** da escravidão moderna: “Em geral, a escravidão disfarçada dos trabalhadores assalariados na Europa exigia, como *pedestal*, a escravidão ‘sans phrase’ [sem floreios] do

22 Formas de exploração semiescrava na América espanhola [nota da tradução].

23 Engels explicou que, no século 16, houve um “renascimento” feudal em grande parte da Europa Oriental, com o objetivo de produzir lã e outras matérias-primas para o desenvolvimento manufatureiro da Europa Ocidental. Assim, o servo viu reforçada sua sujeição à terra pela força para produzir em grande escala para o mercado ocidental. Esse processo seria uma antecipação do que ocorreria, de maneira ampliada, no Novo Mundo. Consultar: MAZZEO, Antônio. O escravismo colonial: modo de produção ou formação social? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 6, nº 12, 1986, p. 211.

Novo Mundo”²⁴. Em outras palavras, para garantir o desenvolvimento capitalista europeu, as colônias deveriam produzir em grande escala, inclusive com relações de produção que as próprias metrópoles haviam superado.

Marx assinala o “sentido” capitalista da moderna escravidão:

A escravidão é uma categoria econômica como qualquer outra. Portanto, tem também seus dois lados. Deixemos o lado mau e falemos do lado bom da escravidão: esclarecendo que se trata da escravidão direta, a dos negros no Suriname, no Brasil, nas regiões meridionais da América do Norte. **A escravidão direta é o fundamento da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc.** Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão foi o que valorizou as colônias; foram as colônias criaram o comércio universal; o comércio universal é a condição da grande indústria. Por isso, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. [...] Os povos modernos conseguiram apenas disfarçar a escravidão em seus próprios países, impondo-a sem véus no Novo Mundo.²⁵

Não se pode explicar a “estrutura interna” das economias coloniais americanas por fora desse processo de expansão do sistema capitalista.

Sendo assim, na tendência a tornar absoluto o “escravismo colonial” – pelo menos na visão de Gorender –, é possível perceber a concepção de uma espécie de **etapa** – não “feudal”, mas “escravista” –, cujos resquícios deveriam ser superados para abrir o caminho ao capitalismo industrial e, somente depois, ao socialismo.

Gorender afirmou que “a *revolução burguesa* é uma categoria inaplicável à história brasileira”²⁶. No entanto, reconheceu que existia “uma burguesia *brasileira*, isto é, uma burguesia cujo centro de interesses se situa na economia nacional”²⁷. Em outras palavras, trata-se de uma classe dominante *nacionalista*, embora, às vezes, inconsequente.

A fixação no “escravismo colonial” como “determinação fundamental” levou Gorender a avaliar positivamente a ideia de um papel politicamente “progressista” da burguesia **abolicionista** brasileira.

24 MARX, K. *El Capital*. Tomo I. [1867]. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América...*, p. 166. Destacado no original.

25 MARX, K. *Miseria de la Filosofía* [1847]. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Materiales para la historia de América...*, p. 153.

26 GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira...*, p. 112. Destacado no original.

27 *Ibid.*, p. 111. Destacado no original.

Em 1981, afirmou que: “a Abolição foi a única revolução social jamais ocorrida na história de nosso País”²⁸.

Se considerarmos que, para o próprio Gorender, não foi a luta dos escravos o elemento determinante em semelhante transformação, cabe questionar: qual teria sido, então, o **sujeito** dessa **revolução social**? Acaso a burguesia industrial liberal? Foram os cafeicultores do oeste paulista?

Gorender responde que, embora não existisse um “estudo monográfico” sobre a atuação da burguesia em tamanha transformação, existiam “referências ocasionais à militância abolicionista de comerciantes e industriais”²⁹ e uma “burguesia brasileira [que] não se comportou como espectadora passiva dos acontecimentos históricos”³⁰, passando assim a ideia de um suposto papel **revolucionário** desse setor da classe dominante.

Em resumo: embora Gorender tenha questionado a tese do “passado feudal”, sua elaboração sobre o “escravismo colonial” e sua visão programática, como um todo, não passaram de uma variante do etapismo stalinista.

III – Caio Prado, o “político”: uma ruptura parcial e um programa etapista

Havíamos apontado que, de sua análise – essencialmente correta – sobre o “sentido” da colonização portuguesa no Brasil, Prado Jr. estabeleceu uma **contradição principal**: a oposição entre economia “colonial” e economia “nacional”.

Alguns autores identificam Caio Prado, devido à sua militância no PCB, como uma referência intelectual “marxista” e “comunista”. Permitimo-nos discordar. Apesar do enorme mérito de sua análise sobre o período colonial, Prado Jr. nunca rompeu completamente com a concepção etapista do stalinismo. E não é lícito confundir marxismo com stalinismo.

Em 1954, apontou que o problema central para o desenvolvimento econômico brasileiro seria a atrofia da produção – capitalista – para o mercado interno: “o vício que corrói a economia de boa parte do Brasil não é um nível técnico baixo, e sim a **insignificância dos mercados**; é aí que se situa o ponto nevrálgico do círculo vicioso que se trata de romper a fim de revitalizar a economia do país”³¹.

28 *Ibid.*, p. 21. Destacado no original.

29 *Ibid.*, p. 22.

30 *Ibid.*, p. 112.

31 PRADO Jr., Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo:

Embora Caio Prado não descartasse o socialismo “a longo prazo”, considerava-o prematuro para as condições históricas **concretas** do Brasil. Ainda em 1954, afirmou que as mudanças econômicas que propunha não implicavam a ruptura com o capitalismo nacional, mas o contrário, consistiam num plano de reformas para fortalecê-lo:

[...] é dentro das relações capitalistas de produção que se propõe a política preconizada, pois essa política, precisa e essencialmente, consiste em desenvolver os fatores econômicos que constituem os principais estímulos do mecanismo capitalista, a saber, o mercado. Se reformas se propõem, é justamente porque esses estímulos ou são insuficientes, ou atuam de maneira inconveniente para o desenvolvimento adequado, **dentro dos quadros do capitalismo, de nossas forças produtivas.**³²

Num artigo publicado em 1947 no jornal do PCB, Caio Prado já havia afirmado que o capital privado – embora “regulado” pelo Estado e por seus “órgãos representativos dos interesses da coletividade” –, poderia cumprir um papel progressista para desenvolver o Brasil:

Mas não uma iniciativa privada deixada a seu arbítrio e livre. E sim estritamente regularizada e encaminhada para aqueles setores da atividade onde a necessidade dela se faça mais sentir frente aos interesses gerais do país. E complementada e substituída sempre que convier e pela ação direta do Estado ou de seus órgãos representativos dos interesses da coletividade. **Em suma, trata-se de aproveitar o capitalismo naquilo que ele ainda oferece de positivo nas condições atuais do Brasil; e contê-lo, e o suprimir mesmo no que possa se opor às reformas que o país necessita.** E, ao mesmo tempo, ir preparando os elementos necessários para a futura construção do socialismo brasileiro.³³

Dadas estas premissas, expôs a tarefa principal:

Trata-se de **libertar as forças anticolonialistas** já presentes no interior da atual estrutura econômica do país [...]. **Essas forças não são ainda ou não são, sobretudo, as do socialismo**, que começa apenas a esboçar-se entre nós e precisará aguardar ainda, para amadurecer, **um largo progresso das forças produtivas que não será possível sem**

Gráfica Urupês, 1954, p. 115.

32 *Ibid.*, pp. 227-228.

33 PRADO Jr., Caio. Fundamentos econômicos da revolução brasileira. *A Classe Operária*, 1947, p. 6.

a preliminar destruição do sistema colonial. As forças que realizarão essa destruição ainda são as do capitalismo³⁴.

Em 1957, insistiu no caráter precoce dos países semicoloniais para o socialismo de maneira mais clara: **“A socialização dos meios de produção, premissa dessa transformação, é certamente prematura nos países subdesenvolvidos** com seu baixo nível industrial e a larga fragmentação e dispersão das atividades econômicas”³⁵.

Em 1966, Caio Prado publicou seu livro *A revolução brasileira*, no qual reafirmou sua concepção geral de que a “linha central e essencial do desenvolvimento histórico brasileiro”³⁶ não apontava ao socialismo, mas à “[...] integração nacional da economia brasileira”³⁷.

Segundo essa visão, o socialismo era uma “previsão histórica” que não deveria interferir na formulação da política cotidiana:

É claro que, para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira. [...] Isto, contudo, representa uma previsão histórica, sem data marcada nem ritmo de realização prefixado. E podemos mesmo acrescentar, **sem programa pré-determinado**. Ela não interfere, assim, diretamente, ou não deve interferir na análise e interpretação dos fatos correntes, e muito menos na solução a ser dada aos problemas pendentes ou na determinação da linha política a ser seguida na emergência de situações imediatas.³⁸

Mais contundentemente:

A eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável no Brasil por faltarem, se outros motivos não houvessem, as condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social, política e mesmo simplesmente administrativa.³⁹

Seguindo com a defesa, sem meias palavras, da “iniciativa privada” para o “mercado interno” – capitalismo nacional –, escreveu: “[...] é

34 PRADO Jr., Caio. *Diretrizes...*, p. 236.

35 PRADO Jr., Caio. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 222.

36 PRADO Jr. Caio. *A revolução brasileira*. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. 145.

37 *Ibid.*, p. 132.

38 *Ibid.*, pp. 9-10.

39 *Ibid.*, p. 250.

perfeitamente possível e acreditamos mesmo **indispensável** para o funcionamento regular da vida econômica brasileira, assegurar nela a participação da **iniciativa privada**”⁴⁰.

Nesse mesmo trabalho, aprofundou sua visão programática e expôs que essa “revolução”, na realidade, tratava-se de um “programa de reformas”⁴¹:

Tratar-se-á, dentro da planificação e direção gerais das atividades econômicas, **em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada**, devidamente controlada e orientada, de visar sempre, e em primeiro e principal lugar, a elevação dos padrões materiais e culturais da massa da população e a satisfação de suas necessidades [...].⁴²

Sobre a burguesia nacional, escreveu:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e, por isso, progressista, não tem realidade no Brasil [...]. O anti-imperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer dos seus setores.⁴³

Sem dúvida, isso é correto e há quem utilize essa passagem para argumentar que Prado Jr. tinha uma estratégia “anticapitalista” e “socialista”. Mas esta afirmação não desmente as alegações – que encontramos em seus trabalhos de 1947, 1954 e até em 1966 –, que afirmam que o agente das transformações seriam as “forças do capitalismo” e a “iniciativa privada devidamente controlada”, que se combinariam com o que chamou “a massa rural”⁴⁴, “massa da população brasileira”⁴⁵ etc.

Prado Jr. também cedeu ao ecletismo ao evitar definir nada menos que o caráter da revolução brasileira:

É nesses termos que se propõe a questão, pouco importando a caracterização e definições teóricas, desde logo, da revolução brasileira, em função de situações históricas que não são a nossa e que dela se distinguem profundamente. Isto é, saber se é “socialista”, “democrático-burguesa”, “popular” ou outra qualquer.⁴⁶

40 *Ibid.*

41 *Ibid.*, p. 251.

42 *Ibid.*, p. 253

43 *Ibid.*, pp. 179-180.

44 *Ibid.*, p. 255.

45 *Ibid.*, p. 258.

46 *Ibid.*, p. 252.

A visão geral da história brasileira elaborada por Prado Jr. certamente tem seus méritos. No entanto, no terreno político – no qual seus estudos historiográficos cumpriram um papel coadjuvante – essa visão esteve a serviço de negar que o socialismo estivesse colocado **objetivamente** para o Brasil e os países semicoloniais, nos quais ainda faltava “um longo progresso das forças produtivas”. Dessa maneira, por outra via e apesar de suas importantes críticas, sua elaboração parou na mesma “estação” que a da direção do PCB, que argumentava:

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição **não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas [...]**.⁴⁷

A lucidez de sua análise sobre o sentido da colonização não pode nublar, nem negar, que na proposta política de Caio Prado Jr. existe uma etapa prévia, sem a qual o socialismo é “irrealizável”: a eliminação dos traços coloniais da economia brasileira e o caminho a uma economia – capitalista “regulada” – nacional, que denominou “organização econômica nacional, a saber, estruturada em função e para o fim precípua do atendimento das necessidades do próprio país”⁴⁸, que teria como sujeito um leque policlassista de “forças anticoloniais”:

[A evolução brasileira está marcada pelo] processo geral que vai **do Brasil colônia de ontem ao Brasil nação de amanhã**, e que se trata hoje de levar a cabo. Tarefa essa que constitui precisamente **a essência da revolução brasileira** de nossos dias⁴⁹.

Assim, Caio Prado Jr. acabou propondo uma concepção e um programa etapistas, circunscritos aos limites do “campo democrático-popular”. Um horizonte político situado na realização de um capitalismo “nacional”, focado no mercado interno e estritamente “regulado”, como condição para alcançar a soberania nacional e satisfazer as necessidades da maioria da população de seu país. Dito de outra maneira, uma “independência nacional” sem romper com a burguesia nacional associada ao imperialismo.

47 *Resolução política do V Congresso do PCB* [1960]. Disponível em: https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=149:resolucao-politica-do-v-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb, consultada em 02/12/2016.

48 PRADO Jr. Caio. *A revolução brasileira...*, p. 144.

49 *Ibid.*, p. 118.

Impressão: Prol Editora Gráfica, São Paulo, Brasil,
e realizou-se em papel Norbrite, 67g/m²

Para a composição do texto, foi usada a fonte Cambria, corpo 11,
entrelinhas 13,2pt; e nos títulos a fonte N.O. 1981, corpo 18.

Impresso em abril de 2017



Essa ideologia em que a raça nacional substitui todas as demais, funciona como fator de desmobilização política do negro que não se percebe enquanto tal, dificultando sua autodefesa coletiva da agressão racista. Ainda por cima, invisibiliza a história de resistência das mulheres negras, como Luíza Mahin, que liderou o levante dos Malês, na Bahia, em 1835, e unificou num só movimento escravos e libertos islamizados. Além disso, as mulheres negras organizaram quilombos, guerrilhas, emboscadas etc.

**Hertz Dias, Mito da democracia racial e a
invisibilização da questão negra**



ISSN 1806-1591